

MARECHAL SETEMBRINO DE CARVALHO

MEMÓRIAS

DADOS PARA A HISTÓRIA DO BRASIL



1950
RIO DE JANEIRO — BRASIL

D.^o Onivaldo Azeite

Fernando de Carvalho

MEMÓRIAS
DADOS PARA A HISTÓRIA DO BRASIL

82-94
C331

MARECHAL SETEMBRINO DE CARVALHO

MEMÓRIAS

DADOS PARA A HISTÓRIA DO BRASIL

1950
RIO DE JANEIRO — BRASIL



Marechal Setembrino de Carvalho

MOTIVOS DESTA PUBLICAÇÃO

O Marechal Setembrino, compondo estas «Memórias», destinava-as menos à grande publicidade que a seus netos e futuros descendentes para que, dizia êle, conhecessem o avô como êle foi e não deformado pelas paixões oriundas de ideais ou interêsses contrariados.

«No serviço da Nação nunca me faltaram, mercê de Deus, fôrças para dominar as grosseiras e sempre enérgicas solicitações do egoísmo». E tôda sua vida pública é bem uma confirmação dessa sua afirmativa.

Republicano histórico, implantado o novo regime, é eleito deputado à Constituinte de seu Estado natal, delegação a que renuncia por divergir da orientação da maioria que promulgara uma Constituição, que não condizia com suas aspirações democráticas, abandonando por princípios, uma carreira política, que por certo lhe propiciaria um futuro, se não de glórias, pelo menos de vaidades ambicionadas pelo comum dos homens. Logo após, sentindo periclitante o regime que ajudara a implantar no país, não vacila em prestar seus serviços militares na defesa do mesmo e, por certo, na consolidação da situação, que antes combatera, chefiada pelo insigne Júlio de Castilhos e, quando vitoriosa a causa da legalidade, não se reconcilia com o chefe ilustre, tornado todo poderoso, para reconquistar a posição política que abandonara.

Na sua carreira militar, de oficial técnico, podendo servir nos grandes centros, prefere o serviço rude e desconfortável do interior, conseguindo, por iniciativa sua que ao batalhão de engenharia em que se arregimentara fôsse atribuída a utilíssima missão de construir estradas de ferro, tão necessárias ao normal desenvolvimento do país.

Mais tarde, já no pôsto de coronel, na alta função de Chefe do Gabinete do Ministério da Guerra, evita, com sua ação de conselho junto ao prestigioso ministro a que servia, uma nova hecatombe nas coxilhas de sua terra, não obstante as tentadoras promessas da aventura.

Ainda no desempenho da mesma função junto a novo titular e gosando de alto conceito e estima do Presidente da República, aceita a

difícil missão de pacificar o Estado do Ceará, renunciando comodidades e vantagens do alto cargo que exercia.

Nem bem se refazia das canseiras que sofrera no patriótico e notável serviço à paz do grande Estado e já suas atividades eram novamente solicitadas pelo Governo da República para uma nova e bem mais trabalhosa tarefa, agora de guerra e complicada por grandes interesses dos prósperos e pujantes Estados — Paraná e Santa Catarina. A luta já demorava por mais de um ano com contínuos insucessos de expedições anteriores. Em poucos meses, o Marechal põe termo à desordem, restituindo à paz magnífica região, para onde acorre hoje crescente onda de colonização e povoamento que tanto concorre para a economia dos dois Estados sulinos. Para tanto foi necessária uma guerra sangrenta, mas planejada e executada de modo a poupar ao máximo o sacrifício dos infelizes patrícios transviados mais por culpa de nossas erronias de ordem social e política do que por interesses e espírito de rebeldia deles. Foi uma campanha obediente aos cânones clássicos da arte militar com as modificações impostas pelo meio onde se desenvolveriam. É essa operação bélica, sem exagero de expressão, uma obra prima de logística aplicada às nossas guerras sertanejas e que grandes ensinamentos oferece aos estudiosos do assunto e principalmente aos nossos jovens oficiais que, por certo, terão de se haver no futuro com guerras semelhantes se a nossa política não mudar de rumo assistindo e amparando as crescentes e sempre miseráveis populações rurais.

Na quarta Região Militar, em Minas Gerais, consegue, com sua ação de comando, isolar sua tropa do vírus da politicagem, mantendo-a coesa e disciplinada ante a campanha demolidora da chamada «Reação Republicana» que pretendia resolver pelas armas o problema da sucessão presidencial. Fosse êle um ambicioso vulgar, mais obediente às solicitações do egoísmo que aos deveres que atribuía a seu posto de chefe militar, e teria se atirado aos braços abertos da desordem, descendo das montanhas mineiras com sua Divisão, em avalanche incontida, para se erigir em chefe incontestável de um movimento vitorioso e, então, o seu nome, ao invés de exposto no pelourinho da difamação levantado por ambições realizadas, refulgiria nos artigos laudatórios, em placas e quicá monumentos consagradores de um caudilho vitorioso. Mas a consciência do dever desvaneceria a tentadora miragem e, quando chamado a dirigir o Ministério da Guerra, continuou o combate sem trégua aos exaltados, agora erigidos em revolucionários salvadores da Pátria.

Sufocada a desordem, com a vitória da lei, outras atribulações lhe estariam reservadas. O Rio Grande do Sul, sua querida terra natal, sangrava novamente em luta fratricida, consequência remota, porém lógica e previsível, do sistema político ali implantado e contra o qual, democraticamente, se insurgira ao tempo de sua promulgação. Era uma verdadeira guerra civil a perturbar o grande Estado, com graves danos à vida geral da Nação. O Governo Federal não devia ficar indiferente à luta que ali se renhia criando um problema de difícil solução: autonomia do Estado a ser considerada; a grandiosidade do movimento dirigido por homens da responsabilidade e prestígio de Assis Brasil e Borges de Medeiros; uma luta entre gente aguerrida, preparada por uma elite consciente e intransigente; o Governo Federal sem o amparo eficiente das Forças Armadas, trabalhadas pela indisciplina e insurreição. Não obstante, atende ao apêlo presidencial e vai ao Rio Grande para, com sua inteira responsabilidade, negociar a paz, conseguida afinal, não só com a deposição de armas como, principalmente, com uma reforma constitucional de que resultou completo congraçamento dos contendores, tão perfeito, que foi possível aquêlê magnífico espetáculo de solidariedade de um povo inteiro na impetuosa arrancada de 30.

Tais, em resumo, os principais e mais assinalados serviços do Grande Soldado da República, desenvolvidos nestas «MEMÓRIAS», com outros acontecimentos e personagens, num sincero e necessário depoimento para a História.

Nenhum dos generais da República pode apresentar uma Fôlha de maiores e melhores serviços à Nação e, talvez, por isso mesmo, nenhum deles foi tão combatido, caluniado e até vilipendiado. Nesse particular, não haverá exagero em compará-lo a Caxias, o Grande General do Império. Se não teve guerras externas, em que pudesse patentear com glória suas excepcionais qualidades de Chefe Militar, dirigindo batalhas em grande estilo, pôde, entretanto, abrilhantar seu acêrvo de serviços ao País, com quatro notáveis pacificações regionais, em circunstâncias bem mais difíceis que as gloriosas pacificações do Condestável do Império, pois não eram mais remotas províncias, dirigidas pela centralização da política monárquica, e sim opulentos Estados Confederados da República, onde se degladiavam políticos e estadistas de renome nacional. As dificuldades teriam então de ser necessariamente maiores que as de antanho, que tanto brilho deram à ação do pacificador imperial. Mas, se houve diferenças na ação dos dois eminentes chefes, não escaparam ambos de apreciações apaixonadas de seus contemporâneos.

Homem de nobres sentimentos, dotado de caráter reto e enérgico, servido por uma inteligência lúcida e culta, exercitando sua atividade cívica e profissional em momentos de grandes conturbações políticas, era natural que despertasse antagonismos também enérgicos e, por vezes, apaixonados a que resistia com serena e imperturbável convicção, superior aos acenos da vã popularidade, às agressões e calúnias que jamais lhe perturbariam o ânimo de bem servir à Pátria.

Mas, aquelas agressões e calúnias de que fôra alvo o ínclito Soldado haviam de mal impressionar a mocidade sempre irrefletida da época e que, hoje em idade madura, dirige o destino da Nação.

Assim se compreende que os vitoriosos de 30 não lhe houvessem reconhecido o notável feito da pacificação riograndense sem o qual a vitória da revolução, se possível, não teria sido, por certo, alcançada tão facilmente e que foi o verdadeiro «precursor de todo êsse movimento de opinião, que alteando-se nas bandas do Sul ergueu mais tarde na Capital da República o novo edificio político do Brasil».

Agora, quando as paixões se desvanecem e surgem os desencantos dos inflamados que, na ânsia de destruição e renovamento, tudo confundiam num clamoroso desprêso do passado, é tempo de apresentar à apreciação da mocidade que se há de substituir à geração que hoje dirige o País, a personalidade e feitos do insigne soldado patriota, para que venha êle ocupar o lugar que lhe compete na Galeria dos notáveis servidores da nacionalidade.

Êsses, os motivos desta publicação que seus filhos, em preito de veneração, oferecem ao juízo de seus contemporâneos e das gerações futuras.

Rio. Julho de 1949.

Coronel LAFAYETTE CRUZ

INTRODUÇÃO

Retirado à vida privada após haver, durante meio século de existência, doado a meu país, em prol de sua soberania, integridade, paz e progresso, o exercício ininterrupto de tôdas as minhas energias, nenhuma preocupação de relevância acompanhou-me no retiro que me impôs a lei compulsória do Exército. A idade avançada me não permitia aventurar outra espécie de atividade, outro gênero de profissão. A Nação, ao despedir-me, dotou-me, como faz a qualquer outro militar, de acôrdo com sua patente, de recursos, embora parcimoniosos, para a manutenção no resto da vida. Para subtrair-me, pois, a uma ociosidade enervante pela falta de trabalho, em contraste com um passado afanoso, prenhe de situações delicadas, e por vêzes gravemente perigosas, exigindo soluções rápidas e arriscadas, com responsabilidades temerosas, decidi registrar pela escrita reminiscências de episódios políticos armazenados em minha memória, interessantes sob o ponto de vista histórico e pelas personalidades neles envolvidos, cujo espirito e ação, muitas vêzes, até então, desnaturadas, transparecem no verdadeiro e justo valor, podendo mesmo por êles aquilatar-se da inteireza moral dos homens da época.

Assim, os momentos em que deixava a leitura de assuntos militares e históricos, que jamais abandonei, e as diverões dos cinemas e teatros, dedicava-os àquele mister, e também a outros trabalhos de gabinete que, algum dia talvez, proporcionem subsidio apreciável aos pesquisadores da História.

MARECHAL FERNANDO SETEMBRINO DE CARVALHO

NOTAS BIOGRAFICAS

NATURALIDADE

Nasci na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, a 13 de Setembro de 1861.

FILIAÇÃO

De Fernando Vieira de Carvalho e D. Felicidade Ferreira de Carvalho.

Meu pai era homem de regular instrução. Iniciou a vida prática, ainda muito jovem, como professor de colégios particulares em Pôrto Alegre, capital da antiga Província e hoje Estado do Rio Grande do Sul. Fêz-se depois comerciante na cidade de Pelotas. Fracassou. Voltou ao magistério na cidade de Uruguaiana. Nomeado mais tarde funcionário da Alfândega. Passou para o funcionalismo da Província, na qualidade de escrivão da mesa de rendas daquela cidade, obtendo o lugar de Administrador, cargo em que se aposentou após 30 anos de bons serviços, conforme reza o título de aposentadoria. Era homem honrado. Sempre gozou de invejável conceito na sociedade em que vivia. Foi sempre pobre. As sobras de seus ordenados dispendia com a minha educação. Mesmo antes de iniciá-la já as ia acumulando com aquêie objetivo. Por isso nunca me faltaram recursos para estudar. Morreu aos 94 anos de idade. Era natural da cidade de Pôrto Alegre.

Minha mãe era natural da cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Pertencia a um dos ramos da grande e conhecida família Carneiro da Fontoura, cujo tronco principal foi o antigo Marechal Carneiro da Fontoura, do Brasil Colônia, e que era seu avô. Senhora de virtudes peregrinas, que sempre lhe valeram excepcional relêvo na sociedade Uruguaianense. Era benemérita da única instituição-pia

existente em Uruguaiana — Casa de Caridade — para cuja organização dispendeu esforços consideráveis em sua grande dedicação pela causa dos que sofrem. Era bastante religiosa. A reconstrução da pequena igreja na Praça de Paisandú, consagrada à Nossa Senhora da Conceição, foi realizada com as esmolas por ela angariadas entre habitantes da cidade, pelo espaço de dois ou três anos. Era uma Santa, minha mãe. Aqui deixo o preito de meu eterno amôr, e da mais respeitosa veneração.

DATA DE PRAÇA

Assentei praça voluntariamente, com destino à E. Militar, no 12º Batalhão de Infantaria, em Pôrto Alegre, no dia 20 de Outubro de 1877. Matriculei-me naquela Escola em princípios de 1878.

PROMOÇÕES MILITARES

		<i>Idade</i>
Alferes aluno a 4 de Março de	1882	20 anos
2º Tenente a 5 de Setembro de	1883	21 "
Tenente de Estado Maior a 15 de Dezembro de	1888	27 "
Capitão de Engenharia a 17 de Março de	1890	28 "
Major de Engenharia por antiguidade a 14 de Dezembro de	1900	39 "
Tenente Coronel por merecimento a 25 de Abril de	1906	44 "
Coronel por merecimento a 16 de Agosto de	1911	50 "
General de Brigada a 8 de Abril de	1914	52 "
General de Divisão a 12 de Janeiro de	1918	57 "
Marechal graduado a 26 de Abril de	1924	63 "
Marechal reformado a 10 de Setembro de	1924	63 "

COMISSÕES MILITARES

Secretário da Ala esquerda do Batalhão de Engenheiros em Cachoeira — 1885 — 2º Tenente.

Secretário do Comando e guarnição da Fronteira de Uruguaiana. Tenente de Estado Maior — 1885.

Secretário do Comando e guarnição da Fronteira de S. Borja — Tenente de Estado Maior — 1890.

Chefe do 6º Distrito de Obras militares, como membro da comissão de Engenharia Militar do Rio Grande do Sul — Capitão de Engenheiros — 1890.

Fiscal do 2º Batalhão de Engenharia e Chefe do Escritório Técnico da construção da estrada de ferro de Cacequi a Inhandui, a cargo do mesmo Batalhão — 1901.

Chefe da mesma construção e Comandante do mesmo Batalhão — 1904.

Chefe da construção da estrada de ferro de Cruz Alta a Ijuí a cargo daquêle Batalhão — 1907.

Chefe do Gabinete do Ministro da Guerra — Ministro Marechal Mena Barreto — 1911.

Chefe do mesmo Gabinete — Ministro Vespasiano de Albuquerque — 1912.

Inspetor Permanente das 4ª, 5ª e 6ª Regiões Militares — 1914.

Inspetor da 11ª Região Militar com a incumbência especial de debelar a revolta dos fanáticos do Contestado, desempenhando o Comando geral das tropas que operaram contra êles — 1914.

Diretor de Administração da Guerra — 1915 — General de Brigada.

Inspetor dos Serviços Administrativos da Guerra — General de Brigada — 1916.

Comandante da 2ª Divisão de Exército e 2ª Região Militar — sede em Niterói — General de Divisão — 1918.

Comandante da 4ª Divisão de Exército e 4ª Região Militar — sede Juiz de Fora — General de Divisão — 1919.

Chefe do Estado Maior do Exército — General de Divisão — 1922.

SERVIÇO ARREGIMENTADO

Três anos no 1º Regimento de Artilharia a Cavalo — S. Gabriel — 2º Tenente — 1886 — 1887 — 1888.

COMISSÕES CIVIS E MANDATOS POLÍTICOS

Deputado à Assemblêia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul — 1891.

Governador do Estado do Ceará na qualidade de Interventor Federal — 1914.

Enviado do Govêrno da República para pacificar o Ceará, com o cargo de Inspetor da 4ª Região Militar — 1914.

Fiscal da Estrada de Ferro inglêsa de Quaraí e Itaqui — 1891.

Ministro da Guerra — Presidência do Dr. Arthur Bernardes — 1922 — 1926.

Enviado especial do Governo da República ao Rio Grande do Sul para promover um acôrdo entre o Governo do Estado e os revolucionários, com o intuito de pacificar o Estado — 1923.

Viagem ao Rio Grande para assistir às eleições para o Congresso Nacional, em satisfação a uma das cláusulas do pacto celebrado em Pedras Altas, que exigia a presença do Ministro da Guerra para garantia da liberdade eleitoral — 1924.

CONDECORAÇÕES

Commdeur de l'ordre de la Légion d'honneur (França).

Cavaliere di Gran Croce decorato del Gran Cordone de suo ordine de la Corona d'Italia.

Ordem militar de Aviz — Portugal.

«Al merito» -- de la Classe — Chile.

Grande oficial da ordem da Corôa — Bélgica.

Medalha brasileira de ouro por contar 30 anos de bons serviços, conferida pelo Governo da República aos militares sem nota que os desabone.

HABILITAÇÕES CIENTÍFICAS

Bacharel em ciências físicas e matemáticas. Engenheiro militar.

SERVIÇOS DE GUERRA

Revolta — 7 de Março de 1893 a 23 de Agosto de 1895.

Contestado — De 27 de Dezembro de 1914 a 9 de Maio de 1915.

DIPLOMAS DIVERSOS

De maçon — Grau 30.º. (Elevado ao 33.º. pelo Grande Oriente do Brasil. Não tomou posse) Irregular desde 1901.

Diploma Comemorativo Especial da Exposição Internacional do Centenário da Independência Brasileira. Conferido Pelo Juri Internacional de recompensas — 1922.

De Sócio benemérito do Clube Comercial de Cruz Alta — 1909.

De Sócio do Patronato de Menores — 1923.

De Membro honorário da Assistência Judiciária Militar do Brasil.

De Sócio honorário do Jôquei Clube Brasileiro.

De Sócio honorário da Cruz Vermelha Brasileira de Lavras (Minas).

MOÇÕES HONROSAS

Da Assembléia Estadual do Ceará. Aplauda o meu govêrno. Como mais um preito especial de profundo reconhecimento aos incansáveis serviços prestados ao Ceará, nomeia um dos seus membros — o deputado Pantaleão Teles Ferreira — para acompanhar-me à Capital da República. É um documento longo, importante, assinado por todos os deputados, em pergaminho.

Da Assembléia do Estado do Rio de Janeiro. Foi votada uma moção de aplausos à maneira pela qual comandeí a região, com séde em Niterói, e pelos serviços prestados ao Estado. Em mensagem a mesa da Assembléia trouxe ao meu conhecimento.

ELOGIOS

Constam da Fé de Ofício acima de 30 elogios.

Destacaremos aqui os mais importantes pela relevância das comissões, cujos desempenhos os originaram. Outros serão adiante transcritos na integra.

Gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Rio, 3 de Julho de 1914.

Exmº Snr. General Fernando Setembrino de Carvalho.

Acuso recebido o telegrama de 24 de Junho último, no qual communicais terdes passado, naquela data, a administração do Estado do Ceará ao Coronel Dr. Benjamim Liberato Barroso, Presidente eleito e proclamado pela Assembléia Legislativa do dito Estado, ficando assim reorganizados os poderes executivo e legislativo, de conformidade com as instruções que regeram a intervenção federal, e, consequentemente, terminada a vossa função de Delegado do G. Federal.

Por esta ocasião, cabe-me, em nome do Govêrno Federal, elogiar-vos pelo inteligente desempenho que destes à vossa alta missão, cooperando, eficazmente, para a normalização da ordem política e administrativa daquela circunscrição da República, de acôrdo com os intuitos do mesmo Govêrno.

*Sou de V. Excia. com a maior estima,
patricio, admº e amigo.*

Herculano de Freitas (1)

(1) Era Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

AVISO DO MINISTÉRIO DA GUERRA DE 1915

Achando-se terminadas as operações de Guerra nos Estados do Paraná e Santa Catarina, o Sr. Presidente da República se congratula com o Exército Nacional por êsse fato, louvando os oficiais e praças que nelas tomaram parte pela bravura e abnegação de que deram provas. A Divisão de operações, tendo à sua frente o digno General Setembrino de Carvalho, bem mereceu da Pátria, pelo restabelecimento da ordem, evitando que o movimento tomasse incremento no País, sufocando-o nos sertões daqueles Estados. O Plano de operações desse General, o modo hábil e enérgico por que dirigiu a operação, a sua grande atividade, o seu cuidado com a subsistência das tropas vencendo as inúmeras dificuldades que surgiram a cada passo, recomendam o seu nome.

José Caetano de Faria. (2)

AVISO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 1914.

Nº 273.

Sr. Chefe do Departamento da Guerra.

No exercicio do cargo de Chefe do meu Gabinete, cargo que vem exercendo desde a administração anterior, e do qual é nesta data exonerado, por ter sido promovido e nomeado Inspector da 4ª Região Militar, prestou o Coronel, hoje General de Brigada, Fernando Setembrino de Carvalho, relevantes serviços, dos quais ressaltaram o zêlo, dedicação, tato, bom senso e polidez, que costuma revelar nas comissões que lhe são confiadas. É-me grato, demais, consignar a leal e eficaz cooperação com que me auxiliou, contribuindo para a bôa marcha de minha administração, graças aos conhecimentos técnicos que possui, ao critério exibido na aplicação das leis militares aos casos supervenientes, à sólida cultura intelectual que o exorna. Levando tais fatos ao vosso conhecimento, determino, pois, que em boletim do Exército elogieis aquêle distinto oficial pelo modo altamente honroso como se conduziu no desempenho das funções inerentes ao referido cargo. Saúde e fraternidade.

Vespasiano Gonçalves d'Albuquerque e Silva,

(2) Era o Ministro da Guerra.

Para conhecimento das forças sob meu comando publico o seguinte :

Havendo seguido doente para a cidade de Uruguaiana, com licença d'este comando o cidadão Tenente Coronel em comissão Fernando Setembrino de Carvalho, Comandante do Corpo Provisório de Infantaria e Artilharia, cumpro o agradável dever de, fazendo-me fiel intérprete da justiça, louvá-lo pela sua conduta irrepreensivel, quer como militar, quer como simples cidadão. Já tão brilhantemente evidenciada desde o combate de Inhandui, onde esse preclaro e ardoroso republicano foi um dos cooperadores mais salientes para o brilho que ali tiveram as armas da coorte republicana. A dedicação do Ten. Cel. Setembrino, e a sua apurada educação militar devem servir de modelo para aquêles que empreendem a jornada militar. A falta que deixa o distinto Companheiro nesta Divisão, que o preza cordialmente, é sensivel. Este Comando faz votos pelo pronto restabelecimento do illustre camarada, e anciosamente o aguarda para ocupar o seu alto posto.

Hipólito Antônio Ribeiro (3)

O Coronel Bento Ribeiro ao deixar o Comando do 2º Batalhão de Engenharia, em Alegrete, encarregado da construção da Estrada de Ferro de Cacequi a Inhandui, por haver sido nomeado em 1904 Comandante da Escola Militar do Realengo, assim se referiu em documento official: «O meu grande pezar em deixá-los é compensado pela certeza de ser vantajosamente substituído pelo Sr. Major Fernando Setembrino de Carvalho, que durante três longos anos foi meu braço direito, exercendo por vêzes o Comando interino do Batalhão, e tendo ocasião de revelar os seus elevados dotes de espirito e coração, sua competência profissional aliada a grandes e raras qualidades de ótimo soldado, e por esse motivo felicito o Batalhão».

*

* *

É justo destacar ainda aqui o que diz o Coronel Lidio Purpurário dos Santos Costa em trecho de um documento official.

(3) Era o comandante da Divisão Oeste contra a revolução federalista de 1893.

constante de minha fé de officio, quando descreve os meus serviços de guerra na revolução de 1893:

«Assim é que a referida bateria (4) acompanhou a Divisão quando unida à do General Lima e Senador Pinheiro Machado seguiu ao encalço da Coluna inimiga, já forte de seis mil e tantos homens, cujo encontro teve lugar a 3 de Maio em Inhanduí, onde o peticionário recebeu seu batismo de sangue. Ali, com seu corpo de infantaria e bateria em batalha, à direita de minha Brigada, vi-o «funcionando até como chefe de peça, dando assim exemplo de sublime valor a seus comandados e conquistando os aplausos unânimes» dos companheiros que tomaram parte naquela memorável ação. «pelo seu heróico procedimento».

INFÂNCIA — PRIMEIROS ESTUDOS

Natural da cidade de Uruguaiana, quis o destino que me tornasse filho único. Um irmão, mais moço, com mais de um ano, faleceu na cidade de Santa Rosa, República Oriental do Uruguai, durante uma epidemia de sarampo. Minha mãe, como a maioria dos habitantes de Uruguaiana, havia emigrado, por ocasião da invasão Paraguaia. Meu pai, funcionário público, permaneceu no Brasil, nos arredores da cidade, junto às forças que logo sitiaram o inimigo. Logo após a rendição, em 18 de Setembro de 1865, regressámos.

Havia eu completado 4 anos de idade.

Minha infância correu por entre desvelos de uma mãe extremosa, que consagrava seu tempo a uma vigilância constante. Dotou-me a natureza com uma fraca compleição. Poderia ser compensada pelo uso de exercícios físicos, se minha mãe seguisse os conselhos médicos.

O único esporte permitido pelos exageros de seus cuidados era o do cavalo.

Alguma cousa já!

Ainda menino, já era regular cavaleiro. Em toda minha vida senti-me sempre de uma educação física deficiente. Educação de menina! Que diferença entre a passada e a educação moderna para ambos os sexos! A raça vai por isso melhorando consideravelmente.

Meu pai, homem de inteligência, preocupava-se, de preferência, com a instrução que me deveria ser ministrada. Com êle comecei as primei-

(4) Adiante se dirá sobre esta bateria.

nas letras. Depois de um adiantamento sofrível fêz vir de uma outra localidade um professor, e o auxiliou na instalação de um colégio. Passei a frequentá-lo. Aos 12 anos de idade, terminava o curso primário e iniciava rudimentos de francês.

Cogitou meu pai de enviar-me para um colégio superior, de uma das principais cidades da Província.

Para vencer as resistências de minha mãe, que a todo transe evitava as dôres de uma separação de seu único filho, meu pai valeu-se da amizade de dois médicos: Drs. Balduino do Nascimento e Aires de Oliveira Ramos, êste cirurgião militar.

Declararam-lhe a necessidade de novos ares para robustecimento do meu organismo, ultimamente depauperado por intermitentes febres que me acometiam frequentemente. Era um ponto de verdade, que vinha ao encontro do desejo de meu pai. A fim de convencerem minha mãe, garantiram minha vida, pelo menos, por dois anos. Após hesitações, cedeu. Estava meu pai vitorioso em seus anseios de mandar-me estudar. Eu, satisfeittissimo. Ia vêr coisas, que só por notícias chegavam a um recanto longínquo do Rio Grande. Queria aprender para ser engenheiro. Quanto à futura profissão havia divergência na família: minha mãe preferia a medicina. Meu pai o bacharelato em direito. Era político. Queria fazer-me orador e político, sem indagar dos meus pendorres. Abracei, entretanto, uma carreira que não entrou em nossas cogitações: a militar. Não deixei todavia de satisfazer minha aspiração: Fiz-me engenheiro militar.

Em 1875, a 19 de Fevereiro, parti para a cidade de Pelotas, onde fui matriculado no Colégio Reis. O Diretor havia sido companheiro de magistério de meu pai. Era um perfeito educador. Entre êles persistiam estreitas relações de amizade. Não me faltaram cuidados. Submetido, logo de chegada, a um tratamento hidroterápico, por banhos frios de chuveiro, fui aos poucos revigorando o organismo. Ao fim de dois anos gozava magnífica saúde.

Coisa notável: Desde que deixei a casa paterna, jamais tive moléstia de qualquer gravidade. Se não me tornei um homem aparentemente forte pela robustez física, adquiri, entretanto, resistência orgânica para conservar a vida em muitas fases assás trabalhosas.

Iniciei imediatamente meus estudos preparatórios. Ao cabo do segundo ano (1876) fui com outro colega — José Barbosa Gonçalves, ex-ministro da Viação no Govêrno do Marechal Hermes — a Pôrto Alegre prestar, na Repartição da Instrução Pública Geral, exames de três matérias: português, francês e geografia. Conquistamos aprovações plenas,

Fui passar as férias em Uruguaiana, após dois anos de ausência. Os médicos amigos libertaram-se do compromisso. Minha mãe radiante de alegria.

Terminado o repouso escolar regressei a Pôrto Alegre, recomendado a um nosso parente — o Dr. Graciano Alves de Azambuja — que me matriculou no Colégio Sousa Lôbo. O de Pelotas havia fechado. Em aquêle fui condiscipulo de Ernesto Alves, Borges de Medeiros e de outros rapazes, que mais tarde representaram papel de destaque na propaganda republicana, tornando-se figuras de relêvo na politica nacional.

Estávamos em 1877. A 20 de Outubro dêsse ano, ainda como interno do Colégio, verifiquei praça no 12º Batalhão de Infantaria, de guarnição em Pôrto Alegre.

PORQUE ME FIZ MILITAR

Contava já 16 anos e principiava a gozar dos prazeres e alegrias que proporcionam as diversões mundanas. Não me faltavam recursos para alimentá-los. Havia já algum tempo, vinha, por correspondência, insistindo com meu pai no sentido de obter permissão para abandonar o internato, transferindo-me para a companhia de colegas externos, que residiam em casas alugadas, formando economia própria.

Eram as «repúblicas», assim chamadas em gíria estudantêscas.

Meu pai resistia, a conselhos do meu correspondente — Dr. Graciano.

Era-me necessário vencê-lo.

Por essa época os alunos da Escola Militar gozavam de bom conceito na sociedade Portoalegrense. Na maioria descendentes de famílias de representação social, fácil lhes era o ingresso. Era mesmo de certo brilho a situação que ocupavam. Despertavam a atenção dos rapazes civis e estudantes. Além disso, eram três as matérias, cujos exames, prestados na Instrução Pública, os habilitavam à matrícula na Escola, sob a condição de serem praças do Exército. O curso de infantaria e cavalaria era de três anos, incluindo matemáticas elementares, como preparatórios obrigados ao estudo na própria Escola. Não tinham valor para matrícula os exames dessas matérias prestados na Instrução Pública.

No fim dos três anos, se haviam conquistado aprovações plenas em todos êles, ininterruptamente, obtinham o galão de Alferes-aluno. Era considerado um prêmio aos bons estudantes. Assim se faziam homens independentes, iniciando-se com sólidos fundamentos na luta pela vida.

O título de Alferes-aluno tornara-se a grande atração dos moços que, sem grandes recursos financeiros, sonhavam com risonho futuro.

A persistência em abandonar o internato, e a atração dos dourados de oficial, inclinaram-me para a Escola Militar. Não me animavam penhores naturais para a carreira das armas.

Havia uma dificuldade: a concessão de meu pai.

Pensei vencê-la facilmente. Ele era amigo dos oficiais do 6º Batalhão de Infantaria, estacionado em Uruguaiana. Frequentavam com assiduidade nossa casa. Uma comissão de Engenheiros militares construía na cidade uma linha de trincheiras para defesa futura. Engenheiros jovens, com brilhante futuro.

Influenciado por estas circunstâncias deu-me o consentimento almejado com a condição de estudar engenharia militar. Abandonei o Colégio finalmente !

Fui residir em uma república com alunos da Escola.

A 1º de Março de 1878 matriculava-me.

Nota curiosa: A vez primeira que empunhei um fuzil (sistema Comblain), ainda recruta, foi por ocasião dos funerais do ilustre Barão de S. Borja, Tenente General Vitorino Carneiro Monteiro, progenitor daqueles que mais tarde foram meus excelentes amigos: João Ribeiro C. Monteiro (Nico), Bento Ribeiro C. Monteiro e Vitorino Ribeiro C. Monteiro. O primeiro faleceu, sendo funcionário público. O segundo como Marechal do Exército. O terceiro como Senador da República.

Deixo aqui consignada imortal saudade de tão grandes amigos, à cuja influência devo uma parte dos progressos realizados na carreira militar. Servi-os igualmente, especialmente ao querido Marechal Bento Ribeiro, pela comunidade profissional, com dedicação, amizade e desinteresse. Constata-se seu reconhecimento aos serviços que lhe prestei no documento já transcrito, e em outros, constantes de minha fé de ofício.

Não me sendo possível obter aprovação em tôdas as matérias do grupo de matemáticas elementares, que constituía êsse tempo o único ano de preparatórios, de novo cursei as mesmas disciplinas em 1879. No fim conquistei aprovações plenas em tôdas elas.

Em 1880 matriculei-me no primeiro ano do Curso Superior. Aprovado plenamente no exame final, em 1881 passei para o 2º ano. Ao terminá-lo, com aprovações plenas, finalizava também o curso de infantaria e cavalaria.

Tinha, assim, feito jús ao título de alferes-aluno, conferido, como já disse, aos cadetes que obtinham aprovações plenas nos dois primeiros anos do curso.

É de notar que sendo de 75 o número de matriculandos no 1º ano, apenas 13 chegamos ao fim do 2º, com os requisitos necessários à nomeação de alferes-aluno.

Quando cursava o primeiro ano, em Julho fui nomeado sargenteante chefe da 1ª Companhia de alunos.

Um parêntese para narrar um episódio relativo a tal nomeação.

Era-me, nessa época, de relativa facilidade obter a promoção de alferes ou 2º tenente de uma das três armas — infantaria, cavalaria ou artilharia, uma vez satisfeitas determinadas exigências legais: meu pai era político. Tinha bons amigos. Dentre eles o preclaro Barão de Ijuí, General Bento Martins de Menezes, um valente da campanha do Paraguai. Ofereceu-se espontaneamente a meu pai, declarando que conseguiria facilmente com o seu grande amigo, General Osório, Marquês do Herval, então Ministro da Guerra, minha promoção. Mandou-me algo dizer nesse sentido.

Para galgar o primeiro pôsto da hierarquia militar, sem curso de qualquer arma, preciso era que o aspirante possuísse dois anos de praça. exame prático da arma a que pertencia, e sargenteação de seis meses de uma companhia de corpo de tropas ou de companhia de alunos. A primeira condição não demoraria a ser preenchida. A segunda satisfiz imediatamente. Faltava a terceira. Em Junho, época regulamentar para mudança de sargenteantes das duas companhias de alunos, em que eram eles grupados, dirigi-me ao Comandante da Escola — Coronel Tibúrcio Ferreira de Sousa — solicitando-lhe inclusão de meu nome na lista dos novos sargenteantes, expondo ao mesmo tempo os motivos da pretensão. Tive indeferimento, sob fundamento de não ser cadete, e nem direito a sê-lo. Não perdi a calma. Não me dei por vencido nesse momento em que nuvens se desenhavam nos horizontes de minhas aspirações militares.

Com o maior respeito consultei, incontinenti ao Sr. Comandante sobre a possibilidade de fazer parte da lista se, dentro de vinte e quatro horas, fôsse constatado meu direito ao reconhecimento de cadete. Surpresa do Comandante! Não obstante respondeu pela afirmativa. Era necessário, porém, documento valioso que o comprovasse.

O Senador do Império Henrique d'Ávila ocupava a cadeira de Presidente da Província do Rio Grande do Sul. A situação era liberal. Meu pai era seu correligionário. Tinham relações. Conheceram-se

quando foi êle — Henrique d'Ávila — então deputado geral, à Uruguaiana defender o Barão de Ijuí, chefe do partido local, denunciado como responsável pelo assassinio do Cel. Feliciano Ribeiro. Por considerarem-no crime politico, os Conservadores fizeram sóbre o Chefe adversário cair todo pêso da responsabilidade. Injustiça clamorosa! A absolvição unânime comprovou-a.

Não hesitei em socorrer-me, em tão dura conjuntura, do auxilio do Presidente da Provincia.

Ao anunciar-me em Palácio, declarando ser aluno da Escola Militar e filho de Fernando Vieira de Carvalho, de Uruguaiana, tive immediata e carinhosa acolhida da parte do Presidente. Interessou-se vivamente pelo meu caso : «Vou nomear já seu pai Coronel da Guarda Nacional, por ser êste o pôsto que compete pelos seus serviços ao partido, além de outros títulos que muito o recomendam» (5).

Não existia, porém, vaga dêsse pôsto na Comarca de Uruguaiana, segundo informou o Secretário da Presidência, Cel. Antônio da Fontoura Barreto, após consulta aos arquivos. Intervim para declarar que bastava a nomeação de capitão para o fim visado.

Meu pai recusara sempre qualquer pôsto naquella milicia, apesar das reiteradas insistências do Barão de Ijuí.

No dia seguinte foi o Comandante da Escola, um dos mais illustres officiais generais do Exército de antanho, surpreendido por um atestado do Governo da Provincia de ser meu pai capitão da Guarda Nacional. Havia eu, portanto, adquirido direito ao reconhecimento de cadete.

O Coronel cumpriu sua palavra: minha nomeação de sargenteante foi efetuada com a de outros colegas.

Patenteou-se, todavia, a má vontade existente. Outros alunos, da mesma turma, foram contemplados sem a condição que me fôra imposta.

Devo consignar ainda o seguinte: aquêlê a quem um embaraço foi criado para impedir-lhe a realização de uma justa e insignificante aspiração no sentido geral, mas no momento de elevada importância particular, occupou o cargo por espaço de ano e meio, não como simples sargenteante, e sim como sargento chefe da 1.^a Companhia de alunos. Semestralmente os colegas eram substituídos, de acôrdo com as normas regulamentares. Êle, porém, continuava, em virtude de proposta dos comandantes da Companhia, por assim convir à ordem e disciplina da

(5) Os filhos dos officiais dessa milicia tinham direito também ao grau de cadêtes.

Companhia, no dizer dos mesmos oficiais, que fôram: os Capitães Sampaio Solon Ribeiro, mais tarde General, vulto de grande relêvo na proclamação da República, e Sousa Castelo, que atingiu igualmente ao Generalato.

Comecei a vencer na vida! Jamais pude conhecer a origem do procedimento para comigo do Coronel Comandante da Escola.

Diziam os colegas : *Cherchez la femme!* Talvez!

Encerrado o parêntese, continuemos.

Em 1882, por portaria de 4 de Março, deu-se a nomeação de alferes-aluno, com antiguidade de 17 de Janeiro do mesmo ano, data em que foi nomeada a turma da Escola Militar da Côrte.

Em 1882 ainda conclui o 3º ano, que constituía o curso de artilharia. Era o último da Escola do Rio Grande.

Os alunos que dai em diante podiam aspirar a de Engenharia Militar teriam de prosseguir seus estudos na tradicional Escola da Praia Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro. Podiam aspirar, dizemos, porque era de rigor a exigência de aprovações plenas nas matérias de cada ano para atingir o 5º curso superior e conquistar o grau de Bacharel em matemática e ciências físicas e o de engenheiro militar.

Em principios de 1883 seguimos, pois, para a Capital do Império. Em fins de 1884 terminei meus estudos militares. Tinha, então, 23 anos de idade e 7 de praça. Era já Segundo Tenente de artilharia. Fôra promovido quando cursava o 4º ano, visto já possuir o curso dessa arma, condição indispensável para pertencer ao quadro.

Durante minha vida escolar, jamais experimentei punição de qualquer natureza, nem mesmo simples admoestação. Tenho vários elogios dessa época.

I CAPÍTULO

INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Ao desligamento da Escola seguiu-se a nomeação para subalterno da Ala esquerda do Batalhão de Engenheiros, então em serviço de construção de quartéis e fortificações na Província do Rio Grande do Sul.

A êsse tempo a arma de Engenharia, pròpriamente dita, não estava organizada. Sòmente existia um batalhão de 4 companhias. Destas, as 1ª e 2ª formavam a Ala direita, as outras duas a Ala esquerda. A primeira aquartelada na Praia Vermelha, no Rio, no recinto da Escola Militar. A segunda, destacada naquela Província, para execução de obras militares. Não tinha um quadro próprio de oficiais. No batalhão serviam oficiais de tôdas as armas, sem exigência de habilitações científicas, sendo suficiente ter o curso de uma das armas do Exército. Existia, porém, na mesma Província uma grande comissão de Engenharia, constituída por oficiais do Corpo de Engenheiros do Exército, a quem estava afeta a direção das obras. Êsse Corpo era denominado «especial», com sede na capital do País, e o seu diretor era um General, com título de Diretor Geral da Engenharia Militar. Nêle, o ingresso só podia ter lugar no pôsto de capitão, possuindo o diploma de engenheiro militar. Era corpo fechado, o que significa que uma vez aí incluído não mais se o deixava, até o pôsto de Coronel. Os oficiais sòmente exerciam comissões. Não tinham, pois, atividade em corpo de tropas. Percebiam gratificação especial.

O pessoal do batalhão, praças de pret, era constituído em geral de operários. Os que ao verificarem praça não possuíam ofício algum ai adquiriam aquêle para o qual se sentiam inclinados.

Em cada obra em via de construção no Rio Grande existia dirigindo-a um membro da comissão, em geral capitão de Engenheiros, auxiliado por um contingente da Ala esquerda do batalhão, comandado por um oficial subalterno. Os engenheiros chefes tinham sua autoridade limitada em relação ao pessoal do contingente. Estendia-se apenas durante as horas de serviço, em que ficavam sob sua imediata direção e subordinação. Não raro oficiais subalternos da Ala esquerda, com o curso de engenharia militar, eram designados para auxiliares dos engenheiros chefes das obras.

Foi nesse caráter, após minha apresentação na sede da ala esquerda, na cidade de Cachoeira, e haver desempenhado durante dois meses o cargo de secretário, para o qual fui nomeado logo ao chegar, que em Abril de 1885 segui para Uruguaiana, a fim de servir junto ao ilustre Capitão de engenheiros Arêas Júnior, diretor das obras de um quartel de infantaria. Em Setembro do mesmo ano, o comandante da ala esquerda, Tenente Coronel Antônio Alves Pereira Salgado, precisou de meus serviços no comando de um contingente de 100 homens, à disposição do Major de Engenheiros, Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, diretor da construção de um quartel de cavalaria em S. Borja. Para esta cidade segui imediatamente no dia 6 daquele mês.

Era minha estréia no comando. Comando árduo. O pessoal era indisciplinado. A ala esquerda por vezes recolhia a escória das praças de outros corpos de tôdas as armas que, de ordem superior, eram mandadas para completar o seu efetivo. Os comandantes aproveitavam o ensejo para expurgar de suas unidades os maus elementos. Contrariavam as ordens nesse sentido, que determinavam a remessa, de preferência, de operários e praças de boa conduta.

Não era salutar esta norma de proceder. As praças que não se recomendam pelo comportamento não deviam nunca sair do corpo a que pertencem, até a baixa definitiva. É missão do comando educá-los, eliminar tanto quanto possível os vícios e desregramentos. Além do mais, os maus soldados iam desacreditar a disciplina do Corpo, se porventura existia. Se não, forneciam um triste exemplo da realidade. Como quer que seja, o resultado era mau sob qualquer aspecto.

Posso registrar haver-me saído muito bem de tão difícil incumbência para um nôvel oficial. Adquiri, porém, grande experiência, preparando-me para comandos superiores.

Decorridos seis meses, fui dispensado da comissão da ala esquerda. Pertencia ao 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, estacionado na cidade de S. Gabriel, como 2º Tenente, promovido quando estudante ainda do 4º ano de Engenharia.

O Comando do Regimento reclamara seus oficiais, afastados em várias comissões. O Governo atendeu-o, mandando dispensá-los.

De passagem para a sede do Regimento, adoeci em Uruguaiana. Inspeccionado de saúde, a junta médica arbitrou-me dois meses para tratamento.

Em 1886, concluída a licença, prossegui viagem, apresentando-me ao corpo em S. Gabriel.

Entre logo na escala de serviços dos subalternos.

Nomeado em seguida instrutor de infantaria — as praças recebiam instrução das três armas.

Incumbia-me igualmente da instrução de artilharia da 1ª Bateria, a que pertencia, do comando do Capitão Joaquim Pantaleão Teles Ferreira.

Em Outubro, já com 5 meses de estágio no Corpo, fui nomeado para uma comissão de experiências de viaturas de transportes para o Exército.

Um dos tipos submetidos à prova era de concepção de Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu.

Da mesma comissão faziam parte o Capitão Miguel de Oliveira Paes, como presidente, e o 1º Tenente graduado Joaquim Soveral, sem curso de artilharia. Era, porém, veterano da guerra do Paraguai.

A experiência, de acôrdo com as instruções, consistia em uma viagem à cidade de Bagé. Os carros foram carregados com caixões da bitola dos empregados pela Intendência da Guerra nos transportes de fardamento para os Corpos. Eram cheios de areia. A experiência revelou serem excessivamente pesados para tração animal. Não se prestavam às nossas estradas de rodagem.

Regressamos ao Regimento.

Após alguns dias de repouso, marchei para Uruguaiana como subalterno de um destacamento destinado a um cordão sanitário em uma faixa do rio Uruguai, limite com a República Argentina, em vista da epidemia do cólera morbus graçar nesse país. Coube-me o comando de um subdestacamento no lugar denominado «Barranca Pelada» daquele rio. Distava seis quilômetros mais ou menos da cidade. O grande destacamento chegara, sob o comando do Capitão Ricardo Fernandes da Silva, em 31 de Dezembro de 1886. Fêz de Uruguaiana a sede. Fraccionou-se para guarnecimento daquele rio e do Quaraí.

No dia 22 de Janeiro de 1887 contrai núpcias com D. Leontina Vilela, com quem já havia contratado casamento quando de minha passagem de S. Borja para S. Gabriel.

Em Junho do mesmo ano regressei com o destacamento a S. Gabriel. Cessara a epidemia no país vizinho.

Fui nomeado secretário do regimento, cargo que exerci durante ano e meio. Era Comandante o Tenente Coronel Bernardo Vasques, que chegou a Marechal do Exército e Ministro da Guerra na Presidência Prudente de Moraes. Foi um excelente mestre. Recebi de seu elevado caráter, cultura militar e alto sentimento de justiça, ensinamentos que

constituem verdadeiros postulados, servindo de guia seguro aos que se iniciavam no serviço militar.

Pela promoção a Tenente de Estado Maior de 1ª classe, por Decreto de 15 de Dezembro de 1888, deixei o regimento. Ao desligar-me o Comandante publicou a seguinte ordem do dia :

«Comando do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo.

Quartel em S. Gabriel, 26 de Janeiro de 1889.

ORDEM DO DIA Nº 22

Publico para conhecimento do Regimento, o seguinte :

EXCLUSÃO

Felicitando o Sr. Tenente Fernando Setembrino de Carvalho pela sua justa promoção para corpo especial, agradeço-lhe a inteligente e leal coadjuvação que, na qualidade de secretário, me prestou, e o louvo pelo zêlo, dedicação ao serviço, e invejável espirito de ordem e amor ao trabalho com que sempre procedeu não só no exercício das funções especiais de seu cargo como gerais de pôsto de subalterno do regimento, revelando sempre nas relações com êste comando ser, sem quebra da justa altivez própria do homem digno e oficial brioso, um cavalheiro de fina educação, um militar subordinado e conhecedor dos preceitos disciplinares, de que, apraz-me declarar, jamais se afastou. — BERNARDO VASQUES, Tenente Coronel Comandante».

Com o acesso de pôsto que vinha de receber, deveria seguir para o Rio de Janeiro, sede do corpo especial de estado maior, a fim de aí servir ou ser enviado ao desempenho de uma comissão inerente à finalidade do mesmo Corpo no seio do Exército. Para seus oficiais, que eram do pôsto de Tenente até Coronel, não havia serviço arregimentado. Destinavam-se a comissões de várias naturezas.

Não me convindo, por motivos de familia, tomar aquêlê destino, apresentei parte de doente. Inspecionado de saúde, e julgado precisar de algum tempo para tratamento, obtive permissão para gozá-lo em Uruguaiana.

Lá chegando, fui convidado pelo Comando da Guarnição e Fronteira para secretário. Incluía-se este cargo no número das comissões pertencentes ao Estado Maior de 1ª classe.

Foi em seu exercício que me encontrou a proclamação da República a 15 de Novembro de 1889.

Em Janeiro, mais ou menos, do ano seguinte (1890), a convite do General honorário Francisco Rodrigues Lima, então Comandante da Guarnição e Fronteira de S. Borja, para esta cidade me transladei, a fim de desempenhar o cargo de seu secretário. Nessa época os comandos de Guarnições e Fronteiras eram exercidos, em geral, por Generais honorários e oficiais da Guarda Nacional, que haviam feito a campanha do Paraguai. Tais comandos revestiam-se de caráter político. Com a ascensão ao Poder de um dos partidos militantes — liberal e conservador — aquêles comandos passavam aos Generais honorários da facção que subia. Eles, em geral, eram chefes de partidos nas localidades em que residiam, sede dos Comandos de Fronteira.

O General Lima, que fôra liberal, havia aderido, antes da queda da monarquia, ao partido republicano. Explica-se assim o ser-lhe confiado aquêlo comando logo após o advento do novo regime. Uma outra circunstância influía para a deliberação do Governo Provisório da República: o partido liberal, em uma grande maioria, chefiado por Silveira Martins, não recebera com aplausos a nova ordem de coisas. Havia perdido a situação política no Rio Grande, que, como decorrência lógica, passara ao republicano da propaganda. Quando o trôno dos Braganças já estremecia aos embates da ação vigorosa dos republicanos, e o terceiro reinado se apresentava como ponto de interrogação nos horizontes políticos da Pátria, o grande tribuno riograndense era indigitado pela opinião pública brasileira como um dos mais denodados de seus defensores. É um ponto histórico incontroverso. Do exílio na Europa, a que o submeteram as iniludíveis necessidades de tranquilidade para consolidação da nova instituição política, regressou em atitudes reacionárias. Durante sua ausência seus co-partidários não se conservaram inativos. Passado o torpor do primeiro momento, pelo inopinado do golpe que lhes arrebatou o Poder, entraram em atividade, preparando reação. Daí as medidas precautórias do governo republicano em relação às nossas fronteiras.

Certo que qualquer movimento de subversão da ordem no território riograndense teria sua origem e organização em uma das repúblicas platinas ou em ambas ao mesmo tempo. A tradição histórica fala bem alto nesse sentido, e em favor das medidas postas em execução.

Ao ser nomeado Comandante da fronteira de S. Borja, indicada como ponto provável de invasão dos futuros revolucionários, como realmente sucedeu em 1893, o General Lima solicitou dos amigos políticos a indicação do nome de um oficial do Exército, para seu secretário, cujas convicções republicanas fôsem penhor seguro de alta confiança.

Os meus amigos e correligionários Drs. Alvaro Batista e Homero Batista indicaram-me à consideração do General. Júlio de Castilhos, em telegrama, pediu-me atender ao convite, não regateando meus serviços à República.

Quando em 1885 em S. Borja estive comandando o destacamento da ala esquerda do batalhão de engenheiros fiz parte de um grupo de republicanos propagandistas. Datam dessa época minhas relações políticas com os irmãos Alvaro e Homero Batista, e fomos mesmo amigos.

PROMOÇÃO A CAPITÃO DE ESTADO MAIOR

Por decreto de 17 de Maio de 1890 fui promovido a Capitão de Estado Maior de 1ª classe. Transferido logo depois para o Corpo de Engenheiros.

Em Junho do mesmo ano fui nomeado membro da comissão de Engenharia Militar do Rio Grande do Sul. Pelo respectivo Chefe, Coronel de Engenheiros, Catão Rôxo, fui designado para efetuar reparos no Quartel de Uruguaiana. Para esta localidade segui imediatamente, deixando, consequentemente, as funções que exercia junto ao General Lima. A situação política apresentava-se, então, mais desanuviada.

ATIVIDADE POLÍTICA — 1891

Republicano histórico, colaborei na reorganização do partido ao lado do Coronel Antônio de Azambuja Cidade que, por sua atuação relevante na fase da propaganda e recursos financeiros, empunhava o bastão de mando em Uruguaiana.

Homem patriota, castilhista intransigente e ardoroso, não dispunha, entretanto, de cultura. A par daqueles predicados possuía agudeza de espírito e uma atividade política prodigiosa, que o tornaram temido dos adversários.

Nossa convivência e solidariedade partidária, conjuntamente à confiança que minhas atitudes lhe inspiraram, levaram-me a representar o papel de seu acessor na direção da política local. Na mais íntima co-

munhão de vistas dirigimos a primeira campanha eleitoral, após o advento republicano. Tratava-se da eleição para deputados à Assembléia Constituinte do futuro Estado Riograndense. Realizou-se a 5 de Maio de 1891.

Coube-me uma cadeira nesse Areópago politico que, pela Carta Constitucional, votada a 14 de Julho daquêlê anno, deu organização politica ao Rio Grande.

Foi verdadeira surpresa para mim a inclusão de meu nome na chapa organizada em Pôrto Alegre pela comissão central do partido, com Júlio de Castilhos à frente. Não me atraíam as posições politicas. Minha colaboração no partido local obedecia unicamente as injunções do meu ideal republicano. A negação de serviços ao novo regime não era lícita a nenhum daqueles que haviam cooperado para sua implantação no País, especialmente no momento em que apreensões pairavam no espirito da nacionalidade acêrca de seus destinos sob a nova forma de govêrno.

O município de Uruguaiana, como todos os outros, deveria ser representado. Fomos escolhidos eu e o Coronel Lídio Purpurário dos Santos Costa, igualmente republicano histórico, e residente em Uruguaiana, na qualidade de Comandante de um Regimento de Cavalaria do Exêrcito.

Dissolvida a Constituinte, após a eleição de Júlio de Castilhos para primeiro Presidente Constitucional do Rio Grande, pela mesma Assembléia, de acôrdo com o preceituado nas disposições transitórias do pacto constitucional, apresentei-me à minha Comissão (Engenharia Militar), então sob a chefia do Coronel de Engenheiros Alfredo Müller de Campos, em Pôrto Alegre.

Consoante às mesmas disposições transitórias, os Constitutintes continuariam como deputados à Assembléia dos Representantes, aparêlhô politico com funções legislativas orçamentárias em que se transformaria a Constituinte. O mandato teria a duração de 4 annos.

A primeira reunião ordinária teria lugar a 20 de Setembro, ainda de 1891. Eis porque, a fim de evitar viagens, no interregno do encerramento dos trabalhos constituintes à abertura da nova Assembléia, fiquei agregado ao escritório central. Efetivamente naquela data iniciava a Assembléia dos Representantes o seu funcionamento, pela discussão da primeira lei orçamentária, cujo projeto fôra da iniciativa do Govêrno do Estado, no caráter de proposta. Era uma das prerrogativas do Presidente.

Todavia, nesta primeira reunião, como dispositivo provisório, deveria ocupar-se não só do orçamento para o anno próximo (1892) como

de outro para os três últimos meses do vigente exercício, isto é, para Outubro, Novembro e Dezembro de 1891.

Júlio de Castilhos, porém, Presidente do Estado, em mensagem à Assembléia, propôs a prorrogação, mais uma vez, do Ato adicional, até Dezembro, pelo qual o Visconde de Pelotas, primeiro governador do Rio Grande, no regime republicano, prorrogara o orçamento de 1889 para vigorar no tempo que precedesse à nova organização política do Estado.

Tal medida sugerida pelo Govêrno, revestida de caráter imperativo, importaria indiscutivelmente na ab-rogação do dispositivo constitucional, que, como já referimos, era insofismável. Autor do projeto da Constituição, era êle próprio, Júlio de Castilhos, quem propunha o primeiro golpe no instituto político votado, havia três meses.

Não alcançou unanimidade de aplausos no seio da Assembléia a sugestão do Presidente. Vários dela dissentiram, opinando pela aplicação do preceito legal. No debate, então travado, distinguiram-se os Drs. Álvaro Batista, Marçal Escobar, Francisco de Paula Maria de Lacerda, Francisco Miranda, em oposição à proposta governamental. Um reduzido número de deputados os acompanhou. Dentre êles o autor destas linhas. A maioria, porém, orientou-se pelo Govêrno. Fomos vencidos.

Esta atitude de independência de uma reduzida minoria, foi alvo de criticas acerbas dos mais dedicados acólitos do Presidente. Formou-se nas rodas palacianas um ambiente que, se não era positivamente hostil aos deputados insurgidos contra a vontade presidencial, era, pelo menos, de acentuadas prevenções.

Castilhos considerou-se melindrado.

Ferido seu poder pessoal em embrião, e que pelo desenvolvimento posterior a que atingiu, estimulado pela subserviência geral, originou mais de uma dissidência no seio do seu partido.

A minoria oposicionista, assim logo denominado o pequeno número de representantes que se julgaram na posse do direito de livremente pensar e agir, conscnte os ditames da consciência, não emprestou ao fato maior importância. Manteve-se em discreto afastamento do Palácio, apoiando, porém, e votando outras medidas governamentais dependentes da lei do orçamento. Foi por isso reconhecida pelo Govêrno e próceres da situação que a atitude anterior não era o fruto de uma oposição intencionalmente preparada. A reconciliação operou-se, pois. Contudo, nessa conduta de Castilhos encontraremos o germe de uma segunda dissidência que posteriormente surgiu.

O valor combativo de Castilhos na tribuna e imprensa — dirigia o órgão do partido, a «Federação» — sua elevada cultura, intransigência nos princípios e predicados de verdadeiro «condottiêre» de homens grangearam-lhe um prestígio considerável na grande massa de seus correligionários e estimularam sua vontade, já manifestamente poderosa, para sobrevir férrea, onipotente. O reflexo desta vontade discricionária obumbrou o pensamento e o sentimento de independência de seus partidários, mesmo dos que formavam uma verdadeira elite pela inteligência, saber e profundas convicções republicanas.

Todavia não conseguiu subornar tôdas as consciências. Havia ainda espíritos irreconciliáveis, inacessíveis ao absolutismo do ditador constitucional. Mais de uma discórdia sobreveiu na falange republicana. A primeira e mais importante, pelos méritos de seus promotores, — Demétrio Ribeiro e Barros Cassal — emergiu antes mesmo do Estado organizado constitucionalmente. A segunda, chefiada pelos irmãos Álvaro e Homero Batista, baseou-se nas mesmas razões da primeira. Os que a constituíram foram cognominados «Nórmicos». Origina-se a alcunha do fato de advogarmos, no manifesto político ao Rio Grande, o restabelecimento das antigas normas da fase da propaganda republicana para a escolha dos representantes do povo nas Assembléias políticas. Júlio de Castilhos havia tudo derogado para sobrepor ao pronunciamento de seus pares sua vontade imperativa e aviltante.

★

★ ★

O golpe de Estado contra a soberania nacional pelo Marechal Deodoro da Fonseca, glorioso fundador da República, dissolvendo o Congresso Federal, veio encontrar-me na Assembléia dos Representantes, que pròximamente encerraria seus trabalhos orçamentários.

Era o primeiro revés porque passava a nóvel instituição. A vida nacional, profundamente abalada pela súbita e inesperada transformação política, se ia aos poucos normalizando, quando sente-se de novo tomada de uma crise suscetível de consequências funestas para o equilíbrio orgânico do País.

Os sentimentos republicanos do povo riograndense, suas tradições de altivez e independência cívicas, não suportariam sem veemente protesto tão grande afronta à Nação. Repercussão pungente e de assombro vibrou no seio da Assembléia dos Representantes de um partido, que em Deodoro via o penhor seguro da consolidação do novo regime.

Do torpôr do primeiro momento, que tão grave acontecimento gera-
ra, não tardou a alma gaúcha libertar-se. Compelida pelo seu heróico
passado de lutas pelas liberdades públicas, cultuando-o com edificante
devotamento cívico, insurgiu-se contra o despotismo que assomara à
Capital da República. O sentimento de repulsa ao ato de Deodoro
célere alastrou-se, com pronunciamentos violentos em algumas regiões
do Estado.

De Bagé ressoou o brado de revolta.

O General Manuel Luis Osório, Comandante da Guarnição e Fron-
teira, colocou-se à frente, perfeitamente identificado com o pensamento
dominante de insurreição contra o Ditador.

Outros mais competentes, sem dúvida, escreverão esta página bri-
lhante da história do povo que habita as bandas do Sul da Pátria, e
que mais o exaltarão na opinião de nossos vindouros.

Limitemo-nos a dizer o que se passou na Assembléia dos Repre-
sentantes: era geral o desgosto. Pretendeu manifestá-lo incontinentem-
te votando uma moção contra Deodoro. Não o fez, como não mais realizou
sequer uma sessão. A palavra de ordem nesse sentido partiu do Palá-
cio. Os deputados não deveriam dar número.

Júlio de Castilhos, govêrno, Júlio de Castilhos, chefe de partido,
recebeu sem objeções, sem mesmo aparente surpresa, o ato ditatorial.
Dir-se-ia que já o esperava. O recolhimento a que se entregou em seus
apartamentos particulares, no Palácio Presidencial, tornaram-no invisível
para seus correligionários. Excetuavam-se alguns, com quem confabu-
lava a portas fechadas. Eram os intermediários, seus assistentes, que,
por momentos, apareciam nos salões da casa do govêrno para transmitir
à numerosa concorrência de republicanos, que ansiosos esperavam o gesto
supremo do Chefe, palavras de esperanças tranquilizadoras, a par de
conceitos tendentes mais a justificar o desacato à Nação que repudiá-lo.
Era a mistificação! Nada sabiam! Conjecturas, hipóteses, suposições!
Como assumir atitudes sem pleno conhecimento dos motivos que induzi-
ram Deodoro, visto que pela interrupção do telégrafo não havia chegado
o final do manifesto dirigido à Nação?! Embuste, ardil, enrêdo com que
se procurava apaziguar os ânimos. O telégrafo estava fechado, interdito,
mas sômente para o público, a fim de conservá-lo ignorante dos sucessos
que se desenrolavam na Capital Federal. As razões fundamentais da
dissolução do Congresso Nacional continham-se no fim daquele documen-
to, ainda não de todo conhecido, porque o telégrafo paralisara precisa-
mente quando o transmitia!

Assim se embaía a opinião pública!

Eles as conheciam por demais !

Se, nas primeiras horas, as palavras enganosas, os artifícios empregados, produziram o efeito desejado, passados alguns dias (dois outros), a boa fé e confiança desapareceram. Ninguém mais iludido !

Castilhos, ciente de tudo, em correspondência direta com o Rio de Janeiro, sondava a opinião do Rio Grande.

Esta convicção apoderara-se do espírito público. Não havia dúvida, Castilhos apoiava o golpe de Estado ! Acontecimentos supervenientes, que serão tratados mais adiante, evidenciaram a verdade dêste conceito, que originou a queda do ditador riograndense.

Protestos veementes em «meetings» realizados na Praça Senador Florêncio, em Pôrto Alegre, davam a medida da exaltação pública.

Um momento chegou em que resolução grave foi tomada. A massa popular deliberou concitar o Govêrno a uma atitude definitiva, indo ao Palácio. Uma comissão constituída de pessoas gradadas, de incontestável relêvo social, acompanhada de grande multidão, subiu as escadarias da Casa do Govêrno. Queria ouvir a palavra do Presidente. Em meio a numerosos correligionários, que enchiam os salões do vetusto edificio, appareceu Castilhos, intrépido, sobranceiro. Em sua fisionomia transpareciam sintomas de vigílias prolongadas. Um representante do alto comércio, Sr. Bastian, excita-o a colocar-se à frente da reação contra a prepotência, que conspurcava as tradições democráticas do País, das quais o Rio Grande fôra sempre arauto denodado. Apelava para seu patriotismo e sentimentos de sincero e leal servidor dos ideais de seu povo. Queriam-no todos como guia do movimento regenerador, alastrado em tôdas as coxilhas e vales da terra dos farrapos. Castilhos, pela gravidade de sua impassibilidade marmórea, parecia inacessível à palavra do orador. Habitudo ao papel de mentor, não se deixava conduzir. Tinha um destino a cumprir no quadro das responsabilidades dos fundadores da República. E, assim, quando o silêncio seguiu-se aos vibrantes aplausos com que terminou o representante do povo sua inflamada oração, êle respondeu em eloquente e emocionante discurso, declarando, ao finalizar, que, na hora presente, «abandonava o Govêrno do Estado à garatagem desenfreada». Esta expressão passou à história como o desafôgo de uma consciência divorciada do sentimento geral do Rio Grande. Não temos a habilidade de um artista da pena, mesmo medíocre, para descrever a cena emocionante que deu lugar a vibrante oração do grande político, e que foi o epílogo do primeiro govêrno constitucional do Rio Grande.

Atingindo ao patético no primeiro momento, desceu, porém, sem dúvida, aos olhos de um observador imparcial, ao ridículo : Todos os seus correligionários choravam copiosamente ao apertarem-no nos braços, na mesma estreita solidariedade política.

O tom de visível emoção com que falara, a sua heróica resistência naquele transe doloroso de sua vida pública, imposta pela sequência dos acontecimentos que se vinham desenrolando no território riograndense, culminando na Capital, e que sua visão não soube descortinar na tela política, que esbatia, então, ao olhar comum, rancores e represálias, aprofundadas na alma de seus adversários, a majestade, enfim, do momento, tudo concorreu para que um frêmito emocionante se propagasse por entre a numerosa assistência de partidários de Castilhos, produzindo um movimento de simpatia e solidariedade, a que não escaparam mesmo aqueles que mais profligaram sua conduta.

Castilhos baqueava, fortalecido, porém, pela solidariedade de seu partido.

As suspeitas se confirmaram. O Chefe riograndense apoiava o Ditador.

Preferiu o abandono do Poder à deslealdade para com Deodoro, o ostracismo para não trair compromissos, talvez, previamente assumidos. A história, um dia, desvenderá êste episódio da vida republicana do grande Estado do Sul, não conhecido ainda em tôdas as suas minúcias.

★

★ ★

Após a renúncia de Castilhos, o Dr. Gervásio Alves Pereira, Presidente da Assembléia dos Representantes, refletindo a emoção geral, declarou que os membros da Assembléia, acompanhando o gesto do Presidente do Estado, resignavam o mandato. Esta iniciativa do Presidente Gervásio ressentia-se de falta de autorização. Contudo, foi unanimemente aprovada com aplausos estridentes. Todos se achavam sob o domínio de sentimentos afetivos.

★

★ ★

Deixando imediatamente o Palácio, o Presidente resignatário dirigiu-se, a pé, seguido de imenso cortêjo de correligionários, para a residência de seu cunhado, Dr. Rivoredo Barros, onde foi hospedado, à rua

do Arvoredo, próxima à ponte de pedra, chamada ponte dos padres, que dá acesso à Praia de Belas.

Não se conformou com a situação a que foi levado pela opinião de seus conterrâneos, vendo-se entre o dilema : contra a ditadura ou renúncia. Preferiu esta, assumindo, então, atitude francamente ao lado de Deodoro.

Convocou, para o dia seguinte, uma reunião dos representantes à Assembléia e dos vultos mais em destaque do partido. Realizou-se na casa do Desembargador Hermínio do Espírito Santo, outro seu cunhado, sita igualmente à rua do Arvoredo.

Após longa exposição da situação do País, justificando por ela seu apóio ao ditador, concitou o partido, por intermédio de seus mandatários presentes, a organizar uma força militar eficiente, cuja missão seria marchar imediatamente para o pôrto das Tórres em socorro de Deodoro.

Não é possível lembrar-me das considerações por êle desenvolvidas nessa Assembléia histórica, em abôno de sua conduta. A verdade é que, com raras exceções, as manifestações surgidas, então, entre os que dela co-participaram, foram de aplausos ao Chefe onipotente.

Castilhos, apesar de seu defeito fisico ao falar, que aliás sabia disfarçar com grande habilidade, exercia um tal poder de fascinação no acento de sua voz, naturalmente cheia, vibrante, persuasiva, ressumando uma energia indômita, que a audácia e coragem de seus correligionários, como também a faculdade de livremente pensar, eram impotentes para compeli-los a articular uma contradita sequer às suas opiniões e diretivas em matéria política ou partidária. Era ilimitada a confiança que souberam grangear-lhes seus eminentes atributos morais e intellectuais, de par com predicados invulgares de ação e de coordenador de vontades. Daí, o poder absoluto de mando, disciplina partidária férrea. Condenar ao ostracismo perpétuo todos os capazes de sombrear suas idéias e pretensões, era a lei. Todavia, a abdicação do livre exame e direito de opinar não absorveu todos os espiritos, nem tôdas as consciências adormeceram ao influxo de seu gênio fascinador : mais de uma dissidência surgiu em meio de tão estranho aviltamento.

Não são de admirar, pois, os aplausos que recebeu, e o compromisso, pela grande maioria assumido, naquela Assembléia, para arregimentação de forças, solicitada pelo Chefe supremo da situação decaída.

★

★ ★

Dentre os que opinaram contra, lembro-me dos deputados Álvaro Batista, Francisco Miranda, Manuel Teófilo Barreto Viana e Setembrino de Carvalho.

Em virtude de tal deliberação todos deveriam regressar às suas localidades para iniciar o movimento.

Com a renúncia do Presidente constitucional um triunvirato assumiu o governo do Estado. Constituíram-no Assis Brasil, General Barreto Leite e Barros Cassal. O primeiro, há muito divorciado de Castilhos por divergência de doutrina política, conservara-se afastado das lutas partidárias, em reverente atenção a laços de parentesco e antiga amizade. Durante a crise, esforçou-se em vão no sentido de convencer Castilhos da necessidade de ser êle (Castilhos) o promotor do movimento de reação contra o Rio de Janeiro, isto é, contra o ditador. Realizou-se mesmo uma reunião no Palácio para ouvir-se a palavra dos dois antigos «leaders» republicanos. Castilhos venceu! Vencia sempre! Era admirável a coesão do partido que soubera arregimentar!

O segundo, como representante do partido federal, em que se transformou o antigo liberal, chefiado pelo tribuno Gaspar Martins.

O terceiro, representante da primeira dissidência republicana, chefiada por Demétrio Ribeiro, notável propagandista da República.

Era o governicho, como o denominavam os adversários.

Desconjuntou-se dias depois: Assis Brasil abandonou. Depois de alguns meses, Barreto Leite. Restava Cassal, que entregou finalmente o Poder a Silva Tavares, membro da tradicional família, que tanto figurou nas fileiras do antigo partido Conservador, em Bagé.

Dissolvida a Assembléia, em consequência da renúncia, apresentei-me ao escritório central da minha comissão, cujo chefe, Coronel Muller de Campos, nesse momento precisamente, recebia do Rio de Janeiro ordem para enviar uma comissão de engenheiros ao Pôrto das Tôrres a fim de levantar aí fortificações. Desconheço os projetos de Deodoro, que determinavam uma tal medida. Parece ter havido prévio acôrdo com Castilhos. Devemos lembrar-nos que na reunião política, realizada em casa do desembargador Espírito Santo, foi tomada, por sugestão de Castilhos, a resolução de organizar uma força militar para ocupar Tôrres. Seria uma posição defensiva para resistir à ofensiva que preparava o Rio Grande contra o ditador?

Mais tarde soube-se que nessa ocasião Castilhos a êste solicitara dois ou três navios de guerra ! Até o presente a luz não se fêz completamente sôbre êste episódio do golpe de Estado.

*
* *

Pretendeu o Chefe nomear-me para a comissão de Tôrres, julgando ir ao encontro de meus desejos, como solidário com Castilhos. Mas, como me não achasse mais em Pôrto Alegre por haver embarcado para Uruguaiana dois ou três dias após a derrocada Castilhista, fui, ao chegar à cidade de Alegrete, surpreendido com uma consulta do Chefe sôbre a aceitação ou não daquela comissão. No caso afirmativo deveria regressar imediatamente à Capital do Estado.

Ignorava o Chefe as minhas disposições de ânimo em relação a Castilhos. Não havia eu mesmo comunicado a outrem as minhas reflexões sôbre a conduta do chefe do partido. Não pretendia acompanhá-lo mais. A desilusão era assás forte para continuar na senda política, guiado por quem não correspondia às antigas tradições democráticas do Rio Grande, continuadas na propaganda, fonte onde haurimos nossas convicções republicanas.

Dei como não recebida a consulta e prossegui viagem.

Deixando a família em Uruguaiana, entre os seus, pretendia regressar ao norte do Estado, não para fortificar Tôrres, mas para incorporar-me ao exército ao mando do General Manuel Luís Osório, que se apresentava para o combate à ditadura.

A 23 de Novembro, porém, o Marechal Deodoro, em um rasgo de eloquente patriotismo e fraternidade brasileira, com o intuito de evitar derramamento de sangue irmão, resignou o Poder.

A democracia vencia. O espírito liberal do Rio Grande contava uma grande vitória. A ditadura era regime incompatível com o sentimento político nacional.

*
* *

O ostracismo ao partido republicano impôsto pela revolução «branca» vitoriosa, não se conformava à alma ardente de lutador intemerato de Castilhos.

Sua ambição e observação do panorama politico que apresentava o Rio Grande, pelas dissensões reinantes entre os próceres da nova situação, compeliam-no a uma aproximação do Marechal Floriano Peixoto, que, na qualidade de Vice-Presidente da República, assumira a governança do País.

O governicho, constituído de elementos heterogêneos, foi pouco a pouco se esboroando. Falta de coesão, pela ausência de uniformidade nos pontos de vista administrativos, e de unidade em matéria de doutrina politica.

Foi por isso o govêrno ter às mãos do Dr. Bonifácio Tavares, como já referimos.

*
* *

Floriano, para consolidar-se no Poder, necessitava do apôio do Rio Grande. A procela ameaçava levantar-se nas bandas do Sul, onde fatalmente se desencadearia com violência. O grupo dominante no Estado deixara de inspirar-lhe confiança. Tudo estava desarticulado. Apelou, então, para o partido republicano, única fôrça politica coêsa, arregimentada, numerosa, sob o comando único de Castilhos.

Se se atentar em tudo isso ver-se-á que não era difficil um entendimento entre os dois Chefes. Ambos o desejavam. O deputado Vitorino Monteiro, amigo de Floriano, filho do Barão de S. Borja, que fôra seu companheiro de armas, possuía credenciais bastantes para influir na reconciliação de Castilhos com o Govêrno da União. Foi o que aconteceu. Por seu intermédio foi concertado um plano de deposição de Tavares.

Com effeito, a 17 de Junho de 1892, foi deposto, assumindo o govêrno do Estado no caráter de Governador Provisório o Sr. Vitorino Monteiro, nomeado por Floriano.

Reconquistara o Poder o partido republicano, então mais chamado partido Castilhista.

O pacto entre Floriano e Castilhos estava selado. O partido republicano era agora o mais intransigente defensor do Govêrno Federal, e tornar-se-ia o maior sustentáculo de Floriano.

*
* *

Chegámos aqui ao nosso objetivo ao traçarmos rapidamente estas referências a acontecimentos políticos que caracterizam uma época da vida institucional do Rio Grande republicano.

Refiro-me à posição que os imperativos de minha consciência e senso político me destinaram,

Quando da preparação do movimento destinado a depôr Tavares, resultando dêsse golpe a reconquista do Poder pelo partido republicano ou Castilhistas, recebemos em nossa residência, em Uruguaiana, o Coronel honorário Gabriel Rodrigues Portugal, Intendente do município, e o Coronel da Guarda Nacional Antônio de Azambuja Cidade, chefe político. Foram convidar-me para alistar-me nas fileiras revolucionárias, que necessitavam, diziam, de meus serviços. Recusei-me formalmente. A lição dos fatos tinha calado profundamente no meu espirito. Testemunha dos gestos e atitudes de Castilhos na direção do partido como em sua ação governamental, formou-se em meu espirito a convicção de seu gênio autoritário, despótico: todos lhe deviam submissão absoluta. Sua autoridade era una. Opiniões alheias não tinham valor, não constituíam objeto de atenção de sua parte, não entravam no jôgo de suas cogitações. Exercia uma ditadura sem rival na política brasileira. A abdicação da consciência era imposição.

A constituição riograndense era fruto do absolutismo dominante. O projeto, de sua autoria, repousava em bases de doutrina política, que se afastava dos moldes do ideal republicano dos históricos propagandistas. A engrenagem criada para a formação das leis aberrava dos sistemas em voga. Era novidade, infringindo preceitos firmados na Carta Federal sobre a organização política dos Estados.

A concepção deriva-se do gênio discricionário do autor, que quer governar a seu talante. O Poder Legislativo era assim uma ficção. O verdadeiro legislador era o Presidente do Estado. Porque, se a qualquer cidadão era conferida a faculdade de opôr emendas ao projeto de lei, sempre emanado do Executivo, a êste competia o direito da aceitação ou recusa. O Presidente, nessa conformidade, exercia então conjuntamente os Poderes executivo e legislativo. E se considerarmos que o judiciário não estava isento da paixão política do Presidente, que podia, mediante uma lei por êle promulgada, alterar, modificar a sua composição, direitos e regalias dos magistrados, sem escapar mesmo o mais alto tribunal do Estado, como demonstravam os fatos exuberantemente, segue-se que o Presidente do Estado exercia um poder absoluto.

A livre manifestação do pensamento, a faculdade de pensar eram formas banidas na arregimentação Castilhistas. E se um movimento de

consciência impelia a um pronunciamento franco de divergência com a opinião do Chefe, não faltariam ao autor de tão grave indisciplina partidária as desatenções e desprêso do Chefe, seguido incontinentemente pelos seus acólitos. Foi o que sucedeu quando no seio da Assembléia Constituinte riograndense um pequeno número insurgiu-se contra a vontade do Executivo.

Ora, não me conformava com a rigidez da disciplina partidária, implantada nas hostes Castilhistas. O meu caráter cívico se havia formado ao influxo de idéias liberais. Meu idealismo democrático se revoltava contra a abjuração dos princípios que lhe serviam de fundamento. Minha consciência rebelava-se contra os grilhões que a queriam aprisionar.

Não podia aceder, pois, ao convite para restabelecer no Poder a autocracia, deposta pelos estos de liberdade e independência dos meus patrícios, com quem me sentia identificado.

Nesta conformidade foram de recusa as palavras com que respondi aos Srs. Portugal e Cidade, declarando que me considerava desligado de um partido, onde se exigia a abdicação da própria dignidade, para satisfação da ambição de seu chefe e vitória da sua nova ideologia política.

Os dois políticos retiraram-se, respeitando minhas considerações, e com a maioria delas concordando plenamente. A fé Castilhista, porém, os dominava. Só muito mais tarde um deles — Cidade — libertou-se da religião que tinha Castilhos como chefe de igreja.

★

★ ★

Considerava finda minha carreira política, aliás bastante curta. Era um desiludido da sinceridade política dos homens.

Uma outra razão associava-se às que venho de explanar; militava em favor de minha resolução: o estágio, embora de curta duração, em um partido fêz-me compreender a incompatibilidade do exercício simultâneo da profissão militar e da atividade política. Dai, decorrem, jamais suficientemente profligados, inconvenientes à disciplina no Exército e tranquilidade do País.

Não me embrenharei na discussão desta tese, por demais debatida, interessando unicamente às corporações armadas da Nação.

Não é escôpo destas insignificantes notas a explanação de assuntos doutrinários. Baste-me declarar que conservei êste ponto de vista durante longos anos de permanência nas fileiras do Exército. Nunca mais

exerci atividade política. Pela palavra, na imprensa como da tribuna, preguei sempre a alienação dos militares da política partidária. Sou mesmo adepto da exclusão dos militares do direito de voto, embora pareça isto aberrar dos sentimentos de civismo e patriotismo que devem orientar os cidadãos fardados.

*

* *

Vitoriosa a revolução que levou ao Poder o partido republicano, na pessoa do Dr. Vitorino Monteiro, nomeado Governador Provisório por Floriano Peixoto, foi a Assembléia dos Representantes convocada.

Ao telegrama do Governador, meu particular e estimado amigo, respondi: «Não me considero mais representante do Estado em virtude da renúncia, proclamada pelo Presidente da Assembléia, e que é por isso do domínio público. Todavia, se o prezado amigo necessitar de minha comparência para alcançar a Assembléia número indispensável para votar lei de meios, farei qualquer sacrificio para servir exclusivamente ao amigo». Replicou: «Espero que venha, sua presença é necessária». Satisfiz os imperativos da amizade.

A Assembléia funcionou durante poucos dias. Votou a lei de meios. Finda esta tarefa, que motivou a convocação especial, os deputados foram convidados para uma reunião em Palácio. Castilhos, após um discurso encomiástico à ação do partido, abundante em considerações de ordem política, deixando entrever suas apreensões pela sorte da República, ameaçada em seus fundamentos, aconselhou aos representantes renunciarem o mandato. O conselho era uma ordem! Sempre autoritarismo! Consultados, cada qual, todos opinaram com o Chefe, isto é, todos obedeceram. Não havia mesmo outra conduta a seguir. Só por um expediente de politicalha a Assembléia se havia reunido. O mandato já não existia pela renúncia espontânea no dia em que Castilhos abandonou o Poder.

É verdade que a «Federação» — órgão do partido — desmentiu. A crença, nesse sentido, originara-se de uma falsa interpretação de palavras, afirmava em seus editoriais preparatórios da farça que devíamos representar.

Com tal renúncia considere definitivamente terminada minha atividade política. Não excluí o direito, ao mesmo tempo dever, de concorrer daí em diante com o meu voto, independente, na escolha dos mandatários do povo para o exercício das funções públicas, onde é chamado seu

pronunciamento. Sempre compareci às urnas, como sempre votei nos candidatos do partido republicano, em geral meus amigos. Continuava adversário do partido federalista. Não me merecia confiança sua adesão à República.

ATIVIDADE GUERREIRA

Abandonando a política dediquei-me exclusivamente aos misteres de minha profissão.

Como engenheiro do 6º Distrito de obras militares, em fins de 1892 segui para a cidade de S. Borja a executar obras no Quartel de Cavalaria (6). Tinham como intuito apropriá-lo à nova organização do Exército, que diminuiu de metade o número de esquadrões de cada Regimento. Passar para quatro, portanto, o número de alojamentos, que eram oito. Além disso outros reparos.

Por essa época fervilhavam os boatos de revolução.

Efetivamente, em Março de 1893 teve lugar a invasão federalista pelo Sul e Oeste do Estado. Chegáramos, também, ao término das obras do quartel. Minha missão em S. Borja estava, pois, cumprida. Reco-lhi-me à Uruguiaiana, sede de meu distrito.

Nenhuma interferência na luta armada, já assolando o território riograndense, pois não havia recebido ordem alguma do Chefe da comissão.

Os federalistas de Uruguiaiana, já para auxiliarem seus correligionários em armas, já por não se sentirem seguros, emigraram para Libres, cidade Argentina, fronteira àquela.

O Comando da guarnição e fronteira fôra confiado ao General Hipólito Antônio Ribeiro, valente cabo de guerra, que conquistara as honras de general na campanha contra o desposto do Paraguai. Teve também a incumbência de organizar forças destinadas a operarem naquela fronteira. Cumpriu logo esta missão, reunindo gente, e constituindo um destacamento de infantaria e cavalaria, a cuja frente excursionava nos municípios vizinhos, batendo grupos rebeldes.

Os federalistas, emigrados em Libres, partidários exaltados, alguns de índole turbulenta, constituíam ameaça à tranquilidade dos habitantes de Uruguiaiana. Boatos constantes de prepararem êles um assalto à cidade tornava apreensivo o espirito público. Aguardavam oportunidade,

(6) O Estado tinha sido dividido em seis distritos. Fui nomeado Chefe do 6º.

que se apresentaria sem dúvida na ausência do General Hipólito, com a força de seu comando.

Em duas vezes que esse General, pela sua missão, foi obrigado a afastar-se da cidade, viu-se a população desamparada, dispondo apenas, para garanti-la, dos guardas e marinheiros da Alfândega, pessoal sem eficiência alguma militar. Repetiam-se, no entanto, os anúncios de invasão sob a chefia do Dr. Eduardo Fernandes Lima, advogado de talento, igualmente refugiado na cidade argentina.

Se notícias de invasão por forças organizadas e disciplinadas originam sobressaltos e temores nos habitantes do território visado, este estado de espírito se manifesta em mais elevado grau, em tratando-se de bandos armados, constituídos de indivíduos fascinadores, e como tais habituados ao crime. Desta laia seria incontestavelmente a gente recrutada pelos federalistas em Libres, para o assalto. Os chefes proclamavam represálias, vinditas, ajustes de contas com adversários.

Neste momento de insegurança e temores lembraram-se os republicanos Castilhistas, que não haviam tomado armas em defesa da legalidade, de organizar resistência a qualquer atentado que viesse dos adversários de Libres. Era a defesa de vidas, lares e propriedades. Apelaram para todos os capazes. O apêlo foi correspondido. Todas as classes se fizeram representar em grande reunião no edificio da Intendência Municipal. Precisavam de um chefe. Fui lembrado. Aclamaram-me, embora conhecessem minha atitude em relação ao Castilhismo.

Uma numerosa Comissão trouxe ao meu conhecimento a resolução da assembléia popular: apelar para sentimentos republicanos e amor ao torrão natal. Nem um instante de vacilação. Aceitei imediatamente a missão que me confiaram meus conterrâneos. Seguimos para a Intendência onde fui recebido em meio de aplausos delirantes.

Deliberou-se a organização de um batalhão de infantaria denominado «Defensores da República» e um esquadrão de cavalaria com o nome de Bento Martins, em homenagem ao valente guerreiro que, não obstante filho de outra terra, em Uruguaiana viveu por longos anos antes e post-guerra Paraguai, consagrando todo o esforço em prol de seu progresso.

Coube-me o comando do primeiro, recaindo no Coronel da Guarda Nacional, Ceciliano de Faria Correia, a escolha para o segundo.

O fim a que se destinavam estas forças estava perfeitamente justificado, pelos motivos de ordem pública. A ninguém era licito recusar serviços em tão grande circunstância. Quanto a mim, uma razão ponderosa militar ainda em favor da aceitação da investidura com que me distinguiram os conterrâneos.

Pairavam-me no espírito dúvidas acêrca dos objetivos da revolução: Monárquicos? Republicanos, propondo-se apenas depôr os governos federal e riograndense?

Aos republicanos sinceros não podia oferecer penhor de segurança do novo regime a individualidade de Silveira Martins, chefe consagrado do movimento subversivo. Era sabido ser um dos mais entusiastas defensores do 3º reinado. A Corôa o fizera depositário da mais alta confiança, e fundas esperanças. Tornou-se, por isso, suspeito à República.

Ao acender o facho da revolta desconheciam-se os seus intentos. Evitava sempre franco pronunciamento sôbre a nova ordem de coisas.

Se outra a conduta do preclaro riograndense, não seria de admirar a cooperação de inúmeros republicanos ao movimento armado. Porque já se desenhava no panorama político do Rio Grande os sintomas da ditadura que o gênio de Castilhos implantou. As suspeitas tiveram, mais tarde, justificativa: Saldanha da Gama, almirante de grande relêvo na marinha nacional, vinculado ao trôno dos Braganças por brasões, áulico dedicado, revoltara uma parte da esquadra na baía do Rio de Janeiro. Em manifesto à Nação declarava que, no caso da vitória de suas armas, ela, em plebiscito, seria consultada se aceitava ou não a nova forma de governo. Fêz causa comum com Silveira Martins. Transladou-se para o Rio Grande, incorporando-se às hostes federalistas. As aparências revelavam identidades de vistas políticas entre os dois mais eminentes vultos da revolução.

Procedi, pois, com acêrto, dadas as minhas convicções republicanas, aceitando as responsabilidades decorrentes do plebiscito da Intendência Municipal de Uruguaiana. E, uma vez de posse de tão elevada confiança, cumpria-me o dever de corresponder, empregando tôdas as minhas energias e saber profissional. Com êsse nobre intento consegui satisfazer aquêles que em momento crítico para mim apelaram.

O batalhão organizado teve a eficiência necessária para alcançar vantajosamente o destino que as circunstâncias lhe indicassem.

Tôda a mocidade, sem distinção de classes, correu pressurosa a alistar-se sob a bandeira dos «Defensores da República». Desde os mais altos funcionários da magistratura local ao mais humilde operário, prestaram concurso, constituindo as fileiras que mais tarde deveriam regar os campos de Inhandui com sangue generoso em holocausto ao ideal republicano.

Em breve o batalhão, por sua disciplina e instrução, que eu próprio lhe ministrava, dos primeiros passos à tática de combate, adquiriu con-

fiança e estima públicas. Desapareceram temores de assalto à cidade, pois sabiam-na aparelhada para repeli-los.

E aqueles que o premeditaram na vizinha cidade de Libres dispersaram-se sem lograrem realizar suas represálias e vinganças.

Tinham os «Defensores da República» preenchido sua missão,

Deveria, conseqüentemente, ser dissolvido o batalhão. Regressando, porém, à Uruguiana o General Hipólito à frente de sua força, a que mais tarde foi dada organização de Divisão, denominada de «Oeste», fui recebê-lo fora da cidade. Concluída a revista, que, a meu convite, passou ao batalhão, disse-me: «Uma tropa em tão admiráveis condições não pode desaparecer. Quer incorporar-se à minha Divisão? Se o Ministro da Guerra consentir, Sr. General — respondi. «E' o de menos» — palavras textuais.

O Marechal Moura, Ministro da Guerra de Floriano, estava em Porto Alegre, donde viera observar as operações militares desenvolvidas no Rio Grande contra os rebeldes. Comissionou-me em Tenente Coronel, e os «Defensores» passaram a fazer parte da Divisão Oeste, como unidade de infantaria da 4ª Brigada ao mando do Coronel Lidio Purpurário dos Santos Costa, que exercia cumulativamente com o comando do 4º Regimento de Cavalaria do Exército. Passáramos assim ao serviço próprio da causa republicana, defendida com máscula energia por Floriano Peixoto, viva encarnação das aspirações do Brasil republicano.

Por esta época, uma força revolucionária sob o mando do Coronel Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, que desertara do Exército declarando «abandonar a farda para envergar a blusa de gaúcho» avançara até a foz do Rio Quaraí, no Uruguai. Ia receber um armamento que, clandestinamente, lhe seria entregue por uma embarcação de nacionalidade argentina, denominada «Carmelita», com procedência da mesma República. Projetou-se impedir tal recebimento. A «Carmelita» deveria penetrar águas do Quaraí para, na margem direita, pertencente ao Brasil, efetuar a entrega do material. Barrar a foz daquele rio impunha-se como medida fundamental. Para esse fim foi contratado o vapor «Federação», que fazia navegação no rio Uruguai, pertencente à firma Barbará & Cia. Filhos. Armado em guerra com um pequeno canhão e uma metralhadora da nossa flotilha de guerra, estacionada em Itaqui, e guarnecido pelo «Defensores da República», seguiu para a foz do Quaraí. O navio era comandado pelo Capitão Tenente Amintas José

Jorge, da nossa Marinha de Guerra. A operação militar havia, porém, a mim sido confiada pelo General Hipólito. Houve a êsse respeito uma pequena controvérsia entre mim e o comandante Amintas. Tudo harmonizou-se.

A missão consistia em um policiamento rigoroso a fim de impedir que a «Carmelita» transpusesse a embocadura, penetrando águas do Quaraí.

Além do vapor, cruzando diâriamente o ponto mais acessível, utilizamo-nos de uma barça com um destacamento de 30 homens, permanentemente, em determinado local do divisor de águas do nosso território com o da República Oriental. Foi árdua a missão!

Aí permanecemos dez dias de cuidadosa vigilância, durante os quais chuvas frequentes dificultavam o desempenho da missão, originando fadigas e inconvenientes de toda ordem ao pessoal, especialmente ao destacamento que, por mais de uma vez, viu-se privado de alimentação, pela não possibilidade da remessa de víveres.

Mantinhm-se revôltas as águas da confluência dos dois rios. Dir-se-ia que tinham feito causa comum com os revolucionários de terra.

Prevenida pela espionagem rebelde a «Carmelita» nem mesmo tentou a passagem.

A proteção, porém, dispensada aos revolucionários brasileiros pelas autoridades da vizinha cidade oriental de Santa Rosa, permitiu que ela demandasse à costa uruguaia daquela República, onde não podia alcançar nosso policiamento, pela impossibilidade de agir em águas extra-territoriais. Após a confluência do Quaraí com o Uruguai, êste rio abandona o Brasil para tornar-se limite entre as duas Repúblicas platinas.

Entre nós nunca foi precisamente apurado se o Coronel Salgado recebeu ou não o armamento pelo território oriental. Eram várias as versões. De relativa facilidade, porque, desembarcado na costa oriental, atravessaria estreita faixa de terra para atingir a margem esquerda do Quaraí, donde passaria para a direita em ponto onde o calado do vapor «Federação» não nos permitiria chegar.

Por duas vèzes penetramos as águas do Quaraí, até onde sua profundidade consentia. Nessas incursões metralhamos grupos de rebeldes à margem do rio, e dezenas de disparos foram feitos sôbre o suposto acampamento dos federalistas. Contra nossa expectativa não responderam. Era de supôr, entretanto, que, sendo o navio de madeira, sem

obras de defesa, êles nos atacassem mesmo a tiro de fuzil. Os projéteis teriam penetração suficiente para atravessar a pequena espessura da madeira da infra-estrutura do navio. Atribuímos esta inação à escassez de munição. Parecia confirmar-se a versão de que esta coluna de Salgado viera desarmada a fim de munir-se do material transportado pelo «Carmelita».

Durante nossa permanência no Quaraí concebi um projeto de ataque a esta força rebelde, mediante uma ação combinada entre um forte destacamento da Divisão Oeste, partindo de Uruguaiana, e um desembarque do batalhão «Defensores da República».

Ocupavam os rebeldes uma posição de terreno compreendida no ângulo formado pela margem esquerda do Uruguai e direita do Quaraí, na confluência, portanto, das duas correntes. Atacados por terra, na retaguarda, ficavam com a retirada cortada. O Quaraí interceptava qualquer movimento para frente e esquerda, e o Uruguai à direita. Vê-se entre dois fogos. Tínhamos superioridade numérica, providos de excelente armamento e abundante munição. Tudo indicava bom êxito da operação.

Enviei um emissário ao General Hipólito, a fim de expôr-lhe o plano. Acolheu-o muito bem, disposto a executá-lo. Conferência com o Coronel Lídio, comandante da 4ª Brigada. Este opina contrariamente. Jamais, propositalmente, procurei conhecer os motivos por que não aceitaria, quaisquer que hajam sido. Evitei discussões, que se tornariam talvez prejudiciais à harmonia que deveria reinar na tropa. O próprio Coronel Lídio jamais procurou justificar sua atitude. Lamentamos todos haver passado uma ocasião favorável para o desbarato da coluna inimiga.

Havíamos desempenhado a missão.

O serviço de informações nos assegurou não haver mais tentativas de contrabando de armamento no local sob nossa vigilância.

Regressamos à Uruguaiana.

A coluna de Salgado ficou incólume.

Inverteram-se os papéis: aquela cidade esteve sob a ameaça de ser por ela investida em sua retirada do Quaraí. Corriam insistentes boatos nesse sentido. Tal, porém, não se verificou. Salgado, abandonando seu acampamento, rumou em direção a Alegrete, passando distante de Uruguaiana. Sabia-a bem defendida por boa tropa e obras de defesa.

A vigilância de nossa parte foi sempre ativa. Durante quinze dias, à noite, guarnecíamos as trincheiras, na previsão de um ataque,

De uma certidão firmada pelo comando da 4ª Brigada, averbada em minha fé de ofício, consta o seguinte, relativo à parte que me coube nas fortificações da cidade (7):

«... Então, encarregado eu e o peticionário pelo cidadão General Comandante da Divisão de apresentarmos um plano de fortificação de toda a cidade, de modo a adaptá-la de pronto a uma tenaz resistência, coube ao peticionário maior soma de trabalho na execução do referido plano, apresentado e aceito»...

Não me coube somente a mór parte do trabalho. Fui o autor do plano e diretor único de sua execução. O Coronel Lídio não podia ocupar-se dêsse gênero de obras militares.

Voltemos à coluna de Salgado.

Apesar de nada temer da Divisão Hipólito, em virtude de sua censurável inação, deixando-se ficar em Uruguaiana tranquilamente, sem de modo algum inquietar o inimigo, Salgado em seu regresso de Quaraí correu grave risco, a que êle, com habilidade e audácia, soube furtar-se. A fim de dar-lhe combate, em marchas forçadas, vinha de Alegrete a Divisão do Norte, ao mando do General honorário Francisco Rodrigues Lima e Senador Pinheiro Machado. Esse encontro não teve lugar porque Salgado, ao ter conhecimento, deixou o acampamento, dirigindo-se para Alegrete, e passando à esquerda de Lima e Pinheiro Machado. Evitou o combate. Estes, porém, retrocederam imediatamente no encalço, desta vez mais fortes ainda, visto que Hipólito, saindo de Uruguaiana, por ordem do Ministro da Guerra, com êles juntou-se, tomando parte na perseguição, a 2 de Maio de 1893.

Não sabemos se em virtude de combinações prévias, porém, o que é certo é que no dia 3 de Maio, Salgado fêz junção com as demais forças rebeldes, e em linha estendida aguardou o choque dos legalistas. Travou-se, então, o combate de Inhanduí, assim denominado porque teve lugar nas nascentes do rio dêsse nome, no município de Alegrete. Nesta ação comandava eu uma bateria de Artilharia Withwor, além do batalhão «Defensores da República».

(7) Concluída a guerra, requeri ao Cel. Lídio uma certidão dos meus serviços. Como oficial do Exército tinha êle um arquivo organizado. O mesmo não sucedia com o General Hipólito, que não tinha onde registrar as alterações com os oficiais. Não entendia mesmo destas coisas. O mesmo sucedia com os patriotas do General. A certidão foi, por ordem do Ministro da Guerra, averbada em minha fé de ofício.

Eis o que a certidão, acima aludida, diz :

«... Ainda em fins dêsse mês (Abril) tendo chegado quatro peças de artilharia Withwor de campanha, sem, entretanto, o competente pessoal, e em atenção aos conhecimentos técnicos do peticionário, e mesmo por ter êle servido arregimentado por muito tempo na arma de artilharia, foi encarregado pelo Comando da Divisão da organização de uma bateria com pessoal mesmo dos corpos de Cavalaria, de modo a funcionar o mais breve possível, e o fez com admirável tino e presteza. Assim é que a referida bateria acompanhou a Divisão, quando unida à do General Lima e Pinheiro Machado seguiu ao encalço da coluna inimiga, já forte de seis mil e tantos homens, cujo encontro teve lugar a 3 de Maio em Inhandui, onde o peticionário recebeu seu batismo de fogo na primeira batalha após a invasão. Ali, o peticionário, com seu corpo e bateria em batalha à direita de minha Brigada vi-o funcionar até como chefe de peça, dando assim exemplos de sublime valor aos seus comandados, e conquistando os aplausos unânimes dos companheiros, que tomaram parte naquela memorável ação. pelo seu heróico procedimento...»

Denominaram batalha a ação desenvolvida nas nascentes do Inhandui porque nela tomaram parte tôdas as forças em operações de ambos os partidos, com exceção do lado legalista de um destacamento sob o comando do General João Teles, e do outro lado de forças do comando do General honorário Joca Tavares, Barão de Itaquí.

Não foram identificadas estas colunas no campo de ação. Versões diversas correram na época sobre essa não co-participação. Sobre a situação, que no momento do combate ocupavam, jamais chegou ao nosso conhecimento esclarecimentos precisos. Um véu de mistério parecia encobrir. Constava, entre os boatos correntes, que as relações de amizade daqueles dois chefes, adversários políticos, não foram estranhas à deliberação tomada de não chegarem a tempo às margens do Inhandui. Nada podemos afirmar nesse sentido. Posteriormente, foi dito, não sem visos de verdade, que Silva Tavares esteve presente ao combate, mas que foi o primeiro a abandonar o campo, interrompendo-o, por haver sido informado de que o General Teles avançava para atacar de flanco ou retaguarda os federalistas. E' um dos motivos, pelo menos, a que se pode atribuir a retirada das forças rebeldes na noite de 3 de Maio, após um combate de 12 horas, mais ou menos, sem decisão.

Iniciada a ação pela manhã, sòmente às 12 horas chegou ao terreno a Divisão Oéste. O Coronel Salvador Pinheiro Machado, mais tarde General honorário, comandante da vanguarda geral, engajou-se a fundo com o inimigo sem observância dos preceitos de guerra. Agiu precipitadamente.

Nossa Divisão havia bivacado na estância do Coronel João Palma, onde chegara à noite do dia 2. Ao clarear do dia 3 movera-se em direção ao passo de Inhanduí.

Marchava à retaguarda da Divisão do Norte.

Pelas 11 horas, quando mais de légua distávamos ainda do referido passo, recebi ordem do General Hipólito, dada pessoalmente, de avançar com a artilharia. Viera a todo galope da frente, declarando que a Divisão Norte havia engajado a ação. O inimigo, em face da perseguição, julgara acertado tomar posição, aceitando a luta. Parece ter sido também o resultado de combinação prévia, como já dissemos, a escolha, por êle, do local em que combatemos, por isso que aí se achavam reunidas tôdas as forças revolucionárias, conforme igualmente já referimos. É de supôr que houvesse marcado Salgado êste ponto para encontro. Êle havia evitado, até então, o choque pela sua inferioridade numérica. Aguardava, pois, a junção com as outras colunas que, em socorro, vinham para o local escolhido. Não passa isso de conjecturas. São hipóteses para o caso. Quem escrever a história dessa jornada, sem dúvida a mais importante em território riograndense, em fontes seguras descobrirá a verdade.

A voz do General: «Comandante, avance com a artilharia, o inimigo está na frente», um frêmito de entusiasmo percorreu as fileiras de meu comando. Pareceu mesmo contagiar os animais! Os de tração da artilharia vinham já sem forças para tirar as peças. Não havia reservas. Cada viatura dispunha do número indispensável.

Pois bem, ao toque de artilharia «a trote» e em seguida «a galope», em um supremo esforço, arrancaram corajosamente, e assim passaram o Inhanduí, atravessando extenso areal.

A infantaria dos «Defensores» em acelerado acompanhou galhardamente a artilharia.

As 13 h. 30 m. mais ou menos, entramos em linha de batalha. De ordem superior destacamos para a direita da Divisão uma seção de duas peças ao mando do 1º Tenente João Maria Macalão, oficial de Cavalaria, mas que outrora pertencera à Artilharia. Sob minha direção ficou a outra seção. Auxiliava-me como subalterno o 1º Tenente Antônio Rodrigues dos Santos, que foi por mim requisitado. Havíamos servido

juntos no Primeiro Regimento de Artilharia a Cavalo, do qual era êle sargento ajudante. Socorri-me dêsses oficiais por não haver nenhum de Artilharia, muito embora não estivessem familiarizados com o sistema Withwor, anti-carga, raiado, bem diferente, portanto, do sistema Krupp, que era artilharia retro-carga, regulamentar do Exército.

A remessa da artilharia do Rio de Janeiro não presidiu um bom critério. O material chegou à Uruguaiana via Buenos-Aires. O pessoal correspondente, composto de dois 2^{os}. sargentos e 30 praças, veio diretamente para o Rio Grande do Sul, incorporando-se à Divisão em marcha, na véspera do dia do combate de Inhanduí. Ainda mais atrasado chegou o 1^o Tenente José Leandro Braga Cavalcanti, nomeado comandante da bateria, assumindo as funções dias após o combate.

Ao aportar, consequentemente, o material em Uruguaiana, vindo da Argentina pelo rio Uruguai, não havia pessoal especializado para sua montagem e organização técnica. O Comandante da Divisão, sabedor de que pertencera eu à arma de Artilharia solicitou-me auxilio. Assim, sob minha direção, mestres e oficiais ferreiros de oficina particular montaram todos os canhões e viaturas correspondentes. Com exceção da tela de amianto para cartuchos os acessórios respectivos acompanharam a bateria. O arreamento era de primeira qualidade. Com soldados do corpo provisório de cavalaria «Bento Martins» formaram-se os condutores. Após dois dias de insano trabalho, no pôrto da cidade, sob copiosa chuva, a bateria estava organizada, pronta para marchar. E como não houvesse a tela para cartuchos, fomos obrigados a utilizar flanela, único tecido existente na praça. Com 200 sacos marchou a bateria, incorporada, por motivos de ordem técnica ainda, ao batalhão de infantaria de meu comando, na madrugada do dia seguinte ao da terminação de sua organização, em horas avançadas da noite. Não houve tempo para o carregamento de todos os cartuchos. Apenas 50 foram prontos, a fim de atender, ainda que mal, qualquer eventualidade. Compreende-se que não poderia haver precisão nos tiros da artilharia, utilizando cartuchos, onde o pêso da carga era variável em consequência do material impróprio, do qual nos socorremos. Contudo, além do efeito moral causado ao inimigo, destruiu, durante o combate, abrigos e trincheiras, ocasionando não pequeno número de baixas.

Sobre o combate de Inhanduí, há lugar para dizer alguma coisa :

Em nossa opinião o resultado ficou indeciso. Após uma luta de 12 horas próximamente, a vitória não pendeu positivamente para lado algum. Ao cair da noite o fogo cessou, conservando os combatentes suas posi-

ções. Poucas baixas, entre mortos e feridos, relativamente aos efetivos engajados, apesar do grande dispêndio de munição de parte a parte. A falta de instrução da tropa, em grande maioria constituída de civis, e nenhuma disciplina de fogo, não poderia deixar de produzir o gasto notável de munição. Convém notar que o mesmo inconveniente existia nas unidades do Exército. Estas não conheciam tática de fogo. Os oficiais, inclusive comandantes, ignoravam os mais insignificantes rudimentos de combate.

Entre os oficiais, cuja morte tivemos a lamentar, contam-se o Ten. Cel. Acúrcio Corrêa de Sá, comandante do 9º Batalhão Provisório de São Borja e o Dr. Moraes, médico residente nessa cidade. Este havia oferecido os serviços profissionais à Divisão do General Lima, e, quando à pequena distância da frente de combate prestava socorro de urgência a um ferido, uma bala o vitimou.

Em homenagem à memória de um morto, moço ardoroso, entusiasta, da causa que o levava ao campo da luta, narrarei um episódio, que parece vir apoiar os sectários do fatalismo:

Chamava-se Carlos Matte, ourives de profissão.

Impõe-se antes um esclarecimento para que se conheçam os detalhes de tão prematura morte.

Conforme já foi referido, não houve tempo para confecção de cartuchos, antes da Divisão deixar Uruguaiana. Houve, por isso, necessidade, durante o combate, de organizar um posto para aquêle fim, à retaguarda, próximo ao hospital de sangue, ao abrigo do fogo inimigo. Para êle foram transportados os barrís de pólvora que do Rio Grande vieram com a bateria, e a seguiram na marcha, conduzidos em veículos requisitados.

Um serviço de estafetas foi estabelecido. A medida que ficavam prontos eram os cartuchos, em bôlsas apropriadas, transportados à frente. Assim se efetuava o remuniamento da bateria. Praças do «Defensores da República» foram escaladas para êsse serviço. Dentre elas o inditoso Carlos Matte. Não havendo chegado o pessoal artilheiro senão na véspera, à noite, do dia do combate, eu havia instruído ligeiramente um grupo de praças daquele batalhão para constituírem as guarnições das peças. Eram os serventes chamados, cada qual com funções especiais. Esses rudimentos de instrução, iniciados em Uruguaiana, continuaram na marcha da Divisão, durante os altos horários, prolongando-se mesmo quando as bôcas de fogo já em ação na linha de combate. Por essa

razão diz o Comandante da 4ª Brigada «que me viu funcionando até como Chefe de Peça». Tinha de ensinar, pouco importando os riscos. Ora em uma ora em outra peça instruía a guarnição, mesmo ante a intensa fuzilaria adversa que de preferência visava a artilharia.

Em um certo momento Carlos Matte chega com uma bolsa de cartuchos. Mando que a entregue a um dos serventes. Ele me vê em atitude de sangrar o cartucho já introduzido na peça. Diz-me: «Deixe-me sangrar o cartucho Comandante. . .» Passei-lhe o diamante que instantes antes havia recebido do servente Ludejero Saldanha, que tinha solicitado permissão para afastar-se momentaneamente de sua função — sangrar os cartuchos — por imperiosa necessidade. Mas, disse ao mesmo tempo a Matte: «Passe para a direita da peça — lugar que Ludejero ocupava». Eu, nesse momento, cavalgava a conteira do canhão para visar a mira de pontaria. Matte sangra o cartucho. Coloco-me em posição de visada tão depressa ele retira o diamante do ouvido da peça. Sinto um choque na perna direita. Olho para esse lado para averiguar a causa. Vejo Matte caído. Mando que o socorram. Quando o retiraram estava morto! Ao tombar, suas pernas chocaram-se com a minha. Uma bala no ouvido, donde corria um filete de sangue, o tinha vitimado. Ele ocupava o pôsto de Ludejero, que, por motivo imperioso, se ausentara. A coincidência dos fatos foi fatal ao pobre e valoroso Carlos Matte (8).

Dissemos que neste combate ou batalha, como quiserem, a sorte das armas não pendeu para nenhum dos partidos. Os legalistas, sòmente por uma circunstância se podiam considerar vitoriosos: É que conservaram o terreno, mantendo as posições ocupadas ao começar a luta. O inimigo, às 10 horas da noite, bateu em retirada, apesar de não haver perdido terreno. A deliberação de abandonar o campo, quando as aparências indicavam a continuação do combate para o dia seguinte, atribuíram-na a causas diversas. Entre elas, como já ficou dito, a de que uma coluna legalista, sob o comando do General Teles, marchava em direção ao Inhanduí, ameaçando os federalistas de flanco e retaguarda. Outra, que haviam esgotado a munição. Não possuímos elementos para opinar a respeito.

Do nosso lado era opinião geral que ao amanhecer de 4 se reengajaria a ação. A linha de frente manteve-se, durante a noite, no mesmo

(8) Sangrar o cartucho é a operação pela qual se introduz no ouvido da peça uma espécie de estilite denominado «diamante» na técnica antiga da artilharia. Perfura assim o cartucho introduzido na alma do canhão até a maior profundidade. A espoleta de fricção ao funcionar comunica pelo ouvido fogo à pólvora do cartucho, dando-se então o fenómeno da deflagração.

local, com postos avançados. Providências foram tomadas em vista de uma decisão.

Até a hora em que foi iniciada a retirada, no campo inimigo reinava silêncio. Quando movimentou-se, porém, o fez sob forte fuzilaria. Não descobrimos o intento. A noite era injustificável, desde que não eram atacados nem atacavam. Levantaram-se conjecturas, visto haver novamente silêncio. Patrulhas de reconhecimentos, pela madrugada, informaram que o inimigo retirara. Um corpo de cavalaria ao mando do Cel. em Comissão Alencastro Carneiro Fontoura (apelidado Húngaro) lançado para frente confirmou a notícia. Retirou em direção a Alegrete e Quaraí, em duas colunas.

A 5 iniciou-se a perseguição à coluna de Alegrete. Era tarde demais. Se no dia 4 uma das Divisões legalistas seguisse imediatamente em seu encalço outra ação travar-se-ia, havendo, então, decisão a favor de um dos partidos em choque. Em tal não pensaram os Chefes. Deixaram-se ficar repousando das fadigas da jornada da véspera.

Entretanto, mau grado a lentidão que caracterizou a perseguição, quando, após 5 léguas de percurso, atingimos a cidade a retaguarda federalista passava ainda a ponte do Ibirapuitan, sita em seus arredores. Com a nossa aproximação fugiu apressadamente.

Continuamos, porém, penetrando a Serra do Caverá, onde se embrenhara a coluna inimiga. A marcha tornou-se precária pelas dificuldades oferecidas pela áspera região. Escasseavam os meios de transporte. A cavallhada tinha chegado ao limite de suas forças. Não podia mais. Deliberou, por êsses ponderosos motivos, o General Hipólito organizar um destacamento ligeiro de cavalaria, com remonta conseguida no local, e com êle próprio à frente prosseguiu pisando os calcanhares da Divisão Norte, mais aproximada do inimigo, que parecia fugir.

O valente cabo de guerra previa um encontro. Não desejava que somente a força do General Lima participasse da ação. Queria estar presente. Rivalidades! Em parte justificáveis.

O choque teve lugar no banhado do Upamoroti, nas proximidades da fronteira Oriental. A decisão foi favorável aos legalistas. Em consequência os rebeldes emigraram, passaram a fronteira.

Em relação à outra coluna revolucionária que se dirigiu para o município de Quaraí ou Livramento nada posso adiantar. E, como não é aqui questão a história da revolução, pouco nos importa o seu destino, após o Inhanduí. Descrevo, sucintamente, apenas, acontecimentos em que fui parte, havendo necessidade às vezes de abordar outros, pela relação direta entre êles.

Transposta a Serra do Caverá, de ordem do General Hipólito, a 3ª Brigada, sempre ao mando do Coronel Lídio, regressou à Uruguaiana.

Eis o que a certidão, já citada, sóbre esta marcha através da Serra, relata a meu respeito:

«... Em seguida o corpo e bateria ao mando do peticionário passou a fazer parte de minha Brigada. Na incessante e tenaz perseguição ao inimigo em precipitada retirada por caminhos escabrosos, como sóe ser a Serra do Caverá, em que a Divisão achou-se de momento sem meios de enérgica mobilização (deve ser mobilidade e não mobilização, que em técnica militar tem outra significação), a fase sem dúvida a mais trabalhosa por que tem ela passado até hoje, o peticionário mostrou-se sempre infatigável e dedicado. De regresso com esta Brigada para a guarnição de Uruguaiana, não cessou todavia sua atividade, já completando a defesa com trincheiras novas, já obtendo do Comando da Flotilha uma metralhadora de bordo, conseguindo apropriá-la ao serviço de campanha...»

Após Upamoroti o General Hipólito reassumiu o Comando da Divisão, então reorganizada, em Uruguaiana.

Quando da perseguição da coluna rebelde ao mando de Gumercindo Saraiva, pela Divisão do Norte, o Senador Pinheiro Machado, que a acompanhava, como emissário ao General Hipólito, enviou seu irmão, Coronel Salvador P. Machado. Solicitava auxílio da Divisão Oeste para a perseguição. Pelas injunções do Senador, deveria a Divisão marchar em direção a Itaqui, atravessando o rio Ibicui no passo de Santa Maria, onde fica a grande ponte da estrada de ferro Brazil Great Southern. Informava o Coronel Salvador que Gumercindo já havia transposto aquele curso d'água no passo de Mariano Pinto, oito ou dez léguas acima daquele. Um pequeno combate de retaguarda tivera lugar na passagem. A Divisão do Norte seguia-lhe nas pegadas.

A fim de resolver, convocou Hipólito uma reunião de Comandantes das Brigadas que constituíam sua grande unidade.

Por exceção, fui convidado a comparecer. Único comandante de corpo. Indício de alta consideração da parte do General. Aliás, fui

sempre honrado com suas atenções, especialmente após o combate de Inhanduí, onde minha conduta despertou-lhe fundas simpatias. Era incansável em proclamar e reafirmar êsse sentimento. Não dispensara daí em diante meu concurso nas deliberações de monta, atinentes às operações da unidade de seu comando.

Ouvidos os chefes superiores presentes, todos manifestaram-se de acôrdo com os desejos do Senador Pinheiro Machado: A Divisão deveria marchar imediatamente. Voltou-se o General para mim, interrogou: Qual sua opinião, Comandante Setembrino? — Era o tratamento que me costumava dar.

Com a máxima franqueza, e cômico da responsabilidade que minhas palavras me fariam pesar, e da surpresa que ia causar, declarei — data vênica — que opinava contrariamente aos ilustres comandantes. Entre outras razões porque a saída da Divisão importaria em abandono de uma vasta região compreendida pelos rios Ibicuí, Uruguai e Quarai. Permitiria não só a ocupação pelas hostes revolucionárias de cidades importantes da fronteira, como facilitaria a entrada de recursos bélicos, provindos das Repúblicas vizinhas, simpáticas, como era notório, à causa revolucionária. Corriam boatos de que a Argentina reconheceria os beligerantes, uma vez de posse de localidades fronteiriças. Aguardava isso para ceder à pressão do comité revolucionário por aquelas bandas instalado. A tão funestos resultados à causa legal deveriam acrescentar o malôgro do intento: a Divisão não dispunha de tempo e espaço para, transpondo o Ibicuí, mesmo a marchas forçadas, embargar o passo ao inimigo, colocando-o entre dois fogos. Era tarde! Havia já passado o rio, seguido de perto pelos Generais Lima e Pinheiro Machado. Certo que recusava o combate porque não dispunha de fôrças para em posição favorável esperar seus perseguidores. Estes não necessitavam, pois, de auxílio para bater um inimigo que fugia, e que no momento devia estar além da cidade de Itaquí, distante algumas léguas do passo de Santa Maria.

As minhas considerações seguiu-se profundo silêncio.

O General fixou-me o olhar, talvez admirado de minha audácia, talvez aceitando os conceitos formulados, por ninguém contestados. Era possível aceitarem-se ambas as hipóteses.

Deu por finda a reunião. Ao sairmos, dirigiu-se a mim e ao Coronel Lídio: «Os senhores dois compareçam aqui às 2 horas». Eram 11 da manhã.

O Coronel Lídio confessou-se de acôrdo com o meu parecer nos seguintes têrmos : «Penso como tu, mas devo dizer-te que assumiste grande responsabilidade. Vejo o General inclinado a aceitar a tua opinião». *Alea jacta est*, foi minha resposta.

Pouco antes da hora marcada para nosso comparecimento ao Quartel General, passei pela residência do Coronel Lídio, a fim de seguirmos juntos, conforme prévio acôrdo. Não lhe foi possível acompanhar-me. Sua espôsa, excessivamente nervosa, com a noticia da saída da Divisão, então já propalada, achava-se em condições de não dispensar seus cuidados. «Peço dizeres ao General que não posso comparecer devido ao estado de minha Senhora. Estarei, porém, de acôrdo com que êle e tu resolverem».

Montei a cavalo, refletindo sôbre as palavras do Coronel Lídio. Deixava-me só no campo ! O mal da espôsa não era de molde a privá-lo de um dever militar máxime em se tratando de assunto de relevância. Coisa passageira, que o conforto de pessoas de sua família faria atenuar. Causa principal: a falta de amor à responsabilidade. O meu amigo era um bravo oficial, distinto por vários aspectos, mas de alma pouco afeita a atitudes bem definidas. Seu espirito vacilava ante uma vontade dominante, contra a qual era incapaz de rebelar-se. Conheciamo-lo de longa data. Quem seria capaz de impugnar um gesto, uma opinião de Pinheiro Machado ou Júlio de Castilhos ?!

Apresentando-me ao General disse-lhe das excusas do Coronel Lídio.

Interrogou-me: «Por que diz o Sr. que a Divisão não deve sair?» Reproduzi, desenvolvendo as razões expostas na reunião, acrescentando outras de menor importância: «Cada hora que passa fala em meu favor, Sr. General. Neste momento Gumercindo deve penetrar a região missioneira. Não são explicáveis hesitações de nossa parte».

Homem de espirito atilado, com o senso das realidades, levantou-se, transparecendo em sua fisionomia uma decisão, e ordenou-me redigir um telegrama ao nosso ministro plenipotenciário em Montevidéu, Dr. Vitorino Monteiro, expondo os motivos por que não acompanhava Pinheiro Machado, e solicitando transmiti-los ao Ministro da Guerra e a Castilhos.

A resposta não se fêz esperar por longo tempo.

Fui recebido no Quartel General três dias depois com estas palavras de Hipólito: «O Sr. estava com a razão. Tudo plenamente aprovado pelo Ministro».

Em principios de Dezembro, ainda em 1893, marchei com a Divisão, então incumbida de levantar o sitio de Bagé mantido pelos federalistas.

Eis o que relata a certidão ou fé de officio a respeito:

«Marchou novamente com a Brigada e Divisão Oêste a fim de levantar o sítio de Bagé, cujos sitiantees com a aproximação desta Divisão e da Divisão Sampaio retiraram em direção à fronteira de Livramento, sempre perseguida por ambas, de sorte que, com as continuas marchas, agravara-se o estado de saúde do peticionário, sendo preciso retirar-se para Uruguaiana, mcrecendo do Comando da Divisão, em despedida, a seguinte ordem do dia: — «Para conhecimento das fôrças sob meu comando publico o seguinte: — Havendo seguido doente para a cidade de Uruguaiana, com licença dêste Comando, o cidadão Tenente Coronel em Comissão Fernando Setembrino de Carvalho, comandante do corpo provisório de infantaria e artilharia, cumpro o agradável dever de, fazendo-me intérprete da justiça, louvâ-lo pela sua conduta irrepreensível, quer como militar, quer como simples cidadão, já tão brilhantemente evidenciada desde o combate de Inhandui, onde êsse preclaro e ardoroso republicano foi um dos cooperadores mais salientes para o brilho que ali tiveram as armas da coôrte republicana. A dedicação do Tenente Coronel Setembrino e a sua apurada educação militar devem servir de modelo para aquêles que empreendem a jornada militar. A falta que deixa o distinto companheiro nesta Divisão, que o preza cordialmente, é sensível. Êste comando faz votos pelo pronto restabelecimento do illustre camarada, ansiosamente o aguarda para ocupar o seu alto posto. (assinado) Hipólito Antônio Ribeiro».

A referida certidão conclui nos seguintes têrmos :

«Resta-me positivamente dizer que o peticionário foi o melhor auxiliar que esta Brigada teve desde sua formação».

Para terminar êste capítulo de minha vida militar, transcrevo uma carta, que me foi dirigida pelo Comandante da Divisão Oêste, concedendo a permissão para tratar da saúde:

*«Acampamento em marcha no Ipé, 1º de Fevereiro de 1894.
...Amº e Sr. Tenente Coronel Fernando Setembrino de Carvalho.*

Acuso recebida sua atenciosa carta de hoje. A Divisão de meu comando, e sobretudo eu, sinceramente lamentam o vácuo

impreenchível que ides abrir pelo poderoso motivo de vossa saúde. Entretanto, os imperiosos motivos do momento não se podem sobrepôr ao restabelecimento de vossa preciosa saúde tão necessária à Pátria. Peza-me deveras não ter-vos à coluna para amanhã conosco compartilhar as agruras da derrota ou o prazer da vitória. Estou certo, porém, que, onde estiverdes restabelecido, os vossos serviços não serão regateados à República e à gloriosa coluna do Norte e Oêste, que tenho a honra de comandar. Assim, pois, podeis partir, a fim de atender aos urgentes reclamos de sua saúde. Como sempre vosso admirador e A^o Obr^o (assinado) Hipólito Antônio Ribeiro».

Não mais regressei à Divisão.

Divergência política com o General, motivada pela maneira porque seu arbítrio decidira à escolha do Intendente de Uruguaiana, explorada e desvirtuada pela intriga soez, deu causa ao meu afastamento espontâneo e definitivo da fôrça sob seu bravo comando.

PROMOÇÃO A MAJOR

Por decreto de 14 de Dezembro de 1900 fui promovido a Major de Engenheiros, por antiguidade. A criação de um quadro especial para todos os professores das Escolas Militares determinou a abertura de vagas no quadro ativo dos oficiais de engenheiros, bem como nos de tôdas as armas. Comigo saíram majores 11 oficiais que exerciam o magistério.

REGRESSO AO SERVIÇO ARREGIMENTADO

Havia muito já, uma reorganização do Exército, após a proclamação da República, criou a arma de Engenharia, dando-lhe mais um Batalhão, que tomou o número 2, estacionando-o no Rio Grande do Sul, na cidade do Rio Pardo. Aí funcionava o instituto militar de ensino denominado «Escola Prática e Preparatória».

Por efeito da promoção fui nomeado Fiscal daquele batalhão — os oficiais superiores e capitães que nele, como no outro, serviam, deveriam, obrigatoriamente, pertencer ao Corpo de Engenheiros. Os subalternos

da arma de artilharia, pertencentes, porém, ao quadro da nova arma. Todos serviam em comissão, devendo possuir o curso de engenharia militar.

A 13 de Abril de 1901 apresentei-me ao batalhão, em Rio Pardo, assumindo imediatamente o exercício do cargo.

Era comandante o Tenente Coronel João de Deus Martins. A impressão recebida foi a mais desoladora possível: a ameaçar pelas instalações, em um edificio particular de exíguas proporções, onde os preceitos de rudimentar hygiene eram desconhecidos, tudo estava em opposição aos fins que pensaram colimar os organizadores da 4ª arma do Exército nacional. Reduzidíssimo número de oficiais e praças: estas sem disciplina e instrução de espécie alguma. Falta absoluta de material adequado à instrução da arma. Ociosidade permanente, pois aos dignos oficiais que ali serviam não forneciam elementos nem estímulos ao trabalho. Enfim, encontrámo-nos em um âmbito onde se estiolam o dever profissional e os predicados militares daqueles que, para lá enviados, deveriam exercer atividade realizadora e benéfica para o Exército e a Nação.

Além da guarda do quartel, ocupavam-se as praças da fachina da Escola Preparatória, para onde iam diariamente. Donde dizer-se humoristicamente que o batalhão fazia parte do material de limpeza daquêle estabelecimento.

O Comandante excelente homem. Avançado em anos, Combatente da guerra com o Paraguai, donde regressou alferes. Seu organismo debilitado, acarretando quebramento de espírito e morbidez do corpo. Torturado por uma surdez em elevado grau, atenuada por um tubo acústico, pendurado ao ouvido sempre que com alguém falava. Não inspecionava coisa alguma. Em geral com intervalos de 15 dias visitava o quartel. Seu pôsto de comando e secretaria do batalhão ocupavam prédio diferente daquele, distante 500 metros mais ou menos.

Para melhorar a contristadora situação desta unidade do Exército desenvolvi os mais ingentes esforços, vencendo superiores dificuldades. Felizmente o comandante entrou logo em licença para tratar de interesses, em Livramento. Não tive, pois, por êsse lado, as obstruções que em regra os chefes inertes opõem aos auxiliares que desejam trabalhar. Nestes vêm sempre um rival. O resultado dos esforços para melhorar as condições poria em evidência sua incapacidade.

Em pouco tempo o aspecto do batalhão era outro. Tudo havia melhorado. Não foi, porém, possível retirá-lo dos serviços da Escola Preparatória. O Comandante desta Escola o era também da Guarnição.

Ordenava, devíamos cumprir. Contudo, aos domingos, pela manhã, as praças recebiam instrução militar, ministrada pelo Ajudante do Batalhão. E já que tratamos disso, não posso deixar de mencionar um caso interessante: Apresentou-se um capitão de engenheiros, nomeado recentemente ajudante. Ao dar-lhe conta do lamentável estado em que havia tudo encontrado, e do auxílio necessário dos oficiais, que vinha encontrando, para modificá-lo, disse-lhe da incumbência determinada ao ajudante relativa à instrução aos domingos. Respondeu-me: «Ora, Comandante, isso não é para nós, oficiais do corpo de engenheiros». Surpreendi-me com tal disparate! Não sei que concepção tinha do serviço arregimentado, e da finalidade dos batalhões de engenharia. «Um bacharel em ciências físicas e matemáticas não se podia nivelar aos oficiais de tropa»! Esquecia-se que os batalhões da nossa arma eram armados à infantaria. Que deviam suas praças, pelo menos, conhecer o manêjo do fuzil, e sua utilização em um fogo eficaz. Que várias vezes no campo de batalha cumpre-lhes o dever de defender as obras de fortificação por eles próprios construídas. Que apesar de serem unidades destinadas a trabalhos técnicos, devem os batalhões de engenharia ter noções da tática de infantaria para enfrentar situações que inopidamente se apresentam no terreno da ação guerreira. Que, finalmente, para desenvolver-se em paradas e outras solenidades militares, devem ser adestrados nas evoluções da arma, cujo armamento possuem. Ele seguia a corrente dos que entendiam ser deprimente aos oficiais titulados o serviço arregimentado. «O bacharel não era feito para estudar tática ou estratégia»! «Sómente trabalhos de engenharia deveriam ser o objeto de sua atividade e cultura»! O tratamento de doutor era o do agrado. Não gostavam de ser nomeados pelo posto que ocupavam na hierarquia militar. À conclusão dos cursos científicos na Escola Militar da Praia Vermelha, procuravam iniciar-se no magistério militar, não só pelas vantagens pecuniárias como porque era o meio de fugir à caserna. Lecionavam qualquer matéria, embora para tal não estivessem habilitados. Tive um colega que alcançou, logo ao sair da Escola, o lugar de professor de inglês do curso de preparatórios da Escola Militar do Rio Grande. Conhecia apenas rudimentos da língua. Para poder ensiná-la tomou para si um conhecido professor da matéria, em Porto Alegre. Repetia aos seus alunos a lição na véspera recebida do seu mestre particular. Escrúpulos, consciência não existiam!

Tal a mentalidade dominante entre os oficiais mais instruídos do Exército à época em que chegou ao 2º Batalhão de Engenharia o seu Capitão Ajudante. Não podia, porém, mau grado as idéias que trouxera,

escapar às novas diretrizes impostas a todos que se achavam reunidos sob sua bandeira. Manda a justiça declarar que tornou-se mais tarde distinto oficial de tropa, como já o era brilhante engenheiro.

*
* *

Na época a que me reporto, a execução do plano financeiro de Murinho, Ministro da Fazenda do Govêrno Campos Sales, paralisara o andamento de tôdas as obras públicas, como medida de economia. As construções de estradas de ferro foram largamente atingidas, não obstante os grandes prejuizos derivados do abandono de obras já acabadas e de outras em plena execução. Por iniciativa do Ministro da Guerra, Marechal Mallet, resolveu o Govêrno empregar o 1º Batalhão de Engenharia nos estudos de uma via-férrea, partindo do Estado do Paraná em demanda de Mato Grosso. Esta patriótica medida era de evidentes proveitos para o Exército, e ainda mais à Nação. Forneceria aos oficiais e praças de engenharia a prática dos serviços de sua especialidade, habilitando-os ao desempenho da missão que lhes compete na guerra. A Nação, particularmente, porque construiria, econômicamente, um instrumento magnífico de defesa, como sôe ser uma estrada estratégica, ligando um pôrto de mar, no Estado do Paraná, ao Estado longinquo de Mato Grosso.

O ato do Marechal Mallet despertara entusiasmo e estímulos na engenharia militar, até então fadada a uma existência precária, sem poder atingir a sua finalidade, pela falta de campo de ação, onde a prática frequente em trabalhos públicos lhe prodigalizasse os conhecimentos necessários. O que se fêz com o 1º deveria ser seguido com o 2º Batalhão.

Concebi, então, a idéia de empregá-lo na continuação das obras da estrada de ferro de Pôrto Alegre à Uruguaiana, interrompidas pelo plano de economias do Govêrno, a que já nos referimos.

Por êsse tempo sômente à estação de Cacequí chegava o tráfego, e, após uma interrupção de cêrca de 200 quilômetros, recommçava, ainda em caráter provisório, do rio Inhanduí até Uruguaiana. Quer dizer que de Inhanduí à Cacequí não havia linha. Apenas algumas obras darte, de pouca importância, e de terraplanagem, com grandes soluções de continuidade. Tinham sido atacadas ao mesmo tempo, em vários pontos.

Sabia das relações do Marechal Bento Ribeiro, então Tenente Coronel de Engenheiros Chefe da Comissão de linhas telegráficas em construção no Rio Grande, com o Ministro da Guerra, Marechal Mallet, junto ao qual gozava de prestígio.

Bento Ribeiro, como seu irmão Vitorino Monteiro, eram meus amigos. Já o disse páginas atrás.

Ao prestígio de ambos recorri para alcançar meu desideratum. Em carta, após demonstração das vantagens que adviriam ao Exército e à Nação na continuação dos trabalhos pelo 2º Batalhão, solicitei-lhes interferência junto ao Ministro da Guerra. Fui atendido. Os amigos prometeram-me, em resposta imediata, tudo envidarem.

Passado um mês de espera recebo do Dr. Vitorino, residente no Rio de Janeiro, o seguinte telegrama: «ontem, em conferência eu, Ministro da Guerra e Presidente República, ficou resolvida a construção da estrada de ferro de Pôrto Alegre à Uruguaiana pelo teu Batalhão. Parabens. Abraços. (assinado) Vitorino». Ao mesmo tempo recebo de Bento Ribeiro, então em Cruz Alta, outro despacho, em que me transmitia a noticia recebida do Ministro da Guerra da mesma resolução do Govêrno.

Foi um momento de intenso júbilo. Ia o 2º de Engenharia deixar a situação humilhante em que vivia. Seriam satisfeitas as aspirações de trabalho útil ao País, nutrida pelos seus oficiais. Senti-me tocado de justa emoção por haver sido o promotor de tão patriótica medida. Novos rumos eram traçados à Engenharia Militar. O Marechal Mallet tornou-se o patrono da causa, há muito em debate, e, finalmente, vitoriosa. A êle todo nosso reconhecimento e simpatia.

★

★ ★

Não demoraram as comunicações officiais. Ordem para o Batalhão reorganizar-se de maneira a satisfazer as exigências de sua nova comissão.

Mallet oferece o comando ao Ten. Cel. Bento Ribeiro. Este não quer aceitar. Comunica-me seu propósito. Resolvemos uma conferência na cidade de Cachoeira, onde iria eu esperá-lo em sua descida da Serra, com destino a Pôrto Alegre. Conversámos, discutimos no percurso daquela localidade a Rio Pardo. Após grande relutância foi vencido. Concordeu em aceitar a honrosa incumbência. Não me satisfez sua aquiescência pela maneira expressa. Recreei que à sua chegada em Pôrto Alegre voltasse ao seu primeiro ponto de vista. Era preciso no momento um compromisso solene... Telegrafo de uma estação a Rio Pardo ordenando que a officialidade do Batalhão, com banda de música, comparecesse à gare à chegada do trem. Quando aí parou o combóio, descemos todos. Apresentei-o aos officiais como nosso comandante. Co-

moveu-se. Agradeceu em poucas palavras, declarando que aceitava o pôsto que lhe era confiado pelo Marechal Mallet, certo da capacidade dos oficiais para o desempenho de uma comissão técnica de graves responsabilidades. Selara assim o compromisso já assumido comigo.

Após dois meses de estenuante trabalho de preparação, tendo sobre mim recaído maior soma, a 3 de Novembro de 1901 embarcou o Batalhão na estrada de ferro com destino à Cacequí, sob o Comando do Ten. Cel. Bento Ribeiro, chegando no dia seguinte. Levava um efetivo de 500 praças, e completo o quadro de oficiais, todos engenheiros. Os antigos, que não o eram, foram substituídos.

De Cacequí marchou, sendo seguido por um combôio de 80 carretas, transportando famílias e grande cópia de material para início dos trabalhos. A 15 de Novembro, data da proclamação da República, às 11 horas, chegava às margens do Inhanduí, prestando continência ao terreno. Acampou. Três dias depois inauguravam-se os trabalhos da via-férrea de Inhanduí a Cacequí, cravando-se a estaca 0 junto à ponte daquêle rio.

Cêrca de dois anos mais tarde, foi inaugurado o trecho até Alegrete, a 25 de Agôsto de 1903, centenário do nascimento do Duque de Caxias.

Ligara-se Uruguiana a esta cidade, abrindo-se o tráfego definitivo entre ambas.

Pelas instruções organizadas no Ministério da Viação o Comandante do Batalhão era o engenheiro Chefe, e o Major, Chefe do escritório técnico e fiscal da construção.

Entre outros elogios da mesma origem, coube-me o que foi já no começo transcrito com que me distinguiu o Ten. Cel. Bento Ribeiro ao deixar o Comando para assumir a direção da Escola Militar, no Rio de Janeiro.

Em 1902, por Aviso nº 1.706 de 24 de Setembro o Marechal Ministro da Guerra elogiara o Batalhão *«por ter verificado que na construção da estrada de ferro de Cacequí a Inhanduí, de que se acha incumbido, tem cabalmente desempenhado a elevada missão que lhe está confiada, firmando os bons créditos de pertinaz esforço e dedicação ao serviço público, revelando o Comandante e oficiais zêlo, dedicação e inteligência na direção desta construção, conforme fêz público a ordem do dia do Chefe do Estado Maior do Exército nº 233 de 30 de Setembro»*.

Em Aviso de 13 de Novembro de 1902, publicado na ordem do dia nº 243 de 20 daquêle mês, como oficial do 2º Batalhão de Engenharia, encarregado da construção do trecho de Inhanduí à Cacequí da estrada

de ferro de Porto Alegre à Uruguaiana, fui elogiado *«pela profícua coadjuvação e capacidade com que se houve na construção»*.

Em Maio de 1903 ao assumir interinamente o comando do Batalhão, disse o Ten. Cel. Bento Ribeiro, que seguia para a Capital Federal em objeto de serviço, *«que me agradecia a valiosa coadjuvação até então prestada e louvou-me pela dedicação, zelo e inteligência de que dera sobejas provas no cumprimento de nossos deveres»*.

Em 1904, tendo sido chamado à Capital Federal, o Ten. Cel. Bento Ribeiro, ao passar-me novamente o Comando do Batalhão o fez *«elogiando-me pela capacidade, tino administrativo, dedicação, zelo e amor ao serviço, qualidades sobejamente conhecidas em mim, e que constituem penhor da brilhante e profícua administração que ia ter o 2º Batalhão de Engenharia, sob o Comando de tão distinto quanto inteligente oficial»*.

Verifica-se que durante duas ausências do Ten. Cel. Bento Ribeiro, comandeí o Batalhão e chefieí a construção da estrada.

A revolta da Escola Militar neste ano forneceu ensejo ao Ten. Cel. Bento Ribeiro de prestar serviços especiais ao govêrno Rodrigues Alves. Foi em seguida promovido a Coronel e nomeado Comandante da Escola Militar do Realengo, sendo consequentemente exonerado das mesmas funções no 2º de Engenharia. Quando tal ocorreu nosso comandante estava no Rio, por haver sido chamado antes disso.

Achava-me, por êsse motivo, na interinidade do comando do Batalhão. Assim continuei, pois o Govêrno não deu comandante efetivo até 25 de Abril de 1906, data em que fui, por merecimento, promovido a Tenente Coronel.

★

★ ★

Fui, então, nomeado comandante efetivo e chefe da construção da via-férrea. Passado o primeiro ano de nossos trabalhos ferroviários, começaram a escassear os recursos pecuniários para o prosseguimento. Os créditos conseguidos eram exíguos. Demoradas as concessões. Os Ministros, que sucederam ao Marechal Mallet, não se interessavam. Não era diferente a conduta dos Ministros da Viação. Como decorrência natural as obras sofriam uma quase paralisação, limitadas por um e mais anos a serviços de terraplanagem. Tal estado de coisas determinou as duas viagens, a que já me referi, do Ten. Cel. Bento Ribeiro ao Rio. O mesmo motivo à Capital da República me levou em Maio de 1905. Promover a abertura de créditos para o desempenho de nossa comissão.

Não havia interêsse da parte dos governantes do País. Aliás é o que se nota no Brasil em relação a trabalhos de utilidade pública. Se os chefes das comissões, a que estão afetos, não viverem em constantes solicitações ao Ministro respectivo e às repartições por onde devem transitar as providências necessárias, ninguém espontaneamente, como seria o dever do bom administrador do bem público, se interessa pelas medidas que reclamam as necessidades dos trabalhos. É bastante dizer que jamais um Ministro da Viação ou da Guerra, com exceção de Mallet, procurou tomar contas do andamento da construção a nosso cargo, e do modo por que eram empregados os dinheiros da Nação. Eram anuais os relatórios enviados. Não os liam. Houve mesmo um Ministro da Viação que, apesar de muito tempo na pasta, ignorava que o Batalhão estivesse desde 1901 à disposição de seu Ministério, por conta de quem corriam as despesas da via-férrea em construção. Mostrou-se surpreendido quando me apresentei solicitando a abertura de um crédito! Foi uma revelação!

*
* *

Havíamos inaugurado um trecho de 50 quilômetros, entregando-os ao tráfego definitivo. Prosseguiram os trabalhos lentamente de Alegrete para Cacequi, pelas causas precitadas, quando o Governo contratou com a companhia belga «Chemins de Fer au Brésil» a conclusão das obras da Porto Alegre a Uruguaiana. Foi por isso o Batalhão dispensado da comissão, e mandado recolher-se à sua sede — Rio Pardo. A 7 de Outubro de 1906, após cinco anos de trabalhos que enormes vantagens trouxeram aos cofres da Nação, embarcou, chegando àquela cidade no dia 14.

*
* *

Abandonar a nova senda trilhada pelos Batalhões de Engenharia, e traçada pelo patriotismo e clarividência de Mallet, a cujo espírito renovador deve o Exército uma série de reformas utilíssimas à defesa nacional, importaria no aniquilamento dos progressos realizados na prática de serviços de engenharia, com real proveito para as necessidades públicas.

É de evidência cristalina, dispensando argumentos e provanças, que dentre os fatores de mais expressivo valor para o desenvolvimento das

múltiplas fontes de riqueza nacional, de que necessita o Brasil, destacam-se as vias de comunicação e transporte. A situação financeira não permitindo incrementar a construção por concessões a empresas estrangeiras, e muito menos com recursos próprios, confiando a comissões de engenheiros civis patricios, nada mais patriótico e inteligente, neste particular, do que a utilização do Exército, por intermédio de suas unidades técnicas, nesse gênero de trabalhos.

Um duplo ponto de vista norteava tão feliz deliberação.

A experiência foi animadora. Os resultados colhidos desnortearam os pessimistas, aquêles que se interessavam por negativos resultados. Não queriam concurrentes. O custo quilométrico inferior ao menor alcançado em qualquer via-férrea do País, desapontara os pregoeiros da nossa incapacidade.

O próprio Governo da República reconheceu a sabedoria da medida, de que foi arauto o grande administrador da pasta da guerra.

Razões, pois, tôdas de alta monta, não consentiam em uma resignação passiva de nossa parte ao sermos dispensados da construção em que, durante seis anos, exercemos uma atividade incessante, procurando servir ao País com dedicação ilimitada.

★

★ ★

Examinando a carta geográfica do Rio Grande do Sul, notamos que, sob o duplo caráter econômico e estratégico, seria de alto valor uma linha férrea que, partindo da cidade de Cruz Alta, entroncando-se, portanto, na S. Paulo-Rio Grande, demandasse o rio Uruguai. Econômica, porque atravessando terras de reconhecida fertilidade, algumas possuindo núcleos coloniais em franca prosperidade, traria o desenvolvimento agrícola da região, criando ao mesmo tempo fartos elementos de tráfego, e desenvolvendo os já existentes. Com efeito, todos os produtos da região missionária, destacando-se a herba-mate e madeiras, seriam por ela exportados, acabando de vez com os penosos transportes tirados a bois. Estratégica porque, dirigindo-se normalmente à nossa fronteira, facilitaria a concentração de nossas forças, em caso de guerra. Estaria tôda a região ligada à Capital da República. Ainda apresentava a vantagem de incorporar efetivamente os povos jesuíticos disseminados na região, que tomou o nome das antigas missões, que aí fundaram povoados, desenvolveram a agricultura, abriram, enfim, estradas à civilização, de incorporar, dizemos, êsses núcleos de população laboriosa ao Estado a

que pertenciam. Até então, viviam, pelas distâncias, como que segregados do convívio civilizador e dos mercados de consumo de sua variada produção.

Por que não confiar ao 2º de Engenharia a execução de uma obra de tal natureza ?

Levamos a idéia ao conhecimento do Governo por intermédio do grande patriota Senador Pinheiro Machado, a quem em uma longa carta desenvolvi as conveniências, apelando para o seu alto prestígio junto ao poder público. Sua imediata resposta encerrava um punhado de esperanças. Prometeu interessar-se tão logo chegasse ao Rio de Janeiro. Estava, então, em férias parlamentares em S. Luiz das Missões, no Rio Grande.

Efetivamente, assim procedeu. Em Janeiro de 1907 me telegrafou cientificando que o Ministro da Viação, Ten. Cel. Lauro Müller, deliberara a construção da estrada pelo Batalhão de meu comando.

Em consequência a 16 de Fevereiro seguinte embarcou o Batalhão em Rio Pardo, com destino à Cruz Alta, onde chegou a 17, acampando nos subúrbios da cidade. Outras providências, concernentes ao início dos trabalhos, se fizeram longamente esperar. Assim é que, somente após quatro meses de ansiosa expectativa, a 1º de Julho, passou o Batalhão à disposição do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, visto ter sido incumbido da construção do ramal férreo de Cruz Alta à foz do rio Ijuí.

Assumi, então, o cargo de Engenheiro Chefe, nomeado por Aviso de 29 de Junho, do Ministério da Viação.

O mesmo Ministro, por Aviso de 23 de Agosto, em atenção às ponderações que tive a honra de apresentar, determinou que os estudos definitivos fôsem submetidos ao juízo do Governo da República por trechos entre os pontos obrigados.

Instalado o Batalhão, organizados todos os serviços, no dia 26 de Julho foi batida a estaca 0, iniciando-se a exploração da futura via-férrea no seu primeiro trecho, compreendido entre a cidade de Cruz Alta e a Colônia Ijuí.

Em Fevereiro de 1908, apresentei à consideração do Governo os estudos definitivos desse trecho. Foram imediatamente aprovados, sem qualquer alteração. Foi, então, iniciada a construção a 15 de Abril.

Lutamos com sérias dificuldades, provenientes da demora da abertura e exiguidade de créditos.

A falta de providências oportunas ocasiona o encarecimento das obras, e delongas na execução.

Como já mencionei, sem a intervenção insistente dos Chefes de serviço, fora da Capital Federal, não são fornecidos os recursos imprescindíveis a rápido e econômico andamento. Raramente há espontaneidade da parte da administração superior.

Não obstante o descaso daqueles que mais interessados deveriam ser em uma atividade produtora de seus intermediários para atingir-se, na aplicação dos dinheiros públicos, tão depressa quanto possível, o fim visado, em 29 de Maio de 1910 foi inaugurado o trecho de 30 quilômetros entre Cruz Alta e a estação denominada Faxinal, primeira da nova estrada.

Teve a presença do General Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, comandante da 3ª Brigada estratégica, com sede em Santa Maria. A meu convite foi à Cruz Alta assistir o ato inaugural da obra construída por engenheiros militares, em sua maioria discípulos seus na Escola Militar da Praia Vermelha.

Por essa ocasião publiquei a seguinte ordem do dia:

«Publico, para conhecimento do Batalhão:

Inauguração e entrega ao tráfego público o primeiro trecho da estrada de ferro Cruz Alta-Ijuí.

Camaradas! Com a honrosa presença do eminente cidadão General Dr. Roberto Trompowsky Leitão de Almeida, comandante da 3ª Brigada Estratégica, vai este Comando realizar a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Cruz Alta-Ijuí, com a extensão de 30 quilômetros, entre a estação de Cruz Alta e a denominada do Faxinal, sendo o referido trecho entregue ao tráfego público por intermédio da «Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil», tudo de conformidade com as instruções recebidas do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas.

Tão auspicioso acontecimento, que aqui nos tem congregados sob o mais vivo e intenso júbilo, se reveste de capital importância, porque é sobre o Exército Nacional, do qual fazemos parte integrante, que convergem neste momento solene tôdas as atenções.

O honrado e patriótico Governo da República, a quem este Comando participou a realização deste importante ato, tem hoje para vós voltado o pensamento, para esta parcela do Exército, em sinal de aplauso e reconhecimento aos nossos ingentes esforços.

O próprio povo brasileiro confraterniza conosco nesta festa do trabalho.

Sobre a Engenharia Militar, como para as outras armas que constituem o Exército Nacional, convergem as atenções de todos aquêles que se interessam pela defesa nacional, pois constitui ela arma indispensável nos Exércitos modernos, à qual estão afetos importantes e múltiplos serviços, da boa execução dos quais também muito depende a vitória no combate.

Empenhado em aparelhar o País com bons e fortes elementos de defesa, o Governo da República sábia e patrioticamente dotou a nossa organização militar com a moderna arma de engenharia, da qual nós constituímos uma das cinco unidades.

Na construção desta via-férrea tendes empregado o melhor de vossa dedicação valiosa e ingentes esforços, concorrendo diretamente para o progresso e grandeza da Pátria, aparelhando-a com mais um poderoso elemento de defesa.

Operais em uma obra fecunda, estreitamente relacionada com os vitais interesses nacionais, qual seja a construção de uma via-férrea, destinada, em sua rápida travessia pelas vastas e férteis campinas dêste recanto do Brasil, a levar a vida, o trabalho, a civilização, destinada, enfim, ao desenvolvimento das várias indústrias, ainda incipientes, e do comércio, ao mesmo tempo que guarda uma parte de nossas extensas fronteiras.

Camaradas ! Trabalho não falta ! É uma sentença que vindes heróicamente realizando ! É uma verdade incontestável a ação real e útil que vindes realizando sobre a terra de nossa Pátria. Não é um sacrifício inútil o suor que escorre de vossas faces crestadas pelas ardências do sol e pelas inclemências do tempo, pois é derramado em benefício do solo da Pátria, que assim vos acolhe como filhos diletos.

Realizais, outrossim, para honra vossa, caras aspirações do Glorioso Exército Nacional.

Remontai ao que era, há um decênio apenas, o Batalhão de Engenharia, comparai a situação equivocada de vossos camaradas dessa triste época com a que digna e galhardamente ocupais na atualidade, e vos convencereis da mudança radical operada.

Está ainda na memória de todos que os Batalhões de Engenharia naquela época jamais tiveram na paz uma aplicação qualquer necessária e imprescindível que os preparasse suficientemente

para o cabal desempenho das múltiplas e importantes funções que, por seus regulamentos, lhe estavam reservadas na guerra.

Feliz época a que se inaugurou para a arma de engenharia que, aparelhada com todos os elementos indispensáveis, e com proveitosa lição de hoje, poderá com fidelidade, prestígio e segurança, desobrigar-se das incumbências as mais difíceis que lhe forem reservadas, ao mesmo tempo que constitui verdadeira escola prática para os jovens engenheiros militares, que assim terão real e útil aplicação dos seus vastos conhecimentos teóricos.

A vossa abnegação pelo serviço público, sobejamente demonstrada, vossa subordinação, resistência e dedicação, devotadas às necessidades do País, fornecem incentivos e estímulos às legítimas aspirações, transformando na Paz o soldado em um valioso elemento produtor de trabalho, fator preponderante da grandeza da Pátria.

Camaradas! A eloquência da tocante solenidade de hoje não deixará, tenho convicção, um só instante de infundir em vossos peitos fortes e generosos novos impulsos, novas forças para tôdas empregar com ardor no engrandecimento do nosso Exército, alavanca da ordem e do progresso de nossa nacionalidade».

LOUVOR

Camaradas! Neste momento de júbilo para todos nós, não pode este Comando deixar de vos testemunhar sinceros agradecimentos e louvores, reafirmando assim, mais uma vez, o elevado conceito, em que vos tem, e o profundo reconhecimento pela grande soma de vossos serviços.

Ao Sr. Major fiscal, Dr. José Pantoja Rodrigues, 1º Engenheiro da Estrada, na qualidade de diretor do Escritório Técnico Central, depositário fiel da confiança e pensamento do Chefe da Comissão, que pôs mais uma vez à prova o seu distinto cabedal de conhecimentos profissionais, e longo tirocinio técnico no sentido de acelerar a rápida conclusão deste primeiro trecho da Estrada, dirigindo com muita competência e atividade todos os serviços do escritório, não obstante acumular tais funções com as de Fiscal do Corpo, de não menor responsabilidade, sinceramente agradeço e louvo pela capacidade profissional, inescdível de-

dicação ao serviço, grande zelo e atividade com que se houve em suas duplas e afanosas funções.

Aos Srs. Capitães chefes de seção e demais oficiais e aspirantes, a todos nominalmente agradeço e louvo pelo eficaz auxilio prestado à minha administração, competência e dedicação ao serviço que patentearam nas várias incumbências que lhes foram confiadas.

E como na conclusão de cada serviço especial costume endereçar agradecimentos e louvores ao engenheiro encarregado de o dirigir, cumpro aqui o grato dever de manifestar ao Sr. Capitão Artur Xavier Moreira os meus francos aplausos por sua dedicação, máxima atividade e competência reveladas no cargo de engenheiro-chefe do assentamento da via permanente, onde mais uma vez demonstrou os brilhantes predicados que como oficial e engenheiro exornam seu belo caráter.

São dignos também de louvores pela atividade e interesses demonstrados no assentamento da via permanente e conclusão das obras os Srs. 2º Tenente Sebastião do Rêgo Barros e Aspirante Pedro Aurélio Góes Monteiro.

Merece ainda agradecimentos pela atividade e proficiência com que dirigiu as obras da estação do Faxinal e conclusão da esplanada o Sr. Capitão Joaquim de Oliveira Reis, elogio que se estende ao seu auxiliar o Aspirante Felício Vieira Nunes.

Finalmente, as praças de pret, nossos infatigáveis companheiros de trabalho, que desinteressadamente cooperam para a feliz realização de nossos feitos, este Comando cumpre o dever de justiça de agradecer e louvar em geral a conduta correta e disciplinada, atividade, dedicação e amor ao trabalho, sempre mantidas para o bom renome do Batalhão.

Este elogio deve ser feito nominalmente a tôdas as praças que durante o tempo dos trabalhos nunca sofreram castigos por embriaguês, insubordinação ou qualquer falta grave que fira de frente a moral ou disciplina.

Os senhores Comandantes de companhias ao organizarem as escalas mensais das alterações, onde constará o elogio, observem rigorosamente o que acima ficou determinado. (Assinado) SETEMBRINO DE CARVALHO, Ten. Cel. Comandante e Engenheiro Chefe da Construção».

★

★ ★

A conclusão do trecho inaugurado permitiu maior desenvolvimento das obras do trecho seguinte, que terminava na colônia Ijuí, porque todo o pessoal foi, então, aí empregado.

Quando retirei-me do Batalhão e construção o assentamento da via permanente estava próximo daquela colônia, estando já a ponta dos trilhos distante de poucos quilômetros.

★
★ ★

Apesar de estar o 3º de Engenharia (9) empregado em trabalhos de sua especialidade, independente do comando do 6º Distrito Militar, salvo a parte disciplinar, jamais descurei da instrução propriamente militar, como nunca me eximi de prestar qualquer auxilio a autoridade militar superior do Estado ou a qualquer cutra que necessitasse dos serviços do meu Batalhão. A esta conduta, por um lado, deve-se à harmonia sempre existente entre a minha e as outras autoridades. Facilitava por outro o grau de instrução para a passagem rápida do Batalhão às condições de unidade combatente, se o caso se apresentasse.

Comprova-o os termos em que ao Comando do Batalhão se dirigiu o General Manuel Joaquim Godolfim, comandante da 1ª Divisão de Infantaria, com a sede em Cruz Alta, em ordem do dia, após uma revista, passada a convite meu, ao Batalhão, formado em parada, para solenizar a data de 15 de Novembro da proclamação da República :

« . . . Satisfeito com o luzimento, garbo, correta firmeza e disciplina do 3º Batalhão de Engenharia louvo o Sr. Ten. Cel. Fernando Setembrino de Carvalho por sua dedicação militar, zêlo, atividade e talento, e em quem este Comando desde longa data está acostumado a vêr militar de aprimorada educação militar, aliada à distinção de digno camarada. Apesar de estar este Batalhão empregado em serviço estranho ao Ministério da Guerra, não descuro o Ten. Cel. Setembrino de ter sempre o seu Batalhão exercitado como os que melhor o sejam ».

O Inspetor da 12ª Inspeção Permanente em ordem do dia nº 15 de 25 de Março findo, «ciente dos inestimáveis serviços prestados pelo Ten.

(9) A nova organização do Exército deu-lhe o nº 3, substituindo o nº 2, que lhe competia até então.

Cel. Setembrino de Carvalho para acomodar do melhor modo parte das forças da 3ª Brigada Estratégica em sua parada na Cruz Alta, patenteadando mais uma vez o seu zelo e espírito de camaradagem, nunca desmentidos, louva a êste distinto oficial, já pelos serviços prestados na Comissão da Construção da linha férrea daquela cidade à foz do Ijuí, já pelos que acaba de prestar àquelas mesmas forças».

Assim formou-se em tórno de minha obscura individualidade, naturalmente, a reputação de bom soldado. Digo naturalmente, unicamente porque decorria da maneira pela qual procurava cumprir os deveres que me eram impostos pelos regulamentos do Exército, e injunções do meu patriotismo, sem preocupações egoistas e reclamos ostensivos para êxitos felizes.

Não era um soldado de raça. Mas, logo ao ingressar na Escola Militar senti-me dominado pelo espírito militar que mais e mais se desenvolveu na caserna. A profissão militar adquiriu para mim um caráter venerável e quase como sagrado. Era um sacerdócio, a cujas imposições sempre me submeti com abnegação e devotamento. Se sacrificios havia, eu os recebia de boa mente, em honra da Pátria, em homenagem ao Exército. Jamais recusei serviços ou incumbências, de qualquer natureza, compatíveis com sentimentos honestos e a dignidade do posto que ocupava no Exército. Se por vêzes altos e respeitáveis encargos foram conferidos à minha guarda, e sua defesa confiada à minha modesta capacidade, tal sempre sucedeu à minha revelia. Sempre reconheci méritos nos camaradas que o possuíam, fazendo-lhes inteira justiça. Na concorrência natural e espontânea jamais tentei ferir direitos de outrem, empenhando-me em campanhas de preterições, tão comuns em coletividades, como o Exército, onde todos aspiram progredir. Assim, jamais solicitei a inclusão de meu nome na lista de merecimento dos que por êsse principio deveriam ser promovidos. Nela uma vez contemplado também nunca pedi a promoção ao Governo ou a qualquer pessoa de influência. Perlustrei tôdas as etapas da minha longa jornada militar, sempre tolerante, condescendente, sem quebra da nobreza dalma, que se traduz pela altivez e pelo brilho, próprios do homem digno. Sempre me considerei inferior aos conceitos elogiosos que a generosidade excessiva e a lisonja proferiam a meu respeito. Se tinha algum poder para envaidecer-me, derivava-se êste de ser originário do mérito próprio, embora de diminutiva dose, e não do lustre de estirpe, pois que a minha era obscura pela ausência de brações. Iluminada apenas pelo culto de virtudes que dignificam a pessoa humana,

das quais recebi reflexos que nortearam minha existência no convívio social. Com êstes postulados consegui triunfar.

★

★ ★

Em geral, os meus colegas do Corpo de Engenheiros dedicavam-se, logo ao sair da Escola, ao magistério ou ao exercício da Engenharia ou ainda à política. O campo da engenharia militar era muito restrito. Os trabalhos nessa esfera de atividade limitavam-se à construção de quartéis e fortificações no litoral, variando de intensidade, de acôrdo com a flutuação financeira do País, que acarretava paralisações frequentes. As obras públicas nacionais estavam entregues ao domínio da engenharia civil. Não havia lugar para os engenheiros militares.

Por essa razão, e para fugir ao serviço em corpo de tropas, refugiavam-se nos empregos burocráticos ou emigravam para a política. Servir arregimentado importava em humilhação! «Ninguém se formava, adquirindo um título científico para tratar de soldados». «Era aviltante»!

Essa a mentalidade predominante, como já o referimos, na época em que abandonamos os bancos escolares. É autêntico o caso do capitão de engenheiros, já aludido, que entendia não ser para êle, digna dêle, a missão de instruir praças do Batalhão, de que era ajudante.

Houve honrosas exceções. De modo geral pode-se dizer, porém, que os oficiais do corpo de engenheiros, corpo constituído de oficiais do posto de capitão à coronel (10), não consagravam o menor esforço, nem os seus momentos de lazer, ao estudo de assuntos militares para o desenvolvimento necessário dos superficiais conhecimentos, adquiridos na Escola Militar, para quem se dispunha a condutor de homens. Todos aspiravam, no entanto, ao generalato. Não procuravam, assim, se formassem generais com aptidão para as graves responsabilidades que lhes pesariam um dia. Não sabiam comandar, porque nunca praticaram. Sendo-lhes desconhecida a caserna, não tiveram a aprendizagem que somente ela proporciona. É tudo muito simples, muito fácil, especialmente para espiritos cultos, mas é preciso praticar, a fim de familiarizar-se com os princípios e sutilezas do comando, que constitui uma verdadeira arte. Existe mesmo um pequeno livro denominado «Arte de Comandar» traduzido do francês pelo General Tasso Fragoso. Eis os motivos por que tivemos generais de talento, vasta ilustração científica, que jamais desem-

(10) Não se deve confundir a denominação *corpo*, aqui empregada, com o Batalhão ou Regimento. Era antes uma corporação de oficiais.

bainharam a espada na frente de tropa. Há episódios interessantes, provenientes da ignorância que, neste particular, constituía característica de nossos generais, provindos dos corpos especiais: entre outros, conta-se que um General comandante de uma Divisão, incumbida de prestar honras a um alto dignatário estrangeiro, formou a tropa dando-lhe a retaguarda. Ele achava-se na sacada de um Palácio. Para desfazer viu-se em sérios embaraços resultando tudo em uma ridícula trapalhada!

Alguns não conheciam equitação. Nunca haviam montado. Era uma delícia vê-los no cavalo em dias de parada. Exercitavam-se dias antes, colhendo pouco proveito.

Em certa ocasião um General de Divisão foi obrigado a abandonar o comando porque não sabendo dirigir o cavalo este o levou sobre um poste de iluminação pública deitando-o por terra.

Parece que em sonho tiveram a visão do automóvel, dentro do qual comandariam seus exércitos no futuro.

Não foram poucas as decepções porque passou a Nação, em nossas lutas internas modernas, provindas da ignorância do «métier» da parte de alguns Generais. Alguns deles, entretanto, honraram a cultura nacional no campo das letras e ciências.

*
* *

O bom andamento dos trabalhos da construção da estrada de ferro reclamava uma série de providências, entre as quais a obtenção de recursos financeiros, que somente com a minha presença no Rio de Janeiro poderiam ser efetivadas. Concordaram com isto os Ministros da Guerra e da Viação. A chamado deles segui a 20 de Junho de 1908.

Era portador do último relatório a apresentar ao Governo, detalhando os serviços executados e os em via de acabamento. Um exemplar especial destinava-se ao Presidente da República, que era então o preclaro brasileiro Conselheiro Affonso Penna.

Solicitada uma audiência, fui cortezmente recebido por Sua Excelência.

O grande interesse que lhe despertavam os assuntos da administração pública levou-o à benévola atenção para a exposição dos motivos que justificavam a minha presença. Ofereci-lhe o relato de nossos trabalhos, solicitando apóio decisivo do governo para a obra meritória que nos fôra confiada. E como notara o bom humor com que me ouvia, com a respectiva venia, li, para Sua Excelência ouvir, alguns trechos mais

importantes. Era manifesta a boa impressão que lhe ia causando minha leitura. Animadora a bondade que transparecia de sua austera fisionomia.

Ao terminar a minha arenga deu-me a honra de suas felicitações de envolta com a promessa de que nada faltaria para o cabal desempenho de minha comissão, promessa que se efetivou dias depois com a abertura de um crédito especial.

A impressão produzida no espírito do Conselheiro Affonso Penna com o conhecimento do que fizemos na construção da estrada Cruz Alta-Ijuí, constante do relatório, que prometeu ler, manifestou-se ainda nos seguintes fatos :

Era Ministro da Viação e Obras Públicas o ilustre Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Passada uma vintena de dias após minha visita ao Presidente, sou chamado ao Hotel dos Estrangeiros, onde residia o Ministro.

Após os cumprimentos fala-me: «O Sr. Presidente da República, bem impressionado com a leitura do seu relatório, deseja confiar-lhe um outro trabalho: a deputação riograndense interessa-se pela construção de um ramal férreo da Porto Alegre à Uruguaiana que, partindo de uma estação nas proximidades de Cacequi, atinja as cidades de S. Borja e S. Luiz. Quer entregar-lhe os estudos respectivos».

«Aceito a incumbência, Sr. Ministro», foi a minha pronta resposta. «Os trabalhos de que me acho encarregado não constituem obstáculo, nem sofrerão absolutamente em seu andamento».

«Qual o crédito necessário?»

«Para êsses estudos, Sr. Ministro, há cerca de dois anos, foi aberto um crédito de 200 contos. Caducou necessariamente, pois não foram iniciados. Eu preciso somente de dez contos mais ou menos». Calculei rapidamente para satisfazer imediatamente a consulta.

O Ministro surpreendeu-se pela insignificância da importância !

Compreendendo a surpresa, disse :

«Explico-me, Sr. Ministro: tenho engenheiros, pessoal e material para constituir a turma de exploração (o trabalho de reconhecimento não era necessário, estavam conhecidos os pontos obrigados e, portanto, a diretriz geral. Bastaria durante a exploração reconhecer o terreno nos trechos compreendidos entre aquêles pontos). Preciso apenas adquirir mais alguns instrumentos e material de acampamento. O pessoal já percebe diárias pela estrada em construção».

Concertados mais alguns detalhes, retirei-me: dias depois recebo o aviso de nomeação. O crédito foi aberto.

Não haviam decorrido ainda quinze dias desta conferência com o titular da Viação quando novamente, por êle, sou chamado, desta vez, ao Ministério.

Ao avistar-me na sala de audiências, preterindo a muitas pessoas, antes de mim ali chegadas, acenou para que a seu lado me assentasse e falou :

«O Sr. Presidente quer que o Sr. faça muita coisa!»

«Eu farei tudo, Sr. Ministro, desde que me dêem auxilio (tratava-se sem dúvida de um outro trabalho). Do que se trata?»

«Os ingleses», continuou o Ministro Calmon, «propõem o prolongamento da estrada inglesa de Itaquí à S. Borja, mediante o custo quilométrico de 50 contos de réis, ouro. O Presidente quer que o Sr. faça a revisão do traçado e o orçamento, para, sôbre o resultado de seu trabalho, basear o contrato. Acha excessivo aquêlê preço!»

«Qual o crédito necessário?»

«Não preciso de crédito para isso. O trecho a rever é pequeno. Uma só turma executará êste e o outro serviço que me confiaram». O aviso foi publicado encarregando-me da revisão do traçado referido.

Não haveria maior prova de confiança do Chefe da Nação.

Havia um Presidente de República que se interessava pelo bem público e conhecia a justa medida para auxiliar os serviços dos colaboradores do seu governo!

Profundo sentimento de veneração patriótica, estima pessoal e admiração em mim despertaram os eminentes atributos de ordem cívica e moral do Conselheiro Affonso Penna, cujas irradiações em patriotismo se deveriam estender às futuras administrações do grande patrimônio nacional.



Para desobrigar-me das novas incumbências com que me honrava o Presidente da República, imediatamente, após meu regresso ao Rio Grande, organizei a turma que devia proceder à revisão do traçado da estrada de Itaquí à S. Borja. A fim de inaugurar os trabalhos a 22 de Outubro do mesmo ano de 1908 com ela segui para aquela cidade, ponto inicial.

Ao chegar à Uruguaiana, de passagem, soube por intermédio do Dr. Álvaro Crespo, fiscal do Governo junto à Brazil Great Southern,

denominação da Estrada de Quaraí à Uruguaiana, cujo prolongamento iam estudar, que o Governo havia já contratado com os ingleses os estudos e construção do prolongamento referido.

Apesar de veiculada a notícia por pessoa de alto conceito não a acreditamos, atribuindo a falsa informação transmitida àquele distinto engenheiro e nosso particular amigo.

Seguimos viagem. Do Governo, não havia comunicação a respeito do tal contrato. Era nosso dever, pois, prosseguir. Foi o que fizemos. Acampamos no ponto em que deveríamos iniciar o serviço, nos arredores da cidade (Itaqui). Procedíamos à retificação dos instrumentos quando um individuo appareceu munido também de instrumentos, e os instalando em determinado local, denota pretender executar trabalho análogo ao que pretendíamos começar. Para esclarecimentos, com o intuito de evitar atritos, cheguei à fala. Declarou-me ser engenheiro e, encarregado pela companhia inglesa, ia executar a revisão do, traçado a S. Borja, visto haver a mesma companhia firmado contrato com o Governo da República.

Surpresa, natural, de nossa parte! Havia pouco mais de mês, saíramos do Rio de Janeiro com aquela incumbência, confiada pelo Ministro, sob injunções do Presidente. Nenhuma comunicação da nova deliberação. Silêncio absoluto! Sentimo-nos suscetibilizados. Interpele por telegrama ao Ministro, levando ao seu conhecimento a ocorrência com o engenheiro estrangeiro.

Obtenho, então, resposta afirmativa sobre a veracidade da noticia: o Governo tinha realmente contratado o serviço com a mesma companhia, cujo preço quilométrico fôra julgado excessivo pelo Chefe da Nação.

Fui, pois, desconsiderado pelo titular da Viação, visto não me haver transmitido aviso de espécie alguma. Não silencieiei, e em telegrama enérgico exprobei sua conduta, positivamente desatenciosa. Além de um longo despacho explicativo e cheio de desculpas, pediu o Ministro a interferência do Coronel Bento Ribeiro para desfazer a irritação que me havia causado o seu indelicado proceder. Ao mesmo tempo que me dirigi àquele titular, comuniquei o fato ao Coronel Bento Ribeiro para, em meu nome, entender-se com o Governo.

Terminou o incidente com a intervenção dêsse meu amigo.

Não tive conhecimento se a determinação governamental foi ou não motivada pela diminuição do custo da obra, constante da primeira proposta inglesa. Se o foi, não resta dúvida que temeram o confronto do nosso orçamento. A nação lucrou. Se o não foi, constituiu mais um testemunho dos efeitos da advocacia administrativa ou das injunções po-

líticas, revelando ao mesmo tempo pouco zêlo pelos interesses do País.

Na primeira hipótese, indiretamente prestamos um serviço à Pátria.

Cremos firmemente na honestidade e patriotismo do Dr. Miguel Calmon, quaisquer que fôssem os móveis da resolução do Govêrno. Por isso nos inclinamos para ela.

Não quisemos, por motivos de elevação moral, levar a ocorrência ao honrado Chefe da Nação.

★

★ ★

Em face da solução do caso, retiramo-nos, indo iniciar os estudos do outro ramal férreo para S. Borja e S. Luiz.

Um problema de relevância se nos apresentou: Qual o ponto da estrada de ferro de Pôrto Alegre à Uruguaiana em que deveria entroncar o ramal projetado? Qual o mais vantajoso?

O aviso ministerial determinava os estudos de um ramal de Cacequí a S. Borja. Consequentemente o ponto de entroncamento estava indigitado — Cacequí.

Denotaria falta de critério de nossa parte se sem mais exame o adotássemos definitivamente, se sem o estudo *in loco* das condições oferecidas pela faixa da linha, mediando entre a estação da cidade de Santa Maria e a de Cacequí, seguissemos à risca, cegamente, a indicação governamental. Seria não proceder com acêrto. O Ministro não conhecia a região para considerar como mais conveniente ao interêsse público o ponto indicado. A escolha resultou sem dúvida de injunções interesseiras de pessoas prestigiosas junto ao Govêrno. Assim refletindo, fizemos um estudo minucioso da região, confrontando as vantagens e inconvenientes entre os diferentes pontos que melhor se prestavam ao fim visado.

Confirmaram-se nossas suspeitas. Sòmente interesses de politica partidária regional compeliriam à escolha de Cacequí. Tivemos disso prova inconcussa.

Nossa lealdade para com o Govêrno e o dever de bem servir ao País regeitaram a opinião favorável àquele ponto.

Entre os inconvenientes notados sobressaía o de uma grande ponte sôbre o rio Ibicuí, logo ao sair a linha da estação inicial, obra darte de grandes dimensões, semelhante à existente sôbre o Santa Maria, transposta pelos trens que se dirigem para Uruguaiana, e, atualmente, para Livramento. Seu custo, tomando por base o desta, orçaria por cinco ou seis mil contos, incluindo uma série de viadutos em ambas as margens

do rio. Os terrenos alagadiços em suas adjacências exigiriam atêrros de altura considerável, de difficil conservação. De Cacequí à Colônia Jaguarí atravessaria a linha terras de inferior fertilidade, tanto que jaziam abandonadas, sem habitantes, apesar de seu ínfimo preço de aquisição. Não haveria elementos de tráfego, portanto, nesse trecho, senão os provenientes de Jaguarí. A alegação de ser Cacequí um ponto de reunião de forças ou concentração, em caso de guerra, não tinha força sufficiente para inclinar-nos em seu favor. Mesmo para êsse fim a região é imprópria, porque, muito baixa, na estação invernosa alaga em extensão considerável.

Abandonado Cacequí, prendeu-nos a atenção a estação de S. Pedro. Situada em uma zona de terras de prodigiosa feracidade, cultivadas em grandes extensões. Entre ela e a Colônia de Jaguarí, ponto obrigado da futura linha, existe um núcleo colonial denominado S. Pedro. Produtor, em regular escala, exportando, por intermédio da estação do mesmo nome, grande quantidade de cereais. Suscetível de grande desenvolvimento agrícola pela uberdade de suas terras, cuja aquisição era efetuada a bom preço. Estava dependente de meios de transporte para o escoamento de mercadorias. Além dêsses elementos que nutririam incontinente o tráfego da via-férrea em projeto, materiais de construção, de largo emprêgo, como areia e pedra grês, existiam fartamente em todo percurso de S. Pedro a Jaguarí, o que seria de extraordinária vantagem sob o ponto de vista dos transportes para as obras darte. Tudo estava, por assim dizer, no próprio lugar. A passagem dos rios Ibicuí e Jaguarí exigiam pontes de valor secundário, como insignificante o das obras correntes.

Eram indiscutíveis, pois, as vantagens oferecidas pela estação de S. Pedro para ser o ponto de entroncamento. Para ela voltaram-se nossas preferências.

Daí partiu a linha de exploração, sob a chefia do capitão Jônatas da Costa Rego Monteiro, um dos mais distintos de nossos engenheiros militares, servindo no 3º de Engenharia.

Meses depois submetemos à apreciação do Govêrno os estudos definitivos do primeiro trecho, em uma extensão de 50 a 60 quilômetros. Foram aprovados, inclusive nossa escolha do ponto de entroncamento.

O Govêrno abriu concorrência para a construção, cabendo a preferência aos irmãos Correias, antigos empreiteiros de estradas de ferro e obras públicas no Rio Grande do Sul.

Os estudos prosseguiram de Jaguarí para Santiago do Boqueirão quando me retirei do Batalhão.

*
* *

Fui também incumbido pelo Ministério da Viação e Obras Públicas da construção da linha telegráfica de S. Vicente a Santiago do Boqueirão, vila também chamada «Povinho». Sob a direção do Tenente Artur Paulino uma turma de aspirantes e soldados do Batalhão executou êsse serviço, após estudo do respectivo traçado por mim pessoalmente encaminhado e aprovado.

A economia resultante do emprêgo do Batalhão foi extraordinária, a comparar-se a importância despendida com a do custo quilométrico de outras linhas, na mesma região.

*
* *

Na execução dêsses serviços tive de sobrepôr-me à influência política dos régulos de aldeia, que pretenderam impôr-me normas de conduta, apoiados no prestígio que desfrutavam junto aos chefes da situação dominante no Rio Grande.

O chefe do partido republicano de S. Vicente queria que a linha férrea passasse pelo seu atrazado burgo, sem elementos de prosperidade, pela esterilidade das terras da região em que está situado. Por essa razão eram já elas despovoadas, preferindo os agricultores se localizarem em S. Pedro, embora com aquisições mais despendiosas. Advogava o entroncamento em Cacequí, apoiado pelo Senador Pinheiro Machado. Realmente êste ilustre riograndense, ao ser publicado o edital de concorrência para a construção, tentou anular a escolha da estação de S. Pedro. Eu já estava no Rio. Era para mim uma questão de dignidade profissional e de sentimentos patrióticos a manutenção do ponto escolhido, e já aprovado por Decreto do Govêrno Federal.

As razões estavam tôdas de meu lado, e tão poderosas que não logrou aquêlê prestigioso politico anular o que havia eu feito.

S. Pedro foi mantido.

Minha intransigente atitude não agradou ao Senador Pinheiro Machado.

Determinou um arrefecimento de relações entre nós. Passaram-se dois ou três anos que não nos avistámos.

Depois, tornamo-nos, então, amigos.

Fui alvo de expressões elogiosas de sua parte: «O Setembrino é um homem altivo, de caráter» disse êle a mais de um amigo comum.

★

★ ★

Em 1910 dei por finda a minha «campanha do Rio Grande do Sul», assim denominando o período de 25 anos em que exerci atividades no Rio Grande.

Procurei sempre ser útil ao meu Estado natal e ao Brasil. Colaborei sempre no seu progresso. Conquistei por êsse motivo amizades e admiração pública. Por tôda parte deixei benéficos vestígios de minha passagem.

TRANSFERÊNCIA PARA O RIO DE JANEIRO

Quando em princípios de 1910 o Marechal Hermes da Fonseca, então candidato à Presidência da República, esteve no Rio Grande do Sul, em excursão política, a cidade de Cruz Alta recebeu a honra de sua visita.

A oportunidade se lhe apresentou de conhecer de perto as obras realizadas pelo 3º Batalhão de Engenharia na construção da estrada de ferro destinada a ligar aquela cidade à foz do rio Ijuí, no Uruguai, cujo primeiro trecho em breve seria inaugurado.

Generoso e honroso conceito, formado por noticias que lhe chegaram de meus apoucados méritos, fez com que me tornasse alvo de especiais distinções de sua parte. Exteriorizou por mais de uma vez tão lisonjeiro juízo em palavras repassadas de muito carinho e sinceridade.

Em certa ocasião disse-me: «É necessário que V. vá servir no Rio. É tempo de lá exercer sua atividade. Precisa progredir na carreira».

Era, incontestavelmente, um convite que me dirigia o futuro Presidente da República.

Ele tinha razão. Fora do Rio de Janeiro os esforços e abnegação dos servidores do País não são aquilatados devidamente pelos poderes públicos. Militares e civis que servem em longinquas paragens, arredados, portanto, do ambiente governamental, afastados dos círculos da

grande metrópole, em que têm proeminência as reverências cobiçosas e gestos lisonjeiros, criadores de méritos, embora fictícios, são sempre esquecidos quando se trata de galardoar serviços. O devotamento, o sacrifício e a inteligência dos ausentes não experimentam de ordinário os estímulos da justiça. O acesso aos postos elevados não é um incentivo ao fortalecimento de energias. O interesse de ordem geral, que deveria sempre primar, é obscurecido pelo de origem privada, sentimental. Em uma palavra, o filhotismo é o princípio dominante.

O Marechal vinha ao encontro de meus desejos.

Havia dez anos que, sem tréguas, trabalhava incessantemente, em luta constante com obstáculos, que se me deparavam na jornada, e que graças à minha coragem, jamais esmorecida, e à cooperação valiosíssima de meus ilustres camaradas de Batalhão, cuja dedicação e interesse eram inexcedíveis, pude vencê-los, apresentando sempre dilatados e proveitosos resultados para o Exército e Nação.

Sentia-me sem entusiasmo para prosseguir no mesmo campo de atividade. Estava por assim dizer enfastiado da natureza dos trabalhos. Novos horizontes me atraíam. Reconhecia, por isso, a necessidade de mudança na direção da comissão. Os serviços receberiam, então, o influxo, o alento do entusiasmo que acompanham sempre os novos dirigentes de um qualquer empreendimento, o estímulo de novas capacidades. O trato constante dos negócios públicos nos autoriza o conceito de natureza psicológica de que a substituição do pessoal de categoria superior nos vários departamentos da administração pública se impõe, decorrido um certo tempo, como necessária à boa marcha, ao aperfeiçoamento, ao progresso, enfim, dos serviços que lhe são afetos. Se a mudança frequente acarreta inconvenientes, sobretudo pelas divergências sempre manifestadas na orientação dos trabalhos e métodos empregados pelos novos chefes, no designio de fazer obra nova, de cunho pessoal, o que é muito do profissional brasileiro, não se pode contestar, por outro lado, que a longa duração à testa de determinados serviços traz desvantagens não menos graves. No fim de certo tempo tudo sofre. E os inconvenientes são muita vez de ordem moral e material concomitantemente. Faz-se mistér, por isso, a intervenção de novos fatores, plenos de vigor, em substituição àqueles que por uma permanência demasiada na mesma esfera de ação se enfraquecem, se desvalorizam, si se me permite a expressão, para continuarem êles, então, a prestar em outras regiões do interesse coletivo valiosos serviços. Suas próprias aspirações exigem a transferência da tenda de trabalho para outras regiões,

onde renascem o entusiasmo e disposição para o cumprimento dos novos encargos.

Aceitei o convite do Marechal. Em Setembro de 1910 deixei o meu inesquecível Batalhão, em cujo comando minha individualidade militar começou a destacar-se no seio do Exército. A 12 de Outubro do mesmo ano chegava ao Rio de Janeiro a chamado dos Ministros da Guerra e Viação, junto aos quais havia nesse sentido providenciado o meu grande amigo General Bento Ribeiro, nessa época Chefe da Casa Militar do Presidente Nilo Peçanha.

A 15 de Novembro seguinte assumiu a Presidência da República o Marechal Hermes. Em audiência que me concedeu, disse: «V. ficará por aqui até aparecer uma comissão que lhe sirva».

Ao General Bento Ribeiro, então nomeado Prefeito do Rio de Janeiro, o Marechal, quando aquêlê amigo a meu respeito lhe falou, declarou-se disposto a dar-me excelente colocação no Rio, acrescentando que precisaria de meus serviços no Comando do Colégio Militar ou no do Corpo de Bombeiros, que esperava vagassem pelo pedido de exoneração dos ocupantes, como de praxe, quando havia mudança de Governo.

Passavam-se, porém, os meses, e não aparecia comissão importante para mim. Os detentores dos comandos, dos quais um dêles me estava reservado, não os abandonaram, porque, contra a expectativa geral, não solicitaram demissão, e o Governo não julgou conveniente agir espontaneamente.

Minha estada no Rio contava-se por dez meses, sem ocupação de natureza alguma, quando uma circunstância imprevista forneceu ensejo a que o Marechal Hermes objetivasse o conceito que a meu respeito formulava: deu-se uma vaga de Coronel no Corpo de Engenheiros, não esperada. Deveria ser preenchida pelo principio de merecimento. A minha revelia foi meu nome incluído na lista triplíce apresentada ao Chefe da Nação para escolher um dos três Tenentes-Coronéis. O Ministro da Guerra, General Dantas Barreto, tinha um seu candidato, o Tenente-Coronel Antônio Albuquerque Sousa, figurante igualmente da lista. Apresentou-o, encarecendo seus méritos. O Marechal, porém, respondeu: «Não, o Coronel é o Setembrino». O próprio Marechal, quando fui agradecer a promoção, referiu-me aquelas palavras, que, aliás, eram já de meu conhecimento por intermédio do General Bento Ribeiro.

Assim, contra a vontade do Ministro da Guerra, fui promovido a Coronel por merecimento em Decreto de 16 de Agosto de 1911.

CHEFE DO GABINETE DA GUERRA

(*Ministério Mena Barreto*)

O General Dantas Barreto, candidato ao Governo de Pernambuco, exonerou-se por êsse motivo do cargo de Ministro da Guerra.

Substituiu-o o General Adolfo da Fontoura Mena Barreto.

Ao mesmo tempo que a imprensa por seus «Placards» anunciava a escolha do novo Ministro, o Coronel Manuel Pereira Botafogo, procurava-me em minha residência para convidar-me da parte do General Mena Barreto a comparecer à sua presença. Achava-me ausente. Estava na cidade. Residia nesse tempo à rua Viana (S. Cristóvão). O Coronel esperou-me para mais de uma hora. Por volta das seis horas da tarde regresssei à casa. Fui, então, surpreendido com o convite. Botafogo, meu colega e amigo, cientificou-me das intenções do Ministro. Após o jantar, do qual participou aquêlê amigo, seguimos juntos, de automóvel, para o Engenho Novo, onde residia o General. Lá chegando, declarou que me havia escolhido para Chefe de seu Gabinete, e para me convidar solicitara minha presença. Não podia deixar de corresponder a tão elevada demonstração de confiança. No dia seguinte, 13 de Setembro de 1911, o General assumiu a pasta da Guerra, e no mesmo dia efectivou-se minha nomeação por portaria da mesma data, que coincidia com a do meu aniversário natalício.

Jamais soube ao certo quem me indicou ao General para ocupar o importante cargo no seu Ministério. As relações existentes entre nós, provindas de uma parentesco assás distante, não influiriam. Botafogo considerava-se o autor da indicação, em virtude das estreitas relações com o General, de quem fôra chefe de estado maior quando êste no comando da 9ª Região Militar. Estava êle nomeado Chefe da Comissão de Limites com o Uruguai, ou estava em via de sê-lo. Precisava no Gabinete da Guerra de pessoa amiga para facilitar-lhe os meios de que incontestavelmente precisaria para desempenho de sua comissão. Éramos amigos. Talvez isso exercesse influência. O General Bento Ribeiro disse-me que dêle juntamente com o Marechal Hermes partira a lembrança de meu nome. O Presidente necessitava de pessoa de confiança junto ao novo Ministro, cujo gênio, sujeito a explosões momentâneas, e a versatilidade de espirito, necessitavam da palavra bôa conselheira e sedativa de um auxiliar para aplacar os estos de um espirito volúvel, não obstante sempre bem intencionado e patriótico. O Marechal me honrara com esta confiança. No decorrer da administração Mena Barreto for-

neceu-me várias provas que fortaleceram as razões de minha indicação, segundo o General Bento Ribeiro. Considero, pois, como origem de minha nomeação para o cargo que assumi a 13 de Setembro, a indicação do Presidente da República. Havia uma circunstância a mais, que influíra no ânimo do General Mena Barreto para aceitá-la: na qualidade de riograndense, seu patricio, portanto, bem que não partidário, mantinha cu excelentes relações com os próceres da situação política dominante em nosso Estado natal. Ele estava ligado a essa politica. Era íntimo amigo do Senador Pinheiro Machado, principal autor de sua reversão à atividade do Exército. O novo Ministro da Guerra era um velho soldado de raça. Seus ancestrais distinguiram-se pela bravura em várias guerras sustentadas pelo Brasil. Dotados de gênio guerreiro não regateavam serviços na defesa de nossos direitos e soberania, e também em prol da liberdade e independência dos povos vizinhos do nosso. Seus méritos foram sempre reconhecidos pelos governos de então, que lhes cumularam de honras e brazões. Atingiram os mais elevados postos da hierarquia militar. Houve vários generais na família ao tempo do Império. O nome de Mena Barreto passou à história como símbolo de heroísmo.

Procedente dessa estirpe de guerreiros, o novo Ministro da Guerra era, pois, um General de raça, como dissemos, e continuador insigne dessa brilhante e indefectível tradição militar. Suas virtudes cívicas e militares honraram seus antepassados. Inteligente e sagaz, tinha, entretanto, a prejudicá-lo, a par de falta de cultura, mesmo mediana, um espirito volúvel, um temperamento propenso a súbitas e violentas manifestações. O sentimento político preponderava em sua atuação pública, e por êle foi levado ao pôsto de Ministro da Guerra, no momento em que os horizontes da politica nacional prenunciavam acontecimentos importantes. Amigo pessoal do Marechal Hermes e General Pinheiro Machado, depositário de inteira confiança de ambos, era o homem indicado para a elevada missão de dirigir o Exército em substituição a Dantas Barreto. Dar-lhe uma posição de realce em seu govêrno, deveria ser mesmo para o Marechal um tributo de gratidão, pois certo fôra êle um dos mais ardorosos paladinos de sua ascensão à mais alta magistratura da República. Era êste o preclaro cidadão, cujos principais caracteres de sua personalidade deixamos alinhavados, com quem íamos servir à Nação.

★

★ ★

O método de trabalho de seu antecessor na gestão dos negócios da guerra por ser anacrônico não correspondia às necessidades burocráticas dos serviços, cujo desenvolvimento atingia proporções elevadas.

Educado na escola de comandante de companhia, batalhão e brigada, onde tudo passava pelo cadinho de sua capacidade, resultando decisões com o cunho exclusivo de seu estudo pessoal de tôdas as questões, ao penetrar em uma vasta esfera de administração, cuja complexidade não pode dispensar a colaboração de outros, a bem de um salutar e rápido andamento dos trabalhos, baseada na confiança que devem inspirar os auxiliares escolhidos, não apercebeu a diferença de meio, que lhe interditava o seguimento de um sistema de comando, somente utilizável em um ambiente restrito, como aquêle de que vinha de sair. O Ministro da Guerra era o mesmo comandante de companhia, substituindo a reserva antiga pelo gabinete, lendo todos os papéis, examinando-os com desconfiança e lançando de seu próprio punho os despachos respectivos. Dir-se-ia que ninguém merecia sua confiança, nem mesmo seu Chefe de Gabinete, aliás oficial culto e de grandes predicações morais.

Ao assumirmos a direção do Gabinete notava-se um grande atraso no expediente. Inúmeros assuntos de relevância estavam dependentes de estudo e decisão ministerial. Coube-nos, pois, enfrentar uma tarefa árdua, que demandou longo tempo a ser concluída, não obstante uma excelente divisão do trabalho, e a confiança que todos recebíamos do Ministro.

O General Mena Barreto não era um técnico.

Seus conhecimentos militares limitados aos que a prática da caserna fornece aos que nela passam longos anos e aos adquiridos na campanha do Paraguai. Não correspondiam às exigências da guerra moderna, onde a bravura deixou de ser a primeira condição de vitória. Novos não os adquiria pela leitura, porque jamais teve hábitos de estudo. Não acompanhava, pois, os progressos realizados na arte da guerra, e, em consequência, desconhecia as necessidades a satisfazer para montar um aparelho militar capaz de assegurar a defesa militar do nosso País. Por isso durante sua administração nenhum problema de relevância teve solução, apesar de inúmeros os que a reclamavam. Sua única preocupação era a política. Foi-lhe fatal, como veremos adiante.

★

★ ★

O Marechal Hermes conquistara a Presidência da República pelo seu alto prestígio no Exército. As apreciáveis qualidades de homem, destacando-se a abundância de coração, que o tornaram merecedor de gerais simpatias dos de sua classe, juntava-se o seu grande amor pelo Exército e o interesse em todos os tempos pelas cousas militares. Sua administração na guerra, como Ministro de Affonso Penna, assinalou um ciclo de reformas salutaras, que nos annos do nosso Exército refulgiram com brilho imperecível.

Pinheiro Machado, chefe do partido conservador, a mais pujante organização política que dominou na República, com seu alto descortínio e senso político, julgou-o o homem que no momento reunia mais probabilidades para sair vitorioso das urnas, pelo apóio evidente de seus camaradas, ao mesmo tempo que sua candidatura resolveria dificuldades na escolha de um outro, dentre os vários nomes surgidos na tela política.

Não hesitou. Fêz do Marechal o candidato do seu partido.

Na peleja, então, alinhada, com a grande figura de Ruy Barbosa no campo oposto, salientou-se o General Mena Barreto, comandante da 4ª Brigada Estratégica. Sua attitude franca e decisiva trouxe-lhe grande influência no governo inaugurado a 15 de Novembro de 1910, levando-o, como já relatamos, ao alto cargo de Ministro da Guerra.

Desde sua ascensão à pasta da guerra viu-se assediado por amigos da velha politica federalista do Rio Grande, à qual fôra, em outros tempos, filiado o General, adversários intransigentes de Pinheiro Machado, que liderava a politica nacional, e traçava os rumos do governo Hermes. E por isso logo no começo uma corrente se foi formando no seio do próprio governo, destinada a libertar o Marechal da influência do Senador gaúcho. E para mais seguros resultados a demolição deveria iniciar-se pelas situações dominantes nos Estados, todas obedientes ao bastão do grande Chefe Conservador.

Surgiram, então, vários candidatos militares à governança de Estados.

A exceção de J. J. Seabra, Ministro da Viação, antigo político baiano, que viu momento asado para empolgar a Bahia, todos os outros jamais militaram na politica de seus Estados, e como credenciais apresentavam tão somente, uns serem parentes do Marechal, e outros haverem concorrido para sua elevação ao cargo que occupava. É possível que alguns só nessa época rememorassem haver nascido na terra que pensavam agora governar. Mais de um, nem mesmo esse direito lhes assistia. Eram oportunistas. Exploravam a boa-fé e o excelente coração do Marechal.

Não é de pasmar, pois, que aqueles amigos de Mena Barreto, a exemplo do que sucedia no Norte, sentissem chegada a oportunidade de subversão na política do Rio Grande do Sul e a conquista do Poder, o que, pelos meios regulares, não havia sido possível, até então.

Nenhuma personalidade em evidência no momento que mais títulos reunisse que o titular da guerra. Contavam, além do mais, com seu temperamento irrequieto. Contavam despertar-lhe ambições, a despeito de elevados deveres morais, que vinculavam o velho soldado aos seus dois dedicados amigos, um que o guindara ao posto de Ministro, e seu velho camarada armas, outro a quem, há muito, uma solidariedade política, cimentada na comunhão de ideais republicanos, norteara a ação conjunta no cenário partidário.

Frequentadores assíduos da residência do Ministro, e mesmo de seu gabinete, no Ministério, eram: o Marechal Salgado, antigo revolucionário federalista, que ao desertar declarara publicamente trocar a farda de soldado do Exército pela blusa de gaúcho (11), o General honorário Sebastião Bandeira, velho amigo pessoal do Ministro e companheiro da jornada de 15 de Novembro de 89, e o grande tribuno riograndense Pedro Moacir, que, abandonando as fileiras Castilhistas, depois de haver brilhantemente representado o Rio Grande na Câmara de Deputados em mais de uma legislatura, ingressara no partido federalista, declarando-se contra o regime presidencial.

Certo da lealdade política, fortalecida por uma estima pessoal de longa data, do Ministro para com o Presidente da República e Pinheiro Machado, jamais poderia eu supor, admitir mesmo, que aqueles amigos do Ministro ousassem desviá-lo de seus compromissos políticos e deveres de honra. Nas visitas frequentes minha boa-fé não permitia ver além do desejo de conversar com o amigo altamente colocado, ou advogar interesses privados. E assim, quando surgiram os primeiros boatos dando o General Mena Barreto como candidato à Presidência do Rio Grande, em oposição ao Sr. Borges de Medeiros, candidato do partido à reeleição, não dei importância alguma. Atribui-os a projetos tendenciosos dos oposicionistas à situação riograndense, pescando nas águas revoltas da política, que as ambições agitavam, sem a menor participação do meu Ministro, sem o seu prévio consentimento.

Mas quando dos murmúrios dos círculos políticos passou à imprensa, tendo como arauto principal o grande escritor e jornalista João do

(11) Era Coronel de Infantaria. Fizera aquela declaração em manifesto público quando aderiu à causa revolucionária.

Rio, amigo pessoal do Ministro, em meu espírito surgiram dúvidas, que me tornaram apreensivo.

Deliberei interpelá-lo.

Em uma manhã de domingo, em sua residência, onde havia ido despachar expediente atrasado, após a conclusão, sentamo-nos, em palestra cordial, no jardim.

A ocasião era favorável. A sua jovialidade e bom humor me facilitaram.

— «Então, Sr. Ministro, o que me diz sôbre sua candidatura à Presidência do Rio Grande, anunciada pelos jornais?»

— Ora, parente (12), não sou eu quem quer: é o povo de nossa terra.

— Que povo, Sr. Ministro? No Rio Grande o povo que vota, que escolhe seus representantes, está dividido em dois partidos. Um, grande, forte, poderoso, invencível — é o partido republicano. Outro, o federalista, com um eleitorado diminuto, vivendo mais das tradições da pujança do passado.

Se amparado por êste, podemos prejudicar o resultado: A derrota. Mesmo que uma dissidência surja no partido dominante, apoiando sua candidatura, a vitória não lhe pertencerá.

A última dissidência, que levou às urnas o nome de Fernando Abbot, aliada aos democratas e federalistas em oposição ao Dr. Borges de Medeiros, foi vencida por uma considerável diferença de votação. Foi a maior desinteligência que se operou até então no seio do Partido. Hoje, o partido republicano está coêso, e sufragará unânimemente o nome de seu poderoso Chefe.

É uma ilusão. Só por uma revolução, apoiada pelo Marechal Hermes, poderia V. Excia. conquistar o Poder no Rio Grande. Esse apôio V. Excia. não terá porque Pinheiro Machado não abrirá luta com seu partido, e o Marechal com êle governa. Seus amigos querem lançar V. Excia. em uma aventura, cujos desastres são fâcilmente previsíveis. Resultará infalivelmente dessa sua atitude uma ruptura com o Govêrno e com o seu amigo Pinheiro Machado. Será o facho da revolta que V. Excia. ateará no Rio Grande, porque a maioria está com a situação dominante, e não se submeterá. V. Excia. sabe que o nosso Estado não é Bahia ou Pernambuco, onde um motim militar e poucos disparos do forte de S. Marcelo depuseram os Governadores. Lá tudo será dife-

(12) Pelo lado materno sou eu aparentado com os Carneiro da Fontoura, do Rio Grande.

rente. V. Excia. sabe tão bem ou melhor que eu. O passado de nossa terra nos garante as previsões.

— Eu conto com o Exército.

— É uma outra ilusão, Sr. Ministro. Eu venho do Rio Grande. Os oficiais são em geral Castilhistas. A Brigada Militar é uma força perfeitamente organizada e aguerrida, com excelente comando. Enfim, eu lamento profundamente que tal venha acontecer. E por dever de lealdade devo dizer-lhe, com sua licença, que não poderei estar a seu lado na conjuntura a que desejam levá-lo seus amigos ursos. Peço perdão pela minha franqueza. Também descendo dos Carneiro da Fontoura. A franqueza é um dos seus característicos.

O meu prezado Ministro riu-se, e disse :

— V. vai muito depressa, parente. Isto não está ainda resolvido. Veremos !

Era uma grande alma e de bondade extrema seu coração.

Depois de outros assuntos vulgares retirei-me na mesma cordialidade que presidira nosso «tête-à-tête».

Verifiquei, então, com pesar a procedência dos boatos. Realmente cogitavam os adversários do Marechal e de Pinheiro Machado de subverter a ordem no Rio Grande.

Dai por diante, quando havia oportunidade, combatia eu a veleidade do Ministro, como refutava as opiniões de pessoas de sua família, favoráveis à aventura em projeto.

Sentia que meus argumentos solapavam os alicerces em que pretendiam erguer a candidatura do Ministro. Ele não era irredutível.

Uma manifestação nesse sentido deu-me uma certa ocasião.

Havia êle recebido uma carta de um amigo federalista, em que, a par de outras medidas assecuratórias da vitória Mena Barreto, lembrava a disposição de forças do Exército na Serra dos Tapes, no Rio Grande, não muito distante da cidade de Bagé. Em uma de minhas idas diárias à residência do Ministro, pois andava êle adoentado, disse-me : Veja esta carta ! Leu, então, o tópico em que o missivista, delineando o plano da campanha política, aludia ao concurso esperado do Exército. E disse : «Canalhas ! Isso é que é o povo ?»

Com esta frase experimentei íntimo regosijo.

— É como lhe digo, Sr. Ministro. Querem os políticos da oposição explorar sua condição de Ministro.

— Vou acabar com tudo isto, disse-me, por fim...

Mas, não acabou! Não sabia resistir ao canto das sereias, que o fascinava.

Um trabalho à socapa continuava.

Uma atmosfera de prevenções e desconfianças começava a envolver o Ministro nos círculos governamentais.

Resolvi por isso falar ao Marechal Hermes sobre o caso.

Em uma das vezes que levei ao Silvestre, onde êle veraneava, decretos dependentes de sua assinatura, por estar doente o Ministro, perguntei-lhe: «Por que, Marechal, V. Excia. não dá um golpe decisivo na pretensão do General Mena Barreto ao Govêrno do Rio Grande? Êle é seu amigo e o ouvirá». — «O Mena — assim familiarmente se referia o Marechal ao Ministro — está querendo desnortear, e eu ainda não lhe quis tocar nesse assunto».

— Êle é seu amigo, e se V. Excia. apelar para a velha amizade, mostrando os inconvenientes que ao seu govêrno acarretará um tal passo, estou certo de sua desistência.

— V. acha, interrogou-me o Marechal?

— Acho que se V. Excia. fôr à sua casa, em visita, pois está êle doente, tudo conseguirá.

O Marechal refletiu, dizendo-me em seguida: — Eu não vou. Escrever-lhe-ei uma carta. Mostrarei a V.

Passaram-se alguns dias. Quando voltei ao Silvestre para novo despacho, interroguei: — V. Excia. enviou a carta ao Ministro?

— Ainda não. Quis mostrar-te a minuta. E tirando-a do bôlso a leu.

Ao finalizar a leitura, disse-lhe: «Com esta carta V. Excia. porá água fria na fervura. Êle não resistirá».

Passados dois dias, ao chegar ao Engenho Novo, e quando peneirei nos aposentos do Ministro, que guardava o leito, disse-me, antes de mais nada: — Olhe esta carta!

Tomando-a de suas mãos, e com ar risonho, comecei a examiná-la, verificando que era a mesma que me havia mostrado o Marechal.

— «Por que está rindo, pergunta o Ministro?»

— «Porque eu já a conhecia. O Marechal dera-me a honra de mostrar.

— E o que diz V.?

Estavam presentes dois oficiais, ajudantes do Ministro e seus sobrinhos.

Respondi com dissimulação: — Parece-me, Sr. Ministro, que é irresistível. O Marechal apela para a amizade fraternal que, há anos,

os liga. Evoca a campanha de sua candidatura, em que V. Excia. foi um dos mais denodados campeões, criando o dever de não embarçar seu governo. Enfim, V. Excia. resolverá de acôrdo com os ditâmes de sua consciência e sabedoria.

— Mas, como fazer agora, se todo mundo já sabe de minha candidatura ?

Foi, então, que verifiquei estar a cousa mais adiantada do que me era dado supôr.

— V. Excia. dirigirá um manifesto político de larga publicidade, em que estampará as razões justificativas de sua desistência.

— Nada mais. Tudo terminará. O Marechal ficará satisfeitissimo. Era uma grande alma, excelente coração !

— Pois, então, escreva o manifesto, disse-me, percebendo-se, todavia, que seu espírito era atuado por uma idéia que o contrariava. Talvez o compromisso já assumido perante seus amigos oportunistas ! . . .

Apressei-me em redigir o manifesto.

No dia seguinte, pela manhã, apresentei-o. Leu, achou-o bom. Reuniu um pequeno conselho de família para leitura do documento, que iria derruir os projetos de posse do Rio Grande, que constituía aspirações da família.

Aprovado, foi mandado à imprensa, que o divulgou com largos comentários.

Fui imediatamente ao Silvestre comunicar ao Marechal o efeito de sua missiva. Abraçou-me, revelando grande satisfação.

Dei o incidente como terminado. Os planos subversivos dos adversários da situação riograndense haviam gorado.

Ilusão ! Nem uma, nem outra cousa sucedera definitivamente :

Quando certa manhã chego à casa do Ministro, já em convalescença da enfermidade que o acometera, encontro na sala de visitas o Marechal Salgado, General Bandeira, Pedro Moacir e João do Rio. Compreendi, de relance, que tratavam de política. Após os cumprimentos, em que, da parte dêles, revelavam prevenções ou constrangimento pela minha inoportuna presença, afastei-me discretamente para uma das sacadas do chalet.

Pouco se demoraram.

Eu não conhecia um dêles. Por isso, assim que ficamos a sós, pedi informações sôbre um cavalheiro, moço ainda, calvo e de físico robusto.

— «V. não conhece ? É o grande João do Rio, escritor, romancista, redator da «Pátria».

Foi a primeira vez que vi êsse ilustre homem de letras, que, aliás, me conhecia porque em uma de suas crônicas jornalísticas havia aludido a meus uniformes militares, em têrmos encomiásticos.

— Perdõe-me, mas o que veio êle fazer tão cêdo? O título de redator da «Pátria» me despertou suspeitas.

— Veiu consultar-me se depois do meu manifesto deveria continuar ou cessar a campanha sôbre minha candidatura.

— E V. Excia. o que disse?

— Respondi que isso era lá com êles. Eu nada tinha que vêr.

— Não, Sr. Ministro, V. Excia. tem muito que vêr. V. Excia. tinha o dever, perdõe-me a franqueza, de proibir terminantemente, de desautorizar plenamente qualquer pronunciamento a respeito, depois de seu manifesto, amplamente divulgado e comentado, aliás, com referências elogiosas à atitude de V. Excia.

— «Vou mandar chamar o João do Rio, e dizer-lhe isso». Não soube se o fêz.

Que espírito inconstante! Que volubilidade de pensamento!

Se eu, ingênuamente, considerara liquidado o assunto da candidatura, houve no meio político quem pensasse de modo diferente.

Sabiam que no manifesto não houve sinceridade, sabiam ou suspeitavam, pois que os propugnadores da candidatura não tinham desistido. A renúncia do General não trouxera o cunho de um propósito irrevogável.

As reservas com que foi recebido o manifesto patenteavam-se logo depois.

Os homens do partido Conservador, então, com Pinheiro Machado à frente, tinham resolvido afastar Mena Barreto da Pasta da Guerra. Tal medida importava em um golpe decisivo às pretensões do futuro candidato e de seus novos amigos. O motivo a alegar? Aguardavam oportunidade. Esta se apresentou quando do regresso do Marechal Hermes de uma pequena viagem de recreio.

Segundo a praxe, os Ministros, pela manhã, foram recebê-lo no Arsenal de Marinha, local do desembarque.

Eu acompanhei o Ministro da Guerra.

Acompanhamos o Presidente ao Palácio Guanabara, onde êle nessa época residia.

La ter lugar um episódio que alguém talvez o narre com tôdas as côres quando escrever o periodo histórico do Govêrno do Marechal.

Ao entrarmos no Palácio dirigiram-se para um dos salões o Presi-

dente, Rivadávia Correia — Ministro da Justiça, Barbosa Gonçalves — Ministro da Viação e o Ministro da Guerra.

Tomaram assento em um grupo de cadeiras, disposto em um sítio do salão, afastado das portas que de uma vasta galeria para êle davam acesso.

Eu, o General Barbedo, Chefe da casa militar, que acompanhara o Marechal, o Dr. Armênio Jouvin, diretor do Diário Oficial e outra pessoa cujo nome me escapa à mente, ficáramos a palestrar na referida galeria.

Momentos após, nossa atenção foi despertada por vozes que se alteravam, partidas do salão.

Ouvido atento, verificáramos logo que algo de anormal sucedia entre os interlocutores do salão nobre.

Aproximámo-nos de uma das portas no momento precisamente em que o Ministro Rivadávia, com voz enérgica, declarava ao Ministro da Guerra: «Eu nunca fui desleal, nunca traí aos meus amigos».

O Ministro da Guerra, sentado em face à Rivadávia, levantou-se em atitude agressiva. Rivadávia segue-o nesse movimento, visivelmente irritado. Os outros os imitam. O Marechal intervem: «O que é isso Senhores? Acalmem-se». Nós, que presenciávamos a cena, instintivamente demos alguns passos no salão com o intuito de evitar um pugilato. Recuámos, quando os contendores, contidos pelas palavras do Marechal, refrearam os ímpetos, voltando à calma. Instantes após retiraram-se os Ministros da Justiça e Viação.

Deixavam em seguida o salão o Marechal e o Ministro da Guerra. Aquêlê dirigiu-se aos seus aposentos. Êste, depois de trocar algumas palavras com o Dr. Hermes da Fonseca, convidou-me para sair.

Dali partimos com destino ao «Restaurant do Minho», à praça 15 de Novembro, para o almoço, a convite do Ministro.

Houve silêncio entre nós durante o trajeto.

Ao tomarmos lugar na mesa, o Ministro me interroga: «Que acha de tudo isso, parente?»

— Que V. Excia. não é mais Ministro. Aguardavam a oportunidade, que se lhes apresentou. Eu a temia, e por mais de uma vez, por gestos, convidei V. Excia. para nos retirarmos. V. Excia. pediu demissão?

— «Na discussão eu disse ao Marechal que se êle o quisesse deixaria a pasta».

— Êle o quer, atendendo às sugestões de Pinheiro, com quem V. Excia. já está agora incompatibilizado.

Almoçámos. Fomos para o Ministério. Momentos após, quando ainda o Ministro se achava no seu vestiário, trocando o uniforme, entra o General Barbedo. Trazia uma carta. Pergunta: «Onde está o Mena?» Indiquei. Saiu, e minutos depois, o Ministro, com uma carta na mão, disse-me: «O Marechal concedeu-me exoneração».

Desaparecia, assim, em seu ocaso o astro que guiara o Marechal Mena Barreto em sua existência política.

Tudo perdeu concernente às suas aspirações do momento. Os amigos ursos causaram-lhe a ruína. Devem suportar as agruras do ostracismo politico até desaparecerem do mundo objetivo !!

MINISTÉRIO VESPASIANO D'ALBUQUERQUE

O General Vespasiano Gonçalves d'Albuquerque foi o substituto do General demissionário na direção do Exército.

Todo o pessoal do Gabinete havia solicitado exoneração.

O General Mena Barreto, ao apresentar-lhe meu requerimento, respondeu-me que me não deferia porque o novo titular da guerra desejava a continuação de meus serviços no pôsto que ocupava, e que êle mesmo entendia ser necessário minha permanência, em consideração à pessoa do Ministro, como retribuição à fineza que lhe dispensava, conservando seu chefe de gabinete.

Antes da posse recebi convite direto do General Vespasiano.

Assim, continuei a ocupar o pôsto que me fôra designado no governo Hermes.

Vespasiano era particular amigo do Presidente, e fortes afinidades mantinha com o partido republicano riograndense, de quem fôra, em várias legislaturas, representante na Câmara Federal. Consequentemente ligado a Pinheiro Machado.

Havia eu sido seu discípulo na Escola Militar do Rio Grande, na cadeira do 2º ano do curso superior — Arte Militar — que êle professava.

Homem de inteligência, apreciável cultura geral, distinguia-se sobretudo pela austeridade de caráter. Amigo de seus amigos, mas inimigo rancoroso.

O único problema importante de que tratou seu gabinete, interessando ao Exército, foi o da Aviação Militar.

Realmente, deve-se-lhe a inauguração dêsse serviço com a construção dos primeiros «hangars» no Campo dos Afonsos, efetuado.

mediante contrato, com a firma Bucelli & Cia. Adquiriu igualmente dois aeroplanos na Europa.

Devido, porém, a controvérsias com o contratante, não avançou seu seu grande empreendimento, como era desejável.

Quando deixou o Ministério os resultados eram precários. Tudo havia estacionado.

Em todo caso cabe-lhe a iniciativa dos primórdios da Aviação Militar no Brasil.

Essa iniciativa, é forçoso confessar, surgiu em consequência de esforços tenazes de um distinto oficial, amante ardoroso da Aviação, amigo de um oficial de gabinete, que dispunha de influência junto ao Ministro, e que muito colaborou nesse sentido — o Capitão Raimundo Barbosa, hoje General.

Esse distinto oficial foi o 1º Tenente Kirch, vítima de sua temeridade na Campanha do Contestado, por mim dirigida, quando pela primeira vez se tentou empregar, no Brasil, o aeroplano como arma de guerra.

Dois aeroplanos partiram de Pôrto União da Vitória, pequena cidade Paranaense à margem esquerda do rio Iguaçu, onde estava localizado o quartel general do Comando em Chefe das operações contra os fanáticos do Contestado.

Destinavam-se a auxiliar a regulação do tiro da artilharia no bombardeio ao reduto de Santa Maria, no vale do rio do mesmo nome, derradeira concentração do inimigo, para onde afluíram os últimos grupos, após a expulsão, pelas forças legais, de todos os demais antros, onde organizaram resistência.

Fortes correntes aéreas dificultavam a navegação. Um aeroplano, pilotado por um argentino, ao nosso serviço, regressou à base aérea, alegando perigo, pelas más condições atmosféricas. Não se quis arriscar. O Tenente Kirch, porém, mais corajoso e cheio de entusiasmo, prosseguiu. Em sua rota deveria seguir, até certo ponto, o eixo da via-férrea de União da Vitória ao rio Uruguai, que corre pelo vale do rio do Peixe.

Tôdas as estações receberam ordem de avisar ao Comando em Chefe da passagem dos aparelhos. Para receber essas comunicações conservei-me durante longo tempo na estação de União da Vitória. Meia hora após a partida, vimos o regresso do piloto argentino, que deu as razões já referidas, de sua deliberação. Decorrido o tempo presumido para a passagem do aparelho pilotado pelo Tenente Kirch, interpelamos a primeira estação. Não tinha aparecido, mais outra e outra.

Não havia notícias. Temores nos assaltaram! Um desastre provavelmente!

Após quatro horas de verdadeira angústia nos retiramos, já com a alma alanceada. Seguiram imediatamente pessoas a explorar a região que deveria ser percorrida pelo destemido aviador, sem que vestígios fôsem encontrados. Sòmente às 16 horas recebemos comunicação do sub-delegado de um lugarejo sito na estrada de União da Vitória a Palmas, de que um aeroplano havia caído nas proximidades da estrada, e que o aviador havia morrido.

Apesar da formal declaração sôbre a sorte do nosso infeliz companheiro, seguiram incontinentemente recursos médicos e de transporte para, em qualquer caso, transladarem o corpo para União da Vitória.

Efetivamente. Pela manhã do dia seguinte recebíamos, com tristeza infinda, com uma consternação geral, o cadáver do inditoso aviador.

Prestamos-lhe as derradeiras homenagens, a que incontestavelmente tinha direito por sua dedicação à especialidade a que se consagrara, procurando servir ao Exército.

O Aéro Clube do Brasil associou-se ao nosso pezar, enviando ao Pôrto União da Vitória, onde foi inhumado, rica corôa de flores.

II CAPITULO

INTERVENTORIA DO CEARA

Quando, em consequência da transformação política operada no Ceará com a deposição do Conselheiro Acioli, o Coronel Franco Rabelo foi ao Governo do Estado, mediante um reconhecimento ilegal pela Assembléia Legislativa, que o considerou eleito por maioria de votos em eleições realizadas, a opposição política ao seu governo, chefiada pelo Deputado Coronel Tomás Cavalcanti, recorreu às armas para apeá-lo do Poder. Uma onda revolucionária de alguns milhares de homens (uns contam por 2 a 3 mil, outros por 4 mil) alteou-se em Cariri, e após derrotar as forças do governo em Joazeiro — terra do padre Cicero Romão Batista — marchou em direção à Capital — Fortaleza — com o intuito de depôr o Presidente do Estado, Coronel Franco Rabelo.

A mais lamentável anarquia avassalou o grande Estado do Norte, tudo indicando a necessidade indeclinável da intervenção do Governo Federal para que a ordem fôsse restabelecida no território cearense.

Nesse sentido mandou o Presidente da República como emissários ao Ceará, primeiramente o General Carlos de Mesquita e depois o General Lino Ramos, com a incumbência de promoverem um acôrdo com o Coronel Franco Rabelo, acôrdo que consistiria na sua renúncia de Presidente do Estado, e a escolha de um cearense, sem ligação com qualquer parcialidade política, oferecendo assim garantias de um governo isento de malquerenças e paixões, em condições de restabelecer a paz e tranquilidade no seio da família Cearense.

Os dois Generais, sem dúvida porque o Coronel Franco Rabelo não esteve de acôrdo, nada conseguiram, regressando para o Rio de Janeiro.

*

* *

Ao tempo em que ocorriam êsses acontecimentos naquele Estado, occupava eu o lugar de Chefe do Gabinete do Ministro Vespasiano d'Albuquerque, como acima ficou dito.

Tendo fracassado as missões dos Generais que lá foram enviados, cogitou o Governo de mandar um outro official com o mesmo objetivo — obter uma conciliação entre os combatentes.

A escolha recaiu na minha pessoa, pela espontânea vontade, e somente dêle, do Ministro da Guerra.

Assim, a 9 de Fevereiro de 1914, embarquei para o Norte a fim de assumir meu novo posto no magnifico Estado do Ceará.

Voltemos primeiramente, agora, nossa atenção para fatos anteriores, que se relacionam com o caso cearense.

★

★ ★

A opposição à candidatura Hermes e mais tarde ao seu govêrno, era o fruto da paixão exagerada contra o domínio político do Senador Pinheiro Machado, sempre vitorioso em todos os prêlios travados no cenário da República, tal o prestígio que seus incomparáveis e eminentes atributos de homem público lhe grangearam. O seu descortínio político, a coragem para enfrentar situações tempestuosas, a delicadeza e habilidade para contornar e remover obstáculos, por vêzes considerados insuperáveis, tornaram-no um adversário temido, ao mesmo tempo que um chefe a quem os correligionários obedeciam sem tibieza e vacilações. Todos, amigos e inimigos, nêle reconheciam um chefe politico sem rival, verdadeiro condutor de homens. Em tôrno de sua pessoa, em certa fase de sua atuação dominadora, obedecendo aos seus mandamentos, congregaram-se homens notáveis, figuras de relêvo intelectual nos domínios do saber, e de responsabilidades no regime: Ruy Barbosa e Nilo Peçanha, para sòmente êstes citarmos, visto mais tarde se tornarem demolidores de seu valor e prestígio, formaram a seu lado, obedientes aos seus acenos.

As ambições de seus adversários viviam represadas nos diques formados pela sua clarividência política, aguardando o momento ansiado e oportuno para destruir os empecilhos às suas realizações.

Era obra ingente no momento, sem dúvida, pelas afinidades políticas entre o Marechal e Pinheiro Machado.

Foi, entretanto, empreendida com coragem e pertinácia.

Do Ministério Hermes figura de alto destaque era o Sr. J. J. Seabra, a quem coube a pasta da Viação e Obras Públicas. Antigo adversário da política do Rio Grande do Sul.

Sua aspiração à governança da Bahia era sobejamente conhecida. Parecia-lhe, e aos outros, chegado o momento da ruptura dos diques que estiolavam seus anseios de mando. O primeiro passo consistiria em eliminar a resistência de Pinheiro Machado, a quem provavelmente não agradaria a mudança de situação no grande Estado do Norte, sabendo

que Seabra era seu adversário disfarçado. Mas era necessário não olvidar que o êxito da manobra delineada se condicionava à ruptura dos vínculos de solidariedade política do Presidente da República com o Chefe do Partido Conservador.

Sua capacidade engenhosa indicou-lhe então os sentimentos afetivos do Marechal como o objeto da primeira escalada, para constituir sua base de operações: do primeiro tenente Mário Hermes, distinto por vários títulos, primogênito do Presidente, fez seu franco aliado, dando-lhe uma cadeira na representação federal de seu Estado, e mais tarde elevando-o ao pôsto de «leader» da grande e brilhante bancada baiana, com flagrante preterição de notáveis figuras, pela cultura e serviços ao Estado natal.

O amor paterno não poderia assim deixar de cooperar na concorrência de esforços para o conseguimento de seus designios.

Efetivamente, sua influência cresceu nas decisões políticas do Governo, ao mesmo tempo que um ambiente de todo em todo hostil a Pinheiro Machado envolvia os bastidores do Catete: um agrupamento formou-se para a campanha de demolição projetada.

Avançar pelos Estados do Norte derrocando as situações, em maioria filiadas ao partido conservador, para entregá-las aos seus adversários, seria o primeiro ato da grande ofensiva.

Foram logo designados os futuros mandatários: ao Coronel Clodoaldo da Fonseca coube Alagoas. Ao General Dantas Barreto, Ministro da Guerra, Pernambuco. Ao supremo chefe do movimento a Bahia. Mais tarde, o Ceará deveria ser adjudicado ao Coronel Franco Rabelo. O Rio Grande do Norte ao Tenente Leônidas Hermes da Fonseca, segundo filho do Presidente. Paraíba ao Coronel José Joaquim do Rêgo Barros. Finalmente o Maranhão, terra onde uma constelação de homens intelectivos iluminou sempre as letras pátrias, seria doado ao então Coronel Abilio de Noronha.

Convém notar que, como já mencionamos, nenhum desses aspirantes ao elevado pôsto naquelas unidades federativas jamais lá militou em política, e alguns sempre dela estiveram arredios, entregues exclusivamente aos deveres profissionais. Apesar de um ou outro ser filho do Estado, cujo poder pretendiam abocanhar, jamais lhes prestaram serviços de qualquer espécie, vivendo sempre ausentes, compelidos pelas necessidades do serviço militar.

Oportunistas!

Se alguma cousa conseguiram de seus intentos, não lograram, todavia, êxito integral do projeto concebido: o Marechal não dispensou a

colaboração de Pinheiro, conservando-o como orientador da política de seu governo até deixar a alta investidura que, sob os auspícios do partido conservador, lhe fôra conferida.

A sagacidade, o tino político de Pinheiro aconselhavam-no uma immediata e prudente defesa, entremeada de lances ofensivos, quando o espirito titubeante do Marechal parecia inclinar-se a soluções contrárias às conveniências de seu partido.

Um episódio interessante marca bem o prestigio do chefe gaúcho junto ao chefe da Nação. E para aqui o trasladamos porque nêle tivemos um certo papel: por ocasião da deposição do Governador da Bahia, pelos canhões do Forte de S. Marcelo, ao mando do General Sotero de Menezes, Comandante da Região Militar, contra o Palácio das Necessidades, em execução a plano concertado nas ante-salas do Catete, o Marechal sentiu-se sêriamente embaraçado, porque Pinheiro Machado, à revelia de quem se consumara o atentado, o condenara formalmente e exigira a imediata reposição do Governador.

Ora, o Presidente não podia ignorá-lo. Pode-se afirmar até que foi cometido com sua prévia anuência: comparecendo eu ao Palácio, em substituição ao Ministro, ligeiramente enfêrmo, a fim de submeter à sua assinatura alguns decretos, pedi-lhe noticias da Bahia. Respondeu-me: «O Forte de S. Marcelo já está bombardeando o Palácio». Ao mesmo tempo mostra-me um telegrama, há pouco recebido, em que lhe era a noticia transmitida. E acrescentou: — Dize ao Mena (ao Ministro).

Bem que se tratasse de acontecimentos de suma gravidade, atentatório da liberdade politica do Estado e do regime democrático, o Chefe da Nação denotava tranquillidade, como si se referisse a um caso vulgar, de nenhuma transcendência. Diziam que êle não autorizara. A ordem partira de outrem, diretamente ao General Sotero de Menezes, intimamente vinculado à causa Seabra.

Pois bem, não resistiu à vontade de Pinheiro: um aviso do Ministro do Interior e Justiça, Rivadávia Corrêa, leal amigo do Chefe Conservador, determinou ao Ministro da Guerra a reposição do Governador.

Ordem nesse sentido deveria ser immediatamente expedida ao General Sotero. Exigia-se assim do General verdadeira retratação, que o humilhava, e que não poderia ser efetivada sem grandes danos morais à sua autoridade, e quebra da justa altivez dos homens dignos. O titular da Guerra, participe que era das tramas entretecidas para levar ao poder o Sr. J. J. Seabra, e que calculava haver o Comandante da Região agido

em conformidade com ordens emanadas do Catete, a par da surpresa, sentiu-se constrangido para expedir um ato que iria profundamente melindrar o seu colega da Bahia.

Antes de uma decisão resolveu chamar-me ao Engenho Novo.

Encontro o Ministro com o espirito exaltado, visivelmente irritado à primeira vista, caminhando de um para outro lado de uma varanda do chalet. Algumas pessoas da familia presentes. Era ao entardecer.

Li o documento official.

Interrogou-me: — Sua opinião ?

Retorqui, sem vacilar: «Eu não daria semelhante ordem ao General Sotero de Menezes. Correria o risco, se o fizesse, de não vê-la cumprida. É preciso considerar que um General após haver cometido um atentado de tal natureza sob injunções do Govêrno Federal não se resignará, de ordem do mesmo Govêrno, a desfazê-lo.

Importa em humilhação o papel de títere que lhe querem fazer representar. Bem que haja sido o executor, não estará disposto a suportar isoladamente o pêso da opinião pública — contrária ao golpe de Estado. Suponho não haver General, por mais condescendente, que se submeta a uma passividade tão deprimente de seu caráter e autoridade».

— «E então?» Voltou a perguntar-me».

— «Exonerava-me de Ministro. Não daria a ordem, tanto mais que a selvageria de que foi teatro a capital da Bahia é o resultado de combinações politicas a que V. Excia. não é estranho, creio eu. Ignoro, aliás, donde partiu a ordem para o bombardeio. Do gabinete não saiu, a menos que eu tenha sido desconsiderado, visto que sou o Chefe».

— «Nem de mim. Naturalmente do Catete. — Então V. acha que devo pedir demissão?»

— «Não acho que V. Excia. deverá assim proceder. Não é meu intuito proposital dar-lhe êste conselho. Digo simplesmente que assim agiria eu se minha autoridade de Ministro estivesse em iminência de perigo, como no caso que nos ocupa. Em tanto importa a recusa do General Sotero, que eu suponho, infalivelmente, virá.

Isto tudo resultou de acôrdos, de conchavos politicos, a que o General talvez constrangidamente anuiu, não obstante ser partidário da causa Seabra.

Como se lhe ordenar agora em sentido contrário?

— «Pois, eu não dou a ordem. Isto é cousa do Rivadávia. Escreva uma carta ao Marechal, solicitando exoneração».

Esta súbita resolução do Ministro produziu alarme nos presentes — ajudantes e pessoas da familia.

Durante a interlocução alguns arriscaram uma ou outra opinião no sentido de evitá-la. As consequências dela derivadas seriam graves e prejudiciais sob vários aspectos. Falando sincera e lealmente ao Ministro não deixei de guardar a discreção necessária em um momento em que interesses vários estavam em jogo. Não pretendi à «outrance» meu sentir no caso. Deixei-o sempre à vontade para deliberar como melhor o aconselhassem suas próprias reflexões.

Conveniências de ordem privada, que, sem dúvida, sofreriam com a retirada do Ministro, fatores de naturezas diversas dos que me indicavam o honesto proceder não tiveram valor para me coagirem a aconselhar atitudes incompatíveis com a dignidade do cargo, exercido por quem me fizera depositário de sua confiança, e que tinha por isso mesmo direito à minha sinceridade e lealdade.

Todos, no entanto, se submeteram, não sem visível contrariedade, à idéia de exoneração.

Havíamos entrado pela noite. Escrevia a carta quando apareceu o Ministro Seabra, acompanhado do deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro Manoel Reis, seu dedicado e muito entrado no caso baiano.

O conhecimento do aviso do Ministro do Interior ao da Guerra o tinha sobremaneira impressionado.

Inteirado da resolução do Ministro, francamente a aplaudiu, declarando ser a mais digna ante o inesperado e incompreensível proceder do Marechal.

Achou a carta magnífica. Seus termos decisivos. Plenamente justificados os motivos da demissão.

As 21 horas parti para o Silvestre, onde o Marechal se encontrava em vilegiatura. Seabra precedeu-me. Desejava assistir, se possível, minha entrevista com o Presidente da República. Assistiu-a. Sem dúvida era ele o grande interessado na causa, que via agora periclitar. O ato da reposição do Governador viria derruir inteiramente o castelo de seus sonhos. Certo aquêlê bombardeio era o resultado de suas maquinações. O vice-presidente do Estado, de sua parceria, assumiria o Governo. Farse-ia eleição. Sua vitória, pois, era infalível. Estaria, enfim, dono da Bahia.

Pode-se bem imaginar os sobressaltos, as inquietações e sustos que o dominaram, originários da versatilidade do Marechal no caso político que a ambição creara.

Sua perspicácia fê-lo não julgar possível a anuência do Marechal ao gesto do Ministro da Guerra. Entre eles eram estreitos os laços de

recíproca estima. Era fato consumado a deposição. O Marechal concordaria. Não era improvável que fôsse anulado o aviso Rivadávia. Considerou, todavia, conveniente sua presença ao ato da entrega da carta, talvez com o intuito de evitar a demissão solicitada.

Quando cheguei ao Silvestre lá já o encontrei ao lado do Marechal, sobre um banco de madeira, em um terraço. Conversavam com o Senhor Mário Hermes, que se retirou tão logo me avistou. Certamente Seabra lhe pusera a par de minha missão.

As minhas primeiras palavras o Marechal revelou grande contrariedade :

— «Não foi isto que se combinou com o Rivadávia». Dirigiu-se para um combustor a gás. Leu a carta. Grande exaltação dêle se apoderou. Arranca do chapéu de palha, arremessa-o à terra, clamando : «Eu também sou General, prezo os brios do Exército, não há motivo para esta carta ...».

Não hesitamos, eu e Seabra, em tranquilizá-lo. Abraçando-o, agarrando-o mesmo, com gestos e palavras afetuosas conseguimos abrandar a tormenta que se erguera no íntimo do Marechal.

Foi uma cena emocionante !

Aquêlê homem, com todo poder de Chefe da Nação, sentia uma angústia suprema naquele momento. Revelava ao mesmo tempo fraqueza moral lamentável, consequência irremediável de uma vontade vacilante, ante injunções contrárias das duas correntes que, à porfia, dela queriam senhorear-se !

Serenados os ânimos, após um silêncio significativo, voltando-se para mim: «Dize ao Mena que depois responderei».

Deixamos o querido Marechal, a quem não faltariam sem dúvida as reflexões calmantes durante a noite.

Concluindo: O General Mena Barreto não expediu ao General Sotero de Menezes a ordem de reposição do Governador. Não teve a exoneração requerida. O caso da Bahia foi entregue mais tarde ao General Vespasiano d'Albuquerque, que em missão especial foi àquele Estado. Finalmente o Sr. J. J. Seabra realizou sua ambição política : a Bahia caiu-lhe nas mãos.

Parecerá à primeira vista, em face da conclusão da sucinta narrativa que fizemos, não haver razão em apresentá-la como prova do prestígio de Pinheiro junto ao Chefe da Nação.

Si se considerar, porém, que o aviso do Ministro do Interior, pessoa de grandes afinidades políticas com Pinheiro, só poderia ser o resultado da atuação dêste junto ao Marechal, e que só não foi cumprido pela

resistência do Ministro da Guerra, reconhecer-se-á a razão de nossa afirmativa. E, para torná-la de mais sensível evidência, devemos esclarecer que a missão do General Vespasiano, indo à Bahia, consistia na recolocação no Poder de um adversário do Sr. Seabra, o Cônego Galreão, a quem de direito tocava a sucessão, na qualidade de Primeiro Vice-Presidente do Estado, desde que o proprietário legal não queria retornar.

O Cônego Galreão, porém, julgando-se sem garantias com o afastamento de Vespasiano, quando de seu regresso ao Rio, não consentiu em assumir o Governo, deixando-se ficar em seu retiro, distante da Capital.

Tudo isso era obra de Pinheiro e Rivadávia Corrêa.

Não lograram êxito, é bem verdade, por circunstâncias especiais, mas não porque o Marechal não os amparasse em seus designios.

*
* *

Estava em organização o bloco do Norte, sob a direção do General Dantas Barreto, destinado a combater Pinheiro Machado.

Surge, porém, no Ceará, um movimento armado, promovido por elementos do partido conservador, obedientes à chefia do deputado Thomaz Cavalcante.

O Coronel Franco Rabello, Presidente, alistara-se nas fileiras contrárias a Pinheiro. Tôda a ação política e administrativa de seu governo era uma franca ofensiva ao agrupamento político chefiado por aquêle deputado.

Após várias tentativas de conciliação, por interferência de emissários do Governo Federal, dentre os quais dois Generais — Carlos Frederico de Mesquita e Lino de Oliveira Ramos — sou eu enviado ao Ceará com a missão de promover um acôrdo com o Coronel Franco Rabello, e afastar as tropas do Exército da luta partidária que irrompera no Ceará, região sul do Estado, onde o alto prestígio do Padre Cicero Romão Batista estava ao serviço do partido conservador.

A oposição apaixonada, feroz, servindo-se de tôdas as armas em sua campanha demolidora, me não poupou. Atribuiu-me o papel de instrumento vil dos manejos de Pinheiro Machado, por êle indicado para depôr do Governo do Estado, o Coronel Franco Rabello.

Já o disse que nenhuma interferência houve de sua parte. A escolha de minha pessoa para tão espinhosa missão partiu exclusivamente

do Ministro da Guerra, General Vespasiano d'Albuquerque, sendo eu chefe do seu gabinete.

«Apresentei seu nome ao Marechal, que aplaudiu com entusiasmo. Pinheiro estava presente e plenamente concordou».

Palavras do Ministro no dia seguinte ao em que me havia consultado sobre a comissão que me reservara.

Ao embarcar para o Norte o único pensamento que trabalhava meu espírito era o de conseguir um acôrdo que restabelecesse a paz no território cearense. Depôr o Coronel Franco Rabello não entrava em minhas cogitações. Sempre fui contrário aos acontecimentos de Pernambuco e Bahia, promovidos pela ambição dos políticos, que se apossaram daqueles Estados. Não deixava, entretanto, de reconhecer, que era o expediente mais rápido para demolir as oligarquias que os infelicitavam.

Minha atitude no Ceará dependia do fruto de minha observação pessoal, do exame imparcial da situação.

Quando em minha conferência com o Marechal, após a nomeação para Comandante da 4ª Região Militar, dêle ouvi: «Não queremos depôr o Franco Rabello, a sua missão é exclusivamente militar: afastar o Exército da luta politica que vem ensanguentando o Estado a fim de evitar consequências fatais à paz e unidade nacionais. «Eu respondi-lhe: «Sim, Sr. Marechal, não devemos repetir as cenas de Pernambuco e Bahia, que tanto prejudicaram o Govêrno de V. Excia., e arranharam moralmente os generais que executaram os planos dos Srs. Dantas Barreto e Seabra. Os meus sentimentos republicanos não me permitiriam tal aventura».

«É isto mesmo, sua missão é tôda de paz. Uma circunstância, porém, poderá surgir de maneira a fazê-la mudar de caráter: «se o Sr. Dantas Barreto tentar opôr-se pela força ao restabelecimento da ordem e tranquilidade no Ceará, porque isto contrariará seus projetos de hegemonia na politica nacional, V. fica desde já autorizado a mobilizar, no Norte, o pessoal necessário, mesmo dez ou quinze mil homens, para assegurar os laços da federação e a unidade nacional. Mandarei daqui por navios da esquadra o material de guerra necessário e mais recursos de que carecer, tão logo m'os requisitar. E' o chefe da opposição e não sei até onde o levará a aventura que sua pretensão de mando parece indicar em relação ao Govêrno da União. Convém, na sua passagem em Pernambuco, sondá-lo, de modo a colhermos elementos para julgar».

— «Não receio o General Dantas Barreto. Se sua atitude conduzi-lo a êsse extremo, V. Excia. fique certo de que com êle me enfrentarei

sem temores, uma vez que o Govêrno me forneça os elementos de guerra, como vem de prometer V. Excia.».

Consistia, pois, a missão, em retirar a tropa, estacionada no Ceará, da barafunda política lá reinante, e tentar um acôrdo com o Presidente do Estado tendente a restabelecer a normalidade na vida constitucional da grande unidade federativa.

Para desempenhá-la não organizei plano algum. Faltavam-me elementos para solução do problema. Os dados fornecidos pelo Presidente não bastavam. O resultado de minhas observações pessoais «in loco» facultar-me-iam. As circunstâncias indicariam o rumo a seguir. O meu sentir de republicano, e patriotismo, deveriam sem dúvida influir.

O aspecto político que, no momento, apresentava a República, exigia reservas no desempenho de missões dessa natureza.

Os Governos do País se sucediam sob o influxo de uma só vontade poderosa, a que todos obedeciam. Seus adversários se consideravam impotentes para reações vitoriosas. O ostracismo político aí estava para aqueles que um assomo de independência os incompatibilizava com o distribuidor de graças. Não escaparam à pena individualidades do mais alto relêvo no quadro da política nacional.

★

★ ★

A política dos Governadores eliminou de vez do sufrágio popular os últimos vestígios de liberdade. As representações nas duas casas do Congresso Federal provinham de designações prévias, indiferentes, contrárias por vêzes, ao resultado das urnas. No Norte do País, as oposições não logravam lugar. Assim como faziam deputados e senadores ao sabor de suas conveniências, os Presidentes e Governadores de Estados escolhiam, também, seus substitutos, mediante conciliábulos, em que o interêsse público se via sempre preterido pelos de ordem partidária, nos quais, não raro, entravam em jôgo os de família.

Não poderia haver mais evidente descaracterização da democracia, cuja essência reside precisamente na legítima representação da opinião.

O prestígio político, a influência pessoal oriunda do mérito real dos homens e dos serviços à causa pública, que inspiram confiança e atraem a admiração de seus concidadãos, e outrora, no regime monárquico, formavam verdadeiras correntes de opinião, arrastando consideráveis massas eleitorais, desapareceram com o alvorecer da República.

Sômente o calor irradiado dos centros governamentais geravam os representantes da Nação. Sem princípios, sem ideais, votados única-

mente à conservação das posições adquiridas, para defesa de seus interesses privados, eram cegos instrumentos dos Governadores.

Era notória a declaração do Marechal, ao assumir o Governo da República, de que governaria de acôrdo com o partido conservador, como se sabia igualmente que, apesar das conspirações nas ante-câmaras do Catete, êle não abandonaria o seu grande eleitor, chefe daquele partido.

Admirador das virtudes cívicas e dos predicados combativos de Pinheiro Machado, eu condenava, entretanto, seus processos políticos, porque se lhe opunham meus sentimentos de republicano.

Sem vínculos de ordem partidária, e sem aspirações na órbita política, pensava e agia com inteira liberdade de espírito.

Meu caráter não me permitiu jamais submissão a injunções partidárias com abdicação do direito de pensar livremente, e proceder mediante os ditames de minha consciência. Mais de uma vez comprovei essa altivez e independência em momentos propícios a realizações de ambições pessoais. O apêgo às minhas convicções políticas, a reação natural ao gênio despótico de Castilhos e ao espírito de seita implantado no velho partido da propaganda republicana, determinaram minha retirada definitiva das lides políticas na ocasião em que tôdas as probabilidades pareciam facilitar-me o acesso não só no campo político como na esfera militar.

Houve mesmo quem dissesse que «eu não servia para político». Esta ilação, que nada tem de razoável, deriva-se da maneira de considerar os homens, que no meu Estado inauguraram o novo regime, e cuja ação se divorciara da doutrina predicada no combate ao sistema decaído. Ser político, na época, consistia na dutilidade de espírito, na abdicação da vontade, na observância de uma disciplina rude, inconsciente, de molde autoritário, que transformava os correligionários em autômatos da suprema direção partidária.

Tudo concorria, pois, para receber de sobre aviso as declarações do Marechal, concernentes ao seu ponto de vista no caso cearense, declarações que se harmonizavam com as opiniões de Pinheiro Machado, emitidas no decorrer de uma palestra comigo, antes de meu embarque no Rio de Janeiro.

Não duvidava da sinceridade do Marechal. Temia, porém, as sugestões alheias, a bondade de seu coração.

Como quer que fôsse, o que é certo, o que é verdade é que ao embarcar para o Ceará não tinha idéia alguma preconcebida, nem proje-

tos a executar que se referissem à luta politica em que se debatiam os partidos. Retirar as forças do Exército, lá estacionadas, de qualquer co-participação, que hajam tomado, era a missão a desempenhar. Tudo empenharia nesse sentido. Obedecia, além do mais, às minhas próprias opiniões, sempre contrárias a pronunciamentos militares em questões que só ao povo compete decidir. Prestaria um serviço ao Exército. Quanto à segunda parte, faria o que qualquer brasileiro não recusaria: concorrer para cessação de uma luta fratricida, dentro das possibilidades de caráter conciliador.

Um só pensamento me guiava: servir com o maior devotamento à República.

*
* *

Ao desembarcar no Ceará era um simples observador imparcial. Indiferente às atrações de uma retumbante e brilhante recepção promovida pelos adeptos do Sr. Franco Rabello, com quem primeiro tomei contacto ao pisar a terra da luz e da jangada heróica que atravessando os perigos do mar, trouxe aos pioneiros da abolição, no Rio de Janeiro, os ecos festivos da redenção das últimas vitimas do egoismo humano.

Leal e sincero declarei, sem embargos, ao assumir na mesma hora, no Quartel General, a 18 de Fevereiro, o comando da 4ª Região Militar, que vinha em missão exclusivamente militar. Que as ordens do Governo Federal seriam cumpridas, pois tinha certeza que se não afastariam do terreno legal. Que esperava o concurso da guarnição para o conseguimento desse objetivo.

Se incompatível com a dignidade pessoal o papel de instrumento de vontades alheias na disputa de preponderâncias politicas, suprimindo os direitos do povo na sua legítima interferência nos negócios públicos, por outro lado não seria sem dúvida o fato de achar-se um colega militar à frente dos destinos do Estado, que me predeterminaria moldes de conduta, com o estreito objetivo de manter uma solidariedade de classe, mal utilizada, que não devia influir no caso, que não podia servir de defesa a ambições egoísticas de alguns de seus membros.

De caráter exclusivamente civil, estranho aos misteres profissionais, ao mandatário politico militar carecem razões justificativas para invocar em sua defesa esta solidariedade necessária e dignificadora, que deve existir entre aqueles cuja finalidade pública é comum, em se tratando de elevados interesses da classe ou de respeitáveis conveniências da

Nação, ou ainda quando sentimentos generosos impõem-se como amparo contra a injustiça em lances dolorosos da vida.

Na rudez do combate, no fragor das batalhas, no vasto campo onde se decidem os destinos da Nação, e onde a sorte de cada qual está mais que nunca a mercê de forças invisíveis, é que a solidariedade deve existir e agir como bálsamo aos que sofrem, e exigir o sacrifício no mais alto grau com o nobre intuito de socorrer o camarada em situação periclitante, no desempenho de sua missão. Ai, sim, pode mesmo culminar, tornando-se uma força coercitiva de ações heróicas ou de impulsos generosos. Os próprios dispositivos regulamentares a consagram, estimulam-na quando estatuem o socorro individual ao companheiro em situação penosa ou coletivo a um corpo de tropas em cheque pelo inimigo. Fora desses casos não conheço, nem admito solidariedade de classe. O bom senso a repele.

Que interesse elevado nos poderá unir à sorte de um companheiro que, pela sua exclusiva vontade e compelido por seus pendores naturais e justas aspirações, resolveu transferir para outro sítio de atividade pública sua capacidade e aptidões? Nenhum. Não haverá, sem dúvida, quem não lhe almeje, como indistintamente a qualquer outro cidadão, êxito brilhante, triunfos retumbantes na maneira preferida de servir à causa pública. Mas, daí a ligar-se à sorte que o aguarda vai considerável diferença!

A política, se proporciona benefícios, vantagens apreciáveis, sucessos de monta, que coroam a obra de uma atuação esforçada em favor do bem público, não isenta todavia, de revezes, de azares, aqueles que se lhe dedicam.

O Exército em um e outro caso não tem co-participação. A profissão não constitue fator influente de qualquer espécie. Outro meio, outros elementos agirão no sentido de seus novos designios.

É, pois, uma pretensão estulta a decantada solidariedade de classe, quando a fortuna política se torna adversa ao militar, emigrado de seu meio, para outros arraiais de mais amplidão, adequados a seus propósitos.

Eu seria, pois, um juiz sem eiva na imparcialidade com que apreciaria os acontecimentos que conturbavam a ordem no Norte do País.

★

★ ★

Em o primeiro encontro com o Sr. Franco Rabello a impressão foi de achar-me em frente de um homem desalentado, sem energia moral, com

uma morbidez de espirito que o inibia de refletir e vêr claro os fatos que se desdobravam ante seus olhos, e as consequências resultantes, inevitáveis, que decidiriam forçosamente de seu destino político.

Não era menos impressionante seu aspecto físico: côr macilenta, feições deprimidas, talvez devido a prolongadas vigílias. Parecia revelar no olhar sentimentos que lhe torturavam a alma, pensamentos que lhe entibiavam o espirito. Enfim, depressão física, moral e intelectual.

Confessou-me não dispôr de forças para assegurar a ordem na capital, ao dizer-lhe eu que era contristador o espetáculo que apresentava a Praça do Ferreira e algumas ruas da cidade. A desordem campeava. Solicitou-me nesse sentido auxilio como Comandante da Região Militar. Sua única esperança de salvação estava no Exército, no apôio das forças federais, lá estacionadas. Tudo dependia de mim. Esperava que trouxesse ao Ceará o ramo de oliveira.

Se, porém, sonhava com o apôio do Exército, não queria, todavia, solicitar, nos moldes legais, a intervenção da União. «Era arma de dois gumes, no dizer de Ruy Barbosa. Com ela poderia permanecer no Governo ou perdê-lo, dependendo tudo do modo de intervir o Presidente da República».

Possuía eu já elementos para julgar, imparcialmente, com ânimo frio: o Sr. Franco Rabelo não podia continuar a presidir os destinos do grande Estado. Moral e materialmente impossibilitado de resistir à onda revolucionária que avançava para a capital, o que o inibia, portanto, de restabelecer a paz e tranquilidade públicas.

Esta convicção profunda, originária da observação pessoal, isenta de paixão, foi compartilhada pelos oficiais do meu estado maior, Capitão Andrade Neves, hoje General de Divisão, Capitão Pantaleão Teles Ferreira, também atualmente General de Divisão, Primeiros Tenentes Lafayette Cruz, hoje Coronel Professor e 1º Tenente Bonoso, neste momento Major da reserva de 1ª classe.

Era mesmo a opinião das pessoas de mais elevado destaque da sociedade cearense, como igualmente de todos os estranhos que chegavam a Fortaleza. Nem outro foi o pronunciamento do ilustre e inolvidável Almirante Huet Bacelar, acompanhado nesse sentir pelos oficiais do seu estado maior, quando de passagem para o Norte do País, fêz escala no Ceará.

Este distinto oficial de nossa armada fornece um testemunho insuspeito de minha conduta como Interventor, e ao mesmo tempo da penosa situação em que se viu o Corcnel Franco Rabello, assim como dos atos

de vandalismo praticados na capital pelos desordeiros, que subjugavam a vontade do Presidente do Estado.

Insuspeito, digo, porque o Almirante era contrário ao Governo do Marechal Hermes. É certo que êle, antes de seguir para o Norte, em serviço de inspeção, comparecera à sessão do Clube Militar, sessão de caráter subversivo, em que se resolveria a deposição do Marechal. Retirou-se às caladas em virtude do tumulto que se produziu no recinto, proveniente dos protestos levantados por um grupo de oficiais, amigos do Governo, contra a realização da sessão, sem as formalidades estatuidas no regulamento do Clube.

Pois bem, êsse oficial general da armada, que foi meu hóspede no Palácio, por ocasião da Interventoria, à vista dos vestígios dos incêndios em onze prédios, alguns, palacetes de luxo, e residências de oposicionistas ao Governo do Sr. Franco Rabello, declarou-me abertamente que, êsse homem, pela sua pusilanimidade ou conivência com atentados de tal natureza, próprios da mais requintada barbaria, não podia continuar no Governo.

Foi êle meu hóspede por uma circunstância especial: ao chegar à Bahia, em caminho para o Norte, soube que Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, havia sido graduado em Almirante. Sentiu-se preterido, porque, dizia, a graduação lhe competia. Julgou-se melindrado. Por telegrama pede demissão da comissão. O Ministro não concede e ordena que prossiga a viagem. Êle cumpre, mas com a intenção de permanecer na capital de um outro Estado, até a solução de outro pedido, reiterando o primeiro. Escolhe o Ceará.

Sabedor de sua chegada, mandei meu chefe de estado maior, Capitão Francisco Ramos de Andrade Neves, recebê-lo a bordo e convidá-lo a hospedar-se no Palácio. Aceitou prazenteiramente. Confesso que não esperava, por ser êle oposicionista. Tinha eu ciência dos acontecimentos do Rio, relativos ao caso cearense e de sua atitude contrária à Intervenção. Mais tarde, deu-me a razão de sua preferência ao Ceará: «Eu podia ter desembarcado em Pernambuco. Lá, porém, está o Dantas Barreto, contrário, ao que se diz, ao Governo. Haveria, talvez, explorações políticas. Prefiri, então, ficar em um Estado, cujo Governo fôsse da situação. E prefiri ainda sua obsequiosa hospedagem a outras que me preparam aqui porque desejei ficar entre os camaradas do Exército».

Intervim em seu favor, telegrafando a Pinheiro Machado e ao Marechal Hermes. O primeiro me respondeu nos seguintes têrmos: «Logo recebi seu telegrama sôbre Bacelar procurei Alexandrino a fim vêr o que se podia fazer e tive seguintes informações: em sete Abril —

1904 — sendo Ministro Guerra Argolo, êste de acôrdo opinião Supremo Tribunal Militar decidiu: primeiro, deverá ser graduado pôsto immediato official atingir número *um* escala, quer seja quadro ordinário quer especial; segundo, que os officiaes que não tiverem requisitos legais para promoção não poderão ser graduados Almirantes. Bacelar não poderia ser graduado caso tivesse direito sem prévia anulação da nota de prisão que há pouco sofreu. Demais, pela consulta e decisão ministerial citada é indubitável caber Alexandrino graduação. Embora quadro especial a lei 11 janeiro de 1908 criou quadro suplementar destinado officiaes da ativa que desempenharem funções vitalicias. Destas disposições legais se infere que é inconcusso direito Alexandrino. Não há exemplo nem lei que se preste a ser interpretada de modo a permitir duas graduações. Eu sinceramente desejo ir ao encontro dos seus propósitos arredando difficuldades de modo contentar Bacelar que é um dos ornamentos nossa Marinha. Alexandrino não se revelou intratável. Ao contrário, disse-me que só visava manter principio autoridade, indo Bacelar até Pará, onde lhe concederia licença, e ainda mais estava disposto promover anulação nota prisão. Só merece louvores meu prezado amigo esforçando-se dirimir êsses litigios irritantes que tanto prejudicam interêsses supremos da República à qual todos nos devotamos. Afetuoso abraço. (assinado) *Pinheiro Machado*. (13).

Ainda sobre o mesmo assunto telegrafei ao Ministro do Interior e Justiça, Dr. Herculano de Freitas, que me respondeu: «Palácio Presidencial. Cordiais saudações. Almirante Huet Bacelar filiado aos manejos políticos perturbadores aqui mantém attitude de indisciplina recusando-se obedecer ordem cumprir comissão daqui transmitida e reiterada Ministro Marinha. Convém conhecêis isso para vossa orientação. Se êle não seguir será (neste ponto houve omissão telégrafo) . . . recusando-se cumprir ordens Govêrno, que lhe negou exoneração; licença para regressar e lhe determinou continuar sua viagem». (14).

Apesar destas informações, lendo-se mesmo nas entrelinhas do telegrama do Ministro do Interior uma como desaprovação às gentilezas ao Almirante Bacelar, insisti para que não prosseguisse a ação contra êle exercida pelo Almirante Alexandrino. E o fiz com habilidade, de maneira a obter a conciliação, como realmente obtive, pelo menos na esfera official, entre os dois maiores vultos de nossa Armada. O Almirante Bacelar teve ordem de regressar ao Rio, bem como a exoneração solicitada.

(13) O original está no meu arquivo. Assim o telegrama que passei.

(14) Original no arquivo.

Tratando dêste episódio tive como escôpo demonstrar, mais uma vez, que sentimentos subalternos, oriundos de politica partidária não influenciavam minhas diretrizes. Ainda mais: os maiores da facção rabelista, em oposição acirrada, degradante, caluniosa e injuriosa ao Interventor, procuravam avistar-se com o Almirante Bacelar em Palácio. Consultado sôbre ser permitida, em caráter particular, a entrada de tão vis adversários na sede do Govêrno, autorisei-a incontinentemente. Assim, recebeu o meu distinto hóspede, aliás assás contrariado, a visita de várias figuras do rabelismo.

A uma delas — Tenente Correia Lima — que pretendeu irrogar-me censuras, respondeu o Almirante: «Estou no Palácio há vários dias, e ainda não vi um ato de autoritarismo do General Setembrino. É um digno brasileiro. Os senhores se devem dar por felizes por terem-no aqui. Se fôsse outro, não sei...».

O Almirante contou-me esta maneira pela qual fêz calar o seu indelicado visitante, o que foi confirmado por dois oficiais do seu estado maior, testemunhas presenciais.

*
* *

Em face da atitude da maioria dos oficiais das forças do Exército, de guarnição em Fortaleza, telegrafando ao Clube Militar para comunicar-lhe que o Comando da Região pretendia impôr-lhes a conduta humilhante de presenciar como testemunhas, cegas e mudas, a entrada na Capital dos revolucionários, que apelidavam de jagunços, o Govêrno deliberou enviar às águas do Ceará uma Divisão de Cruzadores à minha disposição, sob o Comando do Capitão de Mar e Guerra Castelo Branco, sendo capitânea o Cruzador Barroso.

Eu não solicitara tal medida, adotada por exclusivo alvêdrio do Presidente da República.

Quando em conferência telegráfica o Ministro da Guerra me comunicou o gesto de perfidia e cavilação daqueles oficiais, insuflados pelos militares facciosos do Rio de Janeiro, em conúbio com os politicos, eu, apesar da surpresa causada pela notícia, e da gravidade que encerrava, limitei-me a solicitar a remessa urgente de um batalhão de caçadores. Certo estava de que êsse reforço de tropas bastaria para, com os elementos fiéis ao Govêrno na Capital do Estado, manter a disciplina e o afastamento da luta politica.

Ao levantar a Divisão ferros na baía de Guanabara, recebi mais de um aviso do mau humor da officialidade, de que era corrente no Rio estar disposta a não intervir no caso do Ceará, nem, portanto, cumprir minhas ordens. A maioria dos officiaes era infensa ao Govêrno do Marechal Hermes.

Nenhuma repercussão em meu espirito essas vozes amigas que, através o telégrafo, quizeram precaver-me contra futuros dissabores.

Jamais daria ordens à marinha. Primeiro, por não ter ordens a dar-lhe. Segundo, porque conheço a suscetibilidade dos nossos camaradas da Armada. São muito ciosos da independência de sua classe em relação à nossa. Ao fundear em Fortaleza, meu chefe de estado maior apresentou cumprimentos a bordo do navio capitânea.

O Comandante Castelo Branco retribuiu-me a visita no mesmo dia. Visita da pragmática. Portanto, curta. Não falamos de missão alguma. Evitei pormenorizar acontecimentos. Não desejava que me supuzesse a intenção de suggestioná-lo. Não me disse o motivo de sua presença em águas do Ceará. Não lhe revelei saber que estava, ou que tinha vindo para ficar à minha disposição. Guardamos reservas. Ele, talvez, pela má disposição de ânimo. Eu, como boa politica.

Passados alguns dias, nova visita. Seu espirito parecia outro. Uma qualquer modificação se havia operado no modo de considerar a attitude do Govêrno Federal em face à situação politica do Estado, que se lhe apresentava agora com suas verdadeiras características.

Falou-me logo com exuberância de critica mordaz sobre o que presenciara. A anarquia campeava na cidade! Não havia govêrno! Os vestigios dos incêndios o impressionaram. Franco Rabelo não podia manter-se, nem devia continuar como detentor de um Poder meramente fictício. Era um pobre homem! A canalha tomara conta da cidade. Tinha ouvido grandes elogios à minha attitude, toda de tolerância e cordura!

A mesma opinião nutria a officialidade dos navios.

Era, pois, um aliado!

Quando foi do decreto da Intervenção dirigiu-me um officio em que, a par do agradecimento da comunicação, participava que o Ministro da Marinha lhe determinara prestar-me todo o auxilio. Ao ato da posse compareceu acompanhado de grande numero de officiaes.

Tornámo-nos amigos. Em Palácio ofereci um almoço aos officiaes da Divisão.

Lembro-me com dolorosa saudade do Almirante Castelo Branco, cêdo roubado ao Serviço da Pátria e aos carinhos da familia e amigos.

Prestei-lhe minha última homenagem, comparecendo a seus funerais, no Rio de Janeiro.

Quanto me comoveu a dôr profunda de um seu filho, jovem oficial de marinha, que sufocado pelo pranto despedia-se inconsolável de seu ilustre pai !!



Ressalta do que vimos de narrar que observadores imparciais, acima de qualquer suspeição, julgavam o Sr. Franco Rabelo incompatibilizado com o exercício do Poder, que não soube manter íntegro, ileso de influências perniciosas, que o desmoralizaram pela prática de tudo quanto pode destruir o caráter das sociedades organizadas.

Chegamos assim, como solução patriótica, e imposta pelas graves responsabilidades que pesavam ao Governo da União, cujo dever precípuo é a segurança da ordem no território nacional, à intervenção.

Com surpresa minha fui nomeado Interventor. Não podia eximir-me, em situação tão delicada, de prestar mais êsse serviço à República. Era forçoso levar mais adiante o sacrifício.

O Decreto pelo qual fui investido de tão alta magistratura conferia-me poderes amplos para, nas normas constitucionais, restabelecer a normalidade na vida política e administrativa do Estado.

Como decorrência dos acontecimentos os Poderes Executivo e Legislativo constitucionais desapareceram. O primeiro não era legítimo, pois o Sr. Franco Rabelo havia sido reconhecido Presidente do Estado por uma Assembléia ilegítima. Os deputados não constituíam a maioria legal, conforme os preceitos da Constituição Estadual. O seu reconhecimento ilegal foi uma das origens do movimento revolucionário. O Poder legislativo não representava mais a maioria da opinião do Estado. Ficou de pé, inteiriço, com tôdas as suas peças, o Judiciário, que sempre funcionou com tôdas as prerrogativas que lhes são peculiares. Jamais sofreu alteração alguma.

Consequentemente, o meu primeiro cuidado foi a eleição do Presidente do Estado e dos deputados à Assembléia Legislativa. Cumpria, assim, um dos deveres que me eram impostos pelas instruções do Ministro do Interior e Justiça para o exercício da Interventoria. Ao mesmo tempo providenciei sôbre o restabelecimento da paz em todo o território cearense, o que consegui, não sem grandes dificuldades.

A administração geral normalizou-se por completo. Ao presidente eleito caberia sem dúvida a regularização financeira e providências sobre a melhoria das condições econômicas, que atingiram o lamentável depauperamento pela anarquia que, há muito, reinava na pública administração. Todavia, medidas de urgência foram tomadas em relação à arrecadação e aos compromissos do Estado. Por elas, ao deixar a Interventoria, todo o funcionalismo entrara na posse integral de seus vencimentos, várias obrigações internas satisfeitas, e o serviço da dívida externa atendido, pelo pagamento de juros e amortização, correspondente a determinado período, assás atrasado, o que vinha sendo com insistência reclamado pelos credores.

Foi eleito Presidente do Estado o Coronel Benjamin Liberato Barroso, candidato do Partido Conservador, por mim indicado. Não o prendiam laços de ordem política no Estado, do qual, havia longos anos se afastara. Estava alheio às lutas partidárias que lá se travavam. Cearense culto e homem de caráter, reunia condições para ser útil à sua terra natal.

Pinheiro Machado pediu-me a indicação de um nome que fôsse penhor de imparcialidade política. Pretendia com esta atitude demonstrar não querer impôr candidatos. Indiquei-o. Fui seu grande eleitor. Era seu amigo. Sabia-o aspirar desde muito tempo o elevado pôsto de Presidente do seu Estado.

*
* *

Durante o tempo que enfeixei em volta à minha pessoa o Poder militar e o civil, jamais me utilizei das amplas faculdades de que fui investido, e da confiança e prestígio que desfrutava perante o Governo Federal, para coarctar a liberdade individual, exercida dentro da lei e dos interesses da ordem social. Excessos a punir havia-os. Paixões a reprimir inevitáveis, quando um povo saía do caos em que se debatia. A lei, porém, aplicada com discernimento e tolerância, aliada à energia ponderada, em ocasionais eventualidades, foi o instrumento sempre preferido pelo meu governo.

A violência jamais foi para mim processo adequado à solução de conflitos, como mediador entre interesses em jogo. Não é instrumento eficaz e decisivo para conquista da opinião. Atos de força, constrangimentos injustos, humilhações, abuso do poder não se prestam a resul-

tados definitivos. Deixam sempre resíduos no seio das massas vencidas, difíceis de extinguir, prontos a emergirem em momento propício.

A paz no Ceará deveria ser duradoura, estável para que todos voltassem ao trabalho produtivo, gerador da prosperidade e grandeza.

Por índole e caráter sou avêssio ao autoritarismo. A palavra persuasiva e leal, objetivada pelo exemplo, modifica os espíritos. As boas maneiras despertam sentimentos afetivos, atraem corações. A longanimidade, embora para muitos pareça índice de fraqueza, é atributo que se recomenda aos governantes.

Com êstes postulados, quer na órbita do comando militar, quer no papel de interventor em causas confiadas ao meu julgamento ou superintendência, sempre alcancei os objetivos visados.

O espírito demagógico, o estertor da anarquia, as convulsões ester torantes de um governo oprobioso, a destruição de elementos daninhos, influentes na esfera política e administrativa do Estado, a asfixia de interesses privados, inconfessáveis, deslustraram a imprensa rabelista, a tribuna pública e parlamentar, veiculando injúrias e calúnias, atentatórias de minha dignidade e honra pessoal no tentamen de impressionar a opinião, para que daí resultassem simpatias à causa do rabelismo.

A desfaçatez, o cinismo dos adversários que minha conduta, moldada nos sentimentos de bondade, cordura e tolerância, de par com estímulos patrióticos e injunções de realidades contristadoras, gerou, cumulou quando da tribuna da Câmara dos Deputados o Sr. Manuel da Rocha ajudiu em tom patético às torrentes de sangue que mancharam o solo cearense.

Não poderia haver maior torpêza, não poderia ser mais desonesta a palavra de um representante da Nação.

Não articulou um fato em confirmação. Jamais, durante minha intervenção no Ceará, produziu-se um acontecimento de vulto, de maneira a obrigar-me ao emprêgo da força armada para resolvê-lo.

Não tiveram lugar mesmo distúrbios na capital, desde que a ordem pública passou ao domínio da força federal.

No interior do Estado, onde a ação da autoridade pacificadora não podia ser sentida imediatamente, diretamente, e onde os ódios permaneciam intensos, alguns incidentes ocorreriam sem dúvida. E, precisamente para evitar a reprodução, enviei emissários, oficiais do Exército, alguns insuspeitos ao rabelismo, com o intuito de tranquilizar as populações, implantando a soberania da lei e da justiça.

Lá, mesmo naquelas regiões, distanciadas dos centros civilizados, onde habita uma gente inculta, mas laboriosa e bôa, não houve sangue detramado. como vociferou o deputado cearense.

Conflitos individuais, rivalidades, questões e vinditas particulares que o estado de guerra criara, são inevitáveis, e delas a solução vem muita vez pelas armas, havendo, então, sangue. A autoridade suprema não cabe responsabilidade, porque, ao demais, são comuns em plena normalidade da vida no interior dos Estados.

Falam mais eloquentes ainda as grandes homenagens de que fui alvo ao retirar-me daquela magnífica terra, onde, apesar dos atrozes dissabores que experimentei, deixei uma parte de meu coração.

*
* *

No dia em que passei o Govêrno ao Coronel Liberato Barroso, uma grande comissão de Chefes políticos do interior, tendo à frente o Desembargador Firmino Dantas, que havia sido o meu secretário do Interior, teve entrada no gabinete governamental. Iam espontaneamente oferecer-me a cadeira de Senador Federal, pelo Ceará, então vaga.

Agradei, e o confesso, profundamente emocionado ante as palavras que proferiram. Recusei, declarando que não fôra ao Ceará conquistar posições políticas. Era militar, e só como militar queria servir ao País.

O mandato de Senador pertencia a um dos filhos do Ceará, que os possuía em abundância, de mérito e patriotismo, capazes de honrar a investidura.

Tempos depois, foi-me oferecida a Presidência do Estado. Recusei, pelas mesmas razões. A política me não atraia. Era general do Exêrcito. E só General desejava ser. E, ainda mais, General de verdade. Para isso não podia consagrar-me a atividades outras que me afastassem do estudo dos grandes mestres da guerra, das correntes modernas que modificam e transformam as idéias antigas, da evolução, enfim, da arte da guerra. Tinha plena consciência dos graves encargos que me pesavam como General de minha Pátria. Queria dêles tornar-me digno. Merecer a confiança da Nação.

*
* *

A grande soma de energias despendidas, os formidáveis sacrifícios em prol da República, devidos aos imperativos do dever e patriotismo,

os riscos da própria vida, ameaçada, quotidianamente, por sicários do punhal e dinamiteiros desalmados, foram ricamente compensados pelos louvores da consciência pública, formada pelo conjunto das opiniões morais do povo cearense.

Nesse sentido fala eloquentemente a grandiosa festa — denominada festa da confraternização cearense — que tive a honra de oferecer no Palácio do Govêrno, à sociedade de Fortaleza, à qual compareceu o seu escól, e onde se reuniram, no mais afetuoso e aprazível convívio, elementos dos dois agrupamentos políticos, adversários que vinham de abandonar as armas guerreiras em troca dos instrumentos de trabalho, de paz fecunda e progresso. Nunca mais a onda revolucionária devastou o solo cearense. Sucederam-se os governos, daí por diante, na mais edificante normalidade.

Confio no juízo da história. A posteridade não me será infensa. Já no presente mesmo os conceitos se modificam em meu favor.

Estava terminada minha missão. Administrei o Estado até o dia 22 de Junho, embarcando a 23, de regresso ao Rio, onde cheguei a 3 de Julho.

Recebi, então, o seguinte ofício :

«Gabinete do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio, 3 de Julho de 1914. Exmº Sr. General Fernando Setembrino de Carvalho. Acuso recebido o telegrama de 22 de Junho último, no qual comunicais terdes passado, naquela data, a administração do Estado do Ceará ao Coronel Dr. Benjamin Liberato Barroso, Presidente eleito e proclamado pela Assembléia Legislativa do dito Estado, ficando assim reorganizados os poderes executivo e legislativo, de conformidade com as instruções que regeram a intervenção federal, e, consequentemente, terminada a vossa função de Delegado do Govêrno Federal. Por esta ocasião cabe-me, em nome do G. Federal, elogiar-vos pelo inteligente desempenho que destes à vossa alta missão, cooperando, eficazmente, para a normalização da ordem política e administrativa daquela circunscrição da República, de acôrdo com os intuitos do mesmo Govêrno.

Sou de V. Excia. com a maior estima, patricio, admº e amigo. (Assinado) — *Herculano de Freitas*».

PROMOÇÃO A GENERAL DE BRIGADA

Por decreto de 8 de Abril de 1914, sendo ainda Interventor no Ceará, fui promovido a General de Brigada.

III CAPÍTULO

PACIFICAÇÃO DOS ESTADOS DO PARANA E SANTA CATARINA — CAMPANHA DO CONTESTADO

Havendo regressado do Ceará fui adido ao Departamento da Guerra, à disposição do Ministro.

Não desempenhava função alguma. Repousava. Recuperava as energias físicas, restabelecendo o equilíbrio orgânico, profundamente abalado pelo esforço despendido na comissão que vinha de terminar. O espirito precisava de tranquilidade.

Por esta época, o Ministro, ainda o General Vespasiano d'Albuquerque, pernoitava nos aposentos particulares do Ministério, em consequência dos constantes indícios de perturbação da ordem, observados desde a rumorosa sessão do Clube Militar, motivada pelo caso cearense.

Seu amigo particular, costumava eu visitá-lo pela manhã. Em hora que não havia expediente sentia-me mais à vontade para conversar, comparecendo mesmo em traje civil.

Assim decorriam cêrca de dois meses, quando em fins de Agôsto, por ocasião de uma das minhas visitas matutinas, ouvi do General Vespasiano: «Preciso de um General para acabar de uma vez com os fanáticos do Contestado. Para isso tenho V. ou o Faro (15). Este, porém, talvez seja necessário aqui, como mais antigo dos de brigada. O Aguiar (16) anda doente e pode de uma hora para outra faltar. O Faro terá de substituí-lo. V. é mais moderno que todos os comandantes de brigadas do Rio».

Dei-lhe a única resposta que o caso comportava: «Perfeitamente. V. Excia pode nomear-me». Notando em seguida um meu sorriso, em tom de gracejo interpelou-me. Ri-me porque, no Ceará, quando vi o Mesquita dar como concluída a questão dos fanáticos, sem realmente estar, conforme demonstraram os fatos posteriores, eu disse a oficiais

15 — Antonio Neto de Oliveira Silva Faro — General de brigada, comandante de uma Brigada de Infantaria no Rio de Janeiro.

16 — General Antonio Geraldo de Souza Aguiar, divisionário. Comandante da 9ª Região Militar, com sede no Rio.

do meu estado maior: «Este negócio dos fanáticos vai ainda cair em minhas mãos».

Um antigo litigio sobre limites territoriais acarretava divergências constante, rivalidades lastimáveis entre os Governos e populações dos dois Estados do Sul — Paraná e Santa Catarina.

Degladiavam-se no campo judiciário, havia vários anos.

O Supremo Tribunal Federal, em sentença irrecorrível dera ganho de causa a Santa Catarina.

Os interesses políticos do Paraná, predominantes na política federal, atuavam de maneira a impedir a execução da sentença. Constava que o Governo da União era solidário com o sentimento regionalista dos paranaenses.

Ao mesmo tempo a política interna desse Estado estava agitada. A oposição espreitava um momento asado para subverter a situação dominante. Contava, segundo voz corrente, com as simpatias do Centro. O Senador Alencar Guimarães, Chefe, era amigo dedicado de Pinheiro Machado.

Logo que ao conhecimento dos adversários do Governo do Sr. Carlos Cavalcanti chegou oficiosamente a noticia de minha escolha, por parte do Governo Federal, sentiram-se animados, julgando magnífica a oportunidade para conseguimento de seus desígnios.

Deliberaram oferecer-me, em um dos «restaurants» do Rio, um lauto jantar, a que compareceram vários políticos solidários com o Senador Guimarães.

Concluído o ágape, saímos todos, e um dos convivas lembrou um passeio, a pé, pela Avenida Rio Branco. Anuímos. Ao iniciarmos abordou o Senador Guimarães a questão partidária. Fêz uma critica destrutiva da administração pública do Estado. Tinha esperanças de que eu lá chegando contemplaria as verdades que acabava de referir.

Já porque os outros convidados caminhavam a certa distância atrás, guardando alguma discreção, fornecendo ensejo ao Senador para, com mais liberdade, sem interrupção, fazer uma exposição circunstanciada das cousas políticas do Paraná, já pelas intenções reveladas pelo representante senatorial no decorrer de sua arenga, e ainda pelas esperanças que lhe despontaram com a minha ida ao seu Estado, o que facilmente se adivinhava de seu incontido regosijo, comecei a duvidar da natureza da missão que me queriam confiar.

Ora, eu estava decidido a não aceitar encargos de índole política. A comissão do Ceará me tinha causado profundos abalos morais, pelas injustiças de que fui alvo. Mau grado as vozes de minha consciência

cívica me tranquilizarem, eu não desejava outro ensejo para servir ao País no terreno político, evitando assim ser mais uma vez tão alvejado pela calúnia impiedosa.

As palavras do Senador Guimarães impressionaram-me : era talvez um plano politico, arquitetado nas dobras do manto de paz a estender-se no solo contestado, cuja execução me caberia.

Usando de uma figura diz-se comumente: «Vou consultar ao travesseiro». Foi o que me determinei a fazer. Não, se eu deveria aceitar comissão política ! Quanto a isso era irrevogável minha negativa. Não havia hesitação. Minhas reflexões versaram sobre a maneira de esclarecer ao Govêrno o meu pensamento.

No dia seguinte, pelas 8 horas da manhã, enderecei ao Ministro do Interior, Dr. Herculano de Freitas, uma carta em que, após algumas considerações, declarei formalmente não aceitar incumbência de natureza politica, tal como a que me destinava o Govêrno da República nos Estados do Paraná e Santa Catarina, segundo vislumbrei no pensamento do Senador Alencar Guimarães, em conversa com êle entretida na véspera.

Por que me dirigi tão apressadamente ao Ministro do Interior ? Porque o Senador me havia dito que no dia seguinte seria lavrado o decreto nomeando-me Delegado do Govêrno Federal naqueles Estados.

O acto emanaria, portanto, daquelle Ministério, desde que a comissão teria caráter politico. Pretendi, pois, evitá-lo, para não ocasionar posteriormente controvérsias, suscetíveis de gravidade.

Pretendia ao mesmo tempo dirigir-me ao Ministro da Guerra para transmitir-lhe meu pensamento sobre a mudança de feição da incumbência militar para que, por êle, fôra consultado.

Não houve tempo: às 11 horas do mesmo dia um ajudante de ordens do Ministro da Guerra, de automóvel, chega à minha residência: o Sr. Ministro mandara convidar-me a comparecer ao Palácio do Catete, onde me aguardava em companhia do Presidente da República.

Entro diretamente para a sala de despacho. Sentados em tórno à grande mesa estavam as duas personagens.

Ocupo uma cadeira ao lado do Marechal, em face ao Ministro da Guerra.

Dirigindo-se a mim, diz o Chefe da Nação, em tom frio: «Setembrino, estranhei sua carta ao Herculano».

— O conteúdo da carta baseia-se, Sr. Marechal, nos conceitos que ontem à noite ouvi do Senador Alencar Guimarães sobre a politica interna do Paraná, e em relação ao veredictum do Supremo Tribunal de Justiça na questão de limites entre os dois Estados. Depreendi das pa-

lavras do Senador que teria caráter político a comissão que me está destinada em seu Estado. Eu, absolutamente, não aceito investidura de tal natureza. O Sr. Ministro da Guerra, presente, aludiu, quando me declarou precisar meus serviços no Paraná, simplesmente, a uma missão exclusivamente militar: «Acabar com os fanáticos». Guerra, consequentemente, em vista do desenvolvimento da rebelião nos sertões de dois Estados. Não podia recusar. Aceitei de bom grado. Estaria no papel de General. Dirigiria operações militares, estranhas completamente a manejos partidários, a competições políticas. Os termos do decreto, que seria hoje lavrado, ampliariam as funções que me caberiam exercer, dando-me objetivos políticos. Estou pronto, Sr. Marechal, a fazer a guerra contra os fanáticos. A comissão é já bastante árdua. As tropas do Paraná estão desprovidas de todos os recursos materiais. O moral profundamente abalado, em consequência da série de desastres experimentados pela incapacidade de chefes. A oficialidade, segundo voz corrente, mal orientada, pensa ser uma questão de polícia. Nega-se a combater. Todas estas dificuldades, porém, serão removidas. Meu ânimo não será entibiado.

As minhas últimas palavras foram ouvidas pelo Ministro do Interior, que entrou no salão da conferência, tomando assento junto ao Ministro da Guerra, e dirigindo-me logo a palavra, visto que os dois outros dignatários nada articulavam :

— «Então V., Setembrino, não quer comissão politica» ?

— «Absolutamente não. Venho de terminar uma no Ceará, bastante espinhosa. Não serei o General único para casos tais. O Exército tem outros».

— «Então, o que quer V.?»

— «Oh! Sr. Ministro, eu não quero nada. Escolhido para uma missão de guerra pelo titular competente, estou pronto a desempenhá-la. Precisarei de recursos para levá-la a bom termo. O Exército nada tem, e, no momento, faltam-lhe mesmo energias morais. Não me atemoriza, todavia, este precário estado das tropas a comandar. Desde que Vossa Excia. me coloca tão à vontade com sua interrogação, peço vênias para melhor expressar meu pensamento, definindo claramente a atitude que deverei assumir: penso que o meu papel no Paraná e Santa Catarina, deverá ser semelhante ao do Ministro da Guerra, Marechal Moura, quando ao Rio Grande do Sul foi dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Restringiu sua ação à esfera militar, guerreira. Alheio inteiramente à política e administração do Estado, exercidas conjuntamente pelo seu Presidente, Júlio de Castilhos. Os Poderes Públi-

cos do Estado conservaram-se integros, sem interferências alheias. Assim, também, em relação aos dois Estados do Sul, assolados pelo fanatismo. Os Governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer mister, dever que lhes é impôsto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 6º da Constituição da República.

O Ministro Herculano esboçou um sorriso. Trocou olhares com o Marechal. O Ministro da Guerra piscou-me um olho, acompanhando com um gesto quase imperceptível, de assentimento.

O Marechal Presidente guardara silêncio, ouvindo atentamente as considerações que eu submetia ao seu alto juízo.

Após uma ligeira pausa, em que me pareceu lêr no pensamento do Ministro Herculano «Está tudo frustado», voltou-se êle para mim : «Vamos, então, lavrar o decreto». Tomando da pena iniciou a redação. Ao chegar à segunda parte em que definia as faculdades a conferir-me, consultava-me.

Ê êste o teôr: ... «resolvo nomear o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, inspetor permanente da 11ª Região Militar, interinamente, com a incumbência especial de reprimir os desordeiros que nos Estados do Paraná e Santa Catarina, atentarem contra as autoridades federal e local.

Para tornar praticamente efetiva essa incumbência, o referido General exercerá tôda autoridade indispensável, de acôrdo com as disposições da Constituição, em vista da requisição dos Governos de ambos os Estados, os quais pediram, nos têrmos do artigo 6º, a intervenção da União para êsse fim».

Terminou a conferência. Retiramo-nos na mais confortante cordialidade.

OPERAÇÕES MILITARES NO CONTESTADO

Embarquei para Curitiba a 9 de Setembro, e a 12 do mesmo mês assumi a Inspetoria da 11ª Região Militar, constituída pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Várias medidas preparatórias de ordem administrativa me detiveram alguns dias no Rio de Janeiro.

Sabia bem o estado precário em que se encontravam as tropas da Região, a começar pelos quartéis gerais da Inspeção e Brigadas, onde todos os cargos eram exercidos interinamente por capitães e subalternos.

Não desvendarei ao leitor as falhas existentes em todos os serviços, quer em relação ao pessoal como ao material. Não interessa ao leitor, mesmo porque já passou ao domínio do passado, o descaso com que eram tratadas as tropas do Exército em guarnição em um importante Estado fronteiriço com país estrangeiro, relegando para um plano secundário vitais interesses da defesa nacional.

O relatório que apresentei ao Governo da República ao terminar a campanha descreve minuciosamente esse lamentável estado de cousas.

Contrastando com unidades incompletíssimas, apostas de momento aos sertanejos, a sedição se alastrava ameaçadoramente das margens do rio Iguassu às margens do Uruguai da linha extremada por Lages e Rio Negro ao trecho da via-férrea S. Paulo-Rio Grande, interposto entre aqueles cursos d'água.

Compreendi desde logo, comparando os recursos ao meu alcance com a vastidão do território infestado pelo fanatismo, que só um largo sítio, começando pelos centros populados mais importantes e trancando pouco a pouco o inimigo garantiria sobre ele o triunfo seguro de nossas armas.

Era preciso antes de tudo quebrar-lhe a impetuosidade, lentamente, à fome. Não expôr a tropa à influência desmoralizadora das emboscadas traiçoeiras, lançando-a em massas compactas para o desconhecido.

Nesta ordem de idéias tomei imediatamente providências, cuja urgência se impunha como disposições iniciais de um plano que foi concebido e claramente exposto ao Sr. Ministro da Guerra.

A preparação de uma campanha exige, além de outros requisitos, um grande esforço de previdência e coordenação na reunião e disposição da grande quantidade de elementos a entrar em jôgo, com a maior soma de probabilidades de vitória, a fim de evitar, tanto quanto possível, improvisações. E se no caso vertente não me pesavam sobre os ombros as responsabilidades e dificuldades inerentes ao comando de um grande Exército, pesava-me na consciência as dificuldades bem graves de conduzir sem revezes, por sertões desconhecidos e paupérrimos, contra inimigo audacioso e solerte, uma tropa diminuta e quase desaparelhada.

Obrigado a vêr tudo, a pensar em tudo, a tudo prever, sobrecarregado, além disso, com os trabalhos do quartel general da Região, e sentindo a necessidade inadiável de organizar serviços e regulamentos de todo indispensáveis, percebi desde logo não poder dispensar um quartel general à parte, cujo estado-maior pudesse desenvolver, completar e expedir as miudezas do meu pensamento estratégico.

Esse quartel-general deveria poder deslocar-se comigo, a qualquer momento, para o teatro das operações, sem que daí resultasse o mínimo desarranjo na pesada engrenagem da Inspeção da 11ª Região Militar.

Assim constituí a 18 de Setembro, sob a designação de Quartel General das Forças em Operações de Guerra, nomeando, para os seus vários serviços, oficiais, cujos nomes declino, além do mais, como prova de sincero agradecimento à dedicação, inteligência, lealdade e esforço dispendido, jamais debilitado pelo incessante trabalho, com que me prestaram uma colaboração preciosa e eficaz para o bom desempenho de minhas graves responsabilidades.

É de justiça, entretanto, destacar dentre eles os Capitães José Osório, brilhante e operoso Chefe do estado-maior, Oscar Saturnino de Paiva, Chefe do serviço de engenharia, cuja capacidade e proveitosas iniciativas converteram-se sempre em resultados felizes, e Primeiro Tenente Manuel de Cerqueira Daltro Filho, adjunto do estado-maior, oficial de escôl pelo conjunto de predicados que o distinguem como elemento de alto valor junto a um Comando Militar, a quem fiquei devendo uma inapreciável fôlha de serviços relevantes.

Serviço de Estado-Maior

Chefe — Capitão José Osório.

Adjunto — 1º Tenente Manuel de Cerqueira Daltro Filho.

Serviço de ordenança

Assistente — 1º Tenente Sebastião do Rêgo Barros.*

Ajudantes de ordens — 1ºs Tenentes Carlos da Silveira Eiras e Thiago Bonoso e Antônio Bricio Guilhoas, 2º Tenente João Moraes de Niemayer.

Serviço de Engenharia

Chefe — Capitão Oscar Saturnino de Paiva.

Auxiliares — 1º Tenente Teófilo Garcez Duarte e 1º Tenente Eduardo de Siqueira Montes.

Serviço de Administração

Chefe — Capitão Anastácio de Freitas.

Oficial à disposição — 1º Tenente Bento do Nascimento Velasco, 1º Tenente Augusto Rabelo Cardoso.

Com essas determinações abria as hostilidades contra os fanáticos.

Não era fácil a tarefa, como já disse, para um Comando em Chefe de tropas com efetivo de 7.000 homens mais ou menos, incumbido de debelar uma revolta, que, originando-se em uma ruga de terra, á sombra de pequena floresta, por onde deslizava um regato de tênue lençol d'água, foi pouco a pouco se avolumando de tal sorte que, em Setembro de 1914, uma região compreendendo territórios dos Estados de Santa Catarina e Paraná, com superfície de cêrca de vinte e cinco mil quilômetros estava inteiramente conflagrada. Essas regiões onde florestas enormes, penetradas unicamente pelos instrumentos do trabalho, propulsionavam a riqueza pública e particular, essas regiões onde rios correntosos escoavam os produtos dêsse trabalho viam-se, então, transformadas em teatro de cenas vandálicas.

Imaginar-se os frutos de uma tão deplorável anormalidade em terras habitadas por populações em sua quase totalidade ignorantes. trabalhadas por um fanatismo funesto, que introduzindo-se mesmo no lar dos menos incultos, de lá arrancava a espôsa, a filha, estrangulando os laços dos mais caros e sublimes afetos, para conduzi-las aos antros criminosos, onde as consciências se obscureciam pelas ilusões de uma falsa religião. é facilima a operação de espírito, para quem conhece a índole, o temperamento, os costumes e hábitos dos nossos sertanejos, que vivem, por assim dizer, segregados dos centros de civilização. obedecendo quase sòmente aos impulsos naturais. Dos saques ao assassinio das crianças, do defloramento das donzelas à matança das mulheres em pleno periodo de fecundação pela faca cortante. penetrando as entranhas da vítima, da devastação das propriedades particulares aos incêndios dos edificios públicos. que eram verdadeiros marcos de progresso daqueles ínvios sertões. tais eram os polos da atividade feroz dos fanáticos, núcleo onde se gruparam os bandidos de procedências várias, que na infeliz e bela porção das nossas pátrias terras, encontravam um vasto e farto campo para pasto de seus perversos instintos .

Eis a situação de uma parte do Contestado, quando a 11 de Setembro do mesmo ano (1914) cheguei a Curitiba com poderes especiais para restabelecer a ordem nos territórios de Santa Catarina e Paraná, pois os respectivos govêrnos haviam solicitado. como já disse, intervenção nos têrmos do artigo 6º da Constituição Federal.

Ainda em meio ao repouso recuperador das energias despendidas para sufocar a hidra da anarquia que ameaçava devorar uma circunscrição importante da nossa Pátria, quando apenas os ruídos da procela desencadeada pela ação de elementos perturbadores da estabilidade da

ordem republicana, e na qual falsos apóstolos do regime pensavam aniquilar-me (17), iam desaparecendo, vejo-me de súbito depositário de novas responsabilidades, agora em novo e melindroso posto de comando, que aprouve ao Governo da República confiar-me, que eu não solicitei, porque, assim como jamais recusei os meus serviços ao País, também não ousei pretender postos em que mesmo por instantes os altos interesses da Nação, em jôgo, pudessem depender de minhas iniciativas, das minhas resoluções.

Era então o Comandante das forças que iam operar contra nossos patricios transviados da lei. O que eu não sabia, porém, o que me não foi dado mesmo vislumbrar, é que seria também o alvo das mais atrozes injustiças, das mais vis e grosseiras objurgatórias de uma parte da imprensa de meu País, a vítima das mais acerbos e ridículas críticas dos estrategistas e táticos de avenidas, como alguém os denominou, e, ainda mais, dos comentários dos incompetentes, suficientemente cautos para apenas murmurarem em rodas de igual quilate intelectual, vítima ainda da demagogia de tresloucados que na execução dos planos de desvairada ambição, tripudiam sobre as reputações alheias, preferindo aqueles em quem pressentem uma força capaz de reprimir-lhes os ímpetos ambiciosos.

Pois bem, descrevendo em ligeiros traços a minha conduta, expondo as razões fundamentais do plano de operações, revelando as circunstâncias que mais influência exerceram sobre a marcha dos acontecimentos, enbala-me a esperança, não direi de impor silêncio aos detratores profissionais da honra, mas de levar às consciências honestas, a convicção da nobreza de meus sentimentos, e a certeza de que, se não foi de brilho o papel desempenhado pelo comando supremo das tropas, foi digno, leal e subordinado aos mais exigentes preceitos da honra militar.

Eram do domínio público os insucessos das várias expedições anteriores, sendo a última sob o comando do General Carlos Frederico de Mesquita, cujas causas eu não aprecio, mas em meu relatório apresentado ao Sr. Ministro da Guerra, ao finalizar a campanha, eu descrevo as operações efetuadas pelos meus dignos camaradas que as dirigiram. Foi no Exército onde os seus efeitos repercutiram com mais intensidade, pois vimos tombar no campo da luta bravos e esperançosos oficiais sem o consequimento do objetivo desejado.

E como não é raro vêr-se a razão por instantes suplantada pelo erro, inversão motivada ou pela deficiência de meios para julgamento

(17) — Intervenção no Ceará.

dos fatos que nos impressionam, ou porque êstes chegam ao nosso juízo transfigurados, gerou-se nos meios militares de que não era coadunável com as funções do Exército o ato de perseguição aos fanáticos, cabendo exclusivamente à policia dos Estados conflagrados.

Como consequência chegaram-me pronunciamentos atribuídos a oficiais das guarnições do Rio e de Curitiba que, se a natureza não me houvesse dotado de certa fortaleza moral, ter-me-iam compelido a desistir da empresa, solicitando demissão de um cargo, mesmo sem ainda o ter exercido.

Semelhante modo de pensar dos que julgavam deprimente ao Exército sua intervenção contra os bandoleiros seria perfeitamente exato si se tratasse de uma rebeldia de insignificantes consequências. Mas, o que o País inteiro presenciava era o trágico espetáculo atentatório dos seus foros de povo civilizado, espetáculo cuja ação se desenvolvia em um vasto cenário onde os atores contavam-se por milhares. E a prova mais cabal de que a policia dos dois Estados era impotente para derrocar os baluartes do fanatismo, consiste em que haviam sido infrutíferos os esforços das expedições do Exército que contra êles foram enviadas.

Não me era licito, pois, compartilhar dessa opinião.

Havendo os governos estaduais solicitado o auxilio da União nos moldes constitucionais, perturbada a ordem interna, cumpria ao Exército uma das suas missões, marchando resolutivo para o restabelecimento do império da lei e da justiça em uma circunscrição da República.

Confiante nas suas gloriosas tradições, cujos feitos de bravura, sentimento de resignação e sacrifício, abnegação e patriotismo, são atestados por fulgurantes páginas da história de nossas campanhas, que fazem não recluir o confronto com as dos povos mais valorosos na guerra, tradições que a geração militar tem o dever iniludível de conservar intactas, nelas aurindo inspirações para conduta no presente e futuro, enfrentei com firme resolução a tarefa que me pesava aos ombros.

São bem compreensíveis os sérios embaraços que ia enfrentar, pois não ignorava quão deficientes e incorretas são, infelizmente, as cartas geográficas, quer as gerais do País, quer a dos Estados, como igualmente pouco fiéis são as fontes de informações em um País onde o serviço de estatística, além das falhas que lhe são peculiares, deixa muito a desejar, pelo descaso com que é êle tratado, sendo que os elementos da opinião pessoal salientam-se por uma disparidade sem nome, que na maioria dos casos mais perturbam o espirito do que elucidam, tornando-se necessária uma ginástica fatigante de raciocinio para dêles colher alguma cousa de útil.

A opinião pública do Pais insistiu sempre para no litigio entre os dois Estados encontrar o germen das desordens nas terras de jurisdição contestada, supondo que ambos, explorando a ignorância e o fanatismo religioso dos povos que as habitam, forneciam recursos para manter acêsa a luta com o propósito de influenciarem no julgamento da causa pelos altos tribunais da República, ou para uma reação, na hipótese do «veredictum» proferido contrariar as aspirações, de um lado, de acrescer determinado território e de outro, mantê-lo, pois há muitissimos anos constituia uma parte de seus domínios.

De chegada ao Paraná, auscultando a opinião daquele generoso povo, onde o patriotismo não tem fronteiras, e do seu govêrno, cujo presidente era o nosso ilustre companheiro Tenente Coronel Carlos Cavalcanti, reconheci na sua lealdade o manifesto desejo do restabelecimento da paz, revelando, entretanto, uma nobre altivez e máscula energia para não se deixar esbulhar das terras, onde o labor de seus filhos extrai a seiva do seu progresso econômico.

Do nosso ilustre camarada e preclaro Governador de Santa Catarina Coronel Felipe Schmidt, eu recebia a afirmativa, em uma conferência antes de minha partida para o Paraná, de que o seu Estado não entraria absolutamente a obra da pacificação, na qual era interessadissimo, pois as suas principais fontes de recursos econômicos estagnavam-se ao fogo do facho revolucionário.

Ao meu espirito, pois, afiguraram-se, desde logo, como insubsistentes, as invectivas arremessadas a ambos os governos, pela parcialidade atribuída no movimento armado, que devastava os fertilissimos sertões.

Mas, para confundir a tranquilizadora impressão que me oferecia a paíavra honrada dos ilustres governadores, ostentava-se nas ribanceiras do rio Itajaí o reduto do chefe bandoleiro Tavares, catarinense nato, e sem contestação o mais inteligente e o mais alarife, como se os classifica lá na minha terra (Rio Grande do Sul) os gauchitos desabusados, cujo lema era execução da sentença ou morte.

Embrenhado nas florestas da Colônia Vieira, nas margens do rio Canoinhas, em atitude espectante, o guerrilheiro Aleixo, Capitão da Guarda Nacional em Santa Catarina, à frente de um numeroso grupo, considerando-se esbulhado de terras de sua propriedade, exigia a solução da questão de limites.

Mais ao norte, dominando uma faixa de terra, abrangendo a margem esquerda do rio Iguaçu, entre os seus confluente Paciência e Timbó, aparecia o vulto do chefe Bonifácio Papudo, e bem que me não chegasse o eco de suas reais intenções, uma fotografia, entretanto, ainda em meu

poder, que o representa com um espadagão desembainhado em atitude simbólica, ao lado do Juiz de Direito e outras autoridades do município de Canoinhas, sob jurisdição de Santa Catarina, originava em meu espirito suspeitas da solidariedade dêste bandido com os outros, quanto aos môveis da revolta.

Por outro lado, como já referi, era manifestamente infensa à execução da sentença a opinião do povo paranaense, que, entretanto, não tinha em armas, mesmo como chefe de relativa importância, nenhum de seus co-estaduanos.

Não é verdade que todos êsses indícios, e outros, que deixo de consignar, nos induziriam a acreditar na influência que para a pacificação exerceria um acôrdo entre os dois Estados, pondo remate à malsinada questão de limites ?

Não é certo que os pronunciamentos dos revoltosos justificavam a opinião corrente do País, de que na desarmonia reinante entre os dois Estados residia o vírus das desordens nas terras contestadas ?

Ninguém poderá vacilar a respeito, pois escasseavam elementos para considerar como simples embustes tais manifestações dos chefes bandoleiros.

Contra esta opinião elevava-se, é certo, a palavra dos Governadores, que eu acreditava muito honrada e leal, mas que bem podia não exprimir a vontade do povo.

Conferindo-me o Presidente da República plenos poderes dentro da Constituição, conforme consigna o Aviso do Ministro da Guerra, nº 695, de 8 de Setembro de 1914, circunstância que muitos ignoravam, para debelar a revolta, julguei-me autorizado, e sôbre isto não tenho a menor dúvida, pela outorga de tais poderes a consultar a opinião dos Governadores sôbre a possibilidade de um acôrdo, indicando como marco das futuras negociações, destinado a ser também o marco da paz, uma linha de limites que me parecia ser a que mais consultava os interesses dos dois povos.

Sem mesmo sondar a opinião do Paraná a respeito, em uma amistosa carta ao nosso camarada Coronel Felipe Schmidt, na qual, apelando para o seu patriotismo e sentimento de concórdia, expunha o modo por que encarava a questão, sujeitei às suas reflexões um projeto de limites que o estudo meditado das condições de vida dos habitantes da zona em litigio e dos interesses econômicos dos Estados me sugeriu.

Êsse gesto do comandante das forças teve a infelicidade de ser mal interpretado, senão pelo ilustre Governador Catarinense, por alguns dos distintíssimos homens que compartilham dos públicos negócios do seu

Estado. Entre eles um, que esquecendo-se das lições da história, senão pela ignorância, disse que um comandante de forças não tinha a serenidade precisa para ocupar-se da solução de um assunto de tão grande relevância, saindo, além disso, da órbita da ação militar que lhe competia.

Poderá ajuizar do conceito do ilustre patricio quem conhecer a amplitude das atribuições por vêzes atribuída ao alto comando de exército a quem a sorte da Pátria está confiada.

Não se ignora que nas suas elevadas combinações estratégicas que imprimem feição à orientação da guerra, a política exerce uma preponderância notável !

«A guerra» diz Von der Goltz, «é a continuação da política pelas armas, de onde a influência desta sôbre o modo por que é conduzida a guerra. É a política que crea a situação geral no meio do qual o Estado entra na luta, e esta situação exercerá uma influência essencial sôbre as decisões, sôbre a conduta do general em chefe, e mesmo sôbre as disposições morais do Exército. Muitas vêzes a política reage mesmo sôbre as decisões do comando supremo».

Não é possível restringir demasiado o papel dêsse comando agrihoando-o ao principio do ataque ou defesa, considerando-o um instrumento passivo, negando-lhe o direito de examinar as circunstâncias que influir possam nas suas resoluções, eliminando dentre as faculdades que lhe são outorgadas a escolha dos meios mais consentâneos para atingir o fim proposto.

Será licito negar a um general a serenidade para bem distinguir os fatores em jogo, de naturezas várias, considerando-os em seu justo valor, e aquilatar das suas respectivas preponderâncias, determinando-lhe resoluções ?

Ora, se na guerra, onde em taboleiro estratégico joga-se a sorte das nações beligerantes, onde impérios e reinos correm os riscos de seus azares, sendo as tropas dirigidas por eminentes generais, são elles revestidos de uma soma enorme de poderes, por que não admitir que um mediocre general de um mediocre exército se occupasse de uma mediocre questão que sômente um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo resolveriam perfeitamente ?!

Legítima, pois, foi minha intervenção, junto ao Govêrno de Santa Catarina, para pôr um têrmo à irritante contenda que estancava o progresso dos dois Estados litigantes.

Esta manifestação foi o alvorecer prenunciador da borrasca de injustiças que, elevando-se no horizonte de Florianópolis, atingiu a Capital da República, procurando ultrajar-me.

Falhou esta minha iniciativa, pois o Governador de Santa Catarina não se dignou contestar a carta e, quando para certificar-me se a mesma havia ou não atingido o seu destino, enviei-lhe um despacho telegráfico perguntando se a recebera, obtive resposta afirmativa, e também a promessa de posteriormente respondê-la, pois tornava-se imprescindível consulta prévia às influências políticas do Estado !

Esperei embalde. Desfizeram-se esperanças de abrandar a revolta com a solução do litígio.

Eram tão várias as causas que resolvi abster-me de mais investigações e medidas para evitar o choque das armas, despresando o passado para só ocupar-me do presente, pois a questão de limites, considerada como a principal, se verdadeira, realmente persistia, e eu pelos resultados da primeira tentativa, reconheci-me incapaz de destruí-la.

*

* *

Durante o tempo em que o Serviço de Estado-Maior, perfeitamente organizado, e talvez lá organizado pela primeira vez em campanha no nosso Exército, preparava as unidades que deveriam operar, regulamentava os serviços de trem, de transportes, de saúde, de víveres, de depósitos, de fardamento, de comunicações, o serviço de engenharia, sob a direção de seu competente chefe, Capitão Oscar Paiva, tomando por base as existentes de Santa Catarina e Paraná, confeccionou cartas geográficas que se iam corrigindo, renovando, à medida que incorreções eram indicadas por informantes dignos de fé, e que chegavam os levantamentos expeditos mandados efetuar. Além disso, providências mil outras eram tomadas para no menor prazo possível entrar-se em campanha.

Nunca me senti tão elevado, e se o orgulho derivado de situações importantes me pudesse tocar, sem dúvida ocasião mais azada não encontraria do que essa em que eu contemplava meu Quartel General em um verdadeiro delírio de atividade, até altas horas da noite, e no qual brilhante grupo de oficiais, sob a direta chefia do ilustre Capitão José Osório, hoje General, revelava uma capacidade de trabalho admirável e desvanecedora. Jamais me esquecerei desta fase de minha vida militar.

A minha preocupação especial era levantar o moral da tropa, o que, como sabemos, constitui um fator poderoso da vitória.

São de um ilustre professor estas palavras :

«A preparação para a guerra não comporta unicamente as questões de efetivo, instrução militar e de tática, mas ainda, e, sobretudo, um lado íntimo e humano : aquêlê que, fazendo apêlo ao coração dos executantes, procura inspirar-lhes os lances generosos e os grandes sacrificios».

Para consecução de meu desideratum esforcei-me para dotar a tropa de tudo quanto mister se fazia, com o intuito de evitar vicissitudes oriundas da carência de elementos que contribui para depressão moral.

É incontestável que oficiais e soldados que marcham para uma operação, sabedores de que, se um projêtil os atingir, produzindo grave ferimento, não terão médicos para atendê-los, nem farmacêuticos, nem medicamentos, assim como duvidosos da regularidade no fornecimento de viveres, tornando-se para êles um problema a nutrição, sentirão fatalmente as suas fôrças morais enfraquecidas.

Procurei, enfim, incutir na tropa o desejo de enfrentar o inimigo e combatê-lo.

Jomini, notável tratadista, diz : «O successo repousa sôbre o desejo sincero de se bater».

*

★ ★

Uma vez de posse das informações colhidas, bem que na maioria imprecisas, contraditórias, e com o socorro das quais sômente a firme vontade do chefe poderia mover-se nesse «mare magnum» de dúvidas, me foi dado fixar o problema de ação, que parecia mais conveniente para o fim a atingir, e que outro não era senão reconduzir aqueles nossos patricios ao regime da lei, plano que em suas linhas gerais a minha segunda ordem do dia traduz :

«Para metodizar as operações de guerra contra os fanáticos do Contestado, obedeceremos ao seguinte: uma parte da tropa a êsse fim destinada ocupará todos os pontos por onde possam êles comunicar-se com os centros populosos. A outra parte constituindo colunas móveis de tôdas as armas penetrará pouco a pouco nos sertões, levando sempre o objetivo de descobri-los e exterminá-los. A tropa que vai operar o cêrco da zona infestada pelo inimigo será distribuída em quatro linhas,

constituindo o taboleiro estratégico, onde será futuramente jogada a partida e dirigidas em rumo geral aos pontos cardeais:

«*Linha do Norte* — definida pelo rio Negro até sua confluência com o rio Iguassu, e por este abaixo até o Pôrto União da Vitória, desenvolvendo-se pelo vale dêsses dois rios à via-férrea que de S. Francisco, no Estado de Santa Catarina, dirige-se àquela vila, percorrendo o território contestado, ora de jurisdição do Paraná, ora de Santa Catarina, em 217 quilômetros.

Linha Leste — Definida pela estrada carreteira que liga a cidade Rio Negro aos núcleos coloniais Itaiópolis e Paraguaçu, terminando na linha Moêma da Colônia Lucena, que corre de leste a oeste.

«A cidade do Rio Negro, vértice destas duas linhas (norte e leste) foi adotada como base de operações das forças que deveriam ocupá-las, sendo aí estabelecido um grande armazem de víveres e instalado um hospital de campanha. Era, pois, a estação de transição porque as comunicações com o interior, isto é, com Curitiba, Capital do Paraná, e Ponta Grossa, cidade do mesmo Estado, eram asseguradas pelo ramal da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.

Aí começava, pois, a zona da retaguarda, sendo os transportes efetuados dora em diante, para a linha do Norte até a estação de Canoinhas, pela via-férrea que percorre o rio Negro, e que se podia considerar um caminho de ferro de campanha, porque até então o seu tráfego era provisório, adquirindo aquela estação os fóros de frente de etapas, pois nela foi montado um armazem de víveres, depósitos de munição e materiais diversos. Para a linha Leste os transportes se realizavam em veículos do tipo colonial, fundando-se em Itaiópolis outro armazem de víveres. Os armazens da estação de Canoinhas e do núcleo Itaiópolis eram abastecidos pela base de operações.

Linha Oeste — Era constituída pelo trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que, partindo de União da Vitória, na margem esquerda do rio Iguassu, desenvolve-se em 363 quilômetros pelo Vale do rio do Peixe, até sua confluência com o rio Uruguai.

União da Vitória, vértice das linhas norte e oeste, garantidas em suas comunicações com o interior pela mesma via-férrea que vai a Ponta

Grossa, onde entronca-se com o ramal de Curitiba, foi erigida em base de operações da mesma linha, dotada com importante armazem, depósitos, hospital de sangue, aí construindo-se os hangares para o serviço de aviação.

Linha Sul — Tinha sua origem na freguezia do Sul, território de Santa Catarina, indo entroncar-se com a de oeste, no rio do Peixe, ou na Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e continha a cidade de Lages, e as vilas de Curitiba e Campos Novos. As tropas que guarneciam as linhas Leste e Oeste estavam sob o comando respectivamente do Coronel Júlio César Gomes da Silva e Coronel Eduardo Sócrates. As outras só mais tarde tiveram comandos.

Tipo da Coluna Móvel :

- 1 Regimento de Infantaria
- 1 Esquadrão de Cavalaria
- 1 Secção de Artilharia de Montanha
- 1 Companhia de Engenharia
- 1 Pelotão de Trem
- 1 Secção de Ambulância.

A fim de auxiliar o 54º Batalhão da linha Sul, na extinção do grupo do bandido Castelhamo, guerrilheiro oriental do Uruguai, temeroso e ferossissimo, cuja ousadia subia ao ponto de fixar dias de ataque, os habitantes de Lages, sem distinção de classes sociais, e sujeitos à mesma disciplina dos soldados, organizaram-se em grupo armado, que relevantes serviços prestou na derrota completa daquele bandido.

É justo aqui consignar entre os defensores civis do território de Santa Catarina, o ilustre Senador Vidal de Oliveira Ramos, cujo magnífico patriotismo deve constituir um exemplo para os nossos homens públicos.

Não maravilha, entretanto, a sua attitude, apreciando o rigoroso interesse de S. Excia. quando Governador de Santa Catarina, em favor do restabelecimento da ordem nos sertões assolados pelo banditismo.

A linha do rio Pelotas, limite do Estado de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, foi guarnecida pela brigada da policia desse Estado, porque se receava que o chefe bandoleiro Castelhamo, acossado no município de Lages onde campeava, alardeando a bandeira da revolução,

passasse aquele rio para levar a guerra civil aos riograndenses. E tal medida foi por mim solicitada ao ilustre Presidente daquele Estado, que, reconhecendo, como eu, o inconveniente de deixar indefesa aquela fronteira, imediatamente fê-la guarnecer.

Vê-se, pois, que no Sul existiam duas linhas guarnecidas.

Pretendi, também, organizar um serviço de vigilância no rio Iguaçu, com pequenas lanchas armadas em guerra.

Devo consignar aqui o excelente concurso que me foi prestado pelo nosso inolvidável e ilustre Almirante Alexandrino de Alencar, colocando á minha disposição pessoal e material que, depois de já em Curitiba, vi-me obrigado a reenviar, porque, chegando a época da estiagem, o rio deixou de oferecer franca navegação. Essa flotilha teria por missão evitar a passagem dos bandoleiros para a margem direita do rio, operação por eles sempre tentada. Foi, então, quando para obstar tais incursões do inimigo, lancei mão do Coronel Fabrício Vieira, oficial da Guarda Nacional, que, organizando uma pequena força, tornou-se a garantia das populações daquela margem.

Quanto ao sistema de abastecimento das forças que guarneciam a linha Sul, ao princípio independentes, sem um comando geral, era o da aquisição por compra na zona que ocupavam. Foi fixado em 8.000 homens, mais ou menos, o efetivo das tropas regulares, que, sob o meu comando, deviam operar, coadjuvadas por patriotas civis, cujos serviços reconhecidos como imprescindíveis, além de outras razões, porque eram perfeitos conhecedores do território, afeitos à tática dos bandoleiros, e ainda porque receávamos, com justos motivos, a morosidade na concentração das tropas do Exército, enviadas de mais de um Estado da República. De fato, os serviços desses patriotas foram de alto valor, como é fácil demonstrar com documentos em meu arquivo, onde se verifica que os dignos comandantes das colunas tinham em grande conta a cooperação dos vaqueanos, como eram eles denominados.

As circunstâncias de tempo e espaço me constrangiam à utilização de todos os recursos para a presteza dos preliminares operativos.

Além disso, o ilustre Governador do Paraná, de quem recebi sempre o mais valioso auxilio, tinha à minha disposição colocado o Regimento de Segurança do Estado, que conquistou aplausos das forças do Exército, ao lado das quais combateu, pela sua eficaz cooperação.

Clausewitz, na sua assombrosa concepção da teoria da guerra, nos ensina que são os combates que decidem em última instância, e que só pelos seus efeitos podemos realizar o aniquilamento das forças armadas,

e a ruína total do poder do inimigo, quer êsses combates tenham realmente lugar, ou que, sendo oferecidos, hajam sido recusado pelo adversário. E estatui o princípio de que os combates tornados possíveis, devem, pelas consequências, ser considerados como combates reais.

Exemplifica dizendo: «Quando enviamos uma parte de nossas tropas a cortar a retirada do inimigo em fuga e que, êste, sem combater depõe as armas, é claro que só o temor pelo combate, que lhe oferecemos assim, determinou-lhe esta conduta.

Do mesmo modo quando para privar o inimigo dos recursos de tódia sorte que poderia retirar de uma provincia por êle abandonada sem defesa, fazemo-la ocupar por forças nossas, se o inimigo consente em continuarmos de posse não é evidentemente senão porque não ousa afrontar o combate que lhe seria necessário dar para nos expelir. Em um como em outro caso atingimos ao nosso fim, a só probabilidade de combate teve suas consequências».

Tão fecundos ensinamentos do genial Mestre consorciavam-se inteiramente com o meu sentir, em relação a esta guerra, pois, se eu aspirava sair dignamente da empresa, não desejava, entretanto, que uma só gota de sangue dos meus patricios fôsse derramada naquelas opulentas terras.

Na aplicação do princípio eu procurei, antes de tudo, buscar o successo, o triunfo da causa legal.

A imagem de minha conduta, tal como a estou revelando, com obediência absoluta à verdade, e com o testemunho de muitos camaradas que lá me prestaram a cooperação de seus talentos e virtudes militares, fará ressaltar que só inconfessáveis paixões ditaram a tarefa tão ingrata de desvirtuar minhas intenções, de desnaturar meus intúitos.

Por outro lado, mesmo no caso de decidir-me desde logo por uma ofensiva vigorosa, procurando no combate real o desenlace da luta, eu me sentia inibido de o fazer, pois meu espírito era trabalhado por acerbos dúvidas acêrca do estado moral das forças, pelos motivos já aduzidos.

Para uma resolução de tal natureza era preciso a convicção de que a força sob meu comando desejava sinceramente enfrentar o inimigo e bater-se.

Eu não a possuía.

Consequentemente, ou porque sentimentos de ordem elevada me não permitissem, ou porque solicitações egoísticas me fizessem receiar os azares de um lance perigoso em que a minha reputação de general ficasse comprometida, ou por ambas essas razões conjugadas, determinei-me não atacar, optando por medidas rigorosas e porfiadamente applicadas para

colher os resultados que igualmente poderia conseguir pelo ataque imediato.

Por uma sólida e bem articulada organização das linhas que, restringindo o teatro de operações, coarctariam a liberdade de ação do inimigo, eu atentava contra sua existência, subtraindo-lhe os recursos de todo gênero, cuja procedência era ignorada, mas que sabíamos positivamente receber.

Oferecendo ao adversário o espetáculo de uma força perfeitamente aparelhada, com aptidão necessária para enfrentá-lo, o que anteriormente jamais havia êle presenciado, contava inspirar-lhe o terror, abalar-lhe profundamente o moral para impôr-lhe a minha vontade.

Tal dispositivo seria considerado como predisposições para o ataque, e daí a deposição das armas.

Esposando a opinião do mestre, eu me achava muito esperançoso sobre o resultado da maneira de agir.

Tal concepção, para atingi-la, não continha exclusivamente a idéia de uma ostentação do poder material das minhas tropas, não. Eu exortaria aquelas almas rudes e espíritos incultos, valendo-me de todos os meios aproveitáveis, para renunciar uma luta, cujo desfêcho lhes seria fatalmente cruel.

A ofensiva seria o recurso extremo, quando sentisse impotentes os esforços com pertinácia desenvolvidos para debelação do mal, sem as perdas de vidas de meus patrícios de ambos os partidos.

Fui à religião católica solicitar o seu auxilio, e, acolhido pelo meu illustre patricio, riograndense, glória do clero brasileiro, S. Excia. o Sr. bispo D. Braga, de Curitiba, com aquela bondade e carinho que o fazem amado por todos quantos dêle se aproximam, para secundar meus humanitários sentimentos, como qualificava os esforços que eu dispendia para evitar a efusão de sangue, apresentou-me o virtuoso Frei Rogerio, da congregação dos Franciscanos. Confiei-lhe, então, a tarefa de trasladar-se a todos os lugares infestados pelos fanáticos com o duplo objetivo de oferecer-lhes tôdas as garantias, se depuzessem as armas, e ao mesmo tempo recolher mulheres e crianças, que constava existirem entre êles, sem abrigos, famintas e semi-núas. Desta segunda parte conseguiu o meu bom padre desobrigar-se brilhantemente, prodigalizando conforto a muitos dêsses entes, que, disseminados pelas margens do rio Iguassu, viviam sob o jugo dos fanáticos. Quanto a reduzir o inimigo à capitulação, foram baldadas as exortações do virtuoso sacerdote, findando sua benemérita tarefa quando dirigindo-se para o reduto de Bonifácio Papu-

do, foi recebido com uma descarga de fuzilaria que matou o cavalo do seu companheiro, o qual foi salvo pelo padre, na garupa do seu.

Era a desilusão que coroava os intuitos do restabelecimento da ordem, sem o emprêgo da violência.

Entrementes eu dirigia as seguintes palavras : «Fazendo um apêlo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver fôrças, a cujos comandantes devem apresentar-se.

Ai, lhes são garantidos os meios de subsistência, até que o Govêrno dê terras, das quais se passarão titulos de propriedade.

A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis de guerra. Quartel General das Fôrças em Operações, 26 de Setembro de 1914».

Transparece dêste documento que apesar dos meus intuitos de paz, eu não implorava, exigia, antes, porque não é coadunável ao caráter de um chefe militar o tom plangente implorando ao inimigo, que eu queria vencer, e para fazer obedecer à minha vontade disporia de uma grande fôrça.

Faz-se mister, entretanto, dizer que, apesar dos expedientes referidos, eu propalava a ofensiva em todos os documentos, pois, pelo conhecimento do excelente serviço de informações dos fanáticos, existindo agentes seus na própria cidade de Curitiba, sabia seria levada até os redutos a noticia do ataque, pretendendo com isto induzi-los a aceitar as garantias oferecidas.

Não colhi o menor resultado, pois o inimigo se havia habituado, pelas anteriores expedições, às investidas sem perseverança e tenacidade da fôrça federal que, após um sucesso mal definido, recuava, recolhia-se a quartéis, deixando nos sertões em pleno dominio o banditismo.

★

★ ★

Apesar das delongas na concentração operada lentamente em consequência da precariedade de nosso aparelhamento militar, por todo o mês de novembro atingia a sua execução a primeira parte do projeto de operações, consignada na ordem do comando geral de 19 de Setembro.

Na guerra, como dissemos, teremos a luta constantemente com o desconhecido. Operaremos sob informações incompletas, falsas na maio-

ria dos casos. Napoleão declarava que um plano no qual um têrço das probabilidades era confiado ao acaso devia ser considerado perfeitamente combinado.

Cumpria, pois, precavermo-nos contra o imprevisto, e, para contar com probabilidades de sucesso em uma operação militar, convém seriar as questões, porque assim poder-se-á evitar que circunstâncias inopinadas compilam a novas decisões, com o cortejo fatal e altamente prejudicial das contra-ordens, que tudo perturbam, deprimindo a confiança que o chefe deve inspirar à tropa pela firmeza nas suas resoluções.

Foi o método adotado na direção da Campanha do Contestado.

Por isso nossa primeira ordem de operações é breve, concisa, e externa o pensamento de modo geral.

Os acontecimentos subsequentes ao grande cêrco indicariam novos impulsos, novos fins intermediários para consecução do fim principal.

A atitude da tropa nas linhas não era, todavia, de uma defensiva passiva, que concorreria para maior abatimento das forças morais.

Sobre impôr-se a necessidade de incutir o espirito da ofensiva, despertar a vontade de combater, entre os soldados, despertar-lhes o ardor durante a luta, eliminando uma como que apatia, uma lamentável indiferença pela causa confiada à nossa defesa, que era a da lei, do direito, gerando-lhes mesmo a paixão, o que incontrastavelmente adviria da vitória dos primeiros embates com o inimigo, sobre impôr-se, digo, esta iniludível necessidade, não era admissível a permanência nas cercanias dos nossos acantonamentos de grupos inimigos a efetuarem depredações. Por isso aos Srs. Comandantes das linhas permitiram-se iniciativas para coibi-las.

Tal era a situação, quando convencido da inutilidade dos meus incessantes esforços para obter a paz por meios suasórios, resolvi atacar o inimigo. Para isso a 22 de dezembro parti para o interior do Estado do Paraná.

Todavia, ao penetrar o Contestado ainda concitei os revoltosos a abandonarem uma luta que seria cruenta, dirigindo-lhes a seguinte proclamação :

AOS MEUS PATRICIOS REVOLTOSOS

«Estou no Contestado em meio à tropa sob meu comando, no desempenho da missão que me foi confiada pelo Govêrno da República, de restabelecer a ordem nesta bela porção do território pátrio.

É com a alma confrangida que assisto nesta luta inglória, derramar-se o sangue precioso dos meus patrícios: — uns, soldados do nosso valoroso Exército, que tombam no cumprimento do seu dever, obedientes aos compromissos contraídos para com a nossa Pátria, outros — cidadãos que abandonando os lares, desprezando o trabalho honesto, e divorciando-se da civilização, se internaram, errantes, pelos sertões para atentar de armas na mão contra a autoridade legalmente constituída.

E como nutri sempre o nobre desejo, a consoladora esperança de vencer-vos sem a dolorosa preocupação de exterminar-vos, adotei a defensiva como gênero de guerra, preferindo que fôssemos nós os atacados.

Por isso mesmo ao encetar esta campanha, convidei os rebeldes a deporem as armas, espalhando um apêlo em que transpareciam os meus sentimentos de pura humanidade.

Atacados, temos sido sempre vitoriosos.

Desde o dia 11 de Setembro que lutamos, e os meus soldados se sentem cada vez mais encorajados para a vitória final, que não tardará.

Mas, é preciso parar. É forçoso que se termine esta luta, que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza acumulou tesouros inesgotáveis para grandeza da nossa Pátria.

Não venho trazer-vos a morte ou o presidio, pelo triunfo de nossas tropas, senão concitar-vos mais uma vez a que deponhais as armas e aceiteis as garantias que vos ofereço em nome do Governo e da Lei.

Impõe-se que volteis novamente ao trabalho, meio único capaz de garantir a felicidade do lar e promover a prosperidade da nossa grande Pátria, que na quadra atual tanto necessita do patriotismo dedicado de seus filhos.

Rio Negro, 28 de Dezembro de 1914».

★

★ ★

Organizadas já então as colunas que deveriam operar, deixando tropas de ocupação para garantir as linhas de comunicação e assegurar o serviço de etapas, em marchas convergentes iriam atacando o inimigo,

destroçando-o com o objetivo de concentrá-lo em um só ponto, onde buscaríamos a decisão.

As colunas marchando de modo a se prestarem mútuo auxílio, fariam junção no momento oportuno, procurando assim a vitória na aplicação do princípio de estratégia: ser o mais forte no momento decisivo.

Sòmente a tropa da linha Oéste, guarda da Estrada de Ferro, com a missão de interceptar a fuga do inimigo para os Campos de Palmas e Irami, não participaria dêste movimento estratégico, cabendo-lhe apenas com algum destacamento reforçar a tropa da coluna Sul, quando esta atingisse as proximidades do reduto de Santa Maria, cuja situação não era para nós bem definida.

Antes porém, duas pequenas operações eram imprescindíveis: o reduto de Tavares na extrema esquerda da linha Léste ameaçava o flanco esquerdo dessa linha, obrigando-a à imobilidade, e pondo em risco suas linhas de comunicação, no caso de um avanço.

As margens do rio Negro e Iguassu achavam-se sob dominio de vários grupos, o que impedia a coluna do Norte de avançar para o sul, não podendo fazê-lo sem perigar seu flanco direito e retaguarda.

Impunha-se, pôis, como medida primeira a destruição de tais obstáculos.

Para isso, enquanto destacamentos da coluna Norte operavam no rio Paciência, levando de vencida os redutos que ai demoravam, e apoderando-se da estação da estrada de ferro sôbre o arroio Piedadc, afluente do Rio Negro, até então na posse dos bandidos, enquanto o seu comandante de concêrto com o comando em Chefe, procurava negociar a paz por meio de agentes, oferecendo tôdas as garantias e compromisso de obtenção de terras com posse assegurada pelos governos estaduais, eu chegava à linha Léste, e comandava o ataque ao reduto de Tavares, distante 8 quilômetros mais ou menos do meu quartel general, localizado na residência do vigário da linha colonial Iracema.

A tropa achava-se na melhor disposição para tomar uma ofensiva rigorosa.

Aí procurei ainda sucessos sem combate.

O Comandante da coluna Léste, Coronel Júlio César, havia já um mês que procurava obter a capitulação de Tavares, e encaminhou as negociações de tal modo que o chefe bandoleiro pediu-lhe prazo de 20 dias para resolver, de modo que coincidiu minha chegada com a expiração dêsse prazo.

Soube-se que Tavares, valendo-se dêsse ardil e receando o ataque, tinha pessoalmente solicitado auxílio dos outros redutos, auxílio que lhe foi negado.

Ao meu conhecimento chegou ao mesmo tempo por intermédio do Comandante Júlio César que o Comandante do 30º Batalhão, major Parvindo de Rezende, propuzera-se conferenciar com Tavares para obter a deposição das armas.

Mais uma vez acedi.

Convidado, Tavares compareceu ao local indicado, nas proximidades de seu reduto, e ao retirar-se deixou o major muito esperançoso. Passados, porém, dois ou três dias, e após trocas de cartas entre ambos, Tavares em uma delas, muito pernóstico, e mudando misteriosamente de tom entre exigências descabidas figurava a da execução da sentença referente ao litígio entre os dois Estados, e, a par disso, solicitava um outro prazo, durante o qual eu me obrigaria a dar-lhe e à sua gente meios de subsistência.

O bandido nos ludibriava!

Era demais!

O ataque efetuou-se, então, dirigido pelo Coronel Júlio César.

Foi uma operação difficilima pela situação do reduto nas concavidades das vertentes da Serra do Mirador, e que forma a linha de «Talweg» do rio Itajaí.

A marcha de aproximação dos destacamentos foi penosíssima durante duas noites, e sob uma chuva inclemente, que cessou na madrugada em que, sem combate, rendeu-se o reduto, fugindo Tavares com meia dúzia de bandidos. Conseguiu, entretanto, escapar-se à perseguição pelas vantagens que lhe oferecia a topografia do terreno.

As espirais do fumo de incêndio nesse antro de fêras, onde um filho assassinara seu pai, onde o concubinato e incêsto eram das mais dignas instituições, e Tavares possuía um serralho, mostraram o primeiro sucesso de fecundos resultados para as forças legais.

A concepção de Clausewitz revela-se aqui em tōda a extensão de sua grandeza: «Os combates considerados possíveis devem em razão das suas consequências ser considerados como combates reais».

Foi de surpreendentes resultados esta ação. Repercutiram em todos os redutos do sertão, abalando profundamente o ânimo dos chefes sertanejos que pressentiram a derrota.

Exaltou o moral das tropas legais, e o dia da vitória final começou a raiar. Para mais de mil pessoas foram aí capturadas, conduzidas para a cidade do rio Negro a fim de serem localizadas em colônias.

Dias antes da queda dêste reduto três chefes revoltosos se tinham apresentado ao Comando da coluna Norte, propondo-se trazer mais de 300 pessoas, o que efetivamente se realizou.

O benévolo acolhimento que tiveram da parte da tropa uns e outros, os carinhos prodigalizados encorajaram a maioria daqueles que nos redutos permaneciam sob ameaça dos chefes, e ainda porque êstes faziam circular boatos terroristas sôbre a sorte dos que procurassem amparo nas fôrças legais, encorajou-os de tal modo que alguns milhares de pessoas, escapando à sanha dos bandidos, vieram abrigar-se à sombra da bandeira da paz, confiantes nas garantias que lhes oferecemos, e que foram efetivadas.

Com a destruição dêste primeiro reduto a 8 de Janeiro de 1915 foi restabelecida a paz no território Paranaense pela eliminação, assim, do banditismo.

É de justiça mencionar, e o fazemos prazeirosamente, a colaboração tão útil quão destacada do bravo Aspirante Heitor Mendes Gonçalves, Comandante de um pelotão de cavalaria, integrado nas fôrças de ataque. Arrostando imensos perigos com assinalada bravura realizou durante uma noite tempestuosa um reconhecimento até as bordas do reduto, levando o seu desprendimento à vida até um ponto onde pôde observar seu interior, colhendo preciosos elementos para organização do plano de ataque, plano que executado à risca concedeu à coluna Léste sua liberdade de ação, objetivos visados pelo comando em chefe.

Havendo necessidade de ampliar os movimentos desta coluna para o desempenho de nova missão, cuja manobra afasta-la-ia pròximamente 100 quilômetros do rio Negro, base de seus abastecimentos, corrigi o serviço de transporte, dando-lhe novo comandante e nova organização.

Foi consequentemente adotada outra linha de comunicações, que ligaria a coluna Léste à do Norte, por uma estrada mandada reconstruir da Colônia Vieira a Canoinhas.

Entrementes, destacamentos do Sul tendo já avançado até Taquaruçu e Campos do Guarda-Mór, organizei a coluna dando-lhe comando, e publiquei a seguinte ordem do dia :

«Reduzida, como está, com a rendição do reduto Tavares, a área infestada pelo inimigo, determino que as fôrças em operações apertem ainda mais o sítio iniciado, obedecendo ao seguinte plano geral de ataque :

Linha Léste — Concentração da coluna em Papanduvás e ocupação imediata de Campina dos Santos, devendo efetuar reco-

nhcimentos em tôdas as direções, principalmente para assinalar o acampamento de Aleixo.

Remuniciamento por Papanduvas.

Linha Norte — Ofensiva ao reduto de Paciência, operando as forças sob a direção do Ten. Coronel Onofre Muniz Ribeiro e divididas em duas colunas: a primeira que é a própria coluna Norte — marchará pela estrada Sul, deixando destacamentos na vila e estação de Canoinhas. A segunda, constituída pelos vaqueiros do Coronel Fabricio Vieira, transporá o rio Iguaçu, e avançará pelo vale do rio Paciência.

Remuniciamento das duas colunas por Canoinhas.

Linha Sul — Ataque a Tamanduá operando tropa em uma só coluna sob o comando do Tenente Coronel Estilac Leal, e assim constituída: 58º de Caçadores, que avançará de Curitiba pelos campos do Guarda-Mór, Butiá-verde e Perdizes, onde se concentrará a coluna.

Cavalaria Paiva — Avançará de Campos Novos, deixando um destacamento. Seguirá para Fazenda Velha, Espinilho, Taquaruçu e Butiá-verde, ponto em que se reunirá ao 58º Batalhão.

51 de Caçadores — Marchará de Lageado, onde aguardará a chegada do Ten. Cel. Estilac.

De Perdizes a coluna marchará sobre Tamanduá.

O 9º Regimento de Cavalaria avançará de Curitiba para Santa Cecilia, onde estacionará, explorando os caminhos em tôdas as direções.

Ficará em Curitiba um destacamento dêste Regimento. Remuniciamento da coluna pela estação de Calmon da estrada de ferro S. Paulo-Rio Grande, ramal do rio do Peixe.

Quartel General em Iracema (região colonial) 10 de Janeiro de 1915.

*
* *

Na manhã de 11 sai de Iracema, chegando à tarde ao Rio Negro, tendo percorrido 60 quilômetros a cavalo. A 12 segui para Canoinhas. Nesse mesmo dia à tarde passei revista às tropas da coluna Norte.

A incessante atividade do comandante desta linha e do seu chefe de Polícia Militar devemos ter recebido vários chefes bandoleiros com os quais em uma reunião, que merece ser mencionada, porque era um general do Exército que parlamentava com celerados da pior espécie, consegui inspirar-lhes confiança, de modo que durante minha permanência em Canoinhas, diariamente, presenciávamos a entrada de grupos que vinham entregar-se.

Do meu quartel general mandei fotografar o chefe Bonifácio Papudo à frente de seu piquete, quando atravessava a praça da localidade em direção à Chefatura de Polícia.

Dentre muitos destacarei um caso pelo qual bem poderão aquilatar dos sentimentos do general, que foi acoimado de desumano : dois dias após sua apresentação compareceu Bonifácio Papudo ao quartel general solicitando recursos médicos para sua espôsa, que à sombra de uma árvore, que lhe servia de teto, pois seu rancho havia sido queimado, encontrava-se gravemente enfêrma. Ordenei imediatamente que um médico militar fôsse chamado. O Dr. Pussequir, médico civil, que se achando em Curitiba, espontâneamente incorporara-se ao meu estado-maior, ofereceu-se para atender à solicitação de Papudo. Apesar de minha recusa, pois era uma aventura perigosa transladar-se cêrca de duas léguas, tal era a distância de Canoinhas ao local onde estava a doente, consenti às suas reiteradas insistências.

Mandei-o acompanhado de uma escolta de 10 homens. Foi feliz. e, após seu regresso, os medicamentos prescritos foram enviados, determinando ao mesmo tempo ao Chefe de estado-maior que a Bonifácio Papudo fôsse enviada a quantia de 200\$000 réis para construir uma nova morada para com urgência abrigar sua enfêrma.

Era dêste modo que eram ordenados os degolamentos dos pobres sertanejos !

*

* *

A ordem de operações teve de experimentar leve modificação em virtude de ultteriores esclarecimentos, que nos permitiram eliminar tôdas as dúvidas sôbre as novas extremas da área ocupada pelos fanáticos.

A coluna Norte foi também cometida a missão de atacar o reduto da margem do Timbozinho.

A coluna Sul, que deveria marchar sôbre Tamanduá, recebeu ordens de investir contra o reduto de Santa Maria, situado imprecisamente ao norte de Perdizes, local êste já determinado para sua concentração.

A coluna Léste concentrada já em Papanduvás, com pôsto avançado em Campinas dos Santos, atacaria o inimigo no rio da Areia, onde se encontrava o chefe bandoleiro Aleixo.

Como vemos, o projeto de operação conservou-se em suas linhas gerais, apenas impondo-se às colunas linhas de operações que se tornavam obrigatórias para descobrir e destruir agrupamentos inimigos, cuja situação era desconhecida, mas que se sabia existirem em várias regiões.

Prescindimos de descrever aqui em seus detalhes esta pequena manobra de ações travadas, por isso que meu relatório o faz com as mínúcias possíveis. Basta declarar que todos os redutos foram destruídos, com exceção do já célebre Santa Maria, assim denominado porque situava-se no vale do rio dêsse nome.

Tinha eu conseguido meu objetivo : isolar o inimigo.

Parecia-me que a estratégia tinha finalizado seu papel, cabendo daí por diante à tática o desempenho do último ato da grande tragédia.

Contava que a coluna do Sul, sòmente, a exemplo do que se havia passado com as outras, já quase em contacto com o inimigo, fòsse suficiente para decisão final.

Logo após a última ordem de operação transportei-me para União da Vitória, onde instalei meu quartel general, lá permanecendo até o fim da Campanha, por ser o ponto mais favorável às ligações pelo telégrafo e vias-férreas com as tropas no sertão.

A coluna do Sul, como dissemos, cabia a missão de atacar o último reduto, que se sabia apenas situado no vale do Santa Maria.

Antes de prosseguir cumpre dar um esclarecimento mais completo do que se denomina aqui reduto : chama-se assim uma vasta área de terras cercada por acidentes do terreno onde casas e ranchos esparsos se erguiam em número variável. Contam-se em alguns para cima de mil destas construções, inclusive casas de comércio para abastecimento das populações.

Esses redutos achavam-se situados nos vales das pequenas correntes que sulcam o sertão, e defendidos pelos bandidos em posição sôbre desfiladeiros quase inacessíveis. Não tem a palavra, como se vê, a mesma significação dada na fortificação passageira.

Uma vaga idéia sôbre o número dos habitantes e defensores se havia podido formar, sendo que, por notícias, tinha-se um vago conhecimento de que êsse reduto de Santa Maria era o mais populado, aumentado ainda pela convergência de todos os bandoleiros dos outros já destruídos, que aí se refugiavam, e onde organizaram a resistência final.

A partir de 29 de Janeiro de 1915, dia em que se concentrou em Perdizes Grandes a coluna do Sul, seu Comandante manteve assíduo serviço de exploração para definir a posição ocupada pelos bandoleiros no vale do Santa Maria.

Sabia-se que o inimigo estava próximo, pois havia atacado algumas praças do 9º Regimento de Cavalaria, quando elas regressavam para Laggado, local ocupado pelo referido esquadrão.

Reconhecimentos efetivados a 30 de Janeiro e a 3 e 4 de Fevereiro, todos na direção norte, só demonstravam que o inimigo se achava além da mata que orla o arroio de Santa Maria, a oito quilômetros de Perdizes Grandes.

Havendo necessidade de reforçar a infantaria da coluna, ordenei a incorporação do 57 Batalhão de Caçadores.

Ao mesmo tempo ao chefe do estado-maior da coluna, o brilhante oficial Major Sousa Reis, que veio, ao mando de seu comandante, comigo conferenciar, explanei a situação geral das operações, fornecendo-lhe esclarecimentos relativos à missão especial da coluna Sul.

É interessante conhecer-se com alguns detalhes o primeiro ataque ao reduto de Santa Maria. Não obstante meu relatório consigná-lo com minúcias, quero que pequena descrição figure nas minhas Memórias por ter sido a primeira e mais importante ação de guerra travada no Condestado, dentro dos preceitos da arte militar.

Estamos no mês de Fevereiro.

A coluna Sul, dividida em dois grupos iniciou o movimento consoante as prescrições da ordem de ataque, às 6 horas e meia da manhã de 8 (Fevereiro).

Mal venceu a tropa um quilômetro além da boca da mata (conforme narram as partes de combate) avistou ela o inimigo. Era certamente uma patrulha que atirou e fugiu. Mais dois quilômetros, adiante, cerrou forte tiroteio entre a vanguarda da coluna e os bandoleiros, que foram desalojados de um pôsto. Não se deteve a vanguarda, avançou ainda, tocaiada a tiros, que partiam invisíveis da mata, ferindo de momento a momento um soldado. E mau grado o caminho orlasse em ambas as margens um espesso taquaral, os flanqueadores penetravam a floresta e formavam uma cortina protetora contra prováveis surpresas. Passados alguns momentos: era a vanguarda que defrontava com uma suposta trincheira inimiga.

Compreendendo o comandante da coluna que chegara prôpriamente a fase inicial do combate ordenou disposições especiais ao grosso,

entendendo-se por grosso o conjunto das tropas disponíveis, não engajadas e mantidas na mão do chefe, prontas para intervir na ação.

O Comandante da vanguarda desenvolve forças para direita e esquerda do caminho, constituindo barreiras que se oponham por todos os lados ao avanço do inimigo.

O fôgo dos bandoleiros era cada vez mais intenso. Partia da frente em dois planos: da ligeira curva da estrada por onde a tropa teria de avançar. Das alturas, para além, que dominam a estrada.

Continuando ininterrupta a luta, intervem uma companhia do Batalhão do grosso, e como era pequena a distância entre a vanguarda e a trincheira, o comandante da coluna ordenou cargas à baioneta!

O assalto foi terrível, mas contido porque o fogo inimigo, recrudescendo, rareou as fileiras dos assaltantes, caindo ferido o capitão de uma Companhia.

Resolvido a continuar o combate pelo fogo, e para abalar o adversário tenacíssimo, mandou tomar posição uma secção de metralhadoras, comandada por um destacado valente, que se postou na estrada, abrindo fogo sobre os bandoleiros.

O fogo do inimigo e o seu vozerio infernal abrandaram com a interferência das metralhadoras que atiravam, contando as pausas de fogo, durante meia hora.

Pareceu ao comando da coluna preparado um novo assalto, mas desta vez partindo dos flancos, enquanto que uma parte da infantaria e as metralhadoras conteriam o inimigo de frente, no centro.

Ordenou. Momentos depois, porém, recebeu comunicação de que era impossível avançar pelos flancos, por terem chegado às escarpas da serra, sendo reconhecido impraticável o caminho daí em diante. As Companhias que conseguiram chegar, sofreram várias baixas, caindo gravemente ferido um outro capitão.

Oito homens, cuja impetuosidade os arrastou ao flanco esquerdo do inimigo, foram mortos.

Pouco depois um outro capitão, que estava junto às metralhadoras, cai morto com uma bala na cabeça.

Apesar de crescerem as baixas pretendeu o comandante da coluna continuar a luta. Tôdas as vêzes que o adversário parecia um pouco abalado, tentava-se ganhar terreno, mas infelizmente sem resultado porque o inimigo intensificava o fogo, parecendo que dissimulava por ardil esse desânimo com o fito de atrair os soldados para a baixada, onde seus atiradores, em grande número, dos morros vizinhos cruzavam fogos eficazes. Ainda às 13 horas a resistência era de tal ordem que ao tentar

o 57.º Batalhão de Caçadores um novo avanço, novamente se deteve com várias baixas e grande ferimento de um oficial (1º Ten.) que substituíra no comando de uma Companhia o capitão, que havia morrido. O Batalhão, que tinha avançado com 7 oficiais, estava agora reduzido a três, sendo dois levemente feridos!

Decorreu meia hora e a situação continuava indecisa. Não havia notícias do grupo da direita das forças atacantes, o que já inquietava o comandante da coluna.

Tomando providências sobre a evacuação dos mortos e feridos, ordenou a retirada, que se efetuou na melhor ordem para o acampamento na Tapéra, nas proximidades da orla do mato.

Após sua chegada ai recebeu aviso do comandante do grupo da direita de que se achavam em crítica situação, pois, tendo já morrido um 1º Tenente, havendo praças feridas, e bem assim o único vaqueano conhecedor da mata, só lhe restava a retirada, o que tinha efetuado.

Assim terminaram os esforços da jornada, que, mau grado a magnífica direção do comandante da coluna, se resumiram a investidas sanguinolentas e indecisas, com prejuízo de 2 oficiais, 37 praças e um vaqueano, mortos, 3 oficiais e 26 praças feridos, em um total de 69 homens fora de combate.

Dada a importância de que se revestiu este primeiro encontro com o adversário, sem resultado, a não ser o conhecimento de seu valor e a formidável posição que ocupava, resolvi enviar reforços de infantaria e artilharia (obuzeiros). Mandeí construir uma linha telefônica, ligando Tapéra, acampamento da coluna, a Perdizes, frente de etapa da guerra, e à estação de Caçador da estrada de ferro.

Finalmente fiz ultimar os preparativos para a entrada dos aeroplanos em ação.

Tôdas as providências foram tomadas para o completo êxito das novas operações a empreender para a conquista de Santa Maria.

Este insucesso do primeiro ataque que, pelos seus resultados, considerei como um reconhecimento a viva força, resultados que nos permitiram julgar das condições do inimigo, e que somente por este ato de guerra, muito comum, colheríamos os elementos indispensáveis, a um juízo seguro, abalou profundamente o espirito público. Sobre o comando em chefe faziam convergir tôdas as responsabilidades. Avolumaram as perdas, infelizmente experimentadas pelos dignos batalhadores da causa legal, e uma derrota completa de nossas forças era antevista, e, talvez, antegozada, visando o desconceito do mesmo comando.

Enganaram-se. Eu reproduzo aqui as palavras com que respondia aos olhares perscrutadores da impressão que me causavam as notícias recebidas, a todo momento, da marcha do combate. Eu respondia: se não tomarmos Santa Maria desta vez, toma-lo-emos de outra. Para que existe a arte da guerra, e o ardor combativo de minhas tropas? Lamento sinceramente a morte dos nossos bravos camaradas, mas, não posso sensibilizar-me, porque sou neste momento o general em chefe.

Recomendei ao Comando da coluna Sul não precipitar os acontecimentos, e que nas novas investidas ao reduto procurasse diminuir os sacrifícios de nossa tropa, conselho que se harmonizava inteiramente com o sentir do digno comandante, mais de uma vez manifestado em nossa correspondência.

Eu não desejava que a coluna do Sul conquistasse o reduto à custa de baixas em número mesmo aproximado às do primeiro encontro, embora não as considerasse exageradas em uma ação importante, dado o seu efetivo. Não queria, porque, utilizando-me de outra forma de ataque eu tinha certeza de obter o sucesso, como realmente aconteceu.

A 2 de Março a coluna retorna à ofensiva, e o ataque rompe pelo bombardeio da seção de obuzeiros, seguindo-se a ação da infantaria, e, após várias tentativas infrutíferas, retirou a força para o bivaque.

Convém notar que as forças das colunas Norte e Léste, após brilhantemente cumpridas as missões que lhes haviam sido impostas, fizeram por destacamentos, ocupar posições que vedassem ao inimigo refluir para o Norte e Léste, posições que distavam de uma dezena de quilômetros do reduto de Santa Maria, que eu contava destroçar simplesmente com a coluna Sul, dispensando o concurso das outras, que careciam de repouso pelas grandes fadigas experimentadas.

Atuavam ainda para tal resolução dificuldades de abastecimento a um efetivo numeroso, estacionado nas proximidades do reduto, quando já o inverno fazia sentir sua inclemência.

As minhas previsões não se realizaram.

Era imprescindível, para evitar uma luta cruenta, executar o ataque, interessando outras forças, conforme o projeto de operação.

O comando da coluna do Sul solicitou-me uma conferência em União da Vitória, que eu deliberei conceder-lhe, como também chamar os outros Coronéis.

Em uma reunião à qual estavam presentes os quatro comandantes de linhas, concertamos o plano de ataque contra o centro final da resistência fanática.

O pensamento estratégico era extremamente simples:

Dotando duas bases de abastecimentos para destacamentos da coluna Norte e Leste, com o escalonamento de pequenos postos de etapa, esses destacamentos avançariam, operando junção em um ponto determinado, para daí em diante, em uma só coluna, marcharem a fim de pronunciar pelo Norte um ataque combinado com a coluna do Sul.

Pela formidável resistência do inimigo nos ataques anteriores e referências sobre a topografia do terreno, formáramos a idéia de que ele gozava das vantagens de um desfiladeiro, onde muitas vezes basta um punhado de valentes para conter o atacante ou interceptar a marcha de uma forte coluna, exigindo sacrifícios extraordinários para vencê-los.

Jamais o efetivo do inimigo em Santa Maria constituiu-me objeto de preocupações, porque, por mais elevado que fôsse, eu dispunha de superioridade numérica.

Assim, contava eu, certo, com o desfêcho no momento em que eles, sob a pressão da coluna Sul, pressentissem o ataque pelo Norte, vendo-se, então, obrigados a abandonar a forte posição, permitindo o avanço de nossas tropas.

Convém pormenorizar aqui circunstâncias sobrevindas.

Poder-se-á imaginar as dificuldades a superar na execução desse ataque, por colunas combinadas, em uma região de caminhos quase intransitáveis, por entre espessa floresta, obstando um funcionamento regular dos agentes de ligação, região sem recursos de qualquer espécie, pelo que o abastecimento acarretaria pesados encargos, e que, por não permitirem as estradas o trânsito de veículos, eram os víveres transportados no dorso de animais. Por isso, e pelo imprevisito, combinações de tal natureza raramente se completam de modo a produzirem os resultados necessários e concebidos.

Sem exemplificarmos com operações semelhantes em guerras estrangeiras, basta recordar o episódio glorioso de Itororó, que se tornou verdadeiramente épico, porque o plano do inolvidável Marquês de Caxias, não foi executado, visto não ter a coluna ao mando do legendário Osório podido cumprir sua missão, que consistia em contornar o inimigo para atacá-lo de flanco em combinação com o ataque de frente. Muitos outros poderiam ser citados.

Era impossível precisar o dia em que ambas as forças deveriam investir sobre o reduto, movimentando-se de pontos opostos e separadas por grandes florestas, sem ter comunicações o destacamento Norte com o quartel-general, e vendo mesmo, pela impetuosidade de seu avanço heróico, interrompidas as relações com sua base de abastecimento.

Fixando, pois, uma certa data, baseando em probabilidades o tempo necessário à sua aproximação ao reduto, determinei à coluna Sul que diariamente atacasse a linha inimiga, sem insistir pela decisão, porque assim sucedendo, em dado momento appareceria a coincidência ideada, isto é, o ataque simultâneo pela frente e retaguarda do inimigo.

Apesar do comandante da coluna Sul cumprir o que lhe tinha sido prescrito, o destacamento Norte temerariamente triunfante penetrou no reduto, justamente quando a coluna Sul se achava no bivaque restaurando as forças dos seus combatentes.

Foi, então, quando o pugilo de bravos se viu em posição critica, já sem munições, sem viveres e extenuado de fadiga.

Mas, ouvindo a coluna do Sul a fuzilaria, e recebendo emissários que, abalando pelo interior das selvas, foram da parte do bravo capitão Potiguara, comandante do destacamento que entrou no reduto, solicitar auxilio, avançou intrêpidamente, encontrando livre o passo e podendo fazer junção, dentro do reduto com o destacamento Norte.

Nossas previsões, agora, se tinham completado, e o inimigo vencido no vale do Santa Maria ou tombava aos golpes da bravura dos soldados do exército, arrastados pelo valente, e extraordinariamente ousado, Potiguara, ou fugia pela mata-a-dentro.

★

★ ★

Baqueava a 5 de Abril de 1915 o último e formidável baluarte do banditismo.

O projeto de operações teve a mais cabal execução.

O Exército havia cumprido a sua missão, e eu dava por terminada a campanha.

Todavia, não considerava inteiramente pacificado o Contestado. e a minha opinião a respeito consigna a seguinte carta que tive a honra de enviar a S. Excia. o Sr. Ministro da Guerra:

«No telegrama em que comuniquei a V. Excia. o extermínio dos últimos redutos, entre os quais se contava o famoso Santa Maria, eu considerei terminadas as operações militares de caráter ofensivo. Mas, como os fanáticos escapos, embora desmoralizados e corridos, haviam mais tarde de grupar-se formando novos redutos, propus a V. Excia. que ficasse no teatro das operações alguma tropa, cujo primeiro fim, sendo garantir os centros populosos, deveria obrigar-se ainda a combatê-los, se viessem outra vez a reunir-se.

«Não querendo, porém, assumir uma responsabilidade, que me não caberá, se, passado o inverno, êles se apresentarem de novo em atitude hostil, resolvi escrever esta carta a V. Excia., expondo com tãda a clareza a situação presente.

«Consta-me por telegrama do Coronel Onofre Muniz Ribeiro, que no lugar denominado S. Miguel, a poucas léguas do Santa Maria, existe um grupo de bandoleiros, chefiado por Aleixo Gonçalves, o bandido feroz, que dirigiu em pessoa a última resistência contra a pequena coluna Potiguara.

«Eu conhecia, antes disso, pelas revelações de um fanático. prêso no Herval, a existência de S. Miguel, relatado como lugar para onde os jagunços haviam conduzido as mulheres e crianças do reduto Santa Maria. Mas, a despeito de todos os esforços, não consegui situá-lo no mapa, pois nenhum esclarecimento obtive, além daquelas vagas indicações.

«Ora, sem vaqueanos, que o conheçam, sem caminhos para explorá-lo convenientemente, pois a tanto se opõe a região serrana, em que se operou, é quase impossível a marcha para ali, sobretudo agora que reina intenso frio naquelas paragens. Demais, tãda a vizinhança do Santa Maria deve estar, a estas horas, pestilenta, pela enorme quantidade de homens e animais mortos e insepultos.

«A rãzia do capitão Potiguara mal permitia o enterramento dos camaradas caídos na luta, pois o êxito da operação dependeu principalmente da máxima ousadia e da máxima celeridade.

«A duração de sua marcha triunfante mede-se pelas horas de fogo ininterrupto e cerrado. Combateu-se incessantemente, dia e noite, bas-tando referir, para bem compreender a tática empregada, que nos dois últimos dias a tropa nem sequer se alimentou convenientemente. Só quem pôde apreciar o aspecto macilento de seus homens, quando por aqui passaram, de volta para Canoinhas, é que julgará bem o dispêndio de energia que tais operações implicam.

«Tais as razões que me aconselharam a não enviar fôrças contra S. Miguel, que, em minha opinião, de acôrdo com as informações colhidas, não passa de um recanto, onde os fanáticos se recolheram para dispersarem com as famílias.

«Se se tratasse de um reduto, centro de resistência, valeria a pena arrastar tãda a sorte de dificuldades para descobri-lo e arrazá-lo. Mas, não sendo assim, julgo um desacêrto expôr a tropa a sacrificios injustificáveis.

« Todavia, como não desejo retirar-me do Contestado sem rematar insolismavelmente a campanha, determinei que a cavalaria da coluna Sul procedesse a explorações seguras, a fim de aclarar a posição daquele refúgio. Tenho, porém, de antemão, certeza que a exploração não aconselhará um ataque subsequente, porque se lá forem encontrados fanáticos, eles não resistirão, fugindo de novo para o mato. Demais, destituídos de todos os recursos, eles começam a apresentar-se nos pontos guarnecidos .

« O que mais convinha para evitar a reprodução do banditismo coletivo nos sertões, era, além das tropas de ocupação, que propus a V. Excia. por telegrama, fundar-se em Santa Maria ou Perdizes uma Prefeitura, sob a direção criteriosa de um homem duro e moralizador, a cuja disposição ficasse uma força.

« Para ali seriam atraídas tôdas as famílias desvalidas, ao mesmo passo que um policiamento rigoroso, exercido no âmago das serras, impediria a formação de núcleos fanáticos. Essa idéia, facilíma de praticar, supõe apenas um acôrdo entre o govêrno da União e o de Santa Catarina, relativo à aquisição das terras necessárias e legislação especial ao caso.

« Apresentando-a, tenho em vista ressalvar os brios do Exército, sôbre quem vão cair os apodos, quando passado o inverno, novos grupos de fanáticos surgirem do mato, ameaçando as populações.

« Contudo resolverá V. Excia. como parecer mais acertado, pois, a mim só cabe o indeclinável dever de expôr minha opinião leal sôbre tão delicado e magno assunto.

« Com os protestos de alta consideração, amigo afetuoso, etc. » .

★

★ ★

Era tal a minha certeza de tomar o reduto de Santa Maria, e ultimar a campanha que, a 29 de março, dias antes do ataque, eu dirigia ao Sr. Ministro da Guerra o seguinte telegrama :

« General Caetano de Faria, Ministro da Guerra. Rio — Reservado — Os preparativos para o ataque de Santa Maria prosseguem com atividade, conforme a V. Excia. dou conta em outro telegrama de hoje.

« Com a necessária reserva digo que vejo muito próximo o têrmo desta campanha.

«Por isso já estou organizando os batalhões que têm efetivo este ano, para o que tenho de transferir praças de outros, pertencentes a Regimentos sem efetivos.

«Este trabalho preparatório tem por fim facilitar a evacuação da tropa, após a terminação da campanha, e esse serviço consistirá na execução das medidas já estudadas. Entretanto, preciso saber qual o pensamento do Governo sobre a permanência da tropa no Contestado a fim de não me criarem embaraços as resoluções à última hora tomadas, tendentes a desfazer o meu projeto de evacuação já em estudo.

«Talvez para mais de 6 mil homens e grande material a retirar do Contestado, e quero executar metódicamente, como aprendizagem para mim e oficiais do estado-maior.

«Parecerá a V. Excia. talvez, que me adianto em querer conhecer deliberações que serão ainda tomadas, mas eu justifico esta minha curiosidade pela previsão que deve distinguir a ação do comandante de tropas.

«Saudações respeitosas».

Para consolidação da paz, tive a honra de apresentar ao alto juízo do Sr. Ministro da Guerra medidas inadiáveis que S. Excia. se dignou aceitar, registradas no seguinte ofício dirigido ao Coronel Bazílio Pyaro, que assumiu o comando das forças em ocupação:

«Sr. Coronel — Cumprindo instruções do Sr. General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, devo esclarecer-vos a situação em que deve ficar a tropa de ocupação no Contestado :

«Com a queda do reduto de Santa Maria, o último centro de resistência fanática, desapareceram os objetivos que implicaram uma ação militar de caráter ofensivo.

«Compreende-se, entretanto, que esteja espalhado pelo mato certo número de fanáticos, no momento atual, incapazes de empreender investidas contra as forças ou contra os centros habitados.

«Seguindo, porém, o curso dos acontecimentos desde Irani até a presente conflagração sertaneja, sou levado a supor que no futuro eles se reunirão de novo, formando novos antros e obrigando o Governo a nova guerra.

«O que se impõe, conseqüentemente, a fim de evitar, é guarnecer todos os pontos onde eles possam abastecer-se, apercebendo-se de recursos que lhes permitam a formação de redutos.

«Sabido que os sertanejos batidos pela tropa, iam pouco a pouco internando-se pelo âmago dos sertões até a sua derradeira concentra-

ção em Santa Maria, compreende-se bem que nas circunvizinhanças daquele reduto é que devem elles encontrar-se refugiados. Mas, como surgem mil dificuldades em conservar as unidades estacionadas em tórno de semelhantes lugares, porque iriam ficar demasiadamente afastadas dos centros habitados, julguei acertada a escolha de outros pontos, preferindo os que interceptam os caminhos para lá.

«Dada a tropa que o Governo destinou para êsse fim, procedi à seguinte distribuição, que será conveniente manter-se :

4º Regimento de Infantaria em Canoinhas, conservando o 1º Batalhão em Poço Preto, e destacando uma Companhia para a Colônia Vieira.

5º Regimento — em União da Vitória, conservando o 11º Batalhão em Rio Caçador, e distribuído o 13 por Herval, rio das Antas e São João.

2ª Companhia de Metralhadoras — Em Rio Caçador, dando duas seções para Canoinhas.

9º R. de Cavalaria — Em Trombudos, com um esquadrão destacado em cima da Serra.

2º R. de Cavalaria — Em Calmon, com um esquadrão destacado em José Gordo.

«Este regimento fracionará outro esquadrão para o serviço de trens, ficando dois pelotões em Calmon e dois outros em Canoinhas.

«Deixarei também o armazém de campanha de União de Vitória, para atender ao abastecimento de tóda a tropa, ficando em Calmon um depósito de distribuição.

«Ficarão dois hospitais de campanha, um em União da Vitória, e outro em Canoinhas.

«Deixarei finalmente um trem à vossa disposição, para atender às necessidades do serviço.

«Tódas as unidades terão efetivo normal de paz, bem como o material completo de que precisa para os seus trens regimentais e de combate.

«Como esclarecimento cumpre-me ainda dizer que o Estado do Paraná garante só Três Barras, Papanduvás, e a ponte do Firmino, sóbre o rio Canoinhas, limite de sua jurisdição com a de Santa Cata-

rina e que vou propor ao Governo de Santa Catarina a ocupação de Lucindo por uma força de sua milícia estadual.

«A parte sudoeste da zona que se procura isolar não ficará desocupada, porque nela habita o Coronel João Alves, homem trabalhador e modesto, que receoso das incursões dos fanáticos mantém um pessoal suficiente para contê-los.

«Tal é a disposição que me pareceu mais lógica, e que vou comunicar ao Exmo. Sr. General de Divisão Ministro da Guerra.

«Fica, todavia, ao vosso esclarecido critério, operar as mudanças que vos parecerem mais acertadas, pela responsabilidade que ides assumir no desempenho do penoso cargo de comandante das tropas de ocupação do Contestado. Saúde Fraternidade».

Logo após a queda do reduto de Santa Maria telegrafei ao Coronel Felipe Schmidt, Governador de Santa Catarina, em data de 6 de Abril de 1915:

«Achando-se quase terminada nossa campanha, e tendo eu de retirar alguma força federal do Contestado, lembro a V. Excia., sem ter a pretensão de dar conselhos, a conveniência de um forte destacamento policial em Perdizes, centro principal donde deverá partir um serviço de policiamento de toda aquela zona, para consolidação da paz, evitando futuras aglomerações de indivíduos, com fins subversivos. Cordiais saudações».

O registro dêesses e outros documentos tem por intuito fornecer dados para julgar que, depois da extinção da Divisão Provisória, tudo o que fizeram por lá não foi além do que executar as medidas por mim alvitradas.

O pensamento externado aos Governadores dos dois Estados, referente à consolidação da paz, resumia-se em um policiamento pelas polícias dos dois Estados no interior da área limitada pela ocupação das forças federais, policiamento auxiliado pelas mesmas forças, que executariam «raids» em todas as direções, com o fim de capturar os fugitivos e recolher todas as pessoas que, desgarradas pelo mato, sem conforto algum, fôssem encontradas.

Todos os combates cujas noticias chegaram até o Rio de Janeiro, procurando marear a ação do Exército, e, sobretudo, deprimir o comandante das tropas, não passaram de fantasia.

Jamais houve combates no Contestado, após o de Santa Maria. Apenas ligeiros tiroteios, sem importância, o que é natural acontecer quando são perseguidos criminosos que resistem à força que os quer prender. Isso acontece, mesmo durante a paz, e é comum presenciarmos em tôdas as campanhas e sertões dos Estados brasileiros.

O Sr. Coronel Felipe Schmidt declarou em entrevista concedida a um jornal que o general Setembrino tinha feito muito, mas que não havia feito tudo.

Eu fiz o que devia, e ensinei a maneira por que outros devem proceder para a consolidação da paz. Executaram as minhas instruções, e a elas devem as populações pacíficas do Contestado usufruir os benefícios da ordem. Foi o Exército, afirmo, demonstro com documentos irrecusáveis, o pacificador das terras de Paraná e Santa Catarina, pois ainda as últimas diligências efetuadas com verdadeiro sucesso contra os rebeldes disseminados pela mata, sem recurso para combater, sem víveres para alimentar-se, sem roupa para cobrir a nudez, sem teto, foram dirigidas ainda de acôrdo com as minhas instruções ao distinto capitão Vieira da Rosa, e que não foram modificadas pelo digno Coronel, que deixei comandando a tropa de ocupação.

O telegrama seguinte contém as ordens dadas nesse sentido :

«Capitão Vieira da Rosa — Curitibanos.

Em 6 de Abril de 1915.

«Em vista de ter sido tomado o reduto de Santa Maria, onde a coluna Sul fêz junção com o destacamento do Capitão Potiguarra, tendo o inimigo perdido em combate mais de seiscentos homens, e sendo arrasadas cinco mil casas, muitas igrejas e ranchos, está terminada a campanha, devendo efetuar-se a perseguição aos fugitivos em tôdas as direções. Assim, aí deveis permanecer, mandando efetuar «raids» de infantaria auxiliada pelo piquete civil, que aí existe, em direção a Cima da Serra, e outros pontos, onde possam fugitivos aparecer. O inimigo foi completamente destruído. Deveis assumir o comando de tôda a força de Curitibanos. Nesse sentido telegrafo ao Coronel Leitão. Saudações cordiais».

Isto que aqui fica registado eu expus em uma conferência no Club Militar realizada na noite de 3 de junho de 1916, um ano depois de pacificado o Contestado.

Mesmo o despeito, que existia em larga escala, não conseguiu representantes para contradizer-me.

★

★ ★

É interessante a importância das despesas especiais e o regimen administrativo adotado durante as operações.

Na Delegacia Fiscal de Curitiba foram postos à minha disposição 900 contos de réis, devendo, porém, de tal quantia sair a gratificação especial dos oficiais, denominada terça parte de campanha, e meia etapa em dinheiro abonada às praças, gratificações estas diretamente pagas pela Delegacia Fiscal, e contempladas nas fôlhas de vencimentos organizadas pelos corpos, por elles recebidas naquela repartição.

O total de tais importâncias, conforme elementos fornecidos pela Delegacia, atingiu a 405 contos de réis.

Consequentemente, na realidade ao general comandante das forças coube somente a importância de 495 contos, para outras despesas extraordinárias.

E foi essa somente a quantia que chegou a Curitiba, foi esse o dinheiro unicamente fornecido para a campanha.

Dizer-se, pois, que lá tive 8.000 contos, como desafetos gratuitos e canalhas invejosos propalaram, é uma infâmia, contra a qual protesta a verdade e os sentimentos de justiça das pessoas de bem.

Mas, se foi este somente o crédito pôsto à minha disposição, não foi somente com seu auxilio que efetuei tôdas as despesas decorrentes da campanha.

Quando esgotada aquela quantia, recorri ao crédito, despendendo com esse sistema mais 512:549\$536.

Não era, entretanto, suficiente haver o crédito na Delegacia Fiscal. Mister se tornava numerário. O que mais frequentemente ocorria era a alternativa cruel, mortificante, que desalenta, prejudica o bem público, de quando há crédito não há numerário, e quando há numerário, não há crédito.

Foi essa a situação em que nos vimos durante a campanha.

As despesas a crédito avolumaram-se, sem dúvida, porque quem não compra mediante pagamento imediato é forçado a submeter-se às exigências dos vendedores.

Nesta conformidade o Estado-Maior, com instruções do comando em chefe, ia buscar o necessário onde pudesse haver espera de pagamento.

Era necessário, porém, cumprir a missão imposta ao Exército, e eu não receio responsabilidades porque habituei-me desde muito moço a comandos isolados, às iniciativas próprias, às decisões, sem o aconchego das autoridades superiores para, a cada passo, consultá-las, interessando-as nos encargos das ações por mim praticadas, eliminando, enfim, as prerrogativas que a lei me confere.

Com tais princípios eu não permitiria que meus soldados sofressem, em campanha, privações, por não haver dinheiro, porque a situação do País é precária, pois mais elevadas que tais considerações estão as da ordem interna do País, da estabilidade das instituições, da integridade do solo pátrio, soma esta considerável de encargos que pesam sobre o Exército.

*
* *

A subsistência das tropas era garantida por um contrato mediante concorrência pública, com o fornecedor que, a expensas suas, colocava os gêneros nos armazéns do Rio Negro e de União da Vitória.

É de conhecimento geral que tais fornecimentos, pela anormalidade da situação, têm por vezes favorecido irregularidades, onerando exageradamente o Tesouro.

O sistema que seguimos escoimava-se dêsse início. As diversas unidades endereçavam diretamente os pedidos aos armazéns indicados para o respectivo abastecimento, indenizando o fornecedor, por intermédio do quartel general, do que somente haviam consumido.

Era o próprio regimen da paz, com a diferença de ser o quartel-general o intermediário dos pagamentos, medida imprescindível, não só pelas exigências da fiscalização, como por ser o general comandante o responsável, consoante as cláusulas e assinatura do contrato.

Além disso, ao general, comandante das tropas, cabe a maior responsabilidade pela subsistência das mesmas.

As unidades satisfaziam os seus encargos com as importâncias da etapa por elas recebidas na delegacia, não utilizando, portanto, quantia alguma de crédito extraordinário. Essa etapa que no começo da campanha era de 1.840 réis baixou a 1.600 réis, em virtude de proposta que tive a honra de dirigir ao Ministro da Guerra, considerando que vários corpos faziam, apesar de bem alimentar suas praças, grandes economias, o que me levou à necessidade de baixar o valor da etapa.

Não disponho de elementos para avaliar a importância total despendida durante a campanha, pois muitas delas correram pelas repartições incumbidas pela nova organização militar de promover a satisfação das necessidades da tropa.

Devo entretanto fazer notar que uma das mais volumosas despesas foi a referente aos transportes em estrada de ferro, pois, além de ter sido esta uma pequena guerra em que essas estradas constituíram um fator poderoso da vitória, os contratos entre as companhias e o Governo não permitiram senão pequenos abatimentos nos transportes de tropas, quer na paz, como na guerra. Há mesmo vias-férreas no Brasil, cujos contratos não consignam condescendência alguma ao Governo.

Finalizando este assunto, devo frisar, recapitulando, que em dinheiro tive apenas 495 contos, que eram retirados da Delegacia pelo intendente do quartel-general, e depositada no respectivo cofre, e daí saindo para pagamento das contas, depois de visadas por mais de uma autoridade encarregada dêsse serviço. Que se dispendeu mais a importância de 512:549\$536 réis a crédito, cujo pagamento só muito mais tarde foi efetuado pelo Tesouro federal diretamente aos respectivos credores.

★

★ ★

Não devo finalizar esta narrativa que em ligeiras palavras offerço à consideração do País, e sobretudo do Exército, pois contém ensinamentos que podem ainda ser aproveitados em emergências semelhantes, sem novas referências a atos desumanos, para evidenciar os sentimentos que me animavam na direção da campanha.

Não posso deixar de consignar aqui o excerto de uma carta do 1º Tenente Manuel de Cerqueira Daltro Filho, do serviço de estado-maior, que foi aos comandantes de colunas conferenciar em meu nome :

«Tive, porém, o cuidado de esclarecer bem que não daveis nenhuma autorização para sacrificar homens, nem assumirieis a responsabilidade de cenas vandálicas, que certamente não se dariam, quer atendendo à disciplina da tropa, quer ao caráter dos oficiais».

Vimos, já, os cuidados e bondade dispensados a Bonifácio Papudo, enviando recursos médicos para sua espôsa e meios para reconstruir seu rancho.

Entretanto, até essa época não havia bandido que mais jús tivesse feito, não às honras de um fuzilamento, mas à fôrça, porque além de outros crimes durante a revolta sertaneja, cometeu o seguinte, que aqui

descrevo para ilustrar o quanto de selvagem e animalidade primitiva existiam nos chefes fanáticos do Contestado :

O Coronel Onofre Muniz Ribeiro, a cuja memória presto uma grande reverência ao citar seu nome, trouxe ao meu conhecimento que uma filha de Papudo dissera-lhe que se ela fôsse ao reduto onde se achava seu pai, o traria à razão, desviando-o da vida que levava, tornando-se, porém, necessário ser acompanhada por dois vaqueanos, pois tinha receio de efetuar sem nenhuma companhia a cruzada (palavras textuais). O Coronel, então, consultava minha opinião.

Respondi que sendo a empresa arriscada, deveria consentir, no caso de dois destemidos vaqueanos se prestarem espontaneamente.

O Coronel encontrou dois valentes ! Foram ! A filha de Bonifácio Papudo não voltou, e os dois heróis foram mortos, pendurados seus corpos a árvores, servindo para o exercício do manejo da faca dos bandidos, que os mutilaram.

Merecia ou não Papudo uma execução?!

Pois teve até vantagens !

Do Pôrto da União da Vitória enviei, pouco antes de minha partida, um bandido de nome Salvador, que, prisioneiro em Santa Maria, declarou em uma roda de oficiais que não gostava de matar crianças, e que as últimas três que havia passado pela faca, deram-lhe muito trabalho, pois se ocultavam debaixo de uma cama, e corriam de um lado para outro, até que consegui agarrá-las e matá-las, ficando por isso muito fatigado

O que mereciam os homens de tal jaez ?

Mas, nenhuma destas provas tem mais valor, fala com mais veemência à consciência do que as palavras justas e benditas do excelso prelado, virtuoso bispo, que a mancheias semeia a caridade, o bispo D. Braga, por ocasião das solenes exéquias em honra à memória dos valentes companheiros que tombaram pelo dever no campo de combate.

Essas palavras constituem um hino de louvor aos meus sentimentos de caridade, ao procedimento verdadeiramente humano que mantive durante a campanha. E é bem certo que essa alta autoridade da Igreja não subiria ao púlpito para proclamar virtudes de um homem, cuja conduta tivesse sido contrária aos principios da cristandade.

*

★ ★

Como remate à campanha, e para mostrar que os meus soldados não estavam esfarrapados, nem tão pouco esqueléticos, devido à fome, eu

deseje mostrá-los às primeiras autoridades do Exército, e nesse sentido passei o seguinte telegrama ao Sr. General Ministro da Guerra.

«União da Vitória, 5 de Abril de 1915. Sr. General Ministro da Guerra — A tomada dos últimos antros é um argumento irrefragável contra os vis doestos atirados contra o Exército, pela imprensa, mal orientada, e pelos maldizentes. Mas, se não para silenciá-los, ao menos por um justo motivo de confraternização militar, eu desejava fazer uma revista geral em Ponta Grossa, com a presença de V. Excia. e do Sr. General Chefe do Estado-Maior. Não acarretando sensíveis despesas a concentração da tropa naquela cidade, pois a maioria das unidades irão escoar-se pelo Norte, haverá oportunidade de apreciar-se um espetáculo belamente emocionante de uma força numerosa, bem disposta, bem far-dada, e regularmente aparelhada, após sete meses de luta aspérrima em sertões ínvios e pobres. Preferi Ponta Grossa, já por ser o ponto mais cruzado por estradas de ferro e, portanto, mais propício para o escoamento ulterior, como porque nenhum outro lugar oferece melhores condições para semelhante estacionamento. Aguardo por isso, a resposta urgente dêste telegrama, bem como a do que transmitti a V. Excia. em 29 de Março último, tratando do escoamento da tropa, após a terminação da luta. Cordeais saudações.»

Sua Excelência em telegrama me comunicou que não podia aceder ao convite por ponderosos motivos, e entre eles por não ser conveniente sua ausência da Capital da República.

★

★ ★

Não quero terminar esta narrativa ligeira da campanha que me coube a honra de dirigir, sem prestar minhas mais sinceras homenagens aos bravos que caíram fulminados pela garrucha do banditismo, reverenciando a memória dêsses nossos dignos camaradas, apresentando-os aos nossos compatriotas como mártires do dever militar, da abnegação cívica, da paz e civilização, naquelas inóspitas terras, vítimas, enfim, do culto pelo amor pátrio.

A história da campanha do Contestado, publicada pelo então Primeiro Tenente Dermeval Peixoto, é um repositório apreciável de detalhes, ocorrências diversas, e trata do projeto de operações.

Ao mesmo tempo ocupa-se da rivalidade entre os Estados de Paraná e Santa Catarina, tensas de tal modo, após a campanha que vinha de terminar, que estiveram ao ponto de originar um conflito armado entre

ambos. Houve mesmo um pronunciamento de revolta em Porto União da Vitória, da parte de um grupo de Paranaenses, no sentido de evitar a execução da sentença sobre os limites litigiosos. Não era mais questão de fanáticos.

O Governo Federal viu-se obrigado a concentrar alguma força em União da Vitória.

*
* *

Termino este episódio da vida nacional em que tomei parte por dever profissional e obrigação cívica, transcrevendo o aviso do Ministério da Guerra, publicado em Boletim do Exército :

«Achando-se terminadas as operações de guerra nos Estados de Paraná e Santa Catarina, o Sr. Presidente da República se congratula com o Exército Nacional por esse fato, louvando os oficiais e praças que nelas tomaram parte, pela bravura e abnegação de que deram provas. A Divisão de operações, tendo à sua frente o digno General Setembrino de Carvalho, bem mereceu da Pátria, pelo restabelecimento da ordem, evitando que o movimento tomasse incremento no País, sufocando-o nos sertões daqueles Estados. O plano de operações dêsse general, o modo hábil e enérgico por que dirigiu a operação, a sua grande atividade, o seu cuidado com as subsistências das tropas, vencendo inúmeras dificuldades, que surgiam a cada passo, recomendam o seu nome».

*
* *

Ao terminar a campanha era Ministro da Guerra da Presidência do notável brasileiro Wenceslau Braz um dos mais inteligentes e cultos generais do Exército, o Marechal José Caetano de Faria.

IV CAPÍTULO

INSPETOR DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO EXÉRCITO

Por decreto de 23 de junho de 1915 foi nomeado para este cargo, cujo exercício assumi em julho do mesmo ano, logo após minha chegada ao Rio de Janeiro de regresso do Paraná. Substitui o General Roberto Trompowsky, nomeado Inspetor da Instrução Militar.

Instalei meu quartel-general em edificio pertencente à Intendência da Guerra, sito à rua Mariate, próximo ao grande edificio, onde funciona aquela Intendência. Era uma repartição nova. O General Trompowsky não lhe tinha dado a importância merecida. Dei a orientação necessária a seus fins, especialmente na parte referente aos serviços administrativos.

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA GUERRA

Por decreto de 26 de Janeiro de 1916 fui nomeado Diretor de Administração da Guerra. Mudança apenas de titulo.

As funções que lhe eram inerentes, as mesmas do anterior cargo, que desapareceu, em consequência de uma remodelação em vários serviços auxiliares do Exército.

Nesse cargo tudo empenhei para ser util ao Exército, cujos serviços administrativos, mesmo nos Estados, ficaram sob minha autoridade.

A Intendência da Guerra sofreu uma remodelação salutar, que abrangeu não só as disposições internas de suas várias secções burocráticas, como armazéns, depósitos, oficinas e material naval, e ainda nos processos de aquisição de matéria prima, confecção de uniformes, embalagem e remessa aos destinos respectivos.

Disponha da vontade do Ministro, pronto em geral a aceitar minhas idéias.

O fardamento da tropa foi modificado, criando-se peças novas, de modo a torná-lo mais confortável, cômodo e elegante: o antigo quêpi francês foi substituído pelo boné americano. A antiga botina inteiraça, condenada já em todos os Exércitos como prejudicial à tropa em marcha, pelo borzeguim. O capote, antiquado, por um outro de molde mais

militar, de maneira a facilitar a adaptação do equipamento de oficiais e praças. Os oficiais tiveram um outro, facultativo, para passeio, podendo usá-lo com traje civil. As antigas cartucheiras de infantaria, que além de incômodas, dificultavam ao atirador o carregamento do fuzil e a sua posição no terreno, substituídas por outras menores, bastante portáteis, sem prejuízo para o número de cartuchos regulamentares do municiamento por praça. As polainas curtas de couro vermelho da infantaria foram substituídas pela perneira preta, extensiva a tôdas as armas, desparecendo a bota da tabela de fardamento, ficando aos oficiais o uso facultativo. Adotou-se um tipo brasileiro de equipamento de couro para praças e oficiais, assemelhando-se ao do sistema Müller, confeccionado nas oficinas da Intendência da Guerra. Introduziu-se o uso do talabarte com cinto e «chatelaine» para espada, adotado pelos oficiais europeus na grande guerra.

Dentre as oficinas a que mais se destacou pelo seu grande desenvolvimento e dotações recebidas foi a de correiro. Era, ao assumirmos a direção dos serviços administrativos, uma pequena sala, destinada a reparos insignificantes no arreiamento das praças e limpeza de metais, onde trabalhavam menos de seis operários. De tão modestas proporções, passou a constituir uma vasta oficina, com uma eficiência notável: instalada em um vasto pavilhão com 50 metros mais ou menos de comprimento e próximamente 10 metros de largura, recebeu uma aparelhagem completa de ferramentas, máquinas modernas para todos os misteres, acionadas por motores elétricos, e onde um pessoal numeroso, trabalhador e capaz, produzia tudo quanto o Exército necessitava. Com exceção das selas, que continuavam a ser adquiridas no mercado, todo o arreiamento era aí confeccionado, tanto para tração como para montaria de praças e oficiais. Enfim, tôdas as peças de couro, excetuados borzequins, eram fabricadas, com enorme economia para a Nação.

Merece igualmente menção a oficina de alfaiataria para oficiais, criação minha, com o intuito de facilitar a confecção de uniformes por preço muito abaixo dos estipulados nas alfaiatarias civis do Rio de Janeiro e dos Estados. Teve uma instalação esmerada, havendo mesmo algum luxo.

A mim devem os oficiais do Exército êsse grande melhoramento, que lhes acarretou enorme economia. Desde o boné americano até as perneiras tôdas as peças eram fabricadas com esmero, podendo rivalizar com as melhores do mercado, sendo que muitas eram de melhor qualidade e confecção.

Para rematar direi que houve uma remodelação completa nos vários departamentos da Intendência, de modo a habilitá-la a atingir sua finalidade.

Providências diversas foram tomadas em relação às repartições congêneres, de categoria inferior, dos Estados. Extinção de depósitos antigos, como em Mato Grosso, onde se acumulava grande cópia de material, cuja mór parte foi transferida para o Rio, por não haver lá necessidade. A existência era até ignorada pela alta administração da Guerra.

Foram profundos e salutares os vestígios de minha passagem pelo cargo de Diretor de Administração da Guerra, digo-o sem jactância, mas como manifestação íntima e prazenteira do dever cumprido.

PROMOÇÃO A GENERAL DE DIVISÃO

Por decreto de 12 de Janeiro de 1918 fui promovido a General de Divisão, sendo nomeado imediatamente Comandante da 2ª Divisão de Exército e 2ª Região Militar. Sede em Niterói.

Compreendia esta Região os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

As unidades componentes da Divisão estavam distribuídas por êsses três Estados.

Em virtude de uma nova divisão militar do território nacional, o Estado de Minas Gerais passou a constituir, êle só, a 4ª Região, guardada pela 4ª Divisão de Exército.

Convidado pelo Ministro Cardoso de Aguiar para organizar não só a Região como a grande unidade correspondente, fui, por decreto de 9 de Julho de 1919, nomeado seu Comandante.

A 11 de Setembro do mesmo ano segui para Juiz de Fora, cidade escolhida para sede da Região, onde instalei o Quartel General em um prédio particular, alugado para êsse fim.

Ao deixar o Estado do Rio de Janeiro a Assembléia Legislativa Estadual votou unânimemente uma moção de aplausos à minha administração, que excelentes serviços prestou ao Estado (18), o que me foi comunicado pela mesa da Assembléia.

(18) A mensagem acha-se no arquivo.

ORGANIZAÇÃO DA NOVA 4ª REGIÃO MILITAR E 4ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

O Estado de Minas Gerais, pela extensão territorial e população, estimada, em 1919, em cerca de sete milhões de habitantes, oferece tôdas as condições para tornar-se o mais importante viveiro de reservistas para o Exército. Possui elementos para concorrer com formidáveis recursos, especialmente em homens, à defesa nacional na eventualidade de um conflito armado. A riqueza de seu sólo, sua prosperidade industrial, produção agrícola e desenvolvimento comercial são outros tantos fatores que permitem, em tempos de paz, abrigar grandes reservas de tropas, em preparação para a guerra, dotando-as com instrumentos e aparelhos bélicos saídos de suas próprias indústrias, cujo desenvolvimento para esse patriótico objetivo depende da assistência ininterrupta dos Poderes Públicos da Nação.

De indole pacífica, sem tradições belicosas, bem que refulgentes nas páginas da história da Pátria, onde se assinalam ações de acendrado patriotismo na defesa de ideais de liberdade, caracterizando um passado de epopéias gloriosas, a população rústica, disseminada nas rugas de suas alterosas montanhas, planaltos e vizinhanças de seus incontáveis e caudalosos rios gozando de uma tranquilidade que favorece a exploração de enormes reservas naturais de riqueza, parecia não possuir, mesmo em diminuto grau, espírito militar, tendência para o serviço das armas. Ao contrário. A voz corrente era de que o mineiro não gostava de calça vermelha ! (19).

Bem que não justificável esta estranha ojeriza pelo soldado de sua Pátria, todavia, alguma razão existia para fundamentá-la: é que em tempos remotos, quando a mentalidade militar ressentia-se da influência de preconceitos absurdos, vestígios ainda de um passado de privilégios e regalias, que faziam das classes armadas uma espécie de casta, dominando os demais órgãos sociais, e ensejando à violência e ao arbítrio, corpos de tropas estacionados na antiga e na atual capital (20), pautaram sua conduta em moldes inconciliáveis com os bons costumes e natureza ordeira do meio em que viviam.

Oficiais por atos prepotentes, e desrespeito ao Poder Público, se incompatibilizaram com a sociedade, tornando-se indesejáveis.

O Governo sentiu por isso a necessidade de retirá-los do Estado.

(19) Calça vermelha era uniforme do Exército.

(20) Ouro Preto e Belo Horizonte.

Verdade é que os fatos não nos confirmaram a versão corrente.

Era necessário, todavia, agir de maneira a eliminar do espirito popular quaisquer resíduos de antigas malquerenças que porventura permanecessem.

Da conduta da tropa que lá ia aquartelar dependeria a aplinação do terreno para o cabal desempenho de nossa missão: atrair às fileiras grande massa de cidadãos aptos ao serviço militar, conclamados pelo sorteio anual, e que formariam as grossas reservas do Exército do futuro.

Uma providência se impunha: revelar até aos povos mais longínquos da zona central da nova região militar quão diferente de outrora era a atual fisionomia do Exército, transformação operada pela elevada cultura de seu corpo de oficiais, adoção de novos métodos de instrução e de regulamentos da vida interna na caserna consentâneos com a índole e educação do moderno soldado, que o serviço obrigatório substituiu ao mercenário, cujo tipo predominante pertencia à escória do povo.



As demonstrações cativantes de aplausos carinhosos da população da culta e bela cidade de Juiz de Fora ao chegar à gare o trem que nos conduzia não podiam ser mais promissoras: u'a massa popular se apinhava na estação e em suas adjacências. Música, vivas estrepitosos, bombas de dinamite denunciavam a alegria com que a sociedade Juizdeforana recebia os representantes do Exército, que ali chegavam com o alto encargo de ensinar, com as armas, a defender a Pátria, facilitando destarte ao tradicional patriotismo mineiro, e seu amor ao sacrificio, exercitar-se eficientemente em prol da soberania e integridade da Nação em momentos de crise.

O Dr. Pedro Marques, pela municipalidade, foi o intérprete das saudações do povo em vibrante e cívica oração.

Organizado brilhante préstito de automóveis percorreu várias ruas da cidade até ao hotel onde deveria hospedar-se o General e seu estado maior.

À noite teve lugar um suntuoso banquete na Intendência Municipal. Foi orador oficial o ilustre político e estadista Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que especialmente para esse fim chegara do Rio de Janeiro, onde, como deputado federal, se encontrava nos trabalhos parlamentares. Em nome do povo de Juiz de Fora ofereceu ao General um

cartão de ouro e uma estatueta, obra darte primorosa, simbolizando Joanna d'Arc. O General respondeu em estirado discurso, dizendo da elevada missão que o levava à terra da inconfidência mineira. Terminado o banquete seguimos todos incorporados para o Clube Comercial, que abria seus salões a um grande baile em honra a seus hóspedes, reunindo o escól da sociedade.

Três dias passados, o aniversário do General forneceu ensejo a uma outra homenagem, consistindo em um sarau dansante no mesmo Clube.

Incontestavelmente a fortuna nos recebia sorridente na terra em que assentávamos nova tenda de trabalho.



Homens de espirito culto e de sociedade, os oficiais em geral secundaram brilhantemente meus intuitos de concórdia entre o elemento militar e o civil. Tudo empenhamos na conquista da simpatia do povo montanhês.

A inauguração do Quartel General no Palacete Frederico Lage, em Mariano Procópio, constituiu um acontecimento marcante nos fastos da vida social de Juiz de Fora. A alta sociedade compareceu ao grande baile com que a oficialidade de Minas, ao mesmo tempo que solenizava o ato de instalação da sede do Comando, retribuía a grandiosa recepção que lhe dispensara a princesa da região da mata.

Sem dúvida, a convivência assídua e discreta cria e fortalece sentimentos afetivos recíprocos entre os elementos de uma sociedade, mui especialmente quando todos se procuram atrair mutuamente. Esta salutar convivência porfiamos em mantê-la.

Com um elevado objetivo tinham lugar frequentes recepções no Quartel General. Reuniões desportivas eram organizadas em seu grande parque, destacando-se concursos hípicas. Estas e outras diversões constituíam atrações a que não se furtavam os elementos sociais de maior realce.

Para que penetrassem nossas casernas e tomassem conta da vida íntima do soldado em seus vários aspectos, habituando indistintamente todos à eliminação, pela observação própria, de prejuízos contrários ao serviço militar, determinantes de um retraimento considerável de sorteados, todas as dependências eram franqueadas aos visitantes em horas de trabalho ou de repouso.

Este nosso intento patriótico não se restringia às cidades principais: um oficial, o Capitão Herculano de Assunção, foi designado para, em conferências públicas, levar aos nossos patricios do interior longinquo a palavra de concitação à defesa da Pátria.

As minhas constantes visitas de inspeção às unidades, aquarteladas em diferentes localidades, contribuíram largamente para os fins visados. Em Barbacena realizei na praça pública uma conferência, ressaltando o dever, o primeiro entre todos, que os interesses nacionais impunham ao brasileiro de aprender, sob a bandeira, nos tempos de paz, o uso das armas que deveriam ser empregadas na defesa de nossos direitos de soberania e integridade quando as circunstâncias o exigissem.

Tudo isso, porém, não era ainda suficiente: o conforto que o moderno soldado deveria encontrar na caserna, foi objeto de meus cuidados. Um programa de construções de quartéis foi organizado. Aprovado pelo Ministério, entrou em execução. Construíram-se em Juiz de Fora, São João d'El-Rei e Belo Horizonte. Mais tarde novos tipos foram adotados. Por êles modelados, foram os de Ouro Preto, Pouso Alegre e Três Corações, gigantescos e belos quartéis, onde a comodidade se casava com gosto e luxo.

A criação de sociedades de tiro mereceu acentuado interesse de minha parte, como recurso à difusão da instrução militar. Orça próximamente por uma centena o número das existentes ao tempo de meu Comando na 4ª Região Militar, dirigidas por instrutores competentes, sob o contrôle de oficiais dedicados em suas frequentes inspeções.

Tal foi a obra que tivemos a realizar em Minas Gerais, e a que nos consagramos com as melhores de nossas fôrças.

Os resultados colhidos corresponderam excelentemente à nossa expectativa, às nossas esperanças.

O Exército era aclamado em tôda parte. O dia da chegada do General em uma guarnição era de festas. Bailes, recepções lhe eram oferecidas. As unidades eram recebidas, ao desembarcarem em suas paradas, por entre aplausos entusiásticos.

Durante meu Comando, em cêrca de três anos, jamais divergências de qualquer gravidade perturbaram a harmonia estabelecida entre o povo e a tropa.

A ordem e disciplina, interna e externa, foram com inteligência e dedicação mantidas pelos dignos comandantes, que me secundaram eficientemente na obra ingente e patriótica que me coube realizar.

Posso afirmar, sem ufania, mas de consciência alegre, que a 4ª Divisão de Exército, constituía uma unidade modelar pela instrução,

disciplina, organização material e homogeneidade de pensamento entre seus chefes, todos orientados no sentido dos mais sagrados interesses da Nação.

Um exemplo notável de compreensão de seus deveres civicos produziu-se por ocasião da campanha política travada entre as candidaturas de Arthur Bernardes e Nilo Peçanha: o extremismo político conseguiu, por cartas falsas, atrair para o primeiro uma forte corrente de oposição da parte de numeroso grupo de oficiais, considerando-o incompatibilizado com o Exército. Este viu-se cindido em duas parcialidades. A maioria não acreditou na veracidade das cartas. Agitação profunda abalou todos os espiritos do Sul ao Norte do País.

Pois bem. A única região militar que manteve calma attitude, alheando-se de qualquer movimento ou pronunciamento politico foi a de Minas Gerais. Não pela inexistência de opiniões individuais contrárias ao Dr. Arthur Bernardes, sob influências estranhas, mas pelo predomínio do sentimento coletivo de isenção dos militares em assuntos de tal natureza.

Convencidas da soberania da Nação na escolha de seu mais alto magistrado, as tropas da 4ª Região acatariam o veredictum das urnas, não importaria qual o vencedor (21).

Por haver sido nomeado Chefe do Estado Maior do Exército deixei com imensas saudades o Comando da 4ª Divisão de Exército em Julho de 1922.

(21) Mais adiante, sob o titulo «Porque fui Ministro», será tratada com mais alguns detalhes a attitude da 4ª Região Militar na campanha politica.

V CAPÍTULO

CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

Revolta da Escola Militar — 1922

Por decreto de 1º de Julho de 1922 fui nomeado para este cargo, cujo exercício assumi a 5 do mesmo mês, em momento de suma gravidade para o País.

Na noite de 4 para 5 a Escola Militar se revolta no Realengo, com o intuito de depôr o Presidente da República, então o Dr. Epitácio Pessoa. Diziam ser a execução de um vasto plano de conspiração no Exército. Parecia verdade, porque ao mesmo tempo o Forte de Copacabana abre o fogo de seus canhões, em atitude de rebeldia contra o Governo. Era, portanto, o início.

Estava vago o cargo de mais alta autoridade no Exército, pelo falecimento de seu detentor, o General Celestino Alves Bastos. O Governo vacilava na escolha de seu substituto. As conveniências políticas do momento influíam em sua decisão. O Dr. Arthur Bernardes, eleito já para substituí-lo, assumiria o Poder a 15 de Novembro.

Segundo praxes seguidas, o futuro Presidente opinava já sobre medidas governamentais de importantes reflexos sobre seu governo.

Por injunções, dêle partidas, foi resolvida minha nomeação: escreveu uma carta ao Dr. Epitácio revelando seu desejo. Eu ignorava a «demarche» nesse sentido. Não era candidato, pois jamais me candidatei a qualquer cargo. No seio do Exército, meu nome, havia muito, vinha sendo indicado. Houve mesmo surpresa com a nomeação anterior do General Celestino. O Dr. Epitácio, parecia não ter por mim simpatias. Uma entrevista que concedi a um jornalista, por ocasião de sua candidatura à Presidência, mal interpretada, foi talvez a origem de ressentimentos.

Por ocasião dos acontecimentos que relatamos, eu, casualmente, me achava no Rio, aonde tinha vindo, a fim de passar o dia 4 de Julho, data em que uma filha celebrava seu aniversário.

Estávamos ainda em sua casa na noite daquele dia (24 horas mais ou menos), quando ao Ten. Cel. Bougard de Castro e Silva, Comandante de um Grupo de Obuzeiros, também presente, chegou o aviso de

que a tropa da guarnição recebera ordem de prontidão. Alguma coisa de anormal sem dúvida! Retiramo-nos todos.

Pelas duas horas, pròximamente, da madrugada, sou despertado, em minha residência (22) pelo Major Médico Dr. Ivo Soares, que me fôra chamar de ordem do Ministro da Guerra, Dr. Pandiá Calógeras. Comunicara-me o levante da Escola.

Partimos para o Ministério. O Ministro faz-me ciente de minha nomeação para o Estado Maior. Manda que assuma imediatamente o cargo. Fi-lo, mesmo em traje civil. Meus uniformes tinham ficado em Juiz de Fora.

Urgiam providências para sufocar a revolta da Escola, em primeiro lugar. A situação não era bem conhecida. Boatos desencontrados fervilhavam. Uns davam como revoltados todos os corpos da Vila Militar. Outros restringiam o movimento à Escola.

O Comandante da Região, General Carneiro da Fontoura, estava invisível. À hora em que cheguei ao Quartel General da Região encontrei o Ministro da Guerra em companhia de vários Generais e grande número de oficiais. Disseram-me que o General Fontoura repousava em um gabinete. Quem tomava algumas providências era o seu chefe de Estado Maior, Major Araripe de Faria, cuja atividade pude bem apreciar. Lamentável confusão reinava nas várias salas, apinhadas de militares de tôdas as patentes. Os telefones tilintavam a todo momento. Correrias de umas para outras salas a fim de atendê-los. O Presidente da República pedia informações frequentemente. Alvitrava. O Ministro Pandiá Calógeras, aparentemente calmo, com timidez, lembrava alguma medida. Tinha razão. O caso estava afeto ao Comandante da Região, a quem competia ordenar e providenciar em tal conjuntura. Ele não era militar. Não entendia dessas coisas. O Comandante da Região, porém, não era visto. Continuava repousando! Temia a revolta geral de sua Divisão. Em suma, era a desordem!

Sobre a madrugada chega a notícia de que a Escola marchava em direção à capital. Logo a Vila Militar também revoltada! Se assim não fôra teria barrado o passo aos sediciosos. Incerteza geral. Do General Ribeiro da Costa, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria, com seu Quartel General na Vila, nada de informações. Do esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria que, às primeiras notícias do levante, a Região enviara a Realengo em reconhecimento, nada se sabia.

(22) Tinha casa montada no Rio.

Em meio uma desorientação geral, onde reinava a desordem, resolvo assumir uma atitude decisiva, à revelia do Comando da Região, sempre invisível. Envio um oficial, Capitão Oscar Lisboa, acompanhado do Capitão Evaristo Marques, de automóvel, em reconhecimento até Deodoro. Estabeleci o pôsto de comando no gabinete do Comandante da 2ª Brigada de Infantaria, porque aí os telefones funcionavam regularmente. Ninguém entra, a não ser Generais e oficiais chamados para diferentes missões. Organiza-se, então, um destacamento, sob o Comando do General João de Deus Mena Barreto, com a missão de, na altura do Meier, opôr-se à marcha dos revoltosos. Compunha-se de um Batalhão da Polícia Militar ao mando do Coronel Azevedo Costa (23), da 3ª Companhia de Metralhadoras, comandada pelo Capitão Daltro Filho, do Esquadrão de Cavalaria, e de outras unidades que seriam designadas. Não se podia distrair muita tropa da sede do Govêrno.

O General Mena Barreto embarca imediatamente para o Meier. Em outro trem segue o Batalhão da Polícia. Eu mesmo vou à estação da Central providenciar o embarque para haver presteza. A Companhia de Metralhadoras segue pela estrada de rodagem. Manda-se ordem ao Esquadrão de Cavalaria para incorporar-se ao destacamento. O General Mena Barreto comunica, por telefone, que no Meier tudo tranquillo. Instalara seu pôsto de Comando.

A situação continua obscura!

Resolvo, então, esclarecer-me pessoalmente «in loco»: em trem especial sigo com destino a Vila Militar. Uma escolta de 30 praças, mais ou menos, ao mando do Capitão Leitão de Carvalho, ajudante de ordens do Ministro da Guerra, me acompanha. Os Generais Crispim Ferreira e Neiva de Figueiredo, espontâneamente, bem como mais alguns oficiais, quizeram seguir-me. Desembarco no Meier. Conferencio com o General Mena Barreto. Officiais em serviço de reconhecimento para os lados da Vila não tinham ainda regressado. Continuo a viagem.

De espaço se ouvem tiros de artilharia. Encontro um trem, composto de uma máquina e um carro. Conduz o engenheiro Dr. Ismael de Sousa, chefe do tráfego da Central. Informa-me que em Deodoro, até onde fôra, nada havia de anormal. Sigo para a frente. Chego em Deodoro. O fogo de artilharia prosseguia de espaço a espaço. Não se sabia a procedência. Desembarcamos. Era medida cautelosa. A escolta toma formação de aproximação do inimigo. Avançamos pelo eixo da estrada de ferro. Eu ocupava o centro. Os demais seguiam dispersos. Pene-

(23) Era do Exército — Mais tarde General de Divisão.

tramos os terrenos da Vila Militar. Os corpos em seus quartéis, com exceção dos que combatiam na frente os revoltosos. A artilharia em ação pertencia ao 2º Regimento da arma e batia a Escola. Chego ao pôsto de comando do General Ribeiro da Costa. Logo após chegam dois alunos, enviados como parlamentares. Participavam que a Escola levantara bandeira branca. Pediam uma qualquer coisa em compensação, que não pude perceber. O General revelava certa indecisão. Não se o pode censurar, porque tinha um filho aluno. Intervim francamente, ordenando aos alunos que voltassem para dizer que só incondicionalmente se aceitava a rendição. Manda-se cessar o fogo de artilharia, com o qual os artilheiros procuravam unicamente produzir efeito moral. A artilharia da Escola já havia emudecido.

Os alunos, na maior desordem, abandonam as posições e se recolhem ao estabelecimento. O Esquadrão de Cavalaria, cujo comandante era o Capitão Euclides Figueiredo, aí penetra, prende o Coronel Xavier de Brito e providencia. Em seguida é nomeado o Ten. Cel. Alvaro Mariante para, com um Batalhão de Infantaria, guarnecer o edificio da Escola, onde ficaram presos provisoriamente oficiais e alunos revoltados.

Sufocada a revolta !

Regresso à cidade. Ao chegar ao Quartel General encontro-o deserto. Os portões fechados. O Comando, com o Ministro da Guerra à frente, se havia trasladado para o quartel do Corpo de Bombeiros, situado do lado oposto da Praça da República.

O Forte de Copacabana, com tiros perfeitamente calculados, eficazes, alvejara o Ministério da Guerra. Dois projéteis haviam atingido um lance do edificio, derrubando árvores e vitimando algumas praças, inclusive um ou dois sargentos.

Dirijo-me para os Bombeiros. Encontro uma azáfama enorme. Providências para atacar aquela praça de guerra. Entendi-me com o Ministro. O Ministério da Marinha ordenara o bombardeio do Forte pela Esquadra. Era necessária uma ação combinada com o Exército. Os dois ataques, por mar e terra, deveriam ser, tanto quanto possível simultâneos. Entro em entendimento com o Estado Maior da Armada, erviando o Major Sousa Reis como elemento de ligação a conferenciar com o Almirante. Este manda-me em seguida um oficial com esclarecimentos. Era preciso adotar sinais para o início do ataque. Eu, Major Sousa Reis e o oficial de marinha, enviado, combinamos as convenções.

Ao descer da sala em que trabalhamos, assisto infelizmente a um espetáculo contristador: era noite fechada. Uma Companhia de Infantaria, em formação de quadrado, entra no pátio do quartel. Dentro,

vinham presos o Coronel Xavier de Brito, que havia revoltado a Escola, e vários oficiais. Faz alto. Os curiosos, em número considerável, inclusive praças de bombeiros e do Exército, cercam o quadrado. Os prisioneiros, visivelmente acabrunhados, em situação humilhante, de pé, ainda dentro do quadrado, aguardavam o destino que lhe deveriam dar. Que horrível humilhação! Passado algum tempo, e como não visse medida alguma do Comando da Região para terminar aquêlê espetáculo degradante da dignidade de oficiais do Exército, deliberei intervir. Ordenei que os curiosos se afastassem. Mandeí pedir duas salas ao Comandante dos Bombeiros. Em uma fiz recolher o Coronel, em outra os demais presos. Exprobei acremente ao Comandante da Região, com quem me encontrei casualmente no pátio, o procedimento para com oficiais que, embora delituosos, tinham direito a melhor tratamento.

O Forte de Copacabana continuava com tiros espaçados.

Para maior segurança, resolveu-se, ainda uma vez, mudar o centro de providências ou pôsto de comando para um estação do Corpo de Bombeiros, sita no Largo dos Leões, em Botafogo, Ai, ficar-se-ia mais perto do teatro em que se desenrolaria o último ato do episódio histórico.

A uma hora da noite, mais ou menos, para lá seguimos, sempre com o Ministro Calógeras à frente. Em um alojamento de praças pudemos repousar um pouco. Achava-me extraordinariamente fatigado. Não havia almoçado, nem jantado. Por ocasião de efetuar esta segunda mudança pude, então, ir à casa tomar uma pequena refeição.

Veiu o dia.

O couraçado São Paulo tinha tomado posição durante a noite nas proximidades da Fortaleza de São João, fora da barra, um tanto coberto pela mesma Fortaleza.

As primeiras horas inicia o bombardeio, com eficácia. A guarnição do Forte se aterroriza. O Comandante, Capitão Euclides Fonseca, abandona-o sob pretexto de ir conferenciar com o Govêrno ou com uma determinada autoridade. Foi prêso. O 3º Regimento de Infantaria aproxima-se da praça de guerra para secundar a ação do couraçado. Nesta conjuntura o Tenente Siqueira Campos, um dos revoltosos da guarnição, senão o verdadeiro chefe da revolta, chama ao aparêlho telefônico da estação de bombeiros, onde estávamos, o Ministro da Guerra. É atendido. O Ministro procura convencê-lo da inutilidade da resistência. Comunica-lhe que a Escola se tinha rendido, que o Exército estava fiel ao Govêrno, etc. Siqueira Campos pede garantias de vida. Deseja que o Govêrno consinta em seu embarque em um navio que o leve ao estrangeiro. O Ministro replica em tom amistoso de mais, reve-

lando mesmo criminosa tolerância, que as vidas de todos estão garantidas. O oficial não se convence. O Ministro, já fatigado, cede o aparelho ao 1º Tenente Chaves, amigo particular de Siqueira Campos. Insiste para que se renda. Esclarece-lhe a situação: nada mais podem os revoltosos conseguir. Siqueira Campos não quer ser prêso. Deseja ir embora. Chaves observa-lhe que não é possível, desenvolve considerações, falando com ardor, denotando interesse pelo amigo, e reafirmando as promessas de garantia de vida. . .

Cessa o telefone. Algum tempo depois o Forte iça bandeira branca. As tropas estreitavam o cerco do lado de terra. Surgem então os 18 homens, para dar combate às forças legais. São os heróis de Copacabana!!! Irrisão!

Terminou, assim, a revolta de 1922.

Com estas ligeiras palavras sobre este episódio militar pretendemos apenas dizer da parte que nos coube, sem mesmo descer a pormenores.

VI CAPÍTULO

O MINISTRO DA GUERRA NA PRESIDÊNCIA ARTHUR BERNARDES

Porque fui Ministro

A origem da elevada investidura com que me distinguiu o Presidente Arthur da Silva Bernardes, quando de sua ascensão à Presidência da República, a 15 de Novembro de 1922, encontra-se nos antecedentes históricos de sua eleição.

Achava-me à frente da 4ª Divisão de Exército e 4ª Região Militar ao iniciar-se a luta entre os partidários do Dr. Arthur Bernardes e Nilo Peçanha para escolha do que deveria ser o candidato oficial.

A candidatura Bernardes, apoiada pelas mais importantes forças políticas que, então, impulsionavam os negócios públicos, encontrou poderosa oposição em uma parte da imprensa do Rio de Janeiro, capitaneada pelo «Correio da Manhã».

Em uma pretensão de exclusivo interesse particular está o germe da atitude desse diário, segundo me relatou o próprio Sr. Bernardes. Com efeito, o interesse público não estava em jogo. Somente a amizade entre dois homens (24).

Lançam mão os adversários da candidatura Bernardes de todos os recursos. Em constantes arremetidas pela imprensa, em que a pena aviltante não esmorece, a injúria e a calúnia disputam a primazia, penetram até o recesso do lar, onde a virtude fizera sempre morada, para

(24) O Senador Raul Soares deveria relatar as eleições de Pernambuco para renovação do terço do Senado. O Dr. Edmundo Bittencourt, proprietário e diretor do «Correio da Manhã», empenhava-se fortemente pelo reconhecimento do Sr. Leão Veloso, um dos redatores do jornal, e seu particular amigo. O relator, na primeira audiência concedida a Bittencourt, promete-lhe estudar a causa com interesse e isenção de ânimo, firmado no sentimento de justiça. Do estudo resultou não poder ir ao encontro dos desejos do Dr. Bittencourt.

Cientificado, este não se conforma. Discute com veemência. Argumenta com precedentes favoráveis à causa de seu amigo. Não logra, porém, convencer ao Senador, que se mantém firme em seu ponto de vista. Recorre à ameaça, declarando arrogantemente que o «Correio da Manhã» fará oposição à candidatura Bernardes. «Que bela campanha política», é a frase com que se despede do político mineiro. Sabia o Sr. Bittencourt que aquele Senador representava o pensamento de Bernardes, que não receava a atitude do «Correio» já presumida, se a vontade de seu diretor não conseguisse bom êxito.

polui-lo com invenções transudando a perversidade de espíritos execráveis.

Enfileiram-se ambições, despeitos, paixões, criando em torno à pessoa de Bernardes uma atmosfera saturada de ódio e injustiça. Estimulam-se os intuitos inferiores do povilhéu. A prática do crime é aconselhada em plena praça pública. E, para corporificar seus intuitos, e ideais, fundam a agremiação política que, denominada «Reação Republicana», inscrevera em sua bandeira a candidatura de Nilo Peçanha, político de renome, e ambicioso.

Da outra banda, os adeptos da candidatura mineira, fortalecidos pela maioria da opinião, aceitam o prélio, com denodo e entusiasmo, certos da vitória.

Em meio ao fragor da luta, que empolgou o País, do Norte ao Sul, os homens da «Reação Republicana» pressentem a derrota.

Nada, até então, articularam, contra o adversário destemeroso, capaz de modificar as condições de todo em todo favoráveis à sua vitória.

Um recurso extremo faz-se mister: e o fecundo engenho dos nilistas produziu as famosas cartas falsas.

Não satisfeitos de haverem já atraído à causa dois ou três generais, tentam incompatibilizar o candidato com o Exército, editando no «Correio da Manhã» cartas apócrifas, com a assinatura de Arthur Bernardes, dirigidas ao Senador Raul Soares, no Rio, onde conceitos ofensivos ao Exército, e, especialmente, ao Marechal Hermes da Fonseca, eram atribuídos.

Se os resultados conseguidos pelo embuste se distanciaram das esperanças nutridas, por isso que grande maioria do Exército não atendeu ao clangor da requintada infâmia, todavia, profundas divergências operaram-se no corpo de oficiais.

Alistei-me, sem dúvida, entre aquêles que se não deixaram seduzir pelo «soi-disant» espírito de classe, que sempre apareceu com suas roupagens sentimentais, em determinados momentos, para disfarçar propósitos cujas aparências são necessárias salvar.

Bem que adistrito unicamente às minhas ocupações profissionais, acompanhava, contudo, pela leitura dos jornais, o desenvolvimento da ação política em torno das candidaturas.

O curso dos negócios públicos de maior relevância e entre êles os pertinentes à política interna e externa, deve ser objetivo de constante e meditada observação da parte dos Generais de terra e mar, côncios de

seu papel na distribuição, entre os servidores de mais elevada categoria, das responsabilidades referentes aos destinos da nacionalidade.

«A guerra, em geral, resulta das reacções que se operam no jôgo de interesses das nações».

Quaisquer que sejam suas origens não deverão ser ignoradas da massa geral da Nação, e, mui especialmente, daqueles a quem compete uma grande representação no drama em perspectiva.

Os governantes mal avisados, e por isso mal orientando a política externa, criam situações perigosas, originam crises, por vêzes fatais à vida dos povos. A situação agrava-se, indubitavelmente, se o sentimento nacional diverge do ponto de vista governamental.

A que calamidades não expõem, então, a Nação ? !

Por outro lado, como resultado da evolução natural da sociedade, surgem novas idéias, problemas diversos se apresentam, cujas soluções operam divergências nos espiritos, dividem a opinião, originando atentados à segurança pública, com ameaças à estabilidade social.

É evidente, pois, que, por ponderosos motivos, o General deverá acompanhar com desvêlo e discreção o movimento político-social, que forças de naturezas várias imprimem ao organismo nacional, perscrutando o pensamento e aspirações em jôgo. Porque no choque de opiniões, nos dissídios entre governantes e governados não é raro recorrer-se à força armada como «última ratio».

Um General não pode assistir com indiferença muçulmana, de uns, a ação arbitrária e inconveniente na maneira de conduzir os negócios do Estado, de outros, a escalada ao poder pela violência, por movimentos facciosos, em satisfação a ambições ilegítimas e irrefreáveis.

De um ponto de vista elevado cumpre-lhe seguir a corrente dos acontecimentos, colhendo elementos para opinar com patriotismo no instante em que as circunstâncias exigirem sua intervenção.

Se o General não deve ser um vil instrumento às ordens dos Governos, também não deverá constituir um estimulante de desordens, de perturbações na vida do País, de desrespeito aos poderes públicos.

Se os pórticos do partidarismo são-lhe vedados, no intuito de isentá-lo das paixões aí fervescentes, sua indiferença pela política geral, que orienta o País para o futuro, é altamente censurável.

Imbuído do sentimento de justiça, compenetrado da verdade, que lhe ministra a observação constante e imparcial das ocorrências no cenário do País, será fácil habilitar-se para opinar e agir nos grandes atos do drama nacional, nos conflitos entre o poder público e a soberana vontade de seus concidadãos, expressa de maneira iniludível.

Em resumo, o General não deverá desinteressar-se da política, considerada esta em sua clássica significação.

Com êstes postulados orientei sempre minha conduta em transes aflitivos para o País, em conjunturas perigosas para a disciplina e harmonia no Exército.

Foi assim, quando da campanha presidencial a que nos vimos referindo.

Era notório o interesse de envolver o Exército no combate à candidatura Bernardes.

Os jornais, diariamente, aludiam à intervenção dos militares, procurando perscrutar o pensamento dos mais graduados.

Com êsse intuito sou solicitado pelo eminente jornalista Azevedo do Amaral, então à frente da folha «O Dia», apresentando-se em Juiz de Fora, no meu Quartel General. Como credencial uma carta do meu particular amigo, condiscípulo da Escola Militar, Dr. João do Rêgo Barros, um dos diretores da Light and Power.

Pretendia uma entrevista referente à atitude do Exército em face do momento político.

Concedi-a. «O Dia» publicou-a. Outros jornais o seguiram. Vê-se aí confirmada minha antiga maneira de opinar, isto é, a condenação mais formal da intromissão dos militares, coletivamente, na solução dos problemas políticos, por ser ela da alçada exclusiva da opinião do País, manifestada no gozo da mais ampla liberdade de pensamento e ação, competindo somente ao Exército acatá-la.

Transcrevo a entrevista referida :

«Nossos prezados colegas do «O Dia» acabam de entrevistar, ali, o distinto militar General Setembrino de Carvalho sobre a atualidade política.

«Dispensando-nos de quaisquer referências ao nome festejado e ilustre do comandante da 4ª Região Militar, para aqui trasladamos as belas palavras do entrevistado:

«Relativamente à atitude do Exército no momento atual da política nacional, a minha opinião é assaz conhecida, pelas palavras que últimamente pronunciei em Belo Horizonte e nas quais reafirmo as idéias que venho predicando, há vários anos, sempre que partidos políticos procuram, em seus pleitos, interessar as forças armadas. E, não há muito, por ocasião da agitação em torno do nome do eminente brasileiro Ruy Barbosa, recusei ao Exército, como elemento de força, o direito de impôr candidatos à sucessão presidencial. Assoalhava-se, então, como deve estar lembrado, que o Exército não desejava aquêle grande patriota no

Governo da República. Aplausos não escassearam de distintos concidadãos, alguns dos quais hoje indigitados como adeptos da intervenção das classes armadas nas contendas políticas, o que parece significar uma mudança operada ao sabor das circunstâncias do presente momento. Mantenho, entretanto, o meu ponto de vista, que, estou certo, é o mesmo dos sinceros amigos do Exército. Em que pese a alguém, continuarei a afirmar que o Exército não pode, não deve precipitar-se ao torvelinho das lutas partidárias, sobretudo porque é órgão da defesa da opinião nacional, legalmente expressa. E, hoje, mais que outrora, precisamos proclamar e firmar a salutar doutrina, porque vozes se empenham já, com objetivo político, na negativa de existência de disposições regulamentares, velhas como a Sé de Braga, cuja destruição acarretaria o desmoronamento da disciplina militar e diminuição da autoridade de comando de qualquer categoria. Tenho esperança em que o Exército não se deixará colher nas malhas da politicagem.

«E quanto à moção votada pelo Clube Militar ?

«Considerarei fundamentalmente falsa, falsíssima, a carta desde que a li e comparei com outras do Dr. Arthur Bernardes, as quais tenho em meu poder, convicção que se me avigorou pelo desmentido que êle opôz, formalmente. Não obstante pretenderem os fatos a demonstração em contrário, nesta angustiosa fase por que passa o País, creio na existência entre nós de homens de honra e de caráter. Bastava-me, pois, a palavra do Dr. Arthur Bernardes, negando a autoria da carta que de viva voz ouvi. Solicitações de providências para completa elucidação da verdade não lograram êxito, conforme afirmam os ilustres generais Barbosa Lima e Gomes de Castro. Evidentemente uma grande animosidade contra o acusado dominava a maioria do Clube na sessão de 12 de Novembro. A assembléia tornou-se tumultuária, daí a falta de serenidade nas suas deliberações, sendo constituído um tribunal de integridade moral indiscutível, mas com partidários da maioria, quando duas eram as correntes de opinião em foco. Por tôdas essas razões não posso aceitar o laudo da comissão, que positivamente não representa a maioria do Exército, cujo número de oficiais orça por milhares, constituindo, além disso, em grande parte, a maioria deliberativa do Clube de camaradas que bem merecem a nossa mais alta veneração e carinho pelos serviços prestados à Pátria, mas que retirados da atividade militar, alguns por força da lei, outros espontâneamente, não podem encarnar o sentir do Exército. Penetrou já na consciência do Exército o sentimento do seu dever supremo de amparar a ordem constitucional e defesa externa, assim como a sua preparação, para desobrigar-se galhardamente de seus fins, forma hoje

o objetivo exclusivo de suas ocupações quotidianas. A Nação pode confiar em suas forças armadas, que a apoiarão na realização dos seus grandes atos de existência.

«Impressiona admiravelmente, general, a atividade das forças de seu Comando da 4ª Região Militar».

«Posso afirmar, meu caro redator, que a atitude da tropa de minha região não obedece absolutamente a injunções do meu comando. Origina-se da compreensão da verdadeira atuação do Exército no seio da comunhão brasileira e da observação rigorosa dos nossos regulamentos. Não conheço, nem procurei saber a opinião individual dos meus camaradas sobre a atualidade política. Individualmente pensam e agem livremente. Não poderia ser de outro modo. Entretanto, asseguro que as tropas sob meu comando garantirão em qualquer emergência a ordem constitucional».

Em entrevista ao «Correio da Manhã» já me havia manifestado, anos atrás, no mesmo teor, quando da candidatura Ruy Barbosa, na sucessão ao Conselheiro Rodrigues Alves.

Seus adversários pretenderam a adesão do Exército, apoiando-se em conceitos, que lhe eram atribuídos, desfavoráveis às forças armadas, por ocasião de sua competição com o Marechal Hermes à Presidência da República.

Era uma atentado à verdade dos fatos. Uma mistificação de rabis-cadores que, dissimulados sob o pseudônimo de um pôsto qualquer de oficial do Exército, procuravam incompatibilizar o Sr. Ruy Barbosa com o Exército.

Condenei com desassombro êsses embustes, manejos desprezíveis que, fermentando paixões no seio da classe, por outro lado excitavam prevenções do mundo civil com o militar.

Este aceitaria aquêlê candidato que o «verdictum» da opinião nacional indicasse.

Cessaram, então, as explorações.

Se o preclaro brasileiro não ascendeu à mais elevada magistratura do País, deve-o à preferência da Nação pelo Sr. Epitácio Pessoa.

Manifestando-me, portanto, da maneira por que o fiz ao redator do «O Dia», mais uma vez revelando coerência com o passado, indicara ao Exército a atitude mais digna e patriótica a assumir, entre o prêmio em que se iam debater os partidários das duas candidaturas presidenciais.

Se, como dizemos, era uma indicação do rumo a seguir pelo Exército em tão grave conjuntura, para as forças da Divisão do meu comando

significava mais do que isto, era a palavra de ordem: não podiam envolver-se na contenda política.

Fui ouvido, obedecido: a procela não ablaqueou nenhum dos élos da corrente disciplinar que mantinha coesa a tropa estacionada em Minas Gerais.

A Divisão, em tórno de seu Chefe, nele confiante, inspirada em seus ensinamentos cívicos e no seu reconhecido grande amor ao Exército, aguardava os acontecimentos.

Para exemplificar este conceito diremos: O Coronel Azevedo Coutinho, Comandante do 11º Regimento de Infantaria, ouvido ou consultado sobre a pendenga política, respondeu ao emissário: «Aqui, sobre este e outros casos semelhantes, quem pensa é o General, nosso chefe. Nós o seguiremos, a despeito de nossa opinião pessoal».

Ainda mais: rumores de revolta militar, no Rio de Janeiro, traziam intranquilo o espírito público. O Governo do Sr. Epitácio Pessoa corria riscos indisfarçáveis. Chegou às montanhas de Minas o eco da demagogia. As tropas da 4ª Região conservaram-se alheias ao movimento político, entregues unicamente à faina profissional.

Julguei acertada, como medida preventiva, uma reunião de comandantes, em Juiz de Fora. Exponho meu pensamento, contrário a atitudes subversivas do Exército. Todos de acôrdo. A 4ª Divisão marcharia em socorro do Governo, o caso se apresentando.

*
* *

Nesta posição de espectador do panorama político, que se desenhava aos olhos da Nação, mantendo inflexível neutralidade, veio encontrar-me o episódio das Cartas Falsas.

O exame comparado dos «fac-similes», editados pelo «Correio da Manhã», com documentos existentes em meu arquivo particular, consignando a assinatura do Dr. Arthur Bernardes, como já referi, deu-me logo a consciência da falsidade.

Não nos colheu o laço armado com o espírito de classe, para o que apelaram os empresários da «Reação Republicana», como já o dissemos.

Não vasamos nossa conduta, ante a campanha presidencial, nesse espírito de classe, que aparecia agora um tanto carunchoso, desprestigiado, porque vinha em defesa da calúnia. A imparcialidade absoluta me estava indicada.

Os conceitos publicados em «O Dia» deram nítida e sinceramente a conhecer minha atitude em face do magno problema.

*
* *

Os políticos de ambas as facções, entretanto, tinham, sôbre nós, da 4ª Região Militar, voltadas suas vistas, aguardando, sem dúvida, um procedimento objetivado em atos de relativa importância. No curso dos acontecimentos ensejavam. Iam tê-lo.

Evidente que a 4ª Região Militar, dentre as mais próximas da Capital Federal, pelo número de Corpos lá estacionados, e seus volumosos efetivos, exerceria influência decisiva em favor de um dos litigantes à curul presidencial. Fortaleceria uma revolução ou a impediria, atento que na guarnição do Rio de Janeiro lavravam fundas divergências. As opiniões estavam divididas. Daí a importância real das tropas de meu Comando.

Por ocasião do regresso do Dr. Arthur Bernardes a Minas, após o banquete protocolar, onde leu o programa de sua futura ação governamental, entendeu êle, em sua passagem para Belo Horizonte, visitar a cidade de Juiz de Fora, sede do meu Quartel General.

Não é de estranhar que, sôbre desejar cortejar a opinião de seus coestaduanos, cuja unanimidade parecia não sufragar sua candidatura, sua presença teria aí, outrossim, o intuito de caracterizar de qualquer maneira a opinião do Comandante Militar, resolvendo de vez as dúvidas que trabalhavam seu espírito.

Festividades várias foram organizadas em sua honra.

A Comissão Diretora fêz-me a honra de uma visita no Quartel General, com intuito de inteirar-se da parte que caberia aos Militares no respectivo programa, caso aderíssemos às homenagens projetadas.

Ora, o Dr. Arthur Bernardes era o Presidente do Estado. De acôrdo com a tabela de honras e continências do Exército, no território de sua jurisdição, cabiam-lhe as de General de Divisão. Por outro lado, os preceitos da boa educação mandavam retribuir as gentilezas que foram prodigalizadas pelo Govêrno do Estado ao Comandante da Região, quando de sua visita de inspeção a estabelecimentos militares, em Belo Horizonte (25).

(25) O Govêrno do Estado hospedou o General. Esta visita de inspeção foi realizada quando ainda não estava em foco o problema da sucessão.

Respondi à Comissão que nos associávamos às homenagens, promovendo uma reunião da Sociedade Juizdeforana, no Quartel General, para oferecer um chá ao Presidente do Estado (26).

Sõmente isso denotava minha imparcialidade, coerência com o pensamento veiculado pelo «O Dia». Essa atitude, entretanto, foi melhor manifestada em outra ocasião por uma singela oração que proferi em agradecimento: em uma recepção no Clube Comercial, achando-me ao lado do Dr. Arthur Bernardes em uma mesa de doces, um jornalista e político mineiro entendeu saudar-me. Fê-lo em um brilhante improviso. Foi incontestavelmente uma finura. Percebi o alcance. Minhas palavras em resposta ressumaram sinceridade, liberdade de pensamento e coragem cívica, ao referir-me ao Dr. Bernardes em têrmos elogiosos.

Despertaram entusiásticos e prolongados aplausos na grande assistência. Os ecos chegaram à rua, onde uma compacta multidão aclamou o Comandante da Região e o Dr. Arthur Bernardes, exigindo de ambos a presença nas sacadas do Clube.

Dêsse momento em diante tiveram os mineiros por confirmado, sem embargos, nosso ponto de vista. Uma confiança ilimitada sôbre a conduta das Fôrças da 4ª Região apoderou-se de todos quantos se interessavam pela vitória do candidato montanhês.

O magnífico conceito com que já nos exaltavam as populações de Minas, pelo nosso constante trato, em virtude do Serviço Militar obrigatório, mais se elevou. O regionalismo tem uma grande fôrça na terra de João Pinheiro!

★

★ ★

Ao erguer nossa tenda de general na terra de tão brilhantes tradições liberais, sabíamos fazê-lo onde o povo não sentia afetividade pelos cidadãos militares. Ao contrário, fundas prevenções existiam, cujas origens não enobrecem a alguns Comandantes de Tropas do Exército que lá estacionaram em passado não longínquo. Fatos ocorridos em cidades importantes tornaram os militares indesejáveis para a maioria do povo.

Para um Comando Militar moderno, cuja principal missão é organizar grandes reservas, criar um viveiro de homens úteis à defesa da Pátria, não deixava de ser delicado o meio em que haveria de desenvol-

(26) Quando já Presidente da República, o Dr. Artur Bernardes declarou-me que fôra a mais elegante festa dentre tôdas em sua honra. No Palácio do Catete fez exhibir um filme, que dela haviam tirado, e que eu desconhecia.

ver atividade nesse sentido. Teria de vencer grandes hostilidades à calça vermelha, segundo a gíria popular.

Impunha-se, conseqüentemente, como primeira condição de êxito, evidenciar, logo de início, a transformação operada na mentalidade militar, mediante a qual o militar de hoje não é mais o ferrabraz dos tempos de antanho, o valentão, que rompia autos em cartório, como abuso da tôrça, e praticava outros desatinos, inspirando medo e ódio. Tornava-se mister proceder de maneira a atrair simpatias gerais, benquistando a classe com o povo.

O melhor êxito coroou nossos patrióticos esforços: em breve, minhas maneiras de agir, imitadas por tãda a officialidade, conquistaram a benevolência e confiança das populações. O elemento militar integrou-se plenamente na sociedade civil em uma convivência de harmonia e de reciprocas atenções.

Quando, pois, eliminadas as dúvidas sôbre a vitória do Dr. Arthur Bernardes, e chegado o momento dos augúrios, como sôe sempre acontecer, sôbre os futuros ministros, era voz geral entre os mineiros que na organização ministerial me caberia a Pasta da Guerra. Era comum em Juiz de Fora e em Belo Horizonte ouvir-se: O senhor será o nosso Ministro da Guerra. Êste «nosso» significava — do povo mineiro.



De minha franca e destemerosa attitude não recebeu o Dr. Arthur Bernardes unicamente a impressão que lhe suscitou a acolhida cortês que teve em Juiz de Fora da parte do elemento militar, e que lhe despertou a mais funda emoção.

Um outro acontecimento ensejou para que a mesma impressão se reproduzisse, de maneira igualmente marcante, em seu espírito: chegando ao seu conhecimento que se pretendia inaugurar festivamente, como de praxe, o Quartel do 12º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte, mandou especialmente convidar-me para visitar oficialmente a capital do Estado, sendo hóspede do respectivo Govêrno.

O dia de minha chegada foi, por assim dizer, de regosijo público, não só pela compacta multidão que me aguardava na Estação da Estrada de Ferro, e que me acompanhou até ao Grande Hotel, onde fui hospedado, como pelas músicas em coretos, em várias ruas, e aclamações recebidas por onde passava o préstito. A rua do hotel foi ornamenta-

da, recebendo iluminação especial, onde o povo se reunia em franco entusiasmo, durante noites sucessivas.

Convidado o Presidente do Estado para assistir ao ato de inauguração do quartel, compareceu em minha companhia, sendo recebido cordialmente por toda a officialidade, e com as continências de estilo pelo Regimento em formatura linear.

Houve quem considerasse audácia fazer o Dr. Arthur Bernardes passar a pé pela frente da tropa, quando já iniciada no Exército a campanha contra elle! Nada de audácia! Sômente confiança na disciplina da tropa sob meu comando.

Durante a festa reinou cativante cordialidade e alegria civica ante a cerimônia do compromisso à Bandeira pelos novos conscritos.

Era de notar o entusiasmo de todos ante aquêlê festival de amor à Pátria, as maneiras prazerosas do Presidente Bernardes, visivelmente emocionado pelos atos de civismo que ali se realizavam.

No terceiro dia, último de minha estada em Belo Horizonte, fui distinguido com um almoço em Palácio. Compareceram todos officiaes do meu Estado Maior, alguns da guarnição, os Secretários de Estado, e a familia do Presidente.

Nesse momento reafirmou-se no espirito do Dr. Arthur Bernardes de que da parte das forças da 4ª Região não lhe adviriam empecilhos para ascender à Presidência da República.

*
* *

Em uma audiência, a que compareci a convite seu, em Palácio, pois já havia feito minha visita protocolar, conversamos largamente sobre vários episódios da luta politica, que se desenvolvia ardente. Em dado momento levanta-se elle, começa a andar de um para outro lado da sala e, interrompendo o assunto que iamós versando, interroga-me, em tom que traía uma certa dose de nervosismo :

«General. e se o laudo da Comissão fôr, miseravelmente, pela veracidade das cartas?» — «Não há laudo, respondi, que me faça alterar a opinião. Continuarei a manter o juízo, que desde o primeiro instante formulei, perfeitamente claro e preciso. Além disso, está elle confirmado pela sua palavra de honra. Para mim as cartas serão sempre falsas».

«Obrigado, General». E, dizendo isso sentou-se, como desoprimido de uma dúvida torturante. (27)

Esta declaração, singelamente feita, denotando sinceridade, e bem assim o discurso, na véspera, por mim proferido no Clube Comercial, fortaleceram a tranquilidade que em outras ocasiões, já referidas, lhe havia criado. (28)

Não lhe restavam, pois, dúvidas sobre a pessoa do Comandante da 4ª Região Militar em face de suas atitudes, claras, firmes, de naturezas insofismáveis. E a prova não-la forneceu em seguida :

O Chefe do Estado Maior do Exército, General de Divisão Celes­tino Alves Bastos, falecera, havia pouco tempo.

Meu nome, geralmente indicado, mesmo por generais, para substituí-lo no elevado posto, não dispunha das graças do Chefe da Nação. (29)

(27) O Clube Militar constituiu um Tribunal de Honra para julgar as cartas falsas, isto é, para verificar a veracidade da autoria atribuída. Um tribunal incontestavelmente político, a cuja organização presidira o sentimento político, constituído em sua maioria de ferrenhos adversários de Arthur Bernardes ! Um ou outro com intento de fazer justiça viram-se obrigados a renunciar o mandato protestando contra as irregularidades na marcha do julgamento, e contra o espírito de parcialidade da maioria da comissão, que porfiava em considerar verdadeiras as cartas. Tudo deitava, desde logo, entrever o resultado desfavorável, como o foi, ao Dr. Arthur Bernardes.

(28) A Sociedade Comercial ofereceu-me uma recepção, revestida do mais alto cunho de distinção. Via-se lá o que de mais representativo possuía a sociedade de Belo Horizonte, a par das mais altas autoridades do Estado, requintando todos em prodigalizar finezas. Em certo momento fui saudado pelo Dr. Gudestey Martins, deputado estadual, e mais tarde federal. Entremeados de conceitos políticos, seu discurso, formoso nas imagens e estilo, visava, sobretudo, qualquer pronunciamento decisivo do General, pela palavra, que revestiria então, toda a solenidade. Minha oração de agradecimento agradou sobremaneira. Li-a. Esperava ter de dizer alguma coisa. Por isso preparei-a. Ao terminar, a ovação foi estrepitosa.

— Quando éramos já Governos, o inolvidável amigo e brilhante político, Dr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça, por ocasião em que ambos memorávamos episódios da campanha presidencial, disse-me ele: «aquêlê seu discurso no Clube, em Belo Horizonte, valeu por um desfêgo. Esperámo-lo em ânsias. Mal terminou corri a Palácio para transmitir ao Arthur a magnífica impressão». Reproduziu-me mesmo palavras minhas que mais o interessaram.

(29) Havia pequenos indícios de que o Dr. Epitácio Pessoa, então Presidente da República, por mim não nutria simpatias. Era-me lícito supôr que um mal entendido originara tão injusta malquerença : em uma entrevista ao «Correio da Manhã» opinei intransigentemente pela obediência absoluta do Exército à vontade nacional, qualquer que fôsse o escolhido para Presidente da República. Considerava infundado o receio de que êle não aceitasse o Conselheiro Ruy Barbosa, como propalavam os adversários dêste. Dai admitir o Sr. Epitácio, por sugestões alheias, conforme alguém me referiu, ser eu contrário à sua candidatura, que vinha de sair à luz, com o de combate àquela.

Uma carta do Dr. Bernardes, porém, em que lhe diria da necessidade, por conveniência de seu futuro govêrno, de minha ascensão àquele cargo, teria modificado sua maneira de pensar. (30)

Como quer que seja, a 5 de Julho de 1922, às duas horas da manhã, recebi um chamado urgente do Ministro da Guerra, Dr. Pandiá Calógeras, por intermédio do Major médico Dr. Ivo Soares. (31)

Seguindo imediatamente para o Ministério, lá, ao chegar, tive confirmação da revolta da Escola Militar. Aquêlê official médico já me havia noticiado.

Determinou-me, então, o Ministro, a assumir imediatamente a Chefia do Estado Maior do Exército, declarando haver o Chefe da Nação assinado o decreto de minha nomeação a primeiro do corrente, ainda não publicado. (32).

Assumi, pois, êste novo cargo em momento critico para o Exército e para a Nação.



No Rio de Janeiro alguns elementos militares coligados a políticos da «Reação Republicana» tramavam revolução para depôr do Govêrno da República o Dr. Epitácio Pessoa, deposição que, como consequência lógica, impediria a posse do poder pelo novo Presidente, dr. Arthur Bernardes, já, então, eleito.

Conforme já relatei revoltaram-se a Escola Militar, o Forte de Copacabana a 5 de Julho, e, dias após a guarnição de Campo Grande, em Mato Grosso, ao mando do General Clodoaldo da Fonseca, Comandante daquela circunscrição militar.

As unidades da Capital Federal conservaram-se firmes no cumprimento do dever constitucional, não obstante dois ou três officiaes ensaiarem revoltar corpos da Vila Militar. Foram presos oportunamente, fahendo inteiramente, por êsse motivo, o golpe projetado.

(30) O Dr. Bernardes disse-me que havia escrito uma carta ao Dr. Epitácio Pessoa nesse sentido.

(31) Achava-me, como já referi, casualmente no Rio, onde tinha vindo assistir ao aniversário de uma filha.

(32) E' precisamente de 1º de Julho de 1922 o decreto que possúo em meu arquivo.

O mesmo aconteceu com os da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, quando em uma reunião. O número elevava-se a mais de uma centena.



Os rumores de revolução vinham num crescendo espantoso, dia a dia tomando vulto maior, desde os comêços de 1922.

Os homens da «Reação» assoalhavam que Bernardes não assumiria o poder. Fundavam seus designios na sublevação dos Corpos da 1ª Região Militar, cujo Comando, no momento propício, assumiria o Marechal Hermes da Fonseca.

Excetuados dois ou três generais, reconhecidamente enredados nas malhas da politicagem, os demais conservaram-se na esfera legal, auxiliando o Governo na debelação da revolta. Alguns dêles a contragosto. Entre os mais decididos, e cuja fidelidade ao poder legal não era suscetível de dúvidas, distinguia-se o General João de Deus Mena Barreto, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria, a quem coube uma missão, que se tornaria árdua e penosa, se os alunos da Escola não se houvessem submetido às Fôrças da Vila Militar, sob o Comando do General Ribeiro da Costa.

O General Carneiro da Fontoura, por fôrça da autoridade de que estava investido — Comandante da 1ª Região Militar — tornou-se o centro, donde se irradiavam tôdas as medidas concernentes a uma vigilância ativa e ininterrupta no meio militar, no sentido de derruir planos subversivos, engenhados pelos dirigentes do movimento.

Durante êsse período de agitações constantes, em que o espirito público vivia apreensivo, cheio de temores, esperando de momento a momento graves sucessos no Rio, com repercussão nos Estados, manteve sempre perfeita consonância com os Chefes Militares, com quem comungava nas idéias de estabilidade da ordem e defesa do Poder Constituído.

Eles, o próprio Governo da República, contavam com a fidelidade das tropas de meu Comando. Formavam elas um corpo homogêneo, pronto para avançar, tão logo as circunstâncias o exigissem.

A officialidade de algumas Regiões Militares pronunciou-se sôbre o caso político em debate, pró ou contra os candidatos.

Uma Região, sòmente, constituiu exceção :

A região de meu Comando, única que se conservou silenciosa, discreta, sem pronunciamento de natureza alguma. Ouvia sòmente a voz de seu Chefe, sempre obediente às suas ordens e ensinamentos. As palavras do General Azeredo Coutinho, já referidas, atestam o nosso conceito.

* *

Tudo isso que vimos relatando, não poderia escapar às reflexões dos políticos mineiros, não deixaria de calar fundamente em todos os espíritos a nobilitante conduta de uma tropa, que orçava por alguns milhares de homens, quando a insubordinação ameaçava desmoronar o edifício militar, que vinha sendo pouco a pouco minado pela mais depravada politicalha, que da contumélia audaz e penetrante fazia penhor da vitória.

O Dr. Arthur Bernardes, embora distanciado do Rio de Janeiro, com um serviço informativo primoroso, tendo a representá-lo no grande centro político, que é a Capital da República, o seu grande amigo, Senador Raul Soares, conhecia em tôdas as suas minúcias as ações e gestos dos maiores valores do Exército neste episódio das candidaturas presidenciais. Habilitado estava, pois, para formar conceito sòbre os méritos dos mais em evidência, e escolher, conseqüentemente, aquêles que lhe deveria, no cargo de Ministro da Guerra, auxiliar no Govêrno da Nação.

Coube-me a honra de ser o escolhido.

* *

Não será de mais consignar que meu nome, havia já algum tempo, achava-se em certa evidência no seio do Exército e do próprio País. Comissões de importância, que me pesaram, desde os primeiros postos de oficial superior até ao Generalato, tornaram-no conhecido. Um conceito geral, favorável e generoso, formou-se a respeito de minha capacidade militar. Meu nome vinha sendo indicado para os altos cargos do Exército, não só pela imprensa como nas rodas militares. Nas organizações ministeriais anteriores fôra alvo de referências indicativas para Ministro da Guerra.

Em abono dessas referências trasladaremos para aqui as palavras expressivas do Dr. Nilo Peçanha:

Em uma barca da Cantareira, certo dia em que viajávamos juntos, através da baía de Guanabara, com destino a Niterói, sede do meu Quartel General, como Comandante da 4ª Região Militar, conversávamos sobre o momento político, e especialmente sobre o próximo Governo a inaugurar-se (Epitácio Pessoa). Em dado momento interroga-me: «Quem é o Ministro da Guerra?» «Não é do meu conhecimento», respondi. «Deve ser o senhor», replicou. «Não sei porque, Doutor» trepiquei. «Porque não há outro. Se eu fôsse Presidente da República o senhor seria meu Ministro da Guerra». Agradei, não sem refutar a opinião do ilustre político.

Outros fatos confirmariam o generoso conceito que envolvia minha humilde personalidade.

★

★ ★

Em face de tantas e tão notáveis circunstâncias não poderia causar surpresa minha investidura no cargo de Ministro da Guerra no Governo do Dr. Arthur Bernardes.

Em princípios de Julho, logo após a debelação da revolta da Escola Militar, o Dr. Arthur Bernardes convidara-me para ir a Belo Horizonte, solicitando-me em sua carta se realizasse a viagem antes de assumir eu o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército. Desejava, dizia êle, comigo conversar.

Conforme foi já assinalado, minha viagem ao Rio teve um caráter particular. Fui aí surpreendido com a revolta da Escola e nomeação para o Estado Maior. Houve necessidade, segundo já relatamos, de assumir imediatamente as novas funções.

Meu afastamento de Juiz de Fora, sede do Comando da Região, tornou-se definitivo.

As boas normas de delicadeza, porém, impunham-me o dever de apresentar despedidas não só à tropa que comandeí durante três anos, como à sociedade em geral, com a qual mantive uma convivência agradável, sem interrupção, por todo aquê tempo.

Existiam, pois, dois motivos para uma viagem a Minas:

Despedir-me do mundo civil e militar, e atender ao convite do Dr. Arthur Bernardes.

Não me foi possível, todavia, fazê-lo tão logo como êle e eu desejáramos. A situação politico-militar me não permitia. Sómente em fins de Julho pude ausentar-me do Rio de Janeiro.

*
* *

Após as saudações do estilo, o Dr. Arthur Bernardes abordou com franqueza o assunto, que era o objeto especial de nossa entrevista: convidar-me para auxiliar do seu Govêrno, no cargo de Ministro da Guerra. Para isso me havia chamado. Em face de sua resolução, declara-me êle, há muito assentada, e convicto do meu assentimento, mister se tornava trocarmos idéias sôbre o momento nacional.

Noso entretenimento absorveu bem três horas a fio. Mudamos duas vêzes de sítio. Principiado em uma sala do Palácio da Liberdade, destinada, sem dúvida, a recepções solenes, pelo seu aspecto, passamos depois a um gabinete de fumar, e fomos terminar passeando na varanda que se estende pela frente do grande edificio.

Sentimo-nos, ao trocarmos as primeiras impressões sôbre o grave momento, e, após uma análise minuciosa da situação, em perfeita comunhão de vistas.

Nada o faria recuar do pôsto que a Nação, pelos meios regulares, em pleito aguerrido, lhe havia conferido.

Em consequência da permuta de idéias sôbre as qualidades exigidas para o desempenho de funções pertinentes a outros futuros auxiliares de seu Govêrno, solicitou-me a indicação de três ou quatro nomes de Coronéis em condições de desempenharem o elevado cargo de Chefe da Casa Militar. Escolheria um dentre os então indicados.

Após citar-lhe alguns, entre os quais o Coronel Santa Cruz, assentamos que eu lhe escreveria mais tarde sôbre o assunto.

Cogitamos, outrossim, de uma colocação mais elevada para o General Carneiro da Fontoura, assegurando-lhe melhores vantagens pecuniárias que as referentes ao cargo de Comandante da 1ª Região Militar, por êle ocupado.

Alvitrei a nomeação de Ministro do Supremo Tribunal Militar, como também lembrei a criação do cargo de Comandante da Praça do Rio de Janeiro, a exemplo do que ocorre em algumas capitais de países europeus. Não conhecendo, porém, em seus detalhes as funções e responsabilidades inerentes a êste cargo, pois não existira no Brasil, ficou a meu cuidado o exame respectivo para deliberação posterior.

Posso afirmar que nessa ocasião o Dr. Arthur Bernardes não pensava em utilizar os méritos do General Fontoura na Chefia de Polícia da Capital Federal. Mais tarde sômente, talvez por sugestões alheias, de tal cogitou.

É incontestável que os amigos do General Fontoura pensaram que a Pasta da Guerra lhe deveria caber : nesse sentido promoveram-lhe um banquete com o fito de o colocar mais em evidência aos olhos do Dr. Bernardes. E, como ignorassem a deliberação do futuro Presidente em relação ao Ministério da Guerra, apenas a mim revelada pelo convite já feito, mantido em sigilo, a seu pedido, entenderam convidar-me para orador oficial.

Percebi desde logo o fim visado pela comissão respectiva : sem dúvida o orador tecerá grandes elogios ao homenageado. Feitos por Setembrino, considerado o mais forte competidor de Fontoura, Bernardes por êste decidir-se-á.

Aceitei a honrosa incumbência.

O banquete revestiu-se de grande pompa e cerimonial. Brilhante pelos numerosos convivas e ornamentação da sala, lindamente engalanada de flores e luzes.

Saudei o homenageado com discrição, parcimonioso em conceitos laudatórios. Sua personalidade não comportava exageros.

Respondeu em uma alocução cordial, elogiosa a Bernardes.

O reclamo estava feito, e bem feito. Sua Excelência, entretanto, não foi Ministro da Guerra. Eu já havia sido convidado. Andaram atrasados.

Para sopitar, então, desgostos, desilusões e, quiçá, pruridos mazorqueiros, deram-lhe a Chefia de Polícia.

VII CAPÍTULO

PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL EM 1923

Para conhecimento exato da mediação do Governo Federal na cessação da luta entre os partidos políticos, que, de armas em punho, avermelharam em 1923 as coxilhas da terra gaúcha com o generoso sangue de seus filhos; para falar dêsse acontecimento histórico, que teve seu epílogo no «Pacto de Pedras Altas», julgo supérfluo remontar às causas determinantes da solidariedade do partido republicano riograndense com a «Reação Republicana», agremiação política improvisada em 1921 para combater a candidatura do Dr. Arthur da Silva Bernardes à Presidência da República. Bastará assinalar apenas que nessa atitude da situação dominante naquele Estado encontram-se as causas e incentivos da deflagração dos sentimentos cívicos de um pugilo de bravos e destemerosos patriotas riograndenses com o objetivo de apelar do Governo Estadual o notável político Dr. Augusto Borges de Medeiros.

As profundas divergências em ideais políticos, transformadas em ódios e paixões armazenados anos a fio, não permitiam comunhão de pensamento entre velhos adversários, no sentido de adotar idêntico rumo na política geral. De antemão, poder-se-iam considerar diversas as condutas no prélio eleitoral em perspectiva.

Com efeito. As oposições coligadas solidarizaram-se com a candidatura Arthur Bernardes, oferecendo-lhe apreciável contingente de eleitores.

A vitória de seu candidato incitou-lhes desejos, esperanças.

Consideraram-se com direito ao apóio do presidente eleito para derrocar um governo estabilizado por uma trintena de anos, e que, sob o império de uma doutrina política estranha às instituições consagradas no pacto fundamental da República, asfixiava o livre pronunciamento do povo riograndense.

Não lhes sorriam, porém, os bons fados.

Quando em conflito os interesses gerais da Nação com os de mero regionalismo, sem dúvida, àqueles compete a primazia.

Foi, precisamente, o que sucedeu.

Pela sua pujante organização partidária, pelas suas gloriosas tradições de lutas memoráveis, pelo advento do regime republicano em nossa Pátria, pelo valor de seus dirigentes, sempre chamados a opinar

como fatores decisivos em várias crises políticas, pelo ardor combativo de seus representantes, enfrentando com saber e desassombro as causas em debate na imprensa e na tribuna pública ao tempo da propaganda, como depois, no parlamento nacional, o partido do Dr. Borges de Medeiros constituía o mais sólido esteio da combinação política, organizada pelo brilhante e sagaz espírito do emérito estadista Dr. Nilo Peçanha e que se denominou, como dissemos, «Reação Republicana».

O renome conquistado pelo Sr. Borges de Medeiros em todo o País assegurara um lugar de alta relevância ao seu partido no quadro da política nacional.

Um sentimento de entusiasmo e veneração por êsse varão ilustre reboava nos quadrantes da República, porque todos sabiam-no modelar na gestão das coisas públicas de seu Estado.

A par da fôrça moral daí decorrente, uma considerável massa eleitoral coesa e disciplinada fazia do partido republicano riograndense coíça de todos os governos da República, que não podiam dispensar o apóio de tão importante baluarte nas pugnas travadas no cenário da política geral do País.

O Sr. Dr. Arthur Bernardes não se dispôs a abrir exceção : aceitou prazenteiramente o apóio espontâneo, oferecido pelo Senhor Borges de Medeiros logo no início de seu govêrno (33).

Guindado ao poder em meio a uma tormenta de paixões, sob ameaças de todo o gênero. porém, côncio de suas responsabilidades perante a Nação. impulsionado por seu patriotismo e clarividência política, sentiu bem o indeclinável dever cívico de dar por extintas as chamas que o ardor das réfregas políticas ateara em todos os cantos do País, iniciando um período governamental que se caracterizaria por uma tolerância geral. no louvável intuito de apaziguamento, reconhecendo assim a necessidade de substituir as armaduras com que resistiu às arremetidas da insidia e da calúnia, na mais formidável e impiedosa campanha política de quantas agitaram a opinião pública em fases semelhantes da vida nacional, pelo sentimento de concórdia.

(33) E' de presumir que além dos motivos expostos para esta deliberação do Presidente Bernardes, muito haja contribuído o espírito clarividente e descortínio político do saudoso Dr. João Luiz Alves, Ministro do Interior e Justiça. Seus talentos alcançariam na terra gaúcha fartos elementos para a obra de paz e tranquilidade que o Govêrno tinha em vista. Seus antigos vínculos de solidariedade com o partido riograndense, de quem foi paladino de alto saber jurídico, quando no Senado Federal um projeto de lei mandava examinar a constitucionalidade da carta fundamental do Estado, davam-lhe autoridade para agir no sentido de uma conciliação entre os dois governos.

Assim, desdobrar-se-ia sua ação presidencial sem maiores abalos, podendo propiciar ao País grande messe de prosperidade. Pensava dêsse modo atrair a colaboração de todos os bem intencionados, sem distinção de matizes políticos, na obra de seu govêrno. Era, aliás, a reafirmação de promessas formais, quando, ainda candidato, falâra á Nação.

O domínio de tão nobres sentimentos e intuitos vedava-lhe a investigação ou lembrança de atitudes passadas dos que se propunham então a coadjuvá-lo nas realizações prometidas em seu programa de administração pública.

Se não colimou inteiramente êsse elevado desideratum, não foram poucos, entretanto, os inimigos da véspera, ocupantes da primeira linha de combate, que se penitenciaram, enfileirando-se entre os que lhe prestaram eficaz concurso.

Bem pesando estas razões, de todo em todo de alta valia, é-se forçado a admirar e aplaudir o gesto do Sr. Arthur Bernardes, aceitando a colaboração do Sr. Borges de Medeiros.

O partido republicano riograndense representava no Estado a mais pujante fôrça política, a única capaz de assegurar um apôio eficiente ao Govêrno da Nação, isento de causas perturbadoras de seu dinamismo político (34).

Por último, admitindo-se que os sentimentos íntimos, pessoais do Sr. Arthur Bernardes não se tivessem modificado com a decisão do Sr. Borges de Medeiros ao solidarizar-se com o Govêrno, os do homem público, todavia, foram sopitados, para que se sobrepuzassem os elevados interesses do País.

★

★ ★

A oposição regional sentiu, então, periclitante a vitória de sua causa. O acatamento da parte do novo presidente ao ato da assemblêia riograndense proclamando reeleito o Sr. Borges de Medeiros, alarmou as hostes libertadoras. O Sr. Assis Brasil também se considerava eleito. Em seu conceito era um usurpador o antagonista.

A atitude do Sr. Bernardes levou o chefe das oposições até o Rio de Janeiro a fim de pleitear, junto ao Govêrno, os direitos de seu partido.

(34) Foi já o reconhecimento desta verdade da parte de Floriano Peixoto que o levou a preparar o novo advento dêsse partido ao Govêrno do Estado em 1892, após o malôgro da experiência com elementos heterogêneos conchavados, que galgaram o poder estadual, sob seu patrocínio, na confusão geral proveniente do inesperado golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891.

Logo depois deflagram os primeiros cartuchos nas campinas do Rio Grande. A guerra civil estava em campo.

Nesse grave momento, quem procurasse perscrutar o fôro íntimo do Sr. Bernardes sentiria talvez suas predileções pela arrancada revolucionária.

Manteve-se, porém, em atitude espectante, não intervindo de maneira alguma.

Mal informados, seus adversários atribuíram-lhe co-participação no movimento, estimulando e fornecendo recursos bélicos por intermédio do Ministério da Guerra.

A verdade é que remessa alguma de qualquer material, mesmo insignificante, fôra feita aos revolucionários. É uma afirmativa que não teme um fato concreto em contrário.

Mais de uma vez experimentei contrariedade ao ouvir do Sr. Presidente, desconhecedor do mecanismo administrativo em uso nas repartições do Ministério da Guerra para saída de material de seus depósitos, recomendações de vigilância para evitar que aos revolucionários do Rio Grande houvesse suprimento de armas e munições do Exército.

É preciso que se restabeleça a verdade histórica !

Posso assegurar que da parte do govêrno do Sr. Arthur Bernardes, os revolucionários jamais receberam estímulos ou qualquer auxílio material para a luta armada, que dias de infortúnio trouxe para o Estado riograndense.

*
* *

Minha opinião era perfeitamente conhecida no seio do Govêrno.

Divergi do ilustre Dr. Borges de Medeiros quando se reelegeu mais uma vez e, como alguém já disse, quando consentiu que o Rio Grande se colocasse dõcilmente ao laço da «Reação Republicana» recorrendo aos métodos re^ov^olucionários durante tãda a campanha presidencial.

Senti o grande chefe republicano afastado da sua austeridade política, que tanto o elevara no conceito de seus concidadãos, oferecendo braço forte à empreitada baseada em falsos documentos.

E, por isso, muito embora contrário ao emprêgo das armas para dirimir conflitos partidários, minha admiração fôra atraída pela coragem cívica dos que se batiam em meu Estado por seus ideais políticos.

Daí, porém, a prestar auxílio havia uma grande distância.

As boas normas políticas, os sentimentos de humanidade indicavam uma atitude de observação, simultânea com o estudo de medidas e alvitre tendentes à restauração da concórdia na família riograndense.

O interesse geral devia prevalecer, como sucedeu, sobre as paixões.

Meu afastamento das fileiras do partido republicano riograndense, onde militei nos primórdios da República como participante de uma dissidência, ao terminar os trabalhos da Assembléia Constituinte do Estado em 1891, minha divergência intransigente com os princípios políticos da bandeira dos federalistas riograndenses e, por último, a minha posição no seio do Governo da República, indicavam-me uma conduta imparcial ante os acontecimentos que se desenrolavam em meu Estado.

Mantive-a, mercê de Deus, intransigentemente.



Os assuntos de natureza política o Presidente reservava para si. Em reunião ministerial só incidentemente a eles se referia. O caso do Rio Grande não escapou à regra. E como propositalmente me alheava de tudo quanto lhe dizia respeito, jamais estive ao corrente das «demarques» do Sr. Assis Brasil junto ao Presidente, em favor da revolução. Soube, por ouvir dizer, que o Chefe Libertador não fôra satisfeito nas suas pretensões, que pleiteara, entre elas, a intervenção federal no Rio Grande, a exemplo do que ocorrera no Estado do Rio. Não foi sem surpresa que recebi a notícia da ida àquele Estado do ilustre Ministro do Tribunal de Contas, Tavares de Lira, em missão política, isto é, com o intuito de conseguir uma fórmula que, conciliando os interesses de ambos os partidos, determinasse a cessação da guerra.

Continuo ignorando até hoje os motivos por que não foi coroada de êxito essa tentativa de paz, e «porque cargas d'água» foram buscar o Sr. Tavares de Lira, há muito afastado da política, para o desempenho de tal missão. (35).

Igualmente não estive a par dos passos dos ilustres deputados Maciel Júnior, na qualidade de revolucionário, e Nabuco de Gouveia, como delegado do Sr. Borges de Medeiros, junto ao Presidente Arthur Bernardes.

Bem que pareçam supérfluos êstes esclarecimentos, são eles, todavia, necessários para evidenciar que jamais fui aliado dos revoltosos, e que

(35) Sugestão talvez de João Luiz Alves, por ser aquêle ministro de incontável integridade moral e haver sido amigo dedicado de Pinheiro Machado, resultando daí suas simpatias pela situação dominante no Estado.

nenhuma ação exerci perante o Presidente para o conseguimento de apêlo ou vantagens de qualquer espécie à causa pela qual se batiam.

Não foi, pois, sem estranheza que do Presidente ouvi as seguintes palavras, ao terminar, em certa ocasião, o despacho da pasta da guerra: «Sr. Ministro, creio ser necessária sua ida ao Rio Grande».

— «Com que intuito, Sr. Presidente?»

— «Pacificar o Estado, promovendo um acôrdo entre os dois adversários».

— «Receio, Sr. Presidente, não possuir qualidades para conseguir tão elevado desideratum».

— Protestou, dizendo: «O Sr. é um diplomata».

— «Obrigado pelo conceito, mas, V. Excia. engana-se».

Nem mais uma palavra.

Despedimo-nos.

Decorridos mais ou menos oito dias, por ocasião em que me dispunha a deixar a sala de despachos, acompanhou-me até a porta, e disse: «O Sr. tem de ir ao Rio Grande».

— «Já que V. Excia. assim o quer, estou pronto a satisfazê-lo. V. Excia. não mais voltou a êste assunto, julguei tê-lo abandonado».

— «Não. Convém, então, preparar-se para partir».

— «Perfeitamente».

*
* *

Eu já havia refletido, e tomado a resolução de aceitar o mandato. Não era digno e humano deixar-me vencer pelo egoismo, preferindo um comodismo condenável aos dissabores que a realização da obra meritória tentada acarretasse.

Foram bem consideradas as dificuldades que se me deparariam no desempenho de uma missão de tanta magnitude.

E as consequências de um malôgro?! E as responsabilidades decorrentes?! Não importaria o resultado?!

O Rio Grande, porém, carecia da abnegação, do sacrifício de seus filhos que, alheios à pugna travada em seu território, pudessem concorrer para o término do doloroso transe por que passava.

Não eram porventura mais temerosos os riscos a que se expunham os denodados patriotas que, em defesa de seus ideais, perlustravam a terra estremecida, sob todos os horrores da guerra fratricida?!

Sem vacilações, pois, era de aceitar o papel de mediador para obtenção da paz que o Governo da República desejava restabelecer no Rio Grande.

★

★ ★

Em tão nobre e honroso encargo, minha linha de conduta foi traçada dentro da esfera da mais rigorosa neutralidade: lealdade para com o Presidente. Lealdade para com os dois inimigos em armas.

Tendo exercido já minha atividade política nas fileiras do partido republicano, espectador que fôra, posteriormente, por mais de dois decênios, dos lances das lutas partidárias em minha terra, cujos episódios mais notáveis os conhecia em minúcias, não me eram estranhas as causas que desde o alvorecer da República dividiram politicamente o povo riograndense em duas facções, profundamente divergentes em suas ideologias.

A Constituição de 14 de Julho de 1891 era o ponto principal de ataque das oposições. O acôrdo visado deveria, pois, especialmente versar sobre aqueles de seus dispositivos mais antagônicos ao sistema político que a oposição patrocinava e queria vêr implantado, mediante reforma da Constituição.

Considereei de bom aviso ouvir, antes da partida para o Sul, o Sr. Assis Brasil, Chefe da Aliança Libertadora, sobre a possibilidade dêsse acôrdo, e solicitar de seu patriotismo e amor à terra natal todo esforço da boa vontade para cessação da calamidade que destruía vidas e fontes produtivas da economia riograndense.

O ilustre Chefe Libertador, após uma crítica severa do regime político dominante no Rio Grande, concentrou na renúncia do Presidente do Estado as aspirações supremas das oposições coligadas, causa pela qual se batiam seus correligionários de armas na mão. Considerava condição essencial para a pacificação, a despeito de haver-lhe eu, logo de início, feito vêr que tal renúncia não poderia ser objeto de cogitações, de debate, por isso que o Governo Federal, reconhecendo a legitimidade da eleição, sustentava o governo lá instaurado. Se por mais não fôra, pelo fato da Assemblêia dos representantes havê-lo proclamado eleito legalmente.

Sem promissores resultados desta conferência, retirei-me, conhecendo o sentir do eminente republicano, que sem dúvida refletir-se-ia no espirito dos generais libertadores, sobre quem lançou a responsabilidade

do ajuste a que chegássemos, dizendo que lhes competia a solução definitiva. Reitrei-me apreensivo, mas não desanimado.

Iria ao Rio Grande levar a palavra de paz a êsses chefes, falar-lhes à razão, ao patriotismo, apelar para o sentimento de amor à nossa terra comum, invocar o sentimento de humanidade de cada qual.

★

★ ★

Os deputados Drs. Nabuco de Gouveia e João Simplicio de Carvalho, representantes do partido do Sr. Borges de Medeiros na Câmara Federal, senhores do pensamento do Sr. Arthur Bernardes, vinham officiosamente intervindo no sentido de um entendimento que, mediante concessões recíprocas no terreno político, transferisse a contenda dos campos da ação guerreira para os prêlios pacíficos, onde a supremacia de um dos partidos seria constatada em eleição sob a mais ampla liberdade. Procurei com êles avistar-me.

Deram-me, então, a conhecer não só os dispositivos constitucionais para cuja reforma era possível o assentimento do Sr. Borges de Medeiros, como também aqueles outros em que, presumiam, S.S., seria irreductível.

Na permuta de idéias com êstes dois ilustres parlamentares, foram elucidados vários pontos da lei riograndense suscetíveis de modificação. Entre êles lembrou o Sr. João Simplicio a nomeação dos vice-intendentes. Devia ser adotada a eleição para êsse cargo, tal como o era para o de intendente.

★

★ ★

O puritanismo democrático não se conformava com o sistema de teitura das leis, estatuído na Constituição.

Os projetos de lei eram da iniciativa do Presidente do Estado. Por êle promulgados, após ampla publicação, durante a qual os conselhos municipais e qualquer cidadão poderiam apresentar emendas e sugestões. Mas, como o presidente gozava da faculdade de aceitar ou não tais emendas, não era fora da lógica considerá-lo como exercendo de fato o poder legislativo. Concentrava em sua autoridade, pois, dois poderes públicos — o executivo e legislativo.

A verdadeira opinião não era assim expressa, dizia-se.

A vontade da maioria do eleitorado não tinha valimento. Os conselhos municipais, que bem poderiam agir de conformidade com o voto da maioria de seus munícipes, obedeciam às injunções partidárias, ditas pelo chefe do partido, ao mesmo tempo Presidente do Estado (36).

Tais funções legislativas conferidas ao Presidente não abrangiam, porém, todos os setores da pública administração: em matéria orçamentária competia à Assembléia dos representantes legislar. Era sua única função. Recebida do executivo a proposta do orçamento, discutia, emendava, aprovava.

Não há negar que esse aparelho legislativo, adotado pelo gênio de Júlio de Castilhos, aberrava dos moldes consagrados na Constituição Federal, como também das constituições das outras unidades da Federação.

Um outro ponto da carta política, alvo de constantes críticas, com a qual não se conformavam os opositoristas, era o da nomeação do vice-presidente pelo Presidente, em vez da eleição conjuntamente com este nos casos normais.

Os homens da situação justificavam essa inovação, dizendo que uma harmonia de vistas entre esses dois depositários dos mais elevados cargos da administração era imprescindível e de salutar efeito para a boa marcha dos negócios públicos. As idéias gerais do Governo seriam dessarte mantidas, sem solução de continuidade.

A reeleição do Presidente era objeto de uma larga discussão.

A organização judiciária, amplamente modificada nos últimos tempos pelo Sr. Borges de Medeiros, no objetivo de conferir ao Presidente autoridade para intervir na Suprema Corte de Justiça do Estado em favor de seu partidatismo, não era poupada pela crítica de seus adversários.

Além destes, outros pontos de somenos importância eram visados pelos opositores ao mecanismo político que movia a administração pública.

A eliminação de todas estas causas da reação armada, como único meio de consegui-la, segundo proclamavam, não se apresentava ao nosso espírito como tarefa de fácil realização.

Incontrastavelmente uma forte resistência erguer-se-ia da parte dos dominadores do Rio Grande, impossibilitando a paz desejada pelas populações gaúchas e por todos os brasileiros.

*

* *

(36) Pois somente em um quadriênio governamental o mesmo cidadão deixou de acumular os dois cargos.

O noticiário da imprensa sôbre os acontecimentos que se produziam no teatro das operações militares, o conhecimento dos recursos materiais de que dispunham ambos os partidos, por informações auridas em várias fontes, e, por fim, meu critério profissional, criaram em meu espirito o conceito da vitória do Govêrno do Estado. Entre os fundamentos que o amparavam, primava o saber que aos revolucionários escasseavam armas e munições pela falta de recursos pecuniários para adquiri-los.

«O dinheiro é o nervo da guerra» é expressão que traduz perfeitamente as grandes necessidades a satisfazer para o aparelhamento eficaz de quem se dispõe a uma luta armada. Faltando, tornam-se vãos todos os sacrifícios. As virtudes militares, embora fatôres de subido valor, não bastam para destruir o adversário. A eficiência dos combates resulta do consórcio das fôrças morais com elementos de ordem material, em justa proporção com a natureza da luta e a capacidade de ação do adversário.

Com êste juízo acêrca dos resultados da campanha parti para o Rio Grande, onde a observação da situação geral, e um exame acurado «in loco» das condições peculiares a cada partido, dar-me-iam a verdade, confirmativa ou não de minhas reflexões.

Fêz-se a paz.



Em uma memória escrita sôbre esta missão que me confiou o Govêrno da República, existente em meu arquivo particular, acha-se minuciosamente descrita nossa atuação no Rio Grande para colimar o elevado e nobre objetivo do patriótico Govêrno do Dr. Arthur Bernardes.

Para aqui vamos trasladar alguns conceitos nela consignados.

As aspirações de paz no Rio Grande foram realizadas, não pelo mercantilismo ou transações de interêsses subalternos, mas como o resultado da conciliação geral dos espíritos que volteavam em tórno de doutrinas divergentes. Foi uma obra orientada pelos mais elevados sentimentos, em que a voz secreta da alma riograndense se fêz ouvir, por amor à sua terra, em todos os rincões, através de coxilhas e planuras, onde as lágrimas da viuvez e da orfandade, de mistura com o sangue de tantos heróis contrastavam com a beleza e radiosa exuberância com que a natureza dotou o solo, onde em ações refulgentes a bravura de nossos antepassados modelou o sentimento da liberdade, legado à posteridade como culto de fé acrisolada.

Havia chegado o momento em que as consciências mediam a extensão do mal, e consideravam a necessidade de uma fórmula que, apaziguando as paixões, instaurasse um regime de ordem estável.

Ambos os partidos, mau grado aparências enganosas, reconheciam já que transigências de uma e outra parte se impunham para uma solução pacífica, que poria termo a uma luta que tanto depauperava a fortuna pública como a particular, e desarticulava todos os órgãos vitais do grande Estado.

Mas, pelo esforço próprio, entre ambos os contendores não seria provável o conseguimento de tão nobre desideratum porque as contingências do momento não eram de molde a inspirar confiança recíproca, sem intervenção de elemento estranho, isento de parcialidade, sobranceiro aos entrechoques de idéias antagônicas, passando ilesos pelas competições em jôgo, um elemento, enfim, que fôsse penhor dos acôrdos realizados.

O reconhecimento desta verdade inconcussa, e porque a pacificação do Rio Grande interessava a todo País, foi que levou o Govêrno Federal a assumir o papel de mediador para cessação da luta.

Como seu representante, então, parti para minha terra, no firme propósito de cooperar com tôdas as minhas energias morais na obra premeditada, estimulada minha conduta unicamente no amor ao Rio Grande, nos seus altos interesses, e do próprio Brasil, que sofria paralelamente graves prejuizos com a perturbação da ordem em uma das suas mais importantes unidades federativas.

Procurei logo nos primeiros contactos com meus patrícios penetrá-los da imparcialidade do Govêrno Federal, e das minhas disposições de mantê-la a todo transe, a despeito de considerar as graves dificuldades a vencer.

No meio do concêrto geral das aspirações de paz, a que já me referi, mantiveram-se entre reacionários de indiscutível prestígio opiniões contrárias a um acôrdo, preferindo violentar uma solução que lhes desse incontestável vitória.

Dai originar minha atitude decepções, frustrar esperanças e criar obstáculos ao conseguimento dos nossos designios.

Não faltaram para demover-me alarmes a ambições políticas de que me julgaram capaz, sugestões ao egoismo, acenos atrativos que me induziam a esquecer os compromissos comigo mesmo e com outros contrai-dos, e mesmo os ditâmes da honra.

Não causava admiração êsse processo de malbaratar a consciência alheia, pois que na nossa história republicana não raro temos visto ele-

mentos estranhos, aproveitando oportunidades, se guindarem a posições políticas de Estados, onde sem vínculos de espécie alguma e sem serviços, preteriam direitos de outros, conquistados a justo título.

A falta de ambições políticas de um lado, e de outro princípios de honestidade, me não aproveitei de situações a que circunstâncias me levaram, e em que à minha espada de general caberia a última palavra. As mesmas razões predominaram sempre para excusar-me a oferecimentos de cargos de qualquer espécie com que influências políticas regionais me honraram em reconhecimento a serviços à terra onde dispunham de indiscutível prestígio.

Foi assim da pacificação do Ceará, cuja representação no Senado Federal me foi oferecida por influências reais da nova situação lá por mim inaugurada, sendo certo que, em vez de eleger-me Presidente do Estado, a exemplo de precedentes na nossa história política, foi escolhido um filho da terra, ilustre por vários títulos. Sendo uma missão político-militar a que me coube desempenhar no grande Estado do Norte, nada mais justificável que uma compensação de vantagens, da mesma natureza, me fôsse outorgada. Aos filhos da terra gloriosa pertencia o direito de influir e dirigir os destinos do seu Estado.

Ainda de conformidade com este pensamento, coerente com esta atitude recusei ao terminar a Campanha do Contestado — pacificação do Paraná e Santa Catarina — posições de relêvo no primeiro destes Estados, cujos governo me declarara haver êle contraído uma dívida de gratidão para comigo, e que por isso podia eu contar com o Paraná para satisfação de qualquer aspiração política que por ventura alimentasse.

A minha disposição, para ser ocupada por um meu genro, que me acompanhara na Campanha, colocou á escolha um lugar na Câmara Federal, ou o Comando da Fôrça Pública do Estado. Tudo recusamos, pela ausência de aspirações outras que as conquistadas na esfera profissional, onde sômente exercíamos nossa atividade pública.

Não poderia ser outro meu procedimento, pois que republicano desde tempos remotos, considerando a democracia como o único sistema político compatível com a dignidade humana, cuja prática fiel, sincera e constante de seus princípios promoverá indiscutivelmente a felicidade dos povos, não me era lícito e nobre, aproveitando circunstâncias favoráveis, e apoiado na fôrça, apoderar-me do governo do meu Estado, golpeando o amor próprio dos meus patricios, humilhando-os pela eliminação de direitos na livre escolha de seus governantes.

Feito o acôrdo, que passou à história, no justo conceito do ilustre Dr. Assis Brasil, com a denominação de «Pacto de Pedras Altas», nada

me coube na partilha das messes colhidas. Ao contrário do que sucedeu no Paraná e Ceará, os chefes e próceres dos partidos que por mediação do humilde riograndense haviam celebrado um ajuste honroso, jamais tomaram em consideração os serviços que, moldados na mais pura honestidade, no mais acendrado espírito de renúncia e sentimento de lealdade e justiça, prestara êle à nossa estremecida terra. Houve mesmo quem tentasse ofuscá-los. Por isso me não julguei menos feliz e satisfeito por haver promovido alterações nas instituições políticas do Estado, alterações que consubstanciavam, senão a totalidade das aspirações da maioria, pelo menos um grande número, e quiçá as de mais alto valor político, primando sôbre tôdas as garantias que dora em diante seriam efetivas em favor da realidade da interferência do povo riograndense nos negócios públicos, nos destinos do seu Estado.

Incontestavelmente, como aliás já o deixei dito, eram unânimes as vozes em favor da paz, mas divergências surgiam passo a passo na maneira de realizá-la. Os condutores dos guerreiros, ou dirigentes da política, queriam-na, porém, sob o triunfo de suas bandeiras, e não foi, por isso, senão contrafeitos, que se submeteram aos moldes adotados para conquistarmo-la. Malquerenças resultaram para conosco, de uns porque o Sr. Borges de Medeiros continuara no govêrno do Estado, de outros porque a carta política do Rio Grande sofreria alterações de monta a favor da causa revolucionária.

Eu nada aspirava, sendo, portanto, natural me não causar abalos morais a indiferença de meus patricios, confiante na justiça da história, quando descrito êsse episódio da vida do Estado riograndense com isenção de ânimo, mediante uma análise serena das intercorrências e deliberações na marcha das negociações.

Muito embora o Sr. Assis Brasil, a cuja memória rendo um preito de sincera veneração, haja em uma conferência pública, na cidade de Pelotas, chamado a si os louros da vitória pacifista, declarando que fizera êle a paz, o certo, a verdade histórica, que ressalta da copiosa documentação que oferecerei à reflexão dos leitores, é que não fôra minha perseverança na ação iniciada e prosseguida sem desfalências, minha resignação às decepções, não raras, minha paciência para suportar sérias contrariedades, capazes de levar ao sossôbro espíritos não afeitos às lutas pelo interêsse público, a paz não seria realizada. mau grado o desprendimento nobre e patriótico do Sr. Borges de Medeiros, transigindo com a decapitação da doutrina política que sempre o inspirou na sua brilhante atuação no cenário público do País, e mui especialmente no Rio Grande do Sul. A exemplo do preclaro chefe libertador, poderia êle

também arrogar o papel de pacificador, pôsto que ninguém o excedeu no sacrifício de princípios políticos, do amor próprio e de convicções. Revelou sempre um elevado sentimento de abnegação, amor à sua terra e nobre desinteresse, cedendo a impulsos cívicos e aos imperativos de seu acentuado espírito de concórdia a tudo quanto era mister a bem da harmonia e confraternização da família riograndense.

Ressalta, entretanto, a todos os espíritos que têm conhecimento dos sucessos políticos tendo por teatro o território do grande Estado do Sul, em uma trintena de anos, que não seria exequível um entendimento direto entre os maiores das facções em luta, porque a divergência entre eles de doutrinas políticas e normas administrativas se havia convertido em animosidades pessoais, impossibilitando uma conciliação espontânea, sem interferência de elementos estranhos. E para meu acêrto ao proferir este conceito basta lembrar que se fôsse possível êsse acôrdo, o patriotismo e injunções humanas os impediriam de buscar pelas armas a solução do conflito. Ninguém, portanto, poderá considerar-se como fator único da pacificação riograndense. Resultou, como já dissemos, e repetimos ainda, de uma convergência de esforços generosos, da concordância de vontades, de transigências honrosas, de gestos do patriotismo de todos, que não mais suportava o prolongamento de perturbações na vida nacional.

Conceituando desta maneira a pacificação operada em 1923, fazemo-lo em amor à verdade, no dever de impedir de futuro juízos imperfeitos dirimindo dúvidas do espírito daqueles que se dedicarem ao estudo destes relevantes acontecimentos.

Ascenderá esta pacificação às culminâncias da história riograndense, como obra inigualável, primando sôbre tôdas as efetuadas no nosso País desde o Império, porque não a conspurcaram sacrifícios de sangue, nem satisfação de ambições subalternas, nem violências, efetuando-se nas mais altas regiões do espírito culto e da sã moral em discussões de idéias e opiniões, ressumando sempre o mais alevantado patriotismo e elevação de sentimentos.

Foi uma obra fecunda pelos seus resultados.

Nova era foi então inaugurada, ensejando a que novas energias impulsionassem a vida do Estado, favorecendo principalmente o advento de capacidades de escol que, em uma salutar atividade, revelaram-se operosos condutores do bem público.

Vimos a representação do Estado tanto em sua «Assembléia dos Representantes» como no Congresso Nacional, ampliada de

elementos oposicionistas à situação dominante, em vez de uma minoria insignificante, que nenhuma influência exercia nas deliberações.

Tudo mudou pela edificante harmonia da família riograndense, caracterizada em seguida na escolha quase por unanimidade do sucessor do Sr. Borges de Medeiros na governança do Estado.

Fôra lançada a semente que com o tempo havia de germinar, produzindo frutos magníficos, como realmente sucedeu. Ela derrocou uma situação política que se vinha prolongando anos a fio, em que as próprias figuras de mais alto relêvo político sentiam-se já contrafeitas por uma passiva obediência, por uma disciplina férrea, estiolando a vontade, o pensamento, a inteligência.

E foram êsses próprios elementos emancipados do poder tutelar que de par com os denodados batalhadores da oposição prepararam os acontecimentos que caracterizaram o ano político de 1930, culminando com a deposição do detentor do Govêrno da República. Nada poderá obscurecer a verdade, que a história registrará, de que o Rio Grande do Sul, dentre os três Estados que se levantaram contra a prepotência instalada no supremo pôsto da República, apesar de não ser o mais rico e populoso, liderou êsse movimento patriótico, que fêz reviver o sentimento de independência e dignidade política, que constituíram outrora apanágio da nacionalidade.

O panorama político que então apresentava a política riograndense, extreme de rivalidades e paixões incandescentes, sublimado, ao contrário, por uma harmonia geral no sentido de uma tranquilidade produtora, tornou possível a vitória da arrancada impetuosa, pela qual os riograndenses em um todo homogêneo de idéias e bravura reivindicaram para a Nação o direito de escolha de seus governantes. Tal foi a revolução de 1930!

Reconheçamos, outrossim, que o «Pacto de Pedras Altas» foi o precursor de todos êsses movimentos de opinião, que se alteando nas bandas do Sul, ergueu mais tarde na Capital da República o novo edificio político do Brasil.

Não é a vaidade que nos dita êstes conceitos, mas a necessidade de rebater injustiças, restabelecendo ao mesmo tempo a verdade para que êsses acontecimentos cheguem à posteridade na sua mais límpida pureza.

CARTA AO DR. ARTHUR BERNARDES

Rio de Janeiro, 23 de Agôsto de 1929.

Eminente e prezado amigo Dr. Arthur Bernardes.

Conforme prometi, envio um exemplar de uma publicação, (*) com que julguei acertado dar conhecimento ao País das bases sôbre que repousa o Pacto de Pedras Altas, levando ao mesmo tempo ao conhecimento público, pela divulgação de cartas documentais os motivos das dissensões políticas no Rio Grande do Sul, procurando um dos partidos em luta dirimi-las pelas armas.

Não obstante tal publicação conter uma síntese bastante compreensível das idéias dominantes entre os revolucionários, capaz de bem instruir aos desejosos de as conhecerem e aquilatarem as transigências de parte a parte para consequimento do resultado a que chegamos, permito-me chamar a atenção de V. Excia. para o seguinte :

Ressaltam da contra-mensagem que a 18 de novembro me dirigiu o Sr. Assis Brasil, após a reunião do dia 15 dos chefes revolucionários, em que lhe expuz o objeto de minha presença no Rio Grande, e à consideração dos mesmos ofereci um projeto de acôrdo. Dêsse documento fazia depender a pacificação ou conciliação, como entendem chamar a cessação da luta armada, e o consequente afastamento, provisório ou definitivo, do Sr. Borges de Medeiros da presidência do Estado.

Tal exigência se me afigurou desde logo descabida, pois ao perceber de V. Excia. a árdua e honrosa incumbência de promover a pacificação do meu Estado, em uma entrevista aqui, no Rio, fiz-lhe sentir a impossibilidade de qualquer «demarche» no sentido da renúncia do Dr. Borges de Medeiros ou de seu afastamento, de qualquer maneira, do govêrno do Estado, pelas razões que reproduzo no apêlo que a 7 de Dezembro dirigi aos riograndenses, constantes da pág. 23 do folheto, que ora a V. Excia. envio, e que vai assinalada para facilitar o exame de Vossa Excelência.

Assim declarei formalmente ao Sr. Assis Brasil que não podia ser objeto de cogitações nossas tal exigência e mantive inalteravelmente êste ponto de vista.

Propugnava igualmente o Chefe libertador pela eleição do vice-presidente, princípio que reputava de elevada importância para a pacificação: a Constituição atribuía ao Presidente do Estado a escolha e nomeação, ao passo que os revolucionários queriam pelo mesmo processo

(*) A transcrição do folheto referido será feita no final destas «Memórias».

com que era escolhido o primeiro magistrado do Estado, isto é, pelo sufrágio direto do eleitorado.

O Sr. Borges de Medeiros resistia, era demais, dizia êle ! Com a intervenção de V. Excia. e do sempre lembrado amigo Dr. João Luiz Alves, para quem apelei, foi formalmente obtido o assentimento do Presidente do Estado.

Assis Brasil abandonando a idéia da renúncia e Borges de Medeiros concordando com a eleição do vice-presidente transigiam ambos !

O embaraço principal aos nossos desígnios estava eliminado, não sem um grande esforço de nossa parte, não sem uma dose formidável de paciência e perseverança.

Confrontando-se as cláusulas, por nós apresentadas na memorável reunião de 15 de Novembro, com as fixadas na ata da pacificação, toma-se conta do trabalho desenvolvido para atingir o fim visado.

O Sr. Borges de Medeiros aceitou, em geral, as sugestões que lhe oferecemos, e que implicaram na reforma da Constituição, como satisfizes as exigências revolucionárias, algumas não sem relutância pelo exagêro de que se revestiam. Rendeu-se, porém, aos nossos argumentos e ao seu patriotismo.

Ê êste o ponto que pretendemos esclarecer.

Não li os discursos dos Senadores Vespúcio de Abreu e Aristides Rocha, mas pelo que soube, a controvérsia entre êles origina-se pelo falso conceito, formulado pelo segundo, de que a reforma da Constituição riograndense foi obtida pelos revolucionários a mão armada.

Não é verdade. Os revolucionários, quando chegamos ao Rio Grande, haviam já esgotado os seus pouquíssimos recursos de guerra e eram atormentados pelas grandes dificuldades, senão impossibilidades que se lhes apresentavam para novos reabastecimentos em armas e munições.

A primeira providência que me solicitaram foi a obtenção de um armistício, não como ardil de guerra, mas porque estavam realmente sem elementos para continuá-la com probabilidades de sucesso. Vinham de sofrer fortes revezes com a tenaz perseguição do Dr. Flores da Cunha que os atirou na Serra do Caverá, onde se refugiaram para escapar a uma derrota certa. Nutriam, é verdade, durante as negociações da paz, esperanças de conseguir novos elementos, em virtude de promessas falazes, o que lhes fêz retardar a solução política.

Não exprimiram absolutamente a realidade as palavras do Dr. Assis Brasil em sua proclamação aos «libertadores» à pág. 39 do folheto que submeto à leitura de V. Excia. Há mesmo contradição de sua parte,

pois em outro lugar êle deixa transparecer a penúria de recursos bélicos dizendo: «à guerra não pode ir, nunca poderá ir, mais do que um contingente reduzidíssimo da imensa falange libertadora. O armamento é privilégio dos que dispõem do tesouro público».

O conhecimento que possuíamos desta precária situação dos guerreiros revolucionários foi sempre um fator importante do encorajamento com que prosseguíamos nas negociações, convencidos de que êles cediam pela força das circunstâncias.

Do lado oposto sucedia precisamente o contrário: o Govêrno do Estado tinha em pé de guerra milhares de homens bem aparelhados em armas e munições, resolutos, impelidos em sua maioria, como seus adversários, pelo sentimento do partidarismo. Materialmente, pois, mantinha superioridade. Concedendo que as forças morais dos dois partidos se conservassem equivalentes, o que aliás vai de encontro à psicologia de tropas em situação guerreira, que nos revela ser mais alevantado o moral do lado melhor provido de recursos de ação, ainda assim a superioridade se manifesta a favor das tropas legais. Não é demais afirmar que a ascendência moral se pronunciava do lado destas, que obrigaram a principal coluna inimiga, ao mando do caudilho Honório Lemos, a refugiar-se, como já foi dito, na Serra do Caverá a fim de evitar uma derrota definitiva pelas forças do bravo General Flores da Cunha, que a acossava cheia de entusiasmo e valentia. Como se vêem, no Senado da República, dizer que as conquistas liberais dos revolucionários foram realizadas pela capitulação do Govêrno do Estado, capitulação no sentido de imposição pelas armas inimigas ? !

Eis o que desejava exprimir a V. Excia.

Digamos mais uma vez : a paz riograndense em 1923 resultou de reciprocas, honrosas e patrióticas transigências dos partidos políticos, sob a ação conciliatória do Govêrno Federal.

Com os protestos de minha estima e consideração

Amº afº e ador. — *Setembrino de Carvalho.*

VIII CAPÍTULO

SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

Boatos sobre o Marechal Setembrino. — Carta do Marechal Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra a «A Notícia»

Quando em 1925 tratavam os partidos políticos de dar substituto ao Dr. Arthur Bernardes na Presidência da República, escolhendo, então, o Dr. Washington Luiz, Presidente do Estado de São Paulo, alguém, que até hoje desconheço, talvez porque não simpatizasse com o candidato das forças políticas do País, lembrou-se de mim, então na pasta da guerra, para candidato de oposição. Pareceu desde logo que a escolha de meu nome baseava-se na suposta necessidade de ser esse candidato um representante das forças armadas, credencial de alta relevância para vencer a candidatura civil, especialmente no caso vertente em que o candidato seria o Ministro da Guerra.

De Recife vieram pelo correio milhares de avulsos com fotografias alusivas à minha candidatura, para propaganda no Rio de Janeiro.

Os jornais da capital ocupando-se do assunto me induziram a solicitar ao Sr. Administrador dos Correios, por intermédio de meu particular amigo e auxiliar de gabinete, Dr. Cipriano Lage, a não distribuição ao público dos referidos avulsos, e ao mesmo tempo escrever a seguinte carta ao vespertino «A Notícia», carta inserta sob as seguintes epígrafes :

«MINISTÉRIO DA GUERRA»

«Declarações do Sr. Ministro da Guerra.

Um documento de alto valor que mostra uma vez mais a lealdade e patriotismo do grande soldado.

Recebemos esta manhã de S. Excia. o Sr. Marechal Setembrino de Carvalho, ilustre Ministro da Guerra, a seguinte carta :

«Sr. Dr. Cândido de Campos, diretor da «A Notícia»:

Cumpro o dever de trazer-lhe os meus melhores agradecimentos pela publicação da nota sôbre o meu obscuro nome, inserta na edição de ante-ontem de seu brilhante jornal.

Afirmou «A Notícia» que, contrariamente à opinião de um dos nossos matutinos, é desnecessário que eu desautorize o que se tem chamado por um evidente abuso de expressão, a propaganda de minha suposta candidatura presidencial. Suposta e descabida. Propaganda supõe, de mais a mais, um trabalho organizado e sistemático, com autores conhecidos, e o que se tem feito é uma distribuição de avulsos anônimos.

Para desmentir qualquer pérfida insinuação contra mim nesse sentido, aí estão os meus atos, que têm tido a mais viva publicidade, e minhas palavras conhecidas no País inteiro através de uma larga divulgação, para condenar, com decisão e desassombro, as explosões da disciplina militar.

Minha opinião sôbre a sucessão presidencial é a que consta do telegrama com que aplaudi, como a mais legítima expressão democrática, a indicação do nome do eminente Dr. Washington Luiz pela Convenção Nacional de 12 de Setembro.

Admitir que, mercê funesta de uma deplorável instabilidade de caráter, quisesse o signatário destas linhas pescar nas águas turvas de uma sedição militar, seria praticar contra mim uma tôrpe injustiça.

Eis aí porque eu tenho efetivamente por supérfluo contrastar uma injúria que ninguém me irroga.

Se houver excessões, tanto pior para aqueles que as constituírem.

Todos sabem que cada um julga das coisas exteriores, segundo suas disposições interiores. É uma verdade da imitação de Cristo. Quem não é nunca sincero por fatalidade e seu temperamento, custa-lhe crêr que haja quem o possa ser.

Mas, já agora quero dar um conselho e fazer um apêlo. Um conselho aos homens de bem que tenham acaso participado, em boa fé, de qualquer combinação relativa á sugestão do meu nome para candidato à sucessão presidencial. Um apêlo aos patriotas desejosos de servir á Nação com o melhor de seus esforços.

O conselho é que recusem crédito a quem se lhes diga autorizado por mim, diretamente, ou por interposta pessoa, a recolher adesões a uma candidatura presidencial subversiva da ordem constitucional. Tôda

afirmação em contrário será um embuste grosseiro dos que fiam demasiado da ingenuidade alheia. Se eu fôra capaz de trair o meu dever, emprestando minha solidariedade a um pronunciamento militar, e praticando, portanto, um crime contra a honra, seria indigno da magistratura em que me queriam investir. É o que eu espero que todos compreendam bem. Compreendam bem e sintam melhor. Porque se trata, no fim de contas, de uma questão de bons sentimentos, e só!

O apêlo é que os patriotas reservem suas energias para defender a Nação contra as aventuras militares ao invés de provocá-las, desmoralizando o País numa lastimosa inconsciência do mal que causam à fortuna pública e aos nossos créditos de cultura moral.

A Nação está fatigada da obra impatriótica dos sediciosos de todos os matizes.

É tempo de subirmos acima dessa minoridade mental, assumindo a maturidade cívica que deve caracterizar a vida nacional em todos os seus aspectos.

Sejamos, numa palavra, dignos de nós mesmos.

Agradecendo ainda uma vez, Sr. Redator, as suas generosas expressões para comigo, sou com o mais alto apreço amigo e admirador».

(a) *Setembrino de Carvalho.*

A «A Notícia», sob o título «UMA LIÇÃO DE PATRIOTISMO», publicou o seguinte:

«A razão estava conosco. Quando alguns em sua boa fé, e outros, talvez em maior número, começaram com maledicência a estranhar que o Sr. Marechal Setembrino de Carvalho se conservasse silencioso ante a propaganda que se estava fazendo de sua candidatura à presidência da República, não tivemos dúvida em acentuar a desnecessidade de qualquer esclarecimento seu, a respeito.

«Os que, na carreira pública, chegam pelo valor próprio, à inconfundível ascendência moral sobre o meio que os cerca, e se destacam como expoentes de virtudes cívicas um tanto invulgaes, ficam acima de certas contingências comuns a que estão sujeitos os que se nivelam à craveia dos menos dignos, que se não impõem, nem têm direito ao respeito e consideração dos seus concidadãos.

«O Sr. Marechal Setembrino de Carvalho, em verdade, no momento em que anônimos se acoravam atrás do seu vulto para fazerem de sua candidatura o baluarte de uma quiçá tendenciosa agitação política, não tinha porque justificar-se, hipotencando à Nação a sua palavra de lealdade, ou assumindo, de público, o compromisso de conselho, ninguém pode ter autoridade maior, decorrente não só do seu prestígio pessoal, mas também do acatamento em que por seus atos, por seu passado e pelos serviços prestados, lhe tributa a nação.

«Aliás a coerência da atitude que S. Excia. há mantido na questão da sucessão presidencial se carecesse de demonstração e provas aqui estariam neste telegrama endereçado ao Sr. Washington Luiz, quando a Convenção o escolheu candidato.

«— 14 de setembro de 1925 — Dr. Washington Luiz:

«Tenho o mais vivo prazer de enviar ao meu eminente e prezado amigo meus sinceros e afetuosos cumprimentos pela solene indicação que a Convenção Nacional acaba de fazer do seu ilustre nome para candidato à presidência da República no próximo quadriênio, numa honrosa e merecida consagração de seus altos méritos de homem de Estado.
(a) *Marechal Setembrino*».

«A razão, repetimos, estava conosco: o Sr. Marechal Setembrino não necessitava falar para que a Nação soubesse que S. Excia. permanecia onde esteve sempre: ao lado da ordem, vigilante pela manutenção dela, acima de quaisquer conchavos e sem permitir que seu nome fôsse, nesta hora, a bandeira de quaisquer agitações impatrióticas».

O «País», em 9 de outubro de 1925, publicou a carta dirigida à «Notícia», sob o seguinte título:

«UM DOCUMENTO DE EXEMPLAR CORREÇÃO,
LEALDADE E PATRIOTISMO»

A «Gazeta de Notícias, de 10 de outubro, disse :

«LIÇÃO DE PATRIOTISMO»

Sôbre o mesmo assunto a seguinte carta e comentário do Sr. Menotti Del Picchia, redator do «Correio Paulistano»:

Exmo. Sr. Marechal Setembrino.

Respeitosas saudações.

Tenho o prazer de enviar a V. Excia., no retalho de jornal anexo, extraído do «Correio Paulistano» de hoje, 10, a homenagem que tivemos a honra de prestar às vossas patrióticas e nobres palavras.

Como redator politico dessa fôlha senti-me orgulhoso de poder frisar o elevado exemplo de civismo que dá V. Excia. aos brasileiros neste delicado instante para a vida politica da Nação.

Admirador e criado de V. Excia. — *Menotti Del Picchia*.

Eis o que se contém no retalho do jornal referido acima :

«O Serviço telegráfico do «Correio Paulistano» reproduziu ontem, na integra, a carta enviada pelo general Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra, aos nossos colegas da «A Noticia» do Rio, protestando contra as explorações politicas que se tem tentado em tórno de seu nome, da sua alta patente e do pôsto de govêrno que tão brilhantemente ocupa.

Como expressão de patriotismo e da mais elevada compreensão do dever militar, a carta de tão illustre figura do nosso Exército é simplesmente admirável. Vale por uma lição de civismo, e não se diga que de lições tais não precisamos quando as leviandades criminosas de alguns maus brasileiros tão profundamente tem perturbado o País.

O Marechal Setembrino é um militar de longa carreira inteiramente devotado aos altos interêsses de sua classe, às instituições republicanas e ao País.

Em mais de um ponto do território nacional, a sua ação esclarecida e disciplinadora tem restabelecido a ordem e garantido as liberdades públicas. Fingem desconhecer êsse passado os que têm tentado explorações em tórno de seu nome.

E porque ainda agora se acha coerente com tão nobre passado é que o Marechal Setembrino possui a autoridade moral indispensável para proferir palavras como estas.

As palavras do Marechal Setembrino de Carvalho correspondem, plenamente, ao modo de sentir dos valorosos elementos componentes das nossas forças de terra e mar e às aspirações tradicionais do povo brasileiro.

Em registá-las eis o melhor elogio que a elas se pode fazer».

LIÇÃO MEMORÁVEL

O «País», em 9 de outubro de 1925:

«No momento em que nos caiu sob os olhos a carta do Sr. Marechal Setembrino de Carvalho à «Notícia», ontem divulgada pelos nossos prezados colegas, e que data vênha reproduzimos em outro lugar desta mesma edição do «País», não havíamos ainda escapado à impressão dolorosa de uma informação telegráfica, anunciando precisamente a imposição da candidatura presidencial do Ministro da Guerra de uma gloriosa nação sul-americana, candidatura francamente subversiva, e da qual se originou a segunda renúncia do ilustre presidente da mesma Nação.

Não é preciso — nem é o nosso propósito — estabelecer ostensivo cotejo entre as atitudes dos dois militares. Bastará considerar rapidamente as consequências das duas atitudes, para nos sentirmos profundamente confortados pela que particularmente nos interessa.

Se ao Sr. Marechal Setembrino não devesse a República tantos e tão valiosos serviços prestados com abnegação acima de qualquer elogio, êsse ato de exemplar e edificante correção, que acaba de praticar para pôr termo definitivo a uma intriga insidiosa, seria suficiente para atrair sobre o seu nome, não só maior soma de simpatias mas o maior reconhecimento cívico de seus compatriotas.

Dir-se-á porventura que outro caminho não teria a seguir S. Excia. para honrar seus deveres de soldado e de chefe, os seus deveres de Ministro, senão esquivar-se abertamente à teia páfida daquele embuste.

O momento nacional, porém, e até mesmo as presentes circunstâncias da vida política do continente dão à conduta do eminente militar uma significação de excepcional magnitude, do ponto de vista das delicadas conveniências internas e das altas afirmações externas da nossa democracia.

Ainda há poucos dias destas mesmas colunas salientamos, com desvanecimento assás compreensível, o exemplo que o Brasil oferecia da solidez de suas instituições políticas, através da admirável resistência do poder civil, ante os assaltos da rebelião sediciosa, exumadora retardária do caudilhismo de fancaria. Enquanto, fora daqui, o poder legal mais ou menos sistematicamente baqueava, abatido pelo triunfo fácil de insurreições intermitentes, nós conseguíamos repelir vigorosa e vitoriosamente quantas tentativas de subversão política e social se projetavam, ruinosas, sobre os créditos do País, sobre os interesses supremos da própria honra da Nação.

Dai já resultava para nós o conceito inestimável de sermos uma República onde o govêrno não é uma ficção mais ou menos constitucional, onde o espirito de aventura, de ambição irrequieta, de indisciplina esporádica ou crônica fácilmente consegue expelir das posições governamentais os eleitos e mandatários da soberania nacional, sobrepondo-se a eles, eliminando-os, substituindo-os pela magia única dos golpes de violência em que a esperteza da demagogia arruaceira frequentemente se casa ao sabre ambicioso.

Já nos consolávamos dêsse conceito de extrema justiça, que não nos poderia ser de modo algum recusado pelas jovens democracias fraternas da América, quando o Sr. Marechal Setembrino quis ainda mais robustecer a nossa convicção com êsse magnifico rasgo de ôntem ao confundir os exploradores do seu nome honrado, mostrando dêsse modo que no Brasil não só não há possibilidade de vitória para a rebeldia sediciosa, como o sentido de responsabilidade dos homens públicos com funções de dirigentes é já, felizmente, um reflexo indesviável e como que automático do zêlo, da consciência, da honra do próprio dever de cada um dêles perante a Nação.

E a influência que o episódio permite é ainda mais relevante e oportuna quando se vê um chefe militar do prestígio e do valor do nosso Ministro da Guerra, aproveitar o ensejo de esmagar uma especulação caluniosa, para assinalar em eloquente exortação cívica os perigos que o País e o regime se todos os cidadãos, particularmente os militares, não se submeterem à vontade expressa da opinião civil em assunto, como o da escolha do presidente da República, em que só essa opinião pode, deve e sabe manifestar-se em perfeita harmonia com os sentimentos inequívocos do povo e as normas invioláveis das leis tutelares sob as quais vivemos.

É por isso que a attitude do preclaro Ministro toma um relêvo de indiscutível e singular superioridade nesta hora culminante de triunfo nacional sôbre uma crise super-aguda de dissolução das energias saudáveis da República, na defesa das quais o caráter austero dos bons republicanos e dos bons patriotas precisa de afirmar-se com insupeitável e permanente nitidez.

Sem embargo das virtudes que se acrisolam no temperamento moral do Sr. Ministro da Guerra e, fiadoras do seu passado, lhe inspiram no presente a inflexível conduta de lealdade e pudonor que tanto o elevam no juízo dos seus concidadãos, é fato que a ação purificadora exercida na política brasileira pelas diretrizes de moral severa do Sr. Presidente

Arthur Bernardes favorecem, propiciam, de maneira inegável, o ambiente em que o culto da responsabilidade e do dever não encontra embaraços de ambição e desatino para exercer a salutar influência educadora de seus exemplos.

.....

«As declarações do Sr. Marechal Setembrino de Carvalho, têm, portanto, ao nosso vêr, um alcance muito maior do que teria a simples repulsa a uma insidia tacaña.

Projetam-se longe das pequenas e rasteiras injunções da politicagem, e na realidade traduzem um índice de cultura política em condições de legitimar o melhor entusiasmo da nossa fé nos destinos felizes da sociedade brasileira.

Por meio delas S. Excia. ao mesmo tempo aconselha e esclarece, guia e educa, adverte e asserena, ensina a refletir, a discernir e a crêr a salvo dos estorvos que as paixões e os interêsses subalternos alastram no caminho dos incautos ou dos impressionáveis por má fé. São, com efeito, uma lição memorável de desprendimento, fidelidade, lealismo, compustura, integridade, que não se há de perder, estamos certos, tanta é a nobreza que a reveste, tamanha a significação que a exalta, numa hora histórica sobremodo exigente do concurso de tôdas influências legítimas e autorizadas para consolidação definitiva das conquistas que através de penosos sacrifícios vem robustecendo a vitalidade do nosso organismo democrático.

.....

Quem conhece o irradiante prestígio de S. Excia. entre seus camaradas não admite os têrmos de sua carta de ontem senão como a prova líquida, a prova provada de que a disciplina continuará a ser realmente a força irredutível, patente e saudável da coesão e eficiência das fileiras.

É ainda o exemplo do grande animador que subtrai ao desconceito e ao equívoco maligno êsse glorioso patrimônio de virtudes militares, que, a despeito de dissensões cavadas pela má política cria para o Exército a tradição imareável de honra e bravura, que o integra, de velha data, na admiração e no reconhecimento da Pátria.

Sob todos os aspectos, portanto, a atitude do eminente soldado só louvores os mais ardentes suscita, e só gratidão, a mais justa, a mais consciente, a mais firme, desperta e grangeia».

Transcrevemos o que se passou no Congresso Nacional, publicado no «Diário Oficial» de 25-X-1925 :

O Sr. AUGUSTO DE LIMA (37). — Sr. Presidente, não pode passar despercebido à representação nacional um documento da mais alta importância política, do qual nos deu conhecimento o brilhante vespertino «A Notícia», na sua edição de ontem.

É sabido que, nas ocasiões que se trata de candidaturas à sucessão presidencial, as paixões fermentam, as ambições pululam, os sentimentos de toda a ordem, inferiores, começam nas trevas a trabalhar para turvar a serenidade do pleito desorientar a opinião e, com o derrotismo sugestivo, perturbar a direção política do País e, porventura, os próprios partidos antagônicos. Era o que estava sucedendo reiteradas vezes, iterativamente, envolvendo-se o nome do ilustre titular da pasta da Guerra, aliás com a maior injustiça ao espírito de disciplina, aos precedentes corretíssimos desse eminente militar...

O Sr. ARTHUR COLARES MOREIRA — Muito bem.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — ... precedentes que, entre outros documentos anteriores ao momento presente, já continham manifestações de caráter dos que passo a lêr, insertas no seu relatório de 1924 :

«O Exército é e deve rigorosamente ser uma escola normal de nobreza cívica incendiada da paixão da honra nacional e do senso da ordem, como penhor da nossa maioridade política, da nossa educação patriótica, do nosso simples decôro de povo culto.

Um Exército que tem em seu seio o fermento da turbulência militar, parasitária das forças vivas da Nação, é um organismo anestesiado pela deslealdade, corrompido pela inconsciência dos seus destinos e condenado como presa fácil de todas as ambições».

O Sr. MOREIRA DA ROCHA — É uma grande verdade.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — Prossegue o nosso ilustre compatriota :

«É de vêr, portanto, quão monstruosa é a aberração dos militares que se desviam do impreterível cumprimento dos seus deveres, traindo odiosamente a confiança depositada na sua dignidade patriótica.

São disso um exemplo dolorosamente típico os inomináveis sucessos que tiveram início em S. Paulo, em julho do corrente ano.

Está, felizmente, muito abaixo da nossa cultura a mentalidade dos militares retardados que se atribuem o papel de árbitros dos destinos nacionais, sobrepondo as suas paixões individuais aos legítimos interesses superiores da Pátria, cuja tranquilidade não pode estar à mercê das inspirações tumultuárias dos que crêem se podem resolver, a golpes de decreto, questões sobremodo complexas, a que os verdadeiros estadistas consagram, por toda a parte, à hora atual, o melhor de suas energias».

Eis, Sr. Presidente, integralmente reproduzidas, a psicologia, a ética e as convicções profissionais do digno titular da pasta da Guerra de modo a desautorizar por completo a veleidade de se supor que S. Excia. pudesse ter o seu nome envolvido

(37) — O Sr. Augusto de Lima era Deputado Federal por Minas Gerais.

nos acontecimentos políticos, em detrimento da ordem constitucional, na turvação da direção política, não importa se da situação governamental ou se da situação oposicionista.

Pois bem; apesar da declaração tão solene — persistindo esses boatos, não com a responsabilidade de nomes que pudessem justificar o combate, e figurar com uma bandeira, mas nas trevas do anonimato — a «Noticia», comentando a atitude correta desse militar, recebeu uma carta cujos tópicos peço licença à Câmara para lêr, a fim de assinalar bem como eles confirmam eloquentemente o que consta do relatório já citado:

«Afirmou «A Noticia» que, contrariamente à opinião de um dos nossos matutinos, é desnecessário que eu desautorize o que se tem chamado, por um evidente abuso de expressão, a propaganda de minha suposta candidatura presidencial. Suposta e descabida. Propaganda supõe demais a mais, um trabalho organizado e sistemático, com autores conhecidos, e o que se tem feito é uma distribuição de avulsos anônimos. Para desmentir qualquer pérfida insinuação contra mim nesse sentido, aí estão os meus atos que têm tido a mais viva publicidade, e minhas palavras conhecidas no país inteiro através de uma larga divulgação, para condenar, com decisão e desassombro, as explorações da indisciplina militar.

Minha opinião sobre a sucessão presidencial é o que consta do telegrama com que aplaudí com a mais legítima expressão democrática, a indicação do nome do eminente Dr. Washington Luiz pela Convenção Nacional de 12 de setembro.

Admitir, que, mercê funesta de uma deplorável instabilidade de caráter, quisesse o signatário destas linhas pescar nas águas turvas de uma sedição militar, seria praticar contra mim uma torpe injustiça.

Eis aí, porque eu tenho efetivamente por supérfluo contrastar uma injúria que ninguém me irroga.

Se houver exceções, tanto peor para aqueles que as constituírem».

Peço permissão para chamar insistentemente a atenção da Câmara, e solicitar à Mesa desculpas pela extensão da leitura desse documento, de que não há a perder uma só palavra. (Muito bem).

O Sr. CAMILO PRATES — V. Excia. faz bem em chamar a atenção do País inteiro para uma carta que é notabilíssima. Uma lição de honra militar e de patriotismo.

O Sr. ARTHUR COLARES MOREIRA — E' digna de figurar nos Anais.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — O Regimento impõe regras especiais para a transcrição integral dos documentos que não forem oficiais; esse, porém, é mais do que isso; é ultra oficial; é constitucional e político, salvaguarda a ordem do País. Por

isso, releve-me V. Excia., na austeridade com que procura zelar pelo cumprimento literal do Regimento, que prossiga transcrevendo as frases de ouro, dêsse honrado militar. (Muito bem).

O SR. ARTHUR COLARES MOREIRA — Tõda a carta deve figurar nos Anais.

O SR. AUGUSTO DE LIMA — Prossegue o Sr. Ministro da Guerra :

«Todos sabem que cada um julga das coisas exteriores, segundo suas disposições interiores. E' uma verdade da «Imitação de Cristo».

E' o que eu espero que todos compreendam bem. Compreendam bem e sintam melhor».

Rarissimas vêzes aparece, Sr. Presidente, perante a opinião nacional, documento tão bem lançado, tão precioso pelas idéias que encerra...

O SR. CAMILO PRATES — E tão oportuno.

O SR. AUGUSTO DE LIMA — ... e tão oportuno, como diz o nobre colega.

«Porque se trata, no fim de contas, de uma questão de bons sentimentos, e só.

O apêlo é que os patriotas reservem as suas energias para defender a Nação contra as aventuras militares, ao invés de provocá-las, desmoralizando o país em uma lastimosa inconsciência do mal que causam à fortuna pública e aos nossos créditos de cultura moral.

A Nação está fatigada da obra impatriótica dos sediciosos de todos os matizes».

O SR. AUGUSTO DE LIMA — Em boa hora, o jornalista Sr. Cândido Campos, tratou, no seu brilhante jornal, da attitude dêsse militar, provocando um pronunciamento que está mais do que substancialmente qualificado, está acima de qualquer comentário, que eu pudesse acrescentar desta tribuna.

Chamo para êle a atenção da Câmara e do País. Creio que, enriquecendo com êle os nossos ANAIS, cumpro um dever parlamentar, um dever de cidadão e de republicano.

Termina assim a carta :

«Quem não é nunca sincero por fatalidade de seu temperamento, custa-lhe crer que haja quem o possa ser.

Mas, já agora, quero dar um conselho e fazer um apêlo. Um conselho aos homens de bem que tenham acaso participado, em boa fé, de qualquer combinação relativa à sugestão do meu nome para candidato à sucessão presidencial. Um apêlo aos patriotas desejosos de servir a Nação com o melhor dos seus esforços.

O conselho é que recusem crédito a quem quer que se lhes diga autorizado por mim, diretamente, ou por interposta pessoa, a recolher adesões a uma candidatura presidencial subversiva da ordem constitucional. Tôda afirmação em contrário será um embuste grosseiro dos que fiam demasiado da ingenuidade alheia. Se eu fôra capaz de trair o meu dever, emprestando minha solidariedade a um pronunciamento militar, e praticando, portanto, um crime contra a honra, seria indigno da magistratura em que me quereriam investir.

E' tempo de subirmos acima dessa minoridade mental, assumindo a maturidade cívica que deve caracterizar a vida nacional em todos os seus aspectos.

Sejamos, em uma palavra, dignos de nós mesmos.

Agradecendo ainda uma vez, Sr. redator, as suas generosas expressões para comigo, sou com o mais alto apreço, amigo e admirador. — *Setembrino de Carvalho*.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado).

O Sr. PAULINO DE SOUSA — Sr. Presidente, faltando apenas 13 minutos para terminar a hora do expediente, solicito a V. Excia. que me inscreva no expediente de amanhã, porquanto o tempo que resta não é suficiente para deduzir as considerações que pretendo.

QUATRO ANOS DE MINISTÉRIO

Não me eram estranhos os grandes problemas militares, de cuja solução dependia o aparelhamento real do Exército para habilitá-lo ao desempenho eficaz de sua elevada missão.

Minha atividade, da iniciação nos primeiros postos ao mais elevado grau da hierarquia, exercendo-se sem interrupções, já em mandatos de categoria técnica, em funções burocráticas, já em Comandos de pequenas e grandes unidades, em plena paz, como em momentos de crise da ordem interna do País, forneceu-me uma certa dose de conhecimentos e experiências. Foram dilatados os campos de observação.

Por outro lado, a boa fortuna abriu-me os humbrais da alta administração militar, guiando-me ao cargo de Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra, que desempenhei durante as gestões sucessivas de dois Ministros.

Ai, a convivência com os mais graduados chefes do Exército, o trato frequente de questões das mais variadas naturezas e da mais alta

relevância deram-me ciência e prática para o exercício de cargos de suma importância na administração superior da Guerra.

Conhecia, em rigor, as exigências da defesa nacional, e, particularmente, as medidas mais urgentes para proporcionar ao Exército a capacidade de ação compatível com a importância do papel que lhe tocará no entre-choque dos nossos com interesses estranhos.

Julgavam-me, e o digo sem jactância, em condições de alguma coisa de útil fazer em benefício do País, cuja defesa tanto necessita do carinho dos governantes.

★

★ ★

Restauração do organismo militar

A mudança de forma de Governo, pela revolução de 1889, trouxe, com alterações em outras instituições da Nação, sensíveis modificações, lentamente realizadas. Em uma quarentena de anos mudou-se completamente a feição do Exército pela eliminação do mercenarismo, e substituição consequente pelo serviço militar obrigatório. Era a consagração do elevado principio da Nação armada. Tornava-se dêste modo o Exército o centro obrigatório da aprendizagem para defesa da Pátria.

Não obstante muitissimas outras, foi, sem dúvida, a mais bela conquista no terreno militar sob o novo regime.

Processou-se, então, uma verdadeira restauração do organismo militar, bastante debilitado pela última guerra, pelas injunções da politica-gem no regime politico decaído, como ainda nos primórdios da República e, sobretudo, pelo descaso dos poderes públicos. Tal a indiferença pela defesa nacional que, no meio militar, formou-se a opinião de serem os homens políticos infensos ao aperfeiçoamento das forças armadas. Receavam constituir um aparelho capaz de influenciar mudanças frequentes no cenário da politica nacional. Não queriam, na expressão popular, criar um «espantalho».

Não compartilhamos êsse conceito. É sabido que para revoltas, politicas ou não, não carecia o Exército de forte aparelhamento. Parece mais acertado considerar como causa do desinteresse a idéia utópica de não haver mais guerras, infelizmente professada pelos que mais atuavam nos conselhos do Estado.

★

★ ★

O Marechal Mallet, no pôsto de Ministro da Guerra, foi o dianteiro dos novos rumos ao Exército. A par de realizações fecundas, levadas a bom têrmo, fêz uma sementeira de magníficas idéias que pouco a pouco foram germinando (38). Iniciara-se incontestavelmente uma era renovadora. Dai por diante todos os gestores dos negócios da Guerra continuaram êsse movimento patriótico, dotando o Exército de medidas salutaes.

O Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra no Govêrno do preclaro Presidente Afonso Pena, fornece um grande exemplo de energia em prol da defesa nacional : além da aquisição de material de guerra moderno, construção de fortalezas no litoral do Rio de Janeiro, construção de quartêis no Rio Grande do Sul, deu nova organização, modelada nos Exércitos do Velho Mundo, sob a base do serviço militar obrigatório, por êle instituído em 1908, e criou grandes unidades estratégicas.

Ê obra sua a extinção do soldado de profissão. Eliminou o inconveniente da dispersão pelos Estados, do Norte ao Sul, de Batalhões que por lá vegetavam, sem instrução e disciplina, e onde se estiolavam inteligências, vontades, e até mesmo o patriotismo, cedendo lugar ao indiferentismo criminoso.

*
* *

Orçamentos na administração Calógeras

As administrações da Guerra sempre lutaram com a lamentável escassez de recursos orçamentários.

O poder Legislativo sempre subserviente ao Executivo, despia suas prerrogativas constitucionais, anulava sua própria independência, para votar sômente o que sugeria a vontade dos Presidentes da República. Êstes, em geral, sem grande interêsse pela defesa do País. O próprio Marechal Hermes que, conforme o dissemos, como Ministro da Guerra, renovou o mecanismo militar e imprimiu-lhe um movimento benéfico, chegado que foi às culminâncias do poder, deixou-se absorver pelos interêsses da politica, pouco fazendo pelo Exército. Conhecia êle, entretanto, perfeitamente a precariedade de nossos recursos, em face da cons-

(38) Foi seu grande auxiliar nesse patriótico tentamen o então Coronel Antonio Geraldo de Souza Aguiar, ilustrado oficial e seu chefe de Gabinete.

tante preparação militar das outras nações sul americanas, especialmente da nossa tradicional rival, a Argentina.

★

★ ★

O Dr. Epitácio Pessoa foi o que mais evidenciou compreensão da necessidade de preparar o Brasil para a eventualidade de uma guerra.

Confiando a pasta Militar a um civil, o Dr. João Pandiá Calógeras, que, na Câmara Federal, denotara sempre interesse pelas coisas militares, a cujo estudo, de longa data, se consagrara, nada regateou o Presidente Epitácio para seu Ministro satisfazer seus próprios anseios, e os de todos que, com seriedade e patriotismo, encaram os assuntos referentes à defesa nacional. Daí o indiscutível e brilhante sucesso da administração Calógeras.

As arcas do tesouro jamais se lhe fecharam para os grandes encargos na execução de seu vasto programa.

Não conheço, no domínio republicano, Ministro da Guerra que se lhe iguale em recursos e operosidade.

Todos os outros tiveram a entrar-lhes as iniciativas a exiguidade dos orçamentos.

Na sua inquebrantável vontade de dotar o País com elementos eficientes de defesa não hesitou em deixar ao seu substituto, no futuro Governo, pesados ônus.

A quem houvesse de substituí-lo, bastaria seguir a senda que êle perlustrou para realizar os grandes atos de sua administração. Para tal, porém, não seria suficiente a vontade do novo Ministro.

No regime presidencial, vigente entre nós, sabe-se, é o Presidente da República o único responsável, e, portanto, de sua aquiescência dependem as iniciativas de relevância nos departamentos ministeriais. Presta-lhes assistência, consoante as preferências que seu patriotismo e orientação na governança do País sugerem ao seu espirito.

Além das idéias consignadas em sua plataforma de candidato, referentes às forças armadas, que, digamos de passagem, são sempre as mesmas de todos os candidatos, aí figurando, em geral, mais para engalanar a peça política, das intensões reais do Dr. Arthur Bernardes, quando no Governo, nada conhecíamos.

Considere de bom critério não abordar desde logo sua opinião sobre os graves problemas militares que há muito faziam objeto de

minhas meditações e que, pretendia enfrentá-los, se para tal me permitissem ensejo.

A oposição injusta que sua ascensão ao poder experimentou de uma parte do Exército lhe abria nalma, sem dúvida, sulcos de mágua.

Andaria, pois, bem avisado aguardando a ação sedativa do tempo, que eliminaria os clamores íntimos da injustiça.

Pareceram-me pouco risonhas, por isso, as perspectivas que se me deparavam. Entretanto, ante a administração Cológeras, fecunda em resultados promissores para o Exército, minhas responsabilidades ainda mais se avolumavam

Não me impuls:onavam veleidades de programas pomposos, nem tampouco nutria rivalidades mesquinhas.

A atividade do meu antecessor, seu espírito empreendedor e clari-vidente transportaram-no, pode dizer-se sem receio de exagêro, a todos os recantos da esfera militar, onde as mais palpitantes necessidades do Exército se faziam sentir. O seu dinamismo, predicado que o distinguiu sempre dentre os modernos estadistas brasileiros, na República, atingiu a todo um conjunto de providências, no bom sentido de dotá-lo de recursos indispensáveis à sua finalidade. Quase nada esqueceu. Notava-se em toda parte a ação dinâmica do benemérito Ministro.

Bastaria, pois, não é de mais repetir, àquele que se lhe seguisse deixar-se guiar pelo rastro luminoso por êle impresso na administração da Guerra.

Traçara magníficas diretrizes.

*
* *

Continuidade na administração

É um mal inveterado no Brasil, altamente nocivo ao bem público, a falta de continuidade administrativa.

A paralisação de obras em franco desenvolvimento, onde a Nação dispendera somas vultosas, é muito comum, considerada mesmo medida de salutar descortínio administrativo. É muito vulgar tais somas ficarem sepultadas em atêrros, cortes e obras darte de estradas de ferro ou nas cavas de fundações de edificios, abandonados à ação demolidora do tempo.

É bem verdade, deve reconhecer-se, que, em alguns casos, não fôra bem inspirada a deliberação de mandar executar tais obras, sobretudo,

por não ser atendida a situação financeira do País, impossibilitada, por sua precariedade, de fornecer recursos para seu completo acabamento. Os assomos de um desejo de realce à ação administrativa compelem a atos de tal natureza. É, sem dúvida, motivo de justificavel e acêrba crítica. Preferível, todavia, um sacrificio da Nação à interrupção de serviços de reconhecida utilidade geral, a fim de poupar tantos esforços e sacrificios à custa do erário público, que se tornaram, por fôrça de uma economia mal inspirada, de todo em todo inúteis. Não são raros os exemplos nessa ordem de coisas, em nossa vida administrativa.

O ministro, em geral, pelo menos na Guerra, pretende fazer obra sua, produto de iniciativas e engenhos próprios. Deseja legar à posteridade marcos luminosos, pontilhando seu alto cunho administrativo.

Ufano-me de haver, como gerente dos negócios da Guerra, adotado procedimento diferente.

Em perfeita harmonia de vistas com o meu ilustre antecessor, professando o salutar princípio da continuidade de ação, no mesmo sentido geral, modificado apenas pelas circunstâncias ocasionais, para o mesmo rumo, com idênticos objetivos, orientei todos os meus esforços.

*

* *

Quartéis para tropa

Dentre as grandes obras encetadas pelo Ministro Calógeras merece especial menção a construção de quartéis no Rio de Janeiro e em vários Estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas e Mato Grosso.

Se em tôdas as épocas o bom aquartelamento da tropa foi objeto de acurado zêlo em vários países, jamais convenientemente atendido no Brasil, tomou, entretanto, um caráter imperativo, entre nós, quando da adoção do serviço militar obrigatório. As casernas de então desprovidas de higiene e conforto não apresentavam condições satisfatórias para abrigar, mesmo passageiramente, os nóveis soldados. Muitíssimos, provindos das altas camadas sociais, onde uma propaganda intensa fazia-se nuster em favor da difusão da instrução militar e da incorporação dos conscritos.

A caserna deve ser um foco de atração, onde ao penetrar-se, os sentimentos patrióticos se exaltem, despertando entusiasmo pela defesa da Pátria.

Muito bem compreendeu isto o ilustre Sr. Calógeras.

Era, entretanto, sem dúvida, vultosa a soma a despendar.

Não se intimidou, porém. Atacou com firmeza o empreendimento.

Coube à minha administração, todavia, liquidar os contratos por ele firmados com as empresas que se propuzeram realizar as obras.

Não foi, contudo, sem alterações nos planos e orçamentos primitivos, inspiradas pelo espirito de economia.

Tendo sido empenhada a importância de 119.681:546\$145, por força das modificações referidas, ficou reduzida à 106.989:654\$237.

Resultou, pois, uma economia de 12.691:891\$908.

Mas, se pela eliminação de obras projetadas, e outras medidas conseguiu-se aquela economia, de 12 mil e tantos contos, não foi, entretanto, a realizada : os projetos de tais obras continham grandes omissões. Os orçamentos não levaram em conta, por exemplo, os indispensáveis movimentos de terra. Houve necessidade de construir estradas de rodagem, para o transporte do material, das estações de estradas de ferro para algumas localidades, onde seriam construídos os quartéis, sem que as importâncias respectivas fôsem previamente orçadas.

Aos quartéis desmontáveis faltaram projetos dos pavilhões destinados ao rancho das praças.

Haviam sido igualmente omitidos os serviços de água, luz e esgotos, de primeira necessidade à vida das unidades aquarteladas.

Supridas estas faltas levaram elas ao orçamento de cerca de 107 mil contos um acréscimo de 4.387:738\$495, perfazendo um total de 110.943:945\$407.

Seria, pois, dentro desta verba completado o plano Calógeras.

A Companhia Construtora de Santos, principal contratante, recebeu a quantia de 107.468:776\$593, incluída a comissão que lhe cabia segundo os termos contratuais.

Coube à minha administração pagar-lhe 62.779:290\$183.

A primeira importância já havia sido satisfeita pelo Sr. Calógeras.

Com os engenheiros Firmo Ribeiro Dutra, Alvaro Pereira & Cia. e Valle Peffen & Cia. foi ainda contratada a construção de outros quartéis, na importância total de 20.472:591\$441.

Para liquidação final teve o meu ministério de pagar-lhes 14.995:564\$000.

Além desses compromissos referentes a quartéis contratados, legou-nos a administração anterior a responsabilidade do pagamento de 3.626:482\$301, proveniente de obras executadas por administração.

Atingiram, pois, à elevada soma de 81.401:336\$924 os compromissos herdados, relativos à construção de quartéis, compromissos que foram plenamente satisfeitos.

Não param, porém, aí os encargos pecuniários transferidos para minha gestão.

As grandes encomendas de material de guerra ao estrangeiro, especialmente à França, acarretaram ônus pesados ao País.

Ao assumir o Ministério devíamos na Europa a elevada cifra de 69,516.874,78 de francos franceses e 8,298.833,66 de francos belgas, que reduzidos à nossa moeda, cotando o franco francês a \$580 e o belga a \$528 perfazem a quantia de 44.754:371\$444.

É de notar que, tendo sido de 60.271:352\$680 o custo total da encomenda, o ministro Calógeras pagou somente 15.516:981\$236.

A fim de satisfazer os restantes o meu ministério enviou para a Europa a importância de 35.381:817\$400, à medida que o material encomendado era recebido pela comissão de compras, por intermédio de quem eram feitos os pagamentos.

INDÚSTRIAS MILITARES

Fábricas e Arsenais

Libertar o País tanto quanto possível do estrangeiro, no tocante às aquisições de material de guerra, é medida de salutar alcance político-econômico e bem avisado patriotismo.

Sua defesa estará mais eficazmente assegurada.

Será de inenarrável sorte se não correr os riscos de circunstâncias imprevistas, que impedir possam o provimento por outros países.

Urge, portanto, emancipá-lo da indústria alheia, criando-lhe uma sua, propriamente nacional, correspondente aos imperativos de sua soberania e independência.

Nação sem manufaturas militares em seu território, sem que produzam, se não tudo que necessitam suas forças armadas, pelo menos o que já pode permitir o seu desenvolvimento industrial, será sempre nação à mercê da vontade dos governos estrangeiros, cujas simpatias pela causa, então em jogo, são desconhecidas. Nada valem hoje os tratados e amizades internacionais. O interesse, os proventos acima de tudo!

O Ministro Calógeras enfrentou com firme resolução o magno problema da criação de fontes produtoras para nosso Exército.

Eu o segui sem hesitações.

De longa data as indústrias militares em nosso País eram objeto de reflexões e iniciativas minhas.

No exercício do cargo de diretor dos Serviços Administrativos do Exército, que ocupei por espaço de dois anos mais ou menos, incrementei consideravelmente as pequeníssimas oficinas da Intendência da Guerra, notadamente a de correaria, dando-lhe vastas proporções, onde, daí em diante, eram confeccionados arreamento, equipamento, perneiras e muitos outros utensílios de couro de uso regulamentar para oficiais e praças. Semelhante desenvolvimento foi dado à oficina de alfaiate, que passou desde então a fornecer aos oficiais todo o fardamento por preços módicos, libertando-os, assim, das explorações comerciais da praça do Rio de Janeiro. Foi igualmente de minha iniciativa o delineamento de uma grande oficina automobilística, começando logo por instalar um pequeno departamento de reparação de automóveis. Outras medidas de real interesse foram adotadas no sentido da nação, no andar dos tempos, com recursos fabris próprios, prover as necessidades do seu Exército.

Não foi, pois, para imitar o ilustre Sr. Calógeras que me ocupei na Pasta da Guerra das indústrias militares.

Segui idéias minhas, obedeci a impulsos próprios.

Nossas maneiras de encarar o problema de abastecimento ao Exército, os desejos de proporcionar ao País elementos para sua defesa, isentando-o de circunstâncias aleatórias, coincidiam perfeitamente.

Mais uma razão para ser mantida a continuidade administrativa.

★

★ ★

Rumei, então, meus esforços para os Arsenais e estabelecimentos fabris do Ministério da Guerra, encorajando ao mesmo tempo, no mesmo sentido, a indústria civil, certo de que, no caso de um conflito armado, cabe-lhe, de preferência, por vários títulos, o fornecimento de tudo quanto preciso fór para que as forças armadas se desobriguem de seus deveres. Jamais os estabelecimentos militares, sòmente, preencherão cabalmente êsse importante papel.

★

★ ★

Passou despercebido ao Exército, mesmo aos seus mais elevados Chefes, os resultados de nossa atividade administrativa no campo das indústrias militares. Quase inteiramente desconhecido o que de útil realizamos nos quatro anos de governo.

Não é para admirar, aliás, pois a maioria dos oficiais, sem excetuar os mais cultos e mais responsáveis pela preparação da defesa nacional, ignora em geral o que possui a nação, e a medida da capacidade produtiva em caso de guerra. Restringem-se ao conhecimento dos serviços do departamento em que servem.

Posuímos fábricas, pode-se dizer, sem medo de errar, por êles desconhecidas. Sabem da existência por ouvir dizer. Jamais, mesmo por simples curiosidade, as visitaram.

É crença geral, da qual co-participa a imprensa do País, que nossa gestão na pasta da Guerra limitou-se a expediente e ao combate às revoltas que sangraram a República moral e materialmente. É bem verdade que nos coube o imperativo dever de enfrentar o movimento sedicioso de 1924, restabelecendo, pela vitória das armas legais, a paz pública, mantendo a disciplina no Exército, abalada por idéias subversivas, infiltradas em suas fileiras por elementos impulsionados pelo egoísmo e ambição. Que para tal conseguimento dispendemos esforços exaustivos, consumindo grande cópia de fôrças morais, de envolta com depauperamento físico. Fardar, equipar, armar, alimentar a milhares de homens, e transportá-los para várias regiões do País, conflagradas, constituía tarefa pesadíssima, pelo desprovimento de tudo e pela celeridade que os acontecimentos requeriam.

A soma enorme de trabalho exigida para tudo isto, não me inibiu, porém, de promover realizações de caráter permanente, reclamadas pela organização da defesa nacional.

Um pequeno relato, dos melhoramentos mais importantes efetuados em nossos estabelecimentos fabris, dependentes do Ministério da Guerra, impõe-se, para comprovação de nossas afirmativas.

*
* *

Fábrica de cartuchos e artefatos de guerra

Exigua a produção até Junho de 1924. Em consequência do movimento subversivo, cujo berço foi a cidade de São Paulo, desencadeando

a luta armada em várias regiões do território pátrio, tornara-se necessário conservar em depósito grande estoque de munições, sobretudo de infantaria, a fim de atender com presteza as solicitações das forças legais em operações de guerra.

Com tal objetivo foi concebido um plano de reformas neste estabelecimento, abrangendo principalmente a dotação de modernas máquinas, aumento do número das já existentes, dilatação da capacidade das oficinas e reforço do pessoal operário. Se tais medidas eram de emergência para satisfazer no momento aos reclamos das unidades de combates, revestiam outrossim o caráter de permanentes, porque atenderiam de futuro a grandes necessidades do Exército no caso de guerra externa. Aproveitou-se, pois, a oportunidade para solucionar o problema do abastecimento em grande escala da munição de infantaria, que já trabalhava nosso espirito, havia muito tempo.

Pode-se resumir do seguinte modo o conjunto de providências no sentido de alcançar aquêlê patriótico desideratum :

Remodelação do Corpo Central da Fábrica — velha aspiração dos que ali trabalhavam — transformando as insalubres oficinas, de então, em amplas e arejadas salas, de modo a ficarem perfeitamente instaladas as oficinas de fabricação e revisão de balas, estojos, têmpera elétrica, torneiras, etc., etc.

Construção de um tanque da capacidade de 250.000 litros d'água para refrigeração dos motores Diesel.

Instalação de uma usina de gaz.

Construção de um pavilhão de alvenaria destinado à fábrica de fulminato de mercúrio e mistos fulminantes (Esta fábrica foi iniciada na administração Calógeras. Mui pouco haviam feito).

Construção da oficina de cápsulas. *Instalação* aí de máquinas as mais modernas (Representa um grande melhoramento).

Montagem de dois grandes pavilhões de estrutura metálica, vindos da Europa para serem aqui armados, seguidos da maquinária completa para confecção das diferentes espécies de espoletas de artilharia (Esta fábrica é de iniciativa exclusiva da administração Setembrino).

Instalação de um gabinete de química, dotado dos mais modernos aparelhos para análises.

Enfim, com o desenvolvimento dado à rede elétrica para luz, energia e outros misteres adquiriu a F.C.A.G. grandes proporções, habilitando-se para melhor preencher sua finalidade. Aparelhou-se para produzir, em elementos, 150.000 cartuchos, diariamente, em 8 horas de trabalho, carregando simultaneamente 50.000.

Para bem apreciar-se as vantagens da remodelação operada, e confirmação, portanto, do que vimos descrevendo, bastará dizer que no correr do ano de 1926, não completo, por havermos deixado o Ministério, em virtude da terminação do governo Bernardes a 15 de Novembro, a fábrica produziu 12 milhões de balas cilindro ogivais, e carregou 15 milhões de cartuchos dos modelos 1895 e 1908, além de 2.750 esto-pilhas de fricção 80mm, 752.499 de percursão do tipo nacional, e 2.156 espoletas de percursão de 25mm.

Provido de oficiais de capacidade e amor ao trabalho, de funcionários civis dedicados, e de um operariado convicto de seus deveres, o estabelecimento tem correspondido aos sacrifícios da Nação para seu aparelhamento, confirmando mais e mais o elevado conceito de fábrica bem organizada, onde o trabalho, num ambiente de ordem e disciplina, orientado pelo seu preclaro Diretor o ilustre e operoso oficial, Coronel João Batista Machado Vieira, hoje General, que prestou nesse pôsto de alta responsabilidade inestimáveis serviços à Nação, fazendo jús ao seu mais profundo reconhecimento.

Se de todo em todo não emancipamos o País dos mercados estrangeiros, ficará em grande dose atenuada a importação e a certeza, todavia, de sua completa extinção se os futuros governos, pelo Ministério da Guerra, continuarem na senda que indigitam o patriotismo e interêsse pela defesa nacional.

★

★ ★

Fábrica de pólvora sem fumaça

Antes de entrarmos na matéria que faz o objeto dêste capítulo, assinalando nossos designios ao tratarmos dêste estabelecimento fabril, dêle faremos um resumido histórico de sua existência, a fim de que os que nos lerem possam bem aquilatar das realizações efetuadas em nossa gestão dos negócios da Guerra.

Reportemo-nos, para isso, a um relatório do Engenheiro-chefe das obras, lá em execução, datado das vésperas da terminação do nosso man-

dato no Ministério. Era o Coronel Luiz Mariano de Andrade, provector profissional, cuja inteligência e dedicação não serão jamais em demasia elogiadas.

«Desde muito tempo as várias Diretorias da F.P.S.F. vinham clamando, principalmente, o aumento da energia elétrica, tornada insignificante para fabricação da pólvora de base simples, única lá produzida, cujo volume crescia constantemente pelas necessidades da ordem interna do País, perturbada por surtos revolucionários, e, outrossim, pelo longo emprêgo do fuzil na instrução da tropa, ministrada pela Missão Francesa.

Tornava-se imprescindível, além disso, encarar o futuro. A capacidade produtiva não correspondia, sem dúvida, às exigências de uma guerra externa.

Projetada, adquirida nos Estados Unidos da América do Norte, e instalada em Piquete, para o fabrico da pólvora de base dupla, ela, entretanto, produzia sómente pólvoras de nitrocelulosa pura ou de base simples, assim denominadas. As nitroglicerinas, chamadas de base dupla, jamais foram lá produzidas. A uma economia injustificável ou à falta de elementos técnicos deve-se atribuir o não fabricar a pólvora para que foi especialmente montada. Uma outra razão alia-se a essas : a produção de algodão pólvora era insuficiente para atender ao fabrico simultâneo das duas espécies de pólvoras.

A exígua capacidade da fábrica para produção do algodão pólvora constituía um grave embaraço porque impedia o desenvolvimento natural, compatível com as necessidades do Exército e Marinha de Guerra.

Um outro motivo parecia contribuir para o abandono do problema da produção de pólvoras nitroglicerinas: corria a noticia de que os grandes técnicos propalavam sua substituição vantajosa pelas nitrocelulosas puras, atentos os resultados de estudos realizados na América do Norte.

Até hoje, porém, os canhões de médio e grosso calibre, cujas câmaras foram traçadas para cargas de projeção com pólvoras de base dupla não as utilizam. A diferença de densidade das duas pólvoras obrigava a um aumento nas câmaras dos canhões, a fim de que sob o ponto de vista balístico, pudessem conservar integralmente tôdas as suas características. O emprêgo da pólvora nitrocelulosa exigia uma série de modificações no traçado do canhão. Por isso seus adeptos não insistiram mais na solução do problema. Os maquinismos para as pólvoras

nitroglicerinas, não obstante, foram instalados nas oficinas próprias para êle especialmente construídas.

★

★ ★

Sob a Administração Calógeras

Em virtude da guerra européia a Armada nacional, que utiliza a pólvora C.S.P2, com pequena percentagem de nitroglicerina não pôde mais adquiri-la aos seus fornecedores, Nobel Industrie & Comp., de Londres. E como seu estoque diminuia consideravelmente, o Ministro da Marinha recorreu ao da Guerra, no Governo Epitácio Pessoa. Procurou auxiliá-lo com verbas, especialmente votadas, durante cerca de três anos, no intuito de habilitar a F.P.S.F. de Piquete a produzir a pólvora referida, isto é, a de base dupla, e mais as que fôsem necessárias a todos os canhões de bordo.

A Diretoria do Material Bélico, que vinha estudando o assunto, de longa data, assim como a instalação de uma fábrica de trotil, confiou, de acôrdo com o Ministro Calógeras, a uma comissão de oficiais do Exército e da Armada o estudo da adaptação da Fábrica de Piquete aos fins desejados pelo Ministério da Marinha.

Os resultados colhidos foram satisfatórios.

Em resumo, a comissão aceitou o projeto, com algumas modificações, organizado pela casa Nobel, tendo em vista as informações prestadas por um dos seus membros, que foi à Europa, com o objetivo de observar e colher elementos para uma solução definitiva.

Concomitantemente acertou o meu antecessor a aquisição de uma Fábrica de Trotil, situada ainda em Piquete, projetada pelo engenheiro de pólvoras da Missão Francêsa, com a capacidade de produção de 800 kg.

Não tendo o Ministério da Guerra se utilizado das verbas à sua disposição postas pelo Ministério da Marinha, para o fabrico da base dupla, o Ministério da Guerra que, no momento dispunha de 1.500.000 francos, começou por adquirir, com esta quantia, em Paris, por intermédio de nossa Comissão de Compras, na Europa, uma grande oficina de Oléum, já em começo de construção no Piquete (era a única coisa em via de execução quando assumimos a Pasta da Guerra).

Quanto à Fábrica de Trotil nenhuma providência.

Em relação à energia elétrica, cujo aumento era imprescindível para a produção futura da Fábrica, foi o assunto submetido pelo Ministro Calógeras à Diretoria do Material Bélico. Ordenou ao mesmo tempo que se aproveitasse a menor dentre as cachoeiras examinadas, situadas no Município de Itajubá, em Minas Gerais, as mais próximas encontradas de Piquete.

Seria preciso, porém, desapropriá-la. O proprietário exigia a soma de 200:000\$000. Houve hesitação por parte do Ministro. Achava exagerada a quantia.

Ao assumir a Pasta este assunto não estava resolvido. Tendo sido nomeado Chefe do Serviço o Coronel Luiz Mariano de Andrade, este profissional, devido aos bons ofícios do Dr. Wenceslau Braz, a quem todos ouvem nas redondezas de Itajubá, pelo seu enorme prestígio político, conseguimos a compra da cachoeira por cerca de 30:000\$000. A diferença era considerável. Foi belo negócio para os cofres públicos.

Somente por meio de obras dispendiosas, entretanto, conseguir-se-ia uma força de 1.400 H.P., máximo necessário à Fábrica para suas crescentes necessidades.

Pela D.M.B. foi considerada vantajosa para realização de obras de tão grande vulto a nomeação de duas comissões distintas de engenheiros militares. Uma, para superintender as obras projetadas na própria Fábrica de Piquete. Outra, para dirigir as instalações hidro-elétricas em Itajubá.

Um crédito extraordinário de 100:000\$000 foi concedido para os estudos preliminares.

Em avisos reservados, posteriormente, foram entregues aos chefes das duas comissões, para custeio das obras de cada qual, 1.500:000\$000. Entretanto, nenhuma importância receberam porque esgotada se achava a verba por conta da qual deveriam correr os adiantamentos.

Quando tomadas estas primeiras providências para execução do plano das obras, ascendeu ao Governo da República o Dr. Arthur da Silva Bernardes, que me honrou com sua confiança no cargo de Ministro da Guerra.

Coube-nos, pois, substituir o ilustre titular, que deixou um rastro luminoso em sua passagem pelo departamento em que se desenvolviam os negócios do Exército, fazendo jus destarte à gratidão nacional.

Ponhamos bem em destaque que o Sr. Calógeras iniciou as primeiras medidas em relação à fábrica da pólvora de base dupla e do trotil

em nosso País ; e que ao deixar a Pasta da Guerra sòmente a oficina de oleum estava em início de construção.

*
* *

Sob a Administração Setembrino

Assumindo êste posto, deliberei logo levar por diante a execução das vultosas obras, de que em páginas acima me ocupo, mantendo continuidade de ação com o meu benemérito antecessor.

Julguei, todavia, de bom aviso, mandar rever os projetos. Questão de consciência.

Sofreram modificações.

Tornou-se-os compatíveis com as necessidades em jôgo, principalmente com a capacidade de produção visada para a Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra, localizada em Realengo, após as reformas já projetadas, e para quem as Fábricas de Piquete trabalhariam em grande escala. Aqueia é alimentada por esta. Da pólvora depende sobretudo o trabalho de cartuchos de infantaria.

Consignavam a ampliação da Fábrica de Piquete, habilitando-a a fornecer não só a quantidade de 500 kg. de pólvora de base simples para fuzil ou canhão de pequeno calibre, e outro tanto de base dupla para Marinha e canhões de Costa. Destarte, e com a Fábrica de Trotil, assegurado ficaria o trabalho da Fábrica de Arsenal de Guerra, podendo assim atingir sua finalidade.

Em suma a F.P.S.F. estaria apta a produzir 500 kg. de uma e outra pólvora em 8 horas de trabalho, isto é, uma tonelada diàriamente.

Parecia que, em virtude das modificações adaptadas nos projetos, os orçamentos primitivos sofreriam grandes alterações. Tal não se deu. Foram mais ou menos conservados. Houve equivalência entre os elementos que os constituíam e os provenientes das modificações.

A questão abrangeu a parte técnica, colocando as duas fábricas em condições de trabalharem sincrônicamente.

Para conseguimento da atividade produtiva, então visada para a F.P.S.F., impunha-se o aumento de energia elétrica. A força de que dispunha para o trabalho das várias espécies de máquinas era insuficiente.

Resolveu-se êsse importante problema, projetando-se uma usina hidro-elétrica no Município de Itajubá, mui próxima à cidade, onde existem cachoeiras a menor distância de Piquete.

A chamada «Dos Negros», formada pelo rio Bicas, em Bicas do Meio, foi preferida porque apresentava maiores somas de vantagens. Na estiagem fornece, por si só, seguramente 1.500 H.P., com 102 m de queda. Verificados em cêrca de um mês, durante quatro anos em contínua e rigorosa observação.

Todo o material destinado às importantes obras desta fábrica para produção das pólvoras de base simples e dupla e de trotil foi adquirido à Casa Mayrink Veiga & Cia., representantes de fábricas da Europa e América do Norte, como já foi mencionado. O relativo à usina hidroelétrica em Bicas do Meio à Casa Haupt & Cia.

A fábrica de trotil foi comprada na França, por intermédio da Missão Militar Brasileira, incumbida de adquirir material de guerra para o Exército.

O orçamento organizado e revisto montava em 15.283:000\$000. Os sacrificios impostos à Nação seriam fartamente compensados pelos enormes benefícios que à sua defesa proporcionariam as obras projetadas.

Oportunamente assinalaremos a origem financeira dos recursos para tão grande empreendimento.

Destas vultosas obras na administração Calógeras sòmente foram iniciadas as correspondentes à oficina para aumento da produção de oleum que já referimos anteriormente.

A Casa Mayrink Veiga, representantes, como foi dito, no Brasil, da E.I. Du Pont e da Nobel Industrie, propôs a vinda de um técnico da primeira daquelas Casas, a fim de ser elaborada «in loco» uma relação de maquinismos e aparelhos necessários à ampliação da fábrica. Aceita a proposta, foi, então, definitivamente resolvido tudo que se deveria fazer, começando pelo algodão bruto, que passaria a ser purificado na própria fábrica.

Sem entrar na descrição detalhada do que foi realizado, de acôrdo com o programa adotado, direi apenas que, ao deixar o Ministério a 15 de Novembro de 1926, as obras prontas e em execução foram as seguintes:

EM PIQUETE

Prontas :

Almoxarifado geral da fábrica.

Oficina de recuperação dos dissolventes — Êter-Alcool.

Oficina das pólvoras de base simples.
Oficina de maceração — B.S.
Oficina de maceração — B.D.
Oficina de purificação de algodão pólvora.

Em construção :

Usina de oleum — montagem — (única obra nova, iniciada em Piquete pela administração Calôgeras).
Oficina para purificação de acéta.
Oficina para recuperação do dissolvente B.D.
Sub-estação transformadora.
Linha de alta tensão — Colocação das tôrres de Bicas do Meio e Piquete.
Fábrica de trotil — Movimento de terra para locação de diversas oficinas.
Três casas para oficiais.
Estação radio-telegráfica.

EM ITAJUBÁ :

Prontas :

Três casas para o pessoal técnico encarregado da construção e futura conservação da Usina Hidro-Elétrica.
Sub-estação transformadora em Bicas.
Sub-estação transformadora em Itajubá. (4º Batalhão de Engenharia).
Linha de alta tensão em tôrres de ferro. (4º B.E.).
Linha de alta tensão para Bicas (Barragem).
Linha de alta tensão Bicas-Piquete.

Em construção :

Barragem de retenção sôbre o rio Bicas.
Linhas de conjunto forçado.

★

★ ★

Para facilitar a execução dêsses trabalhos e garantir o transporte dos materiais de Itajubá a Bicas do Meio foram construídos dois trechos

de estradas, sendo um de 15 quilômetros da via-férrea de Itajubá a Santo Antônio, cujos trabalhos, a cargo de uma Batalhão de Engenharia do Exército, estavam suspensos. Outro de 15 quilômetros de rodagem.

Além destas obras auxiliares foram levantados quatro grandes depósitos em Itajubá, Santo Antônio, Bicas e no local da barragem.

Por esta sucinta descrição, e pelo custo total de 25.459:365\$000, apurado após a conclusão em 1933, bem pode se avaliar do vulto e importância das obras de que nos ocupamos.

Consumiram cêrca de dez anos de assíduo trabalho.

Iniciadas pelo Ministro Calógeras, continuadas por Setembrino, terminaram na administração do General Espírito Santo Cardoso, sob a direção técnica do proecto engenheiro Coronel Rosalvo Mariano da Silva, honra da Engenharia Militar, substituto de outro não menos distinto colega o Coronel Luiz Mariano de Andrade. Ambos prestaram à minha administração uma colaboração inteligente e eficiente.

*

* *

Fábrica de pólvora de Estrela

Foi um periodo de grande atividade para esta fábrica aquêl em que passamos pelo Ministério da Guerra. Sofreu profundas modificações em seus métodos de trabalho. Novos e valiosos elementos conquistou para aumentar e melhorar sua produção:

Dentre outros destacaremos a adaptação da prensa de pólvora prismática, Wischuegradsky, para pólvoras cilíndricas. Fabricação de pólvoras para foguetes. Instalação de prensas para as mesmas e galgas para os sais. Estudo, fabricação e experiência de petardos para destruições. Estudo da produção de cortinas de fumaça. Adoção definitiva, após aturadas experiências, de 22 tipos de foguetes de sinalização, cujos efeitos nada têm a invejar dos importados, até então, da França.

Vê-se por esta simples menção que a Fábrica de Pólvora de Estrela viveu o periodo mais intenso de sua vida, já assaz longa, realizando serviços de valia para o Exército, jamais por ela executados, apesar da dedicação dos oficiais e funcionários civis que lá serviram.

Não era ignorado que esta Fábrica, sempre com exiguas dotações orçamentárias, arrastava uma existência precária, distanciando-se mais e mais de seus superiores objetivos. Houve mesmo, por isso, quem de sua extinção cogitasse.

ARSENAIS DE GUERRA

Sob a Administração Calógeras

Uma remodelação completa nos dois existentes, um no Rio de Janeiro e outro no Rio Grande do Sul, impunha-se, havia muitos anos.

As exiguidades orçamentárias procrastinavam anos a fio todos os projetos nesse sentido. Não obstante, as várias administrações os iam dotando com pequenos melhoramentos, de insignificantes resultados, atentas suas verdadeiras finalidades.

Ocupavam-se, sobretudo, de reparações do material de guerra enviado pelas unidades e estabelecimentos militares. E, verdade, de pequenas reparações. Não dispunham de elementos para operações de vulto.

Bem que insignificante, era além disso quase improdutiva a verba figurante nos orçamentos sob a rubrica «Arsenais de Guerra».

Afora as pequenas reparações era consumida na feitura de mobiliários e utensílios para uso das várias unidades, aquarteladas no Rio e nos Estados. Não pouca era também consumida na aquisição de objetos particulares para oficiais e chefes militares, bem relacionados com os colegas do Arsenal, sem haver, contudo, é justo confessar, absolutamente má fé. Era uma questão de mera camaradagem muito em uso.

★

★ ★

O Ministro Calógeras tentou imprimir-lhes nova orientação.

A técnicos franceses, pertencentes à grande Missão incumbida da instrução e reorganização do nosso Exército, foi confiada a remodelação do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, visando especialmente o fabrico de projéteis de Artilharia, velha aspiração de todos que sentem o dever patriótico de emancipar-nos do estrangeiro no tocante ao suprimento de elementos de ação do Exército.

Infelizmente não foram satisfatórios os resultados colhidos. Não reinou harmonia entre os membros da Missão e os oficiais do Arsenal, dando êstes como causa a falta de aptidão daqueles para o empreendimento em vista.

Por essa época foi conseguida, apenas, a produção em pequena escala de granadas de ferro fundido para exercicios.

★

★ ★

Sob a Administração Setembrino

Ao tomar conta do cargo de Ministro quase nada haviam realizado, apesar das iniciativas de meu ilustre antecessor.

Sempre com êle em harmonia de vistas resolvemos afastar os elementos que prejudicavam a objetividade de suas idéias e iniciamos com energia a remodelação.

A criação do gabinete técnico era uma necessidade imperiosa.

Sem a existência dêsse órgão, constituído de pessoal competente, na altura de elaborar um programa de organização abrangendo mesmo vários exercícios financeiros, nada poderia realizar-se com eficiência.

Fêz-se uma tentativa no sentido de metodizar os trabalhos em curso no Arsenal.

Para isso foi cometido ao Diretor certa soma de liberdade de iniciativas e responsabilidades, além das que já lhe tocavam pelo regulamento geral.

Ao gabinete técnico foi confiada a tarefa da reorganização completa do estabelecimento, visando pô-lo em condições de produzir projéteis de artilharia de qualquer espécie, fabricar armas portáteis e proceder a grandes reparações.

★

★ ★

Uma das causas que entravam o progresso nos estabelecimentos fabris militares é a falta sensível de oficiais técnicos, cujas funções, especializadas, possam assegurar a continuidade de um programa traçado pela Diretoria do Material Bélico, e aprovado pelo Ministro.

Urgia, pois, a criação de um quadro de técnicos como principal recurso assecuratório da eficiência de nossas fábricas e arsenais. Embora mais ou menos aparelhados como estão hoje, continuarão onerando a Nação, sem resultados de importância, se se descurar esta medida.

Torná-los aptos dentro dos recursos da técnica, constituiu para nós um dever de patriotismo, e nesse sentido envidamos ingentes esforços.

★

★ ★

Ê-se obrigado a dizer que um bom critério não presidiu, desde o começo, a instalação das oficinas do Arsenal do Rio de Janeiro. Falta

talvez de um programa maduramente organizado, visando o futuro. Graves defeitos foram observados pelo gabinete técnico logo ao iniciar suas importantes funções.

Entre êles os seguintes :

1º — Multiplicidade de oficinas da mesma natureza sem necessidade.

2º — Mal aproveitamento de espaço nos pavilhões.

3º — Improriedade da localização de oficinas.

4º — Dificuldades nos meios de circulação não só interiormente nas oficinas como externamente entre elas.

5º — Ausência de método proficuo de trabalho.

6º — Insignificante produção não só devido às causas já apontadas como à falta de conforto aos operários.

7º — Péssima instalação da rêde e distribuição de energia elétrica, originando diâriamente um dispêndio considerável.

Para sanar tão graves inconvenientes foi organizado um projeto de reformas, abrangendo todos os departamentos do Arsenal.

Aprovado, iniciou-se a execução com vigor e entusiasmo dos oficiais e operários.

Para evitar prolixidade, não descreveremos tudo quanto foi feito.

É bastante mencionar, por ser de elevada importância, a criação de uma grande oficina de ferramental.

Era uma falta sensível, não só para reparações das ferramentas em uso, como para fabricar outras, de acôrdo com as exigências de trabalhos especiais.

Mudanças de máquinas de uma para outra oficina, eliminando-se assim funesta dispersão de elementos com destino comum.

Reunião de tôdas as máquinas e aparelhos para confecção de projéteis em uma mesma oficina, acabando-se de vez com a disseminação por vários locais do Arsenal.

Tôdas as oficinas sofreram igualmente alterações profundas dotando-se-as de novas e modernas máquinas assecuratórias de grande rendimento.

A rêde de energia elétrica experimentou profundas modificações. Tornou-se independente o funcionamento de cada máquina, resultando com esta medida uma grande economia de energia e dinheiro.

Externamente foram realizados trabalhos diversos.

Programas de trabalho foram estabelecidos anualmente a fim de assegurar uma produção metodizada, eliminando-se a desordem, então reinante.

Logo após a remodelação da oficina de projéteis foi iniciado o fabrico de schrapnelles, obtendo-se uma média diária de 160. Ao deixarmos a Pasta da Guerra havia o Arsenal produzido já 5.000, quantidade esta estipulada para início de uma fabricação, que marcou uma fase de prosperidade para a incipiente indústria.

Bem que nos utilizássemos ainda do aço importado ao tempo do Ministro Calógeras, ficara, por assim dizer, resolvido o importante problema da fabricação de schrapnelles.

Porfiava-se em dar solução igualmente ao fabrico de granadas. As últimas experiências apresentaram resultados vantajosos.

Vimos, assim, satisfeitos, em parte, nossos desejos. A confecção de munições para artilharia era a causa principal do nosso grande interesse na remodelação do Arsenal.

Assim como nulos os resultados colhidos com a orientação e determinações dos supostos técnicos franceses, foram igualmente negativos quando confiados os trabalhos à direção de um americano contratado.

Sómente quando confiante na inteligência, saber e operosidade de nossos oficiais, confiamos-lhes, sem intervenção de estranhos, o estudo de tudo quanto se cogitava realizar, pudemos colher magníficos frutos dos nossos esforços no sentido de elevar o Arsenal à altura de um estabelecimento fabril, capaz de preencher sua finalidade.

Houve resistências a vencer.

Houve mesmo quem duvidasse da capacidade do oficial brasileiro para levar adiante o grande empreendimento.

Felizmente, para honra do Exército, saíram-se aquêles camaradas admiravelmente bem da elevada missão que em boa hora lhes cometemos, justificando plenamente nosso juízo sobre o mérito de cada qual.

Vencemos o pessimismo nutrido no tocante à transformação do nosso principal Arsenal em fonte de trabalho profícuo.

★

★ ★

O Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul, situado em Pôrto Alegre, capital do Estado, não foi esquecido.

Melhoramentos importantes foram introduzidos, aumentando sua capacidade produtora, conforme pode certificar-se nos relatórios do Ministério, apresentados ao Presidente da República, referentes aos anos de 1925 e 1926.

FABRICA DE ESPOLETAS E ESTOPILHAS DE ARTILHARIA

(Iniciativa Setembrino)

Uma fábrica especial de espoletas e estopilhas constituía necessidade imprescindível, não só motivada pelo espírito de economia futura na importação do estrangeiro, como pelo grande consumo de munição de artilharia na guerra moderna.

Estávamos à mercê do estrangeiro.

Além disso, avultado número de espoletas da artilharia, 7,5/28 achava-se inutilizado pelo demasiado tempo em que permanecera encaixotado. Consequência da grande parcimônia no emprêgo em exercícios. Poderiam, entretanto, ser reparadas se de meios para tal dispuzessemos.

Por outro lado o grande consumo de munições em São Paulo liquidou o pequeno estoque de estopilhas.

A Fábrica de Cartuchos do Realengo fabricava diáriamente um pequeno número, por não dispôr de um bom aparelhamento.

Durante a revolução de 1924 houve necessidade de socorrer-nos da Casa da Moeda, que fabricou e forneceu algumas centenas.

O custo, porém, alcançou a elevada soma de 400:000\$000.

Por todos êsses motivos, resolvemos instalar no terreno em que se encontram as ruínas dos alicerces de um projetado Arsenal de Guerra, em Realengo, uma fábrica especializada na produção de espoletas de toda natureza, e igualmente de estopilhas.

A proposta da Casa Haupt & Cia., após detido exame da Diretoria do Material Bélico, foi aceita. Apresentava um conjunto de 130 máquinas operatrizes, capazes de produzir 500 espoletas em 8 horas de trabalho. Foi adquirida a oficina com toda a ferramenta, e, o que era de grande importância, o privilégio do fabrico das espoletas atuais Krupp, assim como a última espoleta inventada, Bofords, ultra sensível, obrigando-se o contratante Haupt & Cia. a entregar-nos todos os planos e desenhos respectivos.

Além disso, foi contratada a construção dos pavilhões e montagem das máquinas, em virtude da urgência que a execução da obra requeria, tudo sob os respectivos pareceres das diretorias de Engenharia e Material Bélico. Um engenheiro foi nomeado fiscal, além da inspeção constante do Coronel Machado Vieira, operoso Diretor da Fábrica de Cartuchos.

Esta grande oficina, compreendendo toda a maquinária, armação completa de ferro para cobertura dos pavilhões, vidraria, etc., etc., importou em £ 108.228,16.

A montagem da maquinária custou £ 27.960.

Assim foi a grande usina inaugurada um ano após o lançamento da pedra fundamental, sob a direção de técnicos estrangeiros, contratados, não só para iniciar o serviço, que constitui uma especialidade, como para instruir o pessoal operário.

De passagem, deve dizer-se que, se não a totalidade, pelo menos a maioria de nossos oficiais, inclusive generais, ignoram a existência de tão útil fonte de produção bélica. Por achar-se, conforme foi dito, em um recanto do Realengo, entre ruínas, lá não chegou o patriotismo e o interesse pela eficiência do Exército.

Mais adiante veremos a origem dos recursos financeiros que enfrentaram a importante soma despendida.

PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO

Material para o Exército

Para melhor segurança e método nas realizações em vista, julgamos de bom critério organizar um programa de aquisições, incluindo o que já estava, e mais o que se pretendia adquirir. Consistia, sobretudo, em compras de material na Europa, desenvolvimento e aperfeiçoamento de nossas fábricas militares, de modo a aumentar a produção.

Não podemos furtar-nos ao desejo de aqui transcrevê-lo para que saibam das nossas cogitações na direção dos negócios militares do País no sentido de vê-lo dotado dos meios materiais necessários à efetivação de sua defesa.

Diremos, pois, particularmente sobre cada número do programa :

1 — Artilharia Schneider de Campanha, 7,5m/m C 36, modelo 1922 — 120 baterias.

2 — Artilharia Schneider pesada, divisionária, 155m/m curto e 120m/m longo — 45 baterias.

3 — Artilharia anti-aérea.

4 — Munição para Artilharia Krupp e Schneider (campanha, montanha e pesada) .

5 — Armamento portátil — Mosquetão Mauser modelo 1922 — Canos para mosquetão Mauser modelo 1895, 1908 e 1922 — Coleção de peças de sobressalente para mosquetão, pistolas e metralhadoras sistema Hotchkiss.

6 — Material para Aviação, segundo proposta da Missão Militar Francêsa.

7 — Aquisição de campos de Aviação em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, inclusive construção de hangars, instalações telefônicas, etc., etc.

8 — Usina hidro-elétrica para aumento da energia da F.P.S.F., em Piquete.

9 — Fábrica de trotil (construção) e duplicação da F.P.S.F.

10 — Reorganização do Arsenal do Rio de Janeiro, inclusive compra de máquinas, ferramentas e reparação dos pavilhões das oficinas. Matéria prima para 160.000 projéteis variados.

11 — Desenvolvimento e perfeição dos produtos da Fábrica de Cartuchos do Realengo. Máquinas e ferramentas necessárias à fabricação de 150.000 cartuchos de guerra diversos em 8 horas de trabalho, e à fabricação de cartuchos de exercício. Material para casa balística e gabinete de química da mesma fabrica. Instalação completa para produzir detonadores e reforçadores para projéteis de alto poder explosivo. Fôrno para fusão de metais, etc., etc.

12 — Máquinas e aparelhos para o fabrico de projéteis de ferro fundido no Arsenal de Guerra de Pôrto Alegre.

13 — Máquinas e aparelhos para a Fábrica de Pólvora de Estrela (pólvora negra) e gabinete químico.

14 — Material de transmissão para a Escola de Aperfeiçoamento e Aviação, bem como para as esquadrilhas de Santa Maria e Alegrete.

15 — Fábrica completa de espoletas e estopilhas para Artilharia.

16 — Material sanitário para seis Divisões de Infantaria e três de Cavalaria.

17 — Construção do Forte de Cantagalo.

18 — Cangalhas para metralhadoras em número de 6.000.

19 — Arreamento para seis Divisões de Infantaria e três de Cavalaria.

20 — Fuzis Mauser 1908 — 100.000.

21 — Equipamento para seis Divisões de Infantaria e três de Cavalaria em número de 212.300.

O montante de todo êste material andava por 200.000:000\$000. Foi considerado muito elevado em face da situação financeira do País, que não permitia despesas extraordinárias de tão grande vulto. Nós, porém, porfiávamos em obter material para o Exército. Restringimos,

então, aquêlê programa. Um outro foi organizado, constando do seguinte material, que seria adquirido imediatamente:

- 1 — Artilharia Schneider de Campanha 75m/m C 36 modelo 1922 — 120 baterias.
- 2 — Material de Aviação para a Escola de Aviação Militar.
- 3 — Campos de Aviação.
- 4 — Usino hidro-elétrica em Itajubá para aumento de energia na F.P.S.F. em Piquete.
- 5 — Fábrica de trotil. Duplicação da de pólvora de base simples.
- 6 — Compra de máquinas para o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Matéria prima para 160.000 projéteis de várias espécies.
- 7 — Máquinas para F.C.A.G., necessária à fabricação de 150.000 cartuchos de guerra. em elementos, e carregamento de 50.000 diários, em 8 horas de trabalho. Máquinas para confecção de cartucho de exercício. Material para a casa balística e gabinete de química. Instalação completa de detonadores e reforçadores para projéteis de alto poder explosivo. Forno para fusão de metais.
- 8 — Máquinas e aparelhos para fabricação de projéteis de ferro fundido no Arsenal de Guerra de Pôrto Alegre.
- 9 — Cangalhas para metralhadoras.
- 10 — Cartuchos Mauser em número de 75.000.000.
- 11 — Balas cilindro-ogivais em número de 100.000.000.
- 12 — Carregadores em número de 50.000.000.
- 13 — Munição para Artilharia.

Este material era indispensável para dar ao Exército alguma eficiência.

As encomendas ao estrangeiro montariam na importância de ... 116.834:824\$000.

*
* *

Artilharia de campanha

A artilharia de campanha Schneider absorveria maior parcela.

O Exército estava, como ainda hoje, desprovido de artilharia de tiro rápido.

Ao declarar-se a guerra em 1914, a artilharia pelo Brasil encomendada em 1910 à Casa Krupp estava pronta a ser enviada para cá. De-

pendia apenas da adoção ou não de um novo projétil, recentemente inventado, denominado «Projétil único», com as propriedades simultaneamente da granada e do schrapnell, cujo emprêgo era idêntico ao de cada um desses projéteis. Como granada ou schrapnell, conforme o caso.

Era no momento a artilharia mais moderna.

O Governo Alemão, porém, dela apossou-se ao explodir a guerra, privando a Casa Krupp de cumprir seu contrato conosco.

Nova encomenda de 120 baterias deveria ser feita, não à Casa Krupp, mas à Schneider, cujo material, em concurso, foi, pela comissão nomeada, considerado superior aos demais.

Apesar dos embaraços experimentados, nossos esforços, nesse sentido, seriam coroados esplêndidamente, se não sobreviesse a revolução de 5 de Julho de 1924, em São Paulo.

Não obstante as dificuldades financeiras, nossa insistência em adquirir essa artilharia, foi amparada pelo ilustre Ministro da Fazenda, Dr. Sampaio Vidal, a cuja boa vontade e interesse pelo Exército deve-se em grande parte as realizações de que nos ocupamos.

Em uma reunião ministerial, presidida pelo Chefe da Nação, declarou-nos aquêlê Ministro: «Senhor Ministro da Guerra, tenho a satisfação de comunicar-lhe que estamos habilitados a financiar a compra da Artilharia de Campanha, porque tanto se interessa Vossa Excelência».

Dirigi-me, então, ao Dr. Arthur Bernardes, nestes têrmos: «Neste caso, Senhor Presidente, a reunião ministerial de hoje deve ser considerada de alta significação histórica. Pela declaração do Sr. Ministro da Fazenda resolveu-se um problema de magna importância para a Nação, qual o de dotar o Exército com um poderoso instrumento de defesa, e do qual muito se ressentia».

★

★ ★

O Ministro Calógeras ao findar sua administração havia firmado contrato com a Casa Schneider para o fornecimento de 120 baterias de Artilharia 75m/m C. 36, modelo 1922, «ad referendum» do novo Governo da República a inaugurar-se a 15 de Novembro de 1922.

A importância a despendar montaria em francos franceses em 94.200.000, que, reproduzidos a papel cotando-se o franco francês a

\$505, atingiria a soma de 47.571:000\$000 a serem pagos em 5 prestações. A mais elevada de 15.875:000\$000, no ato da assinatura do contrato.

As formidáveis despesas ao Tesouro Público pelo movimento insurrecional, com o fim de debelá-lo e restabelecer a normalidade em vários pontos do território nacional, onde os revoltosos atingiram, impossibilitou o Governo de consumir aquêle patriótico tentamen. A ordem pública acima de tudo. Para ela todos os sacrificios da Nação.

Eis o motivo porque não foi adquirido êsse material, de sensível falta para o Exército, e que constou do item número 1 de nosso programa de realização.

2-3. *Material. Campos de Aviação.*

O Sr. De Séguin, da Missão Militar Francêsa, propôs a aquisição de material para a Escola de Aviação Militar. Constava de 10 células Bréguet, 5 aviões Spá, de motores de 180 H.P., 10 aviões escola 54, e oito lotes de sobressalentes. O total da encomenda era de 1.440:000\$. Ainda a revolta de São Paulo veio obstar a aquisição dêsse material. Além das dificuldades de ordem financeira, suspeitas pesavam sobre a E.A.M. Elementos contaminados por idéias subversivas lá existiam. O próprio Comandante da Escola nutria desconfianças. Pediu mesmo a retirada de um certo pessoal.

Não era, pois, aconselhável dotar a Escola, no momento, de novos recursos. Poderiam ser utilizados contra o regimen legal, atento o espírito de desordem, com evidentes sintomas.

Os mesmos motivos de ordem pública inibiram nosso Ministério de promover a instalação de campos de aviação em vários pontos do Estado de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, destinados à operação de «aterriagem» dos aviões militares em serviço do Exército, e da Aviação Civil.

A contar de Bulhões, Estado de São Paulo, até a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, foram escolhidas 21 localidades pelo 1º Tenente aviador Pacheco Chaves que, após uma viagem de estudos, justificou em substancioso relatório as suas preferências pelas referidas localidades. Um orçamento especificando as despesas necessárias à instalação completa, incluindo desapropriações, preparação do terreno, estabelecimento de linhas e aparelhos telefônicos, etc., etc., acompanhou o magnífico trabalho do inditoso Tenente Chaves. Atingia a soma de 2.440:000\$000 a realização integral de todos os serviços.

Se não foi executado o projeto, mostra êle, todavia, que o Ministério a nosso cargo. cogitou do assunto para desenvolver a Aviação Militar, ainda incipiente.

4. *Usina hidro-elétrica em Itajubá.*

Ao tratar dos melhoramentos da F.P.S.F., em Piquete, disse que para aumentar a energia elétrica foi projetada uma usina elétrica no Município de Itajubá, pouco distante da cidade do mesmo nome, que ficaria situada em uma das cachoeiras do rio Bicas, em Bicas do Meio. Foi para isso escolhida a chamada «Dos Negros», porque maior soma de vantagens oferecia. Na estiação, fornece, por si só, seguramente 1.500 H.P. com 102 m de queda.

Ao deixar o Ministério em 15 de Novembro de 1926, estavam as obras em franco andamento, alcançando o termo final em 1934, quando Ministro da Guerra o General Espírito Santo Cardoso.

Foi um importante serviço pela nossa administração prestado à defesa nacional.

A Casa Haupt & Cia. foi a fornecedora de todo o maquinismo, auxiliando ela própria suas instalações (No capítulo referente à F.P.S.F. veremos os trabalhos efetuados).

Indicaremos mais adiante a proveniência dos recursos para tal obra.

5. *Fábrica de Trotil. Duplicação da de Pólvora de Base Simples* (No capítulo F.P.S.F. tratamos desta usina).

Iniciadas as obras, estavam assaz adiantadas ao deixarmos o Ministério, foi inaugurada naquela mesma data.

6. *Máquinas para o Arsenal do Rio.*

Quando tratei das Indústrias Militares descrevi o que foi realizado no mais importante arsenal da República.

7. *Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra.*

Todos os melhoramentos para esta fábrica, constantes do programa, foram realizados durante nossa administração. Dêles tratei sob a rubrica «Indústrias Militares».

8. *Balas cilindro-ogivais.*

Foi adquirida a quantidade consignada no programa.

9. *Munição para Artilharia.*

Em consequência dos lamentáveis sucessos de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, nosso já diminuto estoque de munições desapareceu quase inteiramente. Ficámos reduzidos a 10.000 tiros em todo o Brasil.

Impunham-se novas e urgentes aquisições. A luta civil continuava.

A Casa Krupp & Cia. propôs-se fornecer por intermédio de sua associada em Bofords. Aceita a proposta foi adquirida a seguinte munição :

a)	Para o canhão de T.R. 7,5/28 10.000 grana-	
	das de auto explosivo por	£ 40.000
	10.000 schrapnelles por	£ 40.000
b)	Para obuzeiro de campanha 10,5m/m	
	2.500 schrapnelles por	£ 14.500
	5.000 granadas por	£ 32.500
c)	Para o canhão 7,5/11	
	2.000 schrapnelles por	£ 7.700
	4.000 granadas por	£ 15.000

Atingiu, pois, o fornecimento total de 33.500 projéteis a £ 150.400.

Como tôdas as compras de material, foi esta realizada mediante parecer muito favorável da Diretoria do Material Bélico, por quem foi recebida a munição quando de sua chegada ao Brasil.

É de notar que a Casa Bofords desempenhou-se tão bem, que a munição serviu de tipo à nova fabricação do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Apresentava qualidades balísticas superiores às da antiga munição proveniente de Krupp.

Como se verifica da discriminação que reunimos, dei em grande parte cumprimento ao programa que me tracei.

Motivos de ordem elevada inibiram de dar-lhe integralmente.

A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (*)

Discurso do General Setembrino de Carvalho

NA ABERTURA DA CONFERÊNCIA DE BAGÉ EM 15 DE NOVEMBRO DE 1923

Meus dignos patrícios.

Quis o eminente Sr. Presidente da República, cujos atos são sempre inspirados pelo mais acendrado patriotismo e pelo sentimento dos sagrados deveres de seu cargo, que me coubesse a honra insigne de ser o mediador entre o Govêrno do meu Estado e os meus conterrâneos que, em defesa de ideais que lhes são tão caros, sustentam uma luta, por cuja cessação se ouvem, num clamor unânime, os votos dos que conhecem quão fundo êsse estado de coisas interessa à vida econômica e financeira do Brasil, que tem o seu crédito no exterior intimamente associado aos fatos que ocorrem nesta próspera unidade da Federação,

Nem só êsse é o aspecto sob o qual se nos depara a luta no heróico Rio Grande.

É que êsse duelo amargura ainda sobremodo a alma nacional com a dolorosa ruptura dos vínculos de fraternidade que tanto acrescentam à nossa capacidade de ação.

O Brasil tem, à hora atual, os olhos fitos em seus filhos a que incumbe promover, por todos os meios honestos, um acôrdo que há de pôr têrmo a essa rude e ruinosa luta entre irmãos.

Rude, e sempre indecisa, porque se trava entre perdulários da bravura.

Ruinosa, porque está exaurindo as fôrças que devemos resolutamente pôr ao serviço da prosperidade sempre crescente do nosso amado Rio Grande.

Estendamos o olhar por todo o solo sagrado de nossa terra natal, e ve-lo-emos orvalhado de lágrimas ainda não enxutas.

Soou a hora solene em que não nos é licito obstar, de ânimo frio, a que as verdes coxilhas do Rio Grande sejam a harpa eólia, que, tangida dos nossos ventos, entõe, entre nós, o cântico da fraternidade.

(*) Publicado na Livraria do «Globo» — Porto Alegre em 1923.

É, a meu sentir, movidos por êsse generoso propósito que nos reunimos na legendária cidade de Bagé, onde se diria que os relâmpagos das tempestades são fulgurações do heroísmo dos gauchos.

Está feita brilhantemente na história, de que tanto e tão legitimamente nos orgulhamos, a demonstração prática de que os valorosos filhos do Rio Grande haurem na consciência de seus iniludíveis deveres para com a Pátria a energia inquebrantável que honra, em tanta maneira, os que tivemos a boa fortuna de nascer em terras do Brasil.

Não devemos nunca perder de vista que a grave questão do Rio Grande não é um caso regional, senão, e em tãda a verdade, nacional.

Não nos podemos, por isso mesmo, encerrar dentro do círculo dos interesses exclusivos, ainda que consideráveis, desta formosa região do País.

Escusado é discorrer sôbre a repercussão danosa da luta homérica do Rio Grande na ordem financeira geral onde o crédito é tão sensível a essas convulsões que não se localizam, antes perturbam profundamente tãda a vida nacional, numa absoluta solidariedade orgânica.

Dai a impreterível necessidade urgente de nos procurarmos entender fraternalmente, para criar as condições cívicas que são o ambiente moral próprio para nutrir a fé recíproca entre homens dignos, suscetíveis do remorso de trair a sua palavra de honra.

Dissipemos para isso, antes de tudo, essa rancorosa intolerância política que abrolha acêsa na imprensa em uma linguagem que, ao mesmo passo, insulta o adversário, e deprime o seu autor.

Há no glorioso Rio Grande uma fôrça que se impõe à admiração de todos os corações bem nascidos, isto é, capazes de entusiasmo.

É essa que aí está desencadeada, depois de uma luta diuturna durante mais de seis lustros.

Não se trata, está bem claro, de interesses pessoais, porque êsses são sempre, aqui e ali, de fácil e pronta acomodação, como há notôriamente exemplos que farte.

Uma fonte de energia moral como essa, é impossível destruí-la, como não se destrói um manancial que brota impetuoso das entranhas da terra.

Tudo reclama então que arredemos os obstáculos que se opõem à convergência fecunda de todos os esforços úteis para a consecução dos ideais de grandeza de nossa comum terra natal.

Uma luta armada que é feita por amor de princípios, com desinterêsse e desambição de mando, pode cessar muito dignamente com a conquista de vultuosas condições obtidas no terreno dos princípios.

Não deve, portanto, em bem dos interêsses superiores da ordem, ser o nome de quem exerce a presidência do Estado, já agora numa curta temporariedade fatal, não deve razoavelmente ser óbice ao advento da paz por que todos anseiam, e de que tanto havemos mistér.

O que se há conseguido, se não é tudo o que pretendieis, é incontestavelmente muito.

Se quisesseis alcançar tudo, numa attitude irreductivel a todo o transe, seria caso de não aceitar sequer a discussão de um acôrdo para lavar nas águas lustrais da concórdia o vasto lençol de sangue que cobre a verdura dos nossos campos.

A divisão dos poderes constitucionais no Rio Grande é um ponto no qual tem incidido com veemência a critica de juristas de notável saber.

De modo que a reforma da constituição politica de 14 de julho, feita no sentido de que à Assembléia dos Representantes caiba exercer amplamente o poder legislativo é todo um programa para o partido revisionista que quiser servir ao Rio Grande com o melhor dos seus esforços.

Teremos assim, face a face, adversários que se distinguem por seus pontos de vista francamente definidos, ao invés do que ocorre, muita vez, alhures, desde que não há colisão de doutrinas, senão meras, mas renhidas competições pessoais entre os que aspiram aos mesmos postos.

A autonomia dos municípios, que é a condição primária das liberdades públicas, estará assegurada de um modo pratico e efetivo e todos poderão colaborar com efficácia, mediante o seu voto e a livre expressão de opiniões, e mercê das iniciativas inteligentes, na obra do bem comum.

Espero que faremos a paz com o concurso decisivo dos nossos illustres conterrâneos Dr. Assis Brasil e deputado Maciel Júnior, aqui representado por nosso digno patricio Dr. Angelo Pinheiro Machado, e dos denodados generais da revolução que, dando provas irrecusáveis de uma virilidade moral de lei, se têm mostrado dignos herdeiros da bravura dos nossos ancestrais.

A semente do ódio germina a viuvez, a orfandade, o luto, a miséria.

É através da névoa das lágrimas que as mães, orfanadas do afeto de seus filhos, vêem aflitas o espelho de esmeralda das coxilhas, onde o homem laborioso se debruça, para ver, graças à púrpura das madrugadas, a imagem imponente do futuro do Rio Grande no seio amigo da paz.

Como riograndense nato que quer com amor à sua terra e à sua gente, eu não praticaria a insídia ignominiosa de propôr uma paz que não fôsse digna das tradições cívicas do Rio Grande, da sua alta cultura política, e da nobreza de caráter de um povo cioso em pontos de honra.

O Rio Grande espera que cada um envide todos os seus esforços para levar a cabo a obra da paz.

É, nesta conformidade, que tenho a honra de oferecer ao exame dos meus dignos conterrâneos, como base para as decisões, o projeto de acôrdo que peço vênha para lêr :

CONDIÇÕES DA PACIFICAÇÃO GERAL

1ª

Reforma do art. 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato.

Idêntica disposição quanto aos intendentess.

2ª

Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

3ª

Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.

4ª

As nomeações de intendentess provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando, em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não houver intendentess, vice-intendentess e conselhos municipais.

5*

Os intendentes provisórios procederão às eleições municipais no prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações.

6*

O vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente.

Se, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias.

Idêntica disposição quanto aos vice-intendentes.

7*

As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito, salva a hipótese de uma nova divisão eleitoral.

8*

Para as eleições estaduais o Estado será dividido em seus distritos, ficando garantida a eleição de um representante das minorias em cada distrito.

9*

A representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apôio a essa medida.

Enquanto não fôr ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial.

10*

O Governo Federal e o Governo do Estado, em ação harmônica, empregarão os meios necessários à eficácia das citadas garantias.

MENSAGEM DO DR. ASSIS BRASIL AO GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO

Exmo. Sr. General Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro
da Guerra

Bagé

Eminente compatriota e amigo.

Os chefes de forças revolucionárias que, a convite de V. Excia. e meu se reuniram nesta cidade a 15 do corrente, retiraram-se ontem para os respectivos acampamentos, com as mesmas garantias que V. Excia. lhes ofereceu para virem até cá.

Deles ouviu V. Excia. que me deixavam plenos poderes para discutir o caso da pacificação e sobre êle resolver definitivamente. Posso ainda afirmar que os elementos políticos favoráveis em todo o Estado ao presente movimento armado, sem exceção que me conste, me conferem igual faculdade. O nosso distinto patricio e amigo deputado Antunes Maciel também me honrou expressamente com a sua representação.

A formidável responsabilidade resultante desse fato é, entretanto, grandemente atenuada pela circunstância de reconhecer eu, na minha humildade de democrata, que não estou feito árbitro discricionário, mas simples representante das vontades dos meus comitentes. Ao contrário do que pretendem os filósofos da ditadura e do despotismo, um democrata consciente julga-se tanto menos livre quanto mais cresce em extensão e intensidade a autoridade de que é investido.

Queira, pois, V. Excia. ver nesta breve resposta à eloquente e primorosamente cortês mensagem com cuja leitura me honrou e aos meus bravos generais, na tarde histórica do 34º aniversário da República, mais do que a minha palavra, o éco autêntico da voz da grande e ardorosa parte do povo riograndense a cuja serviço o destino consagrou êstes últimos dias da minha inútil existência.

Duas causas, uma antiga, outra recente, explicam o presente levantamento armado e o protesto do que é evidentemente a grande maioria dos riograndenses; a primeira é a organização ditatorial do Estado, cuja longa experiência edificou a opinião e fatigou a tolerância do povo; a segunda consiste no fato de ser considerada real e legalmente viciosa a última eleição presidencial do Estado, denunciada como caso patente de usurpação do poder.

Apesar da capciosa insistência com que se tem pretendido transfigurar os intentos do movimento revolucionário, é certo que este, impugnando a validade da recente eleição, não arvorou um pretendente à ocupação da presidência do Estado. O que a oposição quer e reclama para o dia seguinte ao do desaparecimento da usurpação é o recurso direto à própria fonte da soberania, à origem legítima de todo poder entre povos livres. Triunfante pelas armas, ou pela pressão eficaz da formidável mole de opinião que representa, a oposição exigirá simplesmente que, mediante a intervenção imperativamente indicada pela Constituição Federal, se proceda a uma eleição livre, a uma sincera e honesta consulta ao povo, cujo resultado acatará religiosamente, seja elle qual fôr: se favorável ao partido que exerce hoje o poder, ou governo de fato, terá desaparecido, com a pecha da usurpação, o agravo que justificava o recurso às armas; se vencer a outra parte, ela terá o direito de promover integralmente as reformas constantes do seu credo e administrar o Estado a seu modo.

A fórmula adotada pelo movimento armado — *desaparecimento da usurpação e do seu instrumento legal* — é, pois, para o caso da vitória integral da Revolução. Se, porém, a questão deve ser resolvida por acôrdo, nada mais evidentemente razoável do que a desistência por ambas as partes da realização absoluta das suas respectivas pretenções. É preciso que cada um avance o suficiente para encontrar a outra a meio caminho. Esse é o caso atual, com a circunstância importantíssima de ser mediador para o buscado acôrdo o próprio Governo Federal, representado pela conspícua pessoa de V. Excia. A oposição não podia deixar de atender com a melhor vontade ao apêlo para colaborar na pesquisa de condições que permitam o estabelecimento de uma paz definitiva e — não era preciso acrescentar — digna e honrosa.

Convidando-me para me pronunciar sôbre o projeto de condições de pacificação que nos expôs e deu por escrito na reunião de 15 dêste mês, V. Excia. exprimiu o desejo, que reiterou no dia seguinte, de que, em nome dos elementos que represento, eu sugerisse qualquer modalidade que me parecesse indicada para se alcançar o que tanto nos preocupa — a paz verdadeira.

Ora, essa paz verdadeira — V. Excia. o reconhecerá e sentirá, como sente e reconhece tôda a gente — não pode ser estabelecida mediante a submissão pura e simples de um partido ao outro, pela fôrça, ou mesmo por capitulação indigna. Se a luta armada cessasse amanhã por êsse meio, não cessaria a inquietação anciosa do espirito público, a vida não voltaria à normalidade fecunda, indispensável ao progresso e à felicidade;

dentro em pouco explodiria de novo o conflito em pugnas ainda mais encarniçadas e bárbaras que as de antes.

Para evitar tão desastrosa situação, tive oportunidade de propôr, iogo às primeiras tentativas oficiais de acôrdo para terminação desta luta, uma combinação que ainda boje me parece aceitável, mas que então não teve andamento, suponho que por não agradar a outra parte. Consistiu ela em a oposição, que nega reconhecimento e obediência ao govêrno de fato, consentir, por amor da paz, em reconhecer provisoriamente essa autoridade para todos os fins, inclusive e principalmente para o fim de ser nomeado pelo atual presidente do Estado um vice-presidente que merecesse a nossa conformidade, através da aceitação pelo Govêrno Federal; o presidente do Estado, então sem se demitir, nem sofrer humilhação alguma, tomaria uma licença sem tempo; o vice-presidente assumiria o exercício até a realização das próximas eleições de representantes na Câmara e Senado federais; o partido que triunfasse nesse pleito, efetuado com liberdade e lisura, sob a fiscalização federal, entraria pelas vias legais no govêrno do Estado, correspondendo com generosa liberalidade ao acatamento que lhe tributaria o adversário. A proximidade, muito maior hoje das eleições federais, não faz agora êsse plano tão oportuno como então. Entretanto, seria ainda uma forma digna de se obter a *paz verdadeira*, bem que menos indicada do que a que passo a submeter à apreciação de V. Excia.

O desenvolvimento do conflito armado e a altura a que têm chegado os plausíveis esforços do Govêrno Federal para deter a calamidade pública e suprimir radicalmente os seus efeitos — vão cada vez caracterizando mais o presente caso como uma questão de conciliação de todo um povo, antes do que como simples pacto da paz entre dois inimigos — *Conciliação* — Eis a palavra e eis a idéia! É o modo clássico, a forma consagrada de solver dissídios da natureza do nosso, lenindo a irritação que os acompanha e preparando para próximo futuro a inevitável e salutar competição dos partidos no empenho da predominância legal. A conciliação tem sido em tôda parte, mesmo no nosso País, baseada na instituição de um govêrno sem compromisso no conflito confiado a alguém que exhiba altas qualidades pessoais, principalmente a de ser suscetível de se elevar à magnitude da missão, oferecendo com austera justiça garantias morais e materiais a tôdas as facções e a todos os indivíduos.

Se é de paz entre irmãos que se trata, regresso à paz entre irmãos desavindos chama-se *Conciliação*.

Tendo diante dos olhos e do coração apenas o bem da Pátria, com a paz na família riograndense, lançando ao mais profundo desprêso toda preocupação que não seja a da salvação do nosso povo, ousar admitir que o próprio chefe da outra facção, riograndense como nós, fascinado pela evidência do ato magnânimo que o recomendaria à posteridade, remindo-se desde já de possíveis culpas no juízo dos mais severos adversários, será capaz de declinar das alegações puramente formais, ou doutrinárias, com que justifique a autoridade que exerce, dando tudo isso e tudo quanto fôr necessário e lícito — pelo preço da paz verdadeira para a nossa terra e a nossa gente.

Como em todo pacto deve haver condições, declaro com a brevidade compatível com esta sucinta indicação, que as nossas condições para adoção de uma candidatura de conciliação teriam como base o mais positivo desinteresse quanto a postos oficiais na administração, deixando igualmente plena liberdade ao Governo quanto à conservação dos funcionários existentes e somente concorrendo aos cargos de eleição, ainda assim dispostos a tudo quanto significasse cordura e mansuetude nos pleitos.

Dificuldade sobre indicação de um nome? Da nossa parte não existirá: qualquer cidadão de valor moral, indene de faccionismo partidário, teria o nosso apóio desinteressado.

A conciliação é o caminho indicado pelo patriotismo e pela razão de estado. Governo de vencedores e vencidos é infecundo quando não calamitoso. É sempre uma variante da paz de Varsóvia. Do que o Rio Grande precisa é de paz na liberdade, para ter boa administração. Nenhuma vaidade humana pode obscurecer essas grandes verdades e justificar o seu desconhecimento.

Faça V. Excia. Sr. Ministro e eminente patricio e amigo, chegar essa proposta ao Sr. Borges de Medeiros. A tentativa é digna de V. Excia. E por que descrever do êxito? Não é certo que aquêle prestigioso chefe político vai ter de escolher entre duas perspectivas: — a paz, a prosperidade, a alegria do seu povo, de um lado, e de outro, o luto e o sangue? Por que não será lícito esperar que o homem se sobreponha ao político, que o patriota predomine sobre o partidário, que o coração se harmonize com a razão?

A mensagem por V. Excia. lida na reunião de 15 termina pela apresentação de dez cláusulas de pacificação, que V. Excia. já considera acei-

tas pela outra parte, bem que suscetíveis de modificação, mediante discussão conosco.

O exame de algumas dessas cláusulas reforça as minhas esperanças de que o chefe adversário não se conserve absolutamente fechado a transigências razoáveis em homenagem à paz ou a outras elevadas preocupações. É com a maior sinceridade que felicito V. Excia. pelos resultados obtidos nesse particular.

Para não ferir o caso mais flagrante, basta-me observar que, pela cláusula 1ª se admite a abolição pura e simples das reeleições presidenciais e pela 2ª a abolição da lei e do regulamento eleitorais do Estado. Ora, o princípio da reelegibilidade indefinida foi a base invocada para a reeleição do presidente do Estado, e a lei eleitoral estadual, com o respectivo regulamento, foram o meio da reeleição; consentindo, pois, agora na abolição da reelegibilidade e da lei eleitoral, o chefe situacionista despoja-se do *porquê* e do *como* da sua própria existência legal e racional. Passa a viver sem lógica, a viver sem vida, paradoxo que não quero comentar. Pelo contrário, não romperia no mais mínimo com as exigências da razão e da dignidade, se, usando de um direito indeclinável e obtemperando aos mandamentos do patriotismo, se despisse espontaneamente do poder, colaborando na escolha da candidatura conciliadora.

Se o critério de uma candidatura de conciliação fôr aceito, só esperarei pelo acôrdo sôbre o nome do candidato, a fim de aconselhar a todos os meus amigos o regresso aos lares e o esquecimento completo e efetivo do passado, mediante as garantias individuais que o Govêrno Federal não deixará de assegurar, como já tem prometido.

Se a pacificação não fôr obtida pelos meios que acabo de submeter à consideração de V. Excia., lamento ter de lhe informar que precisaria ainda de alguns elementos para tomar decisão peremptória sob as bases oferecidas com a mensagem de 15 dêste mês.

Um esclarecimento posso, entretanto, adiantar, e é — que a opposição que tenho a honra de representar não pleiteia reformas parciais da Constituição ou de outras leis do Estado. O nosso raciocínio tem a

simplicidade das grandes evidências. Ou temos conosco a maioria do povo e, nesse caso, reformaremos quaisquer leis quando e como quisermos; ou não dispomos da maioria, e, então, é justo que as leis continuem como estão. Somos democratas: não podemos pretender dominar a maioria, nem consentir que a minoria nos domine. Mais uma vez chegamos à conclusão de que o meio natural de dirimir a questão seria consultar leal e honestamente o povo soberano.

Dado êsse antecedente, dispenso-me de alegar outras razões para me julgar obrigado a declinar de discutir as medidas e reformas parciais constantes das cláusulas de pacificação que acompanham a mensagem de V. Excia. Isso, porém, não tira que eu aplauda calorosamente os verdadeiros triunfos obtidos por V. Excia. conquistando o consentimento dos sustentadores da situação oficial dêste Estado na adoção de tais reformas, algumas das quais, como já observei, representam verdadeiros avanços no sentido da mudança radical que considero indispensável à felicidade do Rio Grande do Sul. É a erosão que começa na muralha até ontem reputada intangível e imóvel.

Das dez cláusulas, apenas a última, a 10ª, reclamaria a nossa imediata colaboração, para o caso de se efetuar a pacificação nas linhas por V. Excia. propostas. É a que trata das garantias individuais na hipótese de a oposição depôr as armas na permanência do atual consulado estadual, que ela insiste em considerar um caso de usurpação.

Os termos em que está formulada a cláusula 10ª são breves e vagos: «O Governo Federal e o do Estado, em ação harmônica, empregarão os meios necessários à eficácia das *citadas* garantias». Tais garantias não foram, porém, citadas com a precisão e clareza indispensáveis. Entretanto o agudo espírito de V. Excia. perceberá prontamente quanto será essencial que se definam taxativamente as garantias sob cuja égide haviam de permanecer inermes os ex-combatentes, ameaçados de vindictas de toda ordem, de toda sorte de agravos às suas pessoas, bens e direitos. Seria preciso que o Governo Federal instituisse civil e militarmente uma intervenção virtual, até que as paixões abrandassem — em quantos anos, quem sabe? — e a cordura voltasse a todos os espíritos.

A intervenção se estenderia dos atos privados aos públicos. Na permanência da presente situação, não há talvez um riograndense que

admita a hipótese do exercício livre do direito do voto, e quando o exercesse, — de poder coarctar a fraude enraizada desde os registos eleitorais até aos costumes dos empreiteiros de eleições. O pleito eleitoral em tais condições continuaria a ser a velha mistificação conhecida. Seria necessário uma supervisão, ainda que paternal, severa bastante para que os oprimidos de hoje admitissem a possibilidade de reatar, amanhã timidamente o fio rôto do exercício dos seus direitos e deveres cívicos.

Levado pelos sentimentos de humanidade e patriotismo por V. Excia. tão eloquentemente invocados, e como prova da confiança que todos os riograndenses depositamos nas superiores qualidades pessoais de V. Excia., eu não me negaria a aconselhar os meus amigos a atender ao convite pacifista do Governo Federal, desde que este, por intermédio de V. Excia., e com a positiva promessa de o ter por executor, ofereça um plano concreto de medidas garantidoras da vida e liberdade dos que se desarmassem, regressando às ocupações da paz. Não me cabe esboçar esse plano, mas posso adiantar sobre ele algumas sugestões. Por exemplo entre as medidas a adotar, seria essencial a do afastamento em certas localidades de autoridades apaixonadas, notóriamente opressoras, cruéis algumas. A dissolução imediata e a dispersão dos chamados corpos provisórios da Brigada é de tão evidente necessidade, que dispensa ponderações especiais.

Além do representante federal que deve superintender em todo Estado, será indispensável instituir delegados nas localidades, nos municípios, quiçá em determinados distritos.

Em circunstâncias especiais será mesmo aconselhável que esses representantes federais exerçam os próprios cargos de policia local.

Mediante um plano bem claro e inteligentemente concebido para os efeitos indicados, que deixe bem definida a existência da intervenção federal, garantida pela honra do Governo Federal, representado por V. Excia., e em falta de outra modalidade mais eficaz de pacificação, espero que os meus amigos haviam de ouvir o meu conselho no sentido de acederem lealmente aos nobres desejos de V. Excia. Sem essas garantias, eu não ousaria propor-lhes o que não teria outro nome senão o de rendição indigna. Faço a V. Excia., como a qualquer homem de bem, juiz da minha terrível situação: Como hei de aconselhar a continuação dos horrores da guerra civil, ante uma perspectiva sólida e honestamente garantida de regresso à paz, com tôdas as probabilidades de restauração da normalidade política? E como hei de aconselhar o

desarmamento e a rendição aos bravos que combatem com vantagem, que confiam na vitória, quando não lhes possa afiançar que não vão ser assassinados ou surrados nos próprios lares? E, sôbre tôdas as considerações, é preciso não esquecer esta — que o tributo de sangue tão generoso e herôicamente pago no altar da Pátria deve ter no bem público uma repercussão igual ao sacrifício que representa.

Queira V. Excia. aceitar a renovação dos meus protestos de alta estima e de respeito. Bagé, 18 de novembro de 1923. — *J. F. de Assis Brasil*.

CARTA DO DR. ASSIS BRASIL AO GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO

Bagé, 7 de Dezembro de 1923.

Exmo. Sr. General de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho.
— Ministro da Guerra.

Caro Sr. Ministro e Eminente amigo.

Sou forçado, por motivos superiores, a ausentar-me desta cidade, aonde, entretanto, regressarei com presteza e da melhor vontade, mediante aviso de V. Excia., tôda vez que a minha presença se tornar necessária para a prossecução dos esforços que temos empregado no sentido do restabelecimento da paz riograndense. Não vejo, porém, muita probabilidade de que tal necessidade se nos depare: — em nome dos elementos que represento, já fui o mais longe que podia ir, aceitando a última sugestão de V. Excia. para o acôrdo pacífico baseado em consulta direta ao povo, a propósito da eleição de vice-presidente do Estado, sob a fiscalização e arbitramento final de V. Excia.

V. Excia. aproveitou hábilmente o meu compromisso tantas vêzes repetido em documentos públicos — de que me contentaria, em nome dos meus correligionários, com uma consulta ao povo, em pleito garantidamente livre. É verdade que sempre considerei a retirada, definitiva ou temporária do presente detentor do poder supremo estadual, como condição da liberdade e austeridade do pleito. E V. Excia., na sua fórmula proposta, mantinha aquela autoridade, fazendo incidir a prova eleitoral sôbre a vice-presidência do Estado. Ninguém melhor que V. Excia. conhece o árduo trabalho que me custou vencer neste particular a relutância dos dirigentes do movimento libertador, tanto dos que comandam forças como dos que o sustentam por outras fórmas.

Em verdade, parecia indiscutível o absurdo de se consultar o povo, conservando no governo, mais que efetivo, discricionário e cômodo, dêsse povo, a parte mais diretamente interessada no julgamento. Contra essa fundamental suspeição, valeu a minha alegação da garantia que teríamos da palavra honrada de V. Excia., assegurando-nos a sua intervenção imparcial, e austeramente justiceira, nos atos preparativos, na realização e no julgamento do pleito.

Cedemos o mais que era possível, prestamos a mais alta homenagem de respeito e confiança ao nobre representante do Governo Federal e ao contrerrâneo querido e admirado, demos enfim a maior prova de cordura e tolerância por amor do restabelecimento da paz, no momento preciso em que os nossos bravos se sentem mais aparelhados para uma luta vitoriosa destinada a aumentar o tesouro de glórias épicas de que se ufana o Rio Grande do Sul.

V. Excia. fêz chegar a outra parte o seu plano de pacificação com a garantia de nossa plena aquiescência a tôdas as cláusulas do mesmo. A paz imediata está, pois, pendente dos lábios do nosso adversário. Com um dêstes monosílabos — *sim* ou *não* — êle pode correr o véu da aurora bendita e desejada, ou desencadear a tempestade.

Podem os sofistas chicanear ou tergiversar à vontade; a situação irredutível fica sendo esta : aceitei em nome dos meus amigos a fórmula de paz oferecida pelo embaixador federal; a outra parte tem a palavra para dizer se quer que a paz se estabeleça, ou se a guerra deve continuar; a responsabilidade do rompimento será tôda sua.

Permita V. Excia. a renovação dos meus sinceros e respeitosos protestos de alta estima e consideração. — *J. F. de Assis Brasil*.

APÊLO AOS REVOLUCIONARIOS

Bagé, 7 de Dezembro de 1923.

Exmo. Sr. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Ninguém sabe melhor do que vós, que é à obra da paz que nos devemos votar, com tôdas as veras de nossa alma, se quisermos, nesta hora da vida nacional, servir aos legítimos interesses do Rio Grande.

Fostes vós o que, n'ô memorável discurso de Santa Maria, perante um imenso auditório vibrante de entusiasmo cívico, evocastes o sombrio período agudo da inevitável situação de vencedores e vencidos que se seguiu ao pandemônio da guerra civil de 1893.

Fostes vós o que então declarastes, com aplausos dos vossos numerosos ouvintes, que, não só se deve admitir que os homens da situação, quaisquer que sejam os seus erros e violências praticadas contra a liberdade, são suscetíveis de emenda, senão também que se não deve perturbar a marcha incerta e tímida que às vêzes parece quererem empreender nesse rumo salutar.

Aconselhastes ainda, com a vossa incomparável autoridade moral, a suportação dos sacrifícios de paciência e de indignação, para conservar a paz, embora apenas material, dizíeis vós, que desfruta a família riograndense.

Sacrifícios de paciência e de indignação. Não e nunca sacrifícios de dignidade, esclarecíeis vós com inteira razão.

É esta a vossa brilhantíssima lição que cabe tanto, e tão bem, no caso atual.

Cái a lança recordar aos menos pacientes e mais indignados que importa grandemente prezar a honra de todos os riograndenses, não só em causa própria, senão também em causa alheia.

É por isso mesmo que a paz fecunda que há de suceder a essa luta fratricida, deve assentar num acôrdo honroso, não para uma parcialidade política tão só, senão para todos os riograndenses.

É de evidência imediata que, sem bases dignas para todos, não se há de criar uma ordem de coisas dentro da qual o devotamento cívico de todos os riograndenses possa, como tanto havemos mistér, frutificar em benefícios para o Rio Grande.

Não há acôrdo sem concessões reciprocas. Acôrdo sincero, é claro. E o acôrdo, ou é sincero, ou não existe.

Que acôrdo honroso para ambas as partes poderia ser feito, se para dirimir uma lide entre o Governo do Estado e os revolucionários, se estatuisse, como preliminar indeclinável, a destituição ostensiva, ou disfarçada, de um presidente investido do govêrno por meios tão regulares como os que mais o são entre nós por tôda a parte, dada a nossa ainda deficiente e defeituosa educação política?

É inoportuno e ocioso discutir agora as fraudes e vícios de uma eleição que já foi definitivamente julgada.

Seria desconhecer a cultura dos que discutem, com tanta erudição, o direito constitucional riograndense lembrar que essa questão está juridicamente encerrada, e que não há juridicamente como reabri-la.

Estava, sim, no interêsse de um advogado hábil, como salta aos olhos das pessoas menos experientes, usar de todos os recursos de

direito, para entreter a vida dessa questão, e não deixá-la enterrar com toda a solenidade ritual das leis.

Na minha fala de abertura da reunião de 15 de Novembro, ofereci ao exame dos bravos generais da revolução, como base para as decisões, um projeto de acôrdo constante de dez cláusulas.

Nessa reunião vos foram concedidos por êsses ilustres chefes militares plenos poderes para discutir o caso da pacificação, e sôbre êle resolver definitivamente.

Sobreveio, porém, no curso das negociações, da parte de elementos radicais, como condição irredutível, a renúncia do presidente, ou, quando menos, o seu afastamento do govêrno até à realização das próximas eleições federais.

E não se trataria tão só do afastamento do Presidente do Estado, coubesse a sua substituição a quem coubesse, na forma da legislação em vigor. Queria-se ainda que a substituição se fizesse por um vice-presidente escolhido agora por acôrdo das partes contendoras e nomeado pelo Presidente do Estado.

Incorria, aliás, essa proposta no vício substancial de aceitar como bom para provimento do cargo de vice-presidente, o princípio da nomeação, cuja substituição pelo da eleição consta de uma das sobreditas cláusulas.

Foi nesse meio tempo que o ilustre deputado Maciel Júnior sugeriu do Rio de Janeiro o alvitre de se proceder, como aplicação prática da reforma da Constituição, à eleição para vice-presidente do Estado, na vaga que se abriria com a renúncia do atual titular dêsse cargo.

É bem de ver que eu não podia nem devia rejeitar *in limine* essa sugestão do nosso distinto conterrâneo tão lealmente e vivamente empenhado no restabelecimento da paz.

Cumpri assim o dever elementar de vos transmitir êsse alvitre que mereceu a vossa mais decidida aprovação.

Sabemos agora que essa condição da eleição do vice-presidente para o quinquênio corrente, não poderá prevalecer, enfim, por não ter a outra parte concordado com a sua adoção.

A mim me parece, entretanto, meu caro compatriota, que não estamos em face de uma condição que afete a dignidade dos que, em defesa de seus ideais, sustentam uma luta que ceifa impiedosamente a vida, não dos que pregam a guerra, senão dos que fazem a guerra, e sacrifica, por isso mesmo, os mais bravos dos gauchos.

Soou a hora em que irmanados num ideal sagrado — que é a grandeza de nossa terra — nos devemos, para salvá-la, levantar todos como um só homem, na linguagem eterna do Evangelho.

Urge que nenhum de nós se deixe exceder por outrem no amor que todos, do mais fundo d'alma, votamos ao Rio Grande.

Façamos a paz.

O grande Joaquim Nabuco lapidou, certa vez, numa frase expressiva, um fato que estava bruto em tôdas as consciências.

Sem os exaltados, dizia êle, não se fazem as revoluções; com êles, é impossível governar.

É impossível governar, digamos nós outros, porque governar é construir.

E é à obra sacrílega da destruição da riqueza material, intelectual e moral do Rio Grande que nos cumpre resolutamente opôr à obra humana da construção da paz.

E, nestas linhas, tenho a honra de fazer, em nome do eminente Sr. Presidente da República, um fervoroso apêlo patriótico aos revolucionários na pessoa do seu digno representante que é o ilustre Dr. Assis Brasil.

Eu afirmo, por minha parte, que não seria nunca o mediador de uma paz entre os meus conterrâneos que não fôsse digna das tradições cívicas do Rio Grande, da sua alta cultura política, e da nobreza de caráter de um povo cioso em pontos de honra.

É fora de dúvida que é honrosa em tôda a linha a paz que fôr feita consoante as cláusulas que correm impressas, e das quais a última está largamente desdobrada em itens próprios para prevenir os naturais exageros da paixão partidária, e quaisquer excessos dos agentes da autoridade pública.

Façamos a frio um inventário das cláusulas sôbre as quais todos estão acordes, e teremos como certo, líquido e incontestável que os revolucionários obtiveram condições que bastam amplamente para satisfazer aos que não se empenharam na luta armada, senão como recurso extremo para a vitória de princípios.

Clamava-se contra a perpetuidade de um homem no poder. Não a terão mais. Será proibida a reeleição do presidente.

Clamava-se contra a nomeação do vice-presidente do Estado, como uma aberração constitucional. Não a terão mais. Será o vice-presidente eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente.

Clamava-se contra a faculdade de o presidente anular as eleições municipais. Não o fará mais. Caberá à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.

Clamava-se contra a legislação eleitoral do Estado que se dizia ser a fraude organizada. Far-se-á agora a adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

Clamava-se contra a deturpação da verdade eleitoral. Terá a minoria garantida a eleição de um representante em cada distrito eleitoral, assim na Câmara Federal, como na Assembléia do Estado. Nada obsta, aliás, a que a oposição eleja, um, dois ou mais representantes num distrito, se fôr para isso eleitoralmente forte. O que se quer estatuir honestamente é que os situacionistas não oferecerão em cada distrito chapa completa, nem iludirão êsse fato com candidaturas avulsas.

Clamava-se contra os atentados à autonomia dos municípios pela nomeação abusiva de intendentes provisórios que eram conservados nos seus cargos indefinidamente. Ter-se-á essa autonomia eficazmente amparada pela disposição que há de regular a sucessão do chefe do executivo local.

O Governo do Estado não procederá contra as pessoas envolvidas nesse movimento político, e a representação federal do Rio Grande tomará, ela própria, a iniciativa de promover a imediata aprovação de um projeto de anistia.

Renovo em nome do Sr. Presidente da República o apêlo que aí está feito aos revolucionários na pessoa do nobre depositário de sua confiança, para sobreporem patrioticamente a tôdas as coisas o amor do Rio Grande. — *General Setembrino de Carvalho.*

ATA DA PACIFICAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e vinte três, em Pedras Altas, município de Pinheiro Machado, Estado do Rio Grande do Sul, na casa de residência da granja de «Pedras Altas», reunidos os Srs. General de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, como delegado especial do Exmo. Sr. Presidente da República, e o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, como representante dos chefes revolucionários em armas, comigo Tenente Coronel Lafayette Cruz, servindo de secretário, e presente os Srs. Drs. João Batista Lusardo, Armando de Alencar e Cipriano Lage, Majores Euclides de Oliveira Figueiredo, José Pedro

Gomes e Sebastião do Rêgo Barros, Capitães Cassildo Krebs, Carlos Silveiro Eiras e Augusto Cardoso Rabelo, Primeiros Tenentes Agenor da Silva Melo e Dr. Carlos Sanzio e telegrafista José Afonso Soares, foram por mim lidas as cláusulas do acôrdo que é resultado de entendimento e ajuste prévios entre o General Setembrino de Carvalho e o Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, de um lado, e de outro, entre o mesmo Sr. General e o Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, acôrdo êste que, celebrado nesta data, põe têrmo à luta armada que os revolucionários sustentam contra o govêrno do Estado, cláusulas que são as seguintes :

PRIMEIRA — Reforma do artigo 9º da Constituição, proibindo a reeleição do presidente para o período presidencial imediato. Idêntica disposição quanto aos intendentes.

SEGUNDA — Adaptação às eleições estaduais e municipais da legislação eleitoral federal.

TERCEIRA — Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.

QUARTA — As nomeações de intendentes provisórios serão sempre limitadas aos casos de completa acefalia administrativa, quando, em virtude de renúncia, morte, perda do cargo ou incapacidade física, ou por falta de eleição, não houver intendentes, vice-intendentes e conselhos municipais.

QUINTA — Os intendentes provisórios procederão às eleições municipais no prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da data das respectivas nomeações.

SEXTA — O vice-presidente será eleito ao mesmo tempo e da mesma forma que o presidente. Se, no caso de vaga, por qualquer causa, o vice-presidente suceder ao presidente, antes de decorridos três anos do período presidencial, proceder-se-á à eleição dentro de sessenta dias. Idêntica disposição quanto aos vice-intendentes.

SÉTIMA — As minorias terão garantida a eleição de um representante federal em cada distrito.

OITAVA — Para as eleições estaduais, o Estado será dividido em seis distritos, ficando garantida a eleição de um representante em cada distrito.

NONA — A representação federal do Estado promoverá a imediata aprovação do projeto de anistia em favor das pessoas envolvidas nos movimentos políticos do Rio Grande do Sul e o Governo Federal dará todo o seu apôio a essa medida. Enquanto não fôr ela decretada, o Governo do Estado, na esfera de sua competência, assegurará às mesmas pessoas a plenitude das garantias individuais e não promoverá nem mandará promover processo algum relacionado com os referidos movimentos, que serão também excluídos de qualquer ação policial.

DÉCIMA — O Governo Federal e o Governo do Estado, em ação harmônica, empregarão os meios necessários à eficácia das citadas garantias. As garantias a que se refere a cláusula décima serão asseguradas na forma por que abaixo se declara :

Primeira — O Governo Federal terá, em caráter amistoso, como fiscal da regularidade do alistamento e do processo eleitoral, um representante, a que caberá: a) dar assistência aos interessados em promover as exclusões que deverão ser feitas nos termos da lei ; b) fiscalizar o processo de qualificação dos novos eleitores, cooperando eficazmente no sentido de serem incluídos os alistandos que o devam ser, e arredando os óbices que sobrevierem para dificultar aos interessados a entrega do respectivo título ; c) acompanhar o processo de eleição, fiscalizando a sua regularidade para assegurar a expressão da verdade eleitoral; d) designar para eficácia, de sua ação, nas localidades, representantes de sua confiança ;

Segunda — O Governo Federal com a cooperação do Governo do Estado, êste por meio de sua representação no Congresso Nacional, promoverá o adiamento das próximas eleições federais para maio de mil novecentos e vinte e quatro, época em que já devem estar feitas as reformas constitucionais assentadas ;

Terceira — O Governo Federal, por intermédio de outro delegado seu, com tantos representantes quantos forem necessários, exercerá a vigilância eficaz em tôdas as localidades onde julgar preciso garantir os direitos individuais contra qualquer gênero de pressão facciosa ou partidária ;

Quarta — Os representantes do Governo Federal, em ação harmônica com o Governo do Estado, providenciarão para efetivação de tôdas as garantias, quer no que respeita ao serviço eleitoral, quer no que concerne aos direitos individuais, promovendo, junto ao Governo da União, ou do Estado, como convier, as medidas reclamadas ;

Quinta — Esta situação perdurará até que, a juízo do Governo Federal, se tornem dispensáveis as garantias especiais indicadas, por ter entrado a situação do Rio Grande em definitiva normalidade ;

Sexta — Logo que seja declarada a paz, o armamento das tropas revolucionárias será recebido por oficiais do Exército que forem para isso designados; os corpos e contingentes provisórios que forem mantidos depois de pacificado o Estado, terão caráter policial e poderão ser organizados militarmente ;

Sétima — O Governo do Estado solicitará da Assembléia dos Representantes autorização para relevar de quaisquer direitos os contribuintes que os tiverem pago anteriormente às autoridades revolucionárias, desde que estas tenham feito a arrecadação de conformidade com as leis e regulamentos do Estado ;

Oitava — As requisições feitas e as contribuições de guerra impostas pelos revolucionários serão satisfeitas, bem como indenizados os danos causados aos particulares de qualquer facção ; o Governo Federal se responsabilizará por êsses pagamentos, nomeando uma comissão de árbitros, composta de um seu representante, de outro do Governo do Estado e um terceiro dos revolucionários, para o fim de examinar a procedência e legitimidade das reclamações e avaliação do «quantum» a cada reclamante ; marcará para isso um prazo para apresentação de tais reclamações ;

Nona — O General Setembrino de Carvalho virá pessoalmente ao Estado para o fim de assegurar tôdas as garantias indicadas.

Finda esta leitura, declarou o Sr. Ministro da Guerra, para o fim especial de constar desta ata, que estava autorizado a afirmar que o Governo Federal se compromete a pôr em ação tôda a sua boa vontade e atribuição constitucionais para que as eleições federais sejam adiadas para maio próximo, e que, em relação ao sexto número da cláusula décima, é pensamento do Governo do Estado conservar com caráter policial, e organizados militarmente, apenas os corpos provisórios atuais que forem julgados indispensáveis ao policiamento e segurança pública, aproveitando neles os elementos que possam auxiliá-lo na obra de paz e confraternização que vai ser iniciada, e, mais ainda, que não só o Governo do Estado como o Governo Federal assumem o compromisso de que serão afastados dos respectivos cargos quaisquer funcionários ou agentes da autoridade que, por seus atos, pretendam tornar ineficazes as garantias asseguradas no presente acôrdo.

E, tendo ficado ciente do que se estatuiu, declarou o Dr. Assis Brasil que lançaria uma proclamação aconselhando os revolucionários a deporem as armas na conformidade dêste acôrdo, retirando-se para seus lares, confiantes nas garantias que oferece o Govêrno Federal. E, para constar a todo tempo, e produzir os devidos efeitos, foi lavrada a presente ata por mim, Tenente Coronel Lafayette Cruz, servindo de secretário, assinada pelos Srs. General de Divisão Fernando Setembrino de Carvalho e Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, e ratificada, em tempo oportuno, pelo Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, e dela extraídas duas cópias autênticas, dactilografadas, para ficarem, uma em poder do Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros e outra do Sr. Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil.

A. A. Borges de Medeiros.

Fernando Setembrino de Carvalho.

J. F. de Assis Brasil.

ATA DA CERIMÔNIA DA ASSINATURA DA PAZ

Junto ao protocolo da paz foi lavrada a seguinte ata lida antes pelo Sr. Antunes da Cunha :

«As dezessete (17) horas do dia quinze (15) de dezembro de mil novecentos e vinte e três (1923), no salão de honra do palácio da presidência do Estado, em Pôrto Alegre, presentes as autoridades e demais pessoas que esta subscrevem, foi pelo Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, assinado o protocolo da pacificação do Rio Grande do Sul, apresentado a S. Excia. pelo Sr. Major Euclides Figueiredo, oficial de gabinete do Sr. General Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra e representante, como seu delegado especial, do Exmo. Sr. Presidente da República na mediação amistosa para cessação da luta.

Para constar, foi lavrada esta ata que será por todos assinada».

Foi esta ata assinada em primeiro lugar pelo General Eurico de Andrade Neves, a que se seguiram as seguintes pessoas : General Estilac Leal, General Mõnuel Teófilo Barreto Viana, Major Euclides Figueiredo, Dr. Protásio Alves, Dr. Marinho Chaves, Dr. Ildefonso Soares Pinto, Deputado Carlos Mangabeira, Desembargador André da Rocha,

Desembargador Armando Azambuja, Dr. Sérgio Ulrich de Oliveira, Coronel Tupi Silveira, Dr. Vitor Russomano, Dr. Kroeff Neto, Dr. Ariosto Pinto, Coronel Frederico Linck, Dr. Décio Coimbra, Dr. Arno Philipp, Desembargador Ribeiro Dantas, Desembargador José Bernardo de Medeiros Júnior, e as demais pessoas gradas que se achavam presentes, e, finalmente, todos quantos nele quiseram lançar as suas respectivas assinaturas.

PROCLAMAÇÃO AOS LIBERTADORES DO RIO GRANDE DO SUL

A revolução e a guerra civil, que dela decorre, são recursos extremos dos povos, desesperados ante a denegação flagrante da justiça. Não a promove um homem. Um homem não tem o poder de a desfazer.

Essa verdade genérica aplica-se estritamente ao caso riograndense e à minha posição em face dela. Só um critério mesquinho, só um juízo apaixonado, só o desprezo da evidência podem atribuir-me a responsabilidade direta ou pessoal da presente comoção. Longe de a aconselhar ou de instigar os ânimos para ela, o meu parecer, público ou privado, ostensivo ou reservado, que não temo ver desmentido com qualquer sombra de prova, foi sempre favorável à conquista da liberdade dentro da ordem.

A revolução irrompeu sem plano e sem comando. O maravilhoso instinto do povo, sempre o mesmo em toda a história, supriu a falta de preparo metódico e meditada organização prévia. O meu espírito de justiça não podia deixar de reconhecer que os revoltosos tinham razão. Ampará-los e aplaudi-los era um dever. Os meus antecedentes, os compromissos de toda uma existência de evangelização democrática impunham-me o dever de me incorporar a eles e de os acompanhar na boa e na má fortuna. Pelas mesmas razões tinha pouco antes consentido, a contragosto, em dar o meu humilde nome à candidatura à Presidência do Estado, trocando conscientemente a placidez doméstica do meu posto de trabalho, mais útil à comunidade que a mim próprio, pelas amargas atribulações da política militante.

Honrado sempre com a confiança de todas as influências da oposição libertadora, em armas ou não, fui desde os primeiros dias do movimento procurado por partidários do adversário, por pessoas caracterizadamente respeitáveis, que se diziam imparciais, e principalmente pelos mais altos titulares do Governo Nacional para concertar condições de

uma composição que pusesse têrmo   guerra civil. Em tôdas as circunstâncias a minha resposta foi substancialmente nestas palavras :

«Se a revolução vencer integralmente, a sua fórmula será — desaparecimento da usurpação e do seu instrumento legal, que é a constituição ditatorial; se, porém, a revolução tiver de terminar por acôrdo, êste terá de ser baseado em consulta livre ao povo riograndense».

Somos chegados ao ponto em que o caminho se bifurca naquelas duas direções. Somos chamados a escolher entre a guerra civil até o fim, ou a paz imediata por consulta ao povo. Por outras palavras, ao povo riograndense, cuja maioria está visivelmente com os Libertadores, apresenta-se o terrível dilema desta interrogação peremptória: Queres conquistar o teu ideal nas coxilhas ou nas urnas ?

O Govêrno Federal, que até aqui se havia limitado a tentativas mais ou menos vagas de pacificação, mantendo públicamente o critério discutível da neutralidade ante a conflagração, resolveu interp r a sua formal mediação, enviando para isso   arena do prélio, cada vez mais áspero e sangrento, o seu digno Ministro da Guerra, o nosso estimado conterrâneo General F. Setembrino de Carvalho. O mediador chegou ao Estado na segunda metade de Outubro, inaugurando o seu trabalho pela imposição aos contendores de uma trégua sem prazo, durante a qual se discutissem as condições de pacificação. Promoveu em seguida, e depois de conferir com o detentor do Govêrno estadual, uma reunião na cidade de Bagé, a 15 de Novembro, de todos, ou quase todos, os chefes das fôrças libertadoras,   qual também compareci. Leu-nos uma eloquente mensagem de apêlo   pacificação, mediante condições que foram logo vulgarizadas pela imprensa.

O que depois se passou   também conhecido bastante para não exigir aqui mais do que uma breve referência. Os chefes de fôrças libertadoras, depois de ouvirem o honrado Ministro e de lhe exporem sum riamente os seus sentimentos, declararam-lhe que me haviam delegado plenos poderes para resolver sôbre o objeto da mensagem e que desejavam ir aguardar nos respectivos acampamentos o resultado final das negociações. Regressaram, pois, sem demora, amparados pelas mesmas garantias pessoais que tiveram para a vinda.

No dia seguinte ao da retirada dos nossos bravos generais, 18 de Novembro, entreguei ao Ministro mediador a resposta, logo divulgada pela imprensa, na qual, em resumo, declarava inaceitáveis as condições de pacificação propostas na sua mensagem e sugeria uma destas três

soluções : a) renúncia temporária do atual ocupante da presidência do Estado, que nomearia um vice-presidente imparcial para servir até às próximas eleições federais, as quais, devidamente fiscalizadas pelo Governo da União ficariam sendo o critério da maioria real do povo ; b) renúncia do atual ocupante da presidência e escolha de um candidato de conciliação, em cujo nome votassem os dois partidos; c) estabelecimento de uma intervenção virtual, exercida pelo Governo Federal, por intermédio d'êlê Ministro da Guerra, que afiançasse a segurança individual e a proteção da plena liberdade civil e política. situação que, depois das reformas constitucionais e outras cuja promessa já estava formalmente feita ao Governo Federal, traria a todos a segura possibilidade do regresso à atividade privada e pública. Nestas condições digo naquele documento — «eu não me negaria a aconselhar aos meus amigos atenderem ao convite pacifista do Governo Federal, desde que êste, por intermédio de V. Excia. e com a positiva promessa de o ter por executor, ofereça um plano concreto de medidas garantidoras da vida e liberdade dos que se desarmarem, regressando às occupações da paz».

Essas três variantes foram repelidas pelo adversário.

Quando as negociações perdiam tôda a tolerância de elasticidade e ameaçavam brusca ruptura, o Sr. Ministro aventou o plano de — obtida com a reforma constitucional a elegibilidade do vice-presidente, em vez de nomeação, dar-se a renúncia do atual vice-presidente e fazer-se recair sôbre a eleição do seu substituto a consulta ao povo, ou plebiscito, por mim reclamada como sentença inapelável sôbre a questão de saber quem tem maioria no Estado. Aceitei o alvitre, com a condição, entre outras, de serem também adiadas para Maio, as eleições para Deputados e um Senador federal, que se dariam ao mesmo tempo que a do vice-presidente. Dei desta fase das negociações o mais largo conhecimento possível aos correligionários. Alguns relutaram na aceitação integral do plano ; mas todos se conformaram com as razões que ofereci, entre elas a de transferirmos para o adversário tôda a responsabilidade da decisão. Mandada a proposta do Ministro ao Governo de Pôrto Alegre, foi por êste recusada.

Nesta altura das negociações, e antes que se confirmasse a recusa, já esperada, julguei oportuno despedir-me do Sr. Ministro da Guerra, passando-me para ponto mais conveniente à colaboração que me estava reservada nos acontecimentos cuja perspectiva se desenhava nitidamente. Já na cidade uruguaia de Melo, onde esperava o trem que devia transportar-me para o aludido ponto, recebi despacho *urgentissimo* do

Sr. Ministro da Guerra, pedindo-me para esperar ali emissários seus que me levariam condições de pacificação compatíveis com as minhas exigências. Esperei, como era natural.

As novas condições mandadas a Melo são as que devem fazer-se públicas, ao mesmo tempo que esta proclamação. Dela se verá que o Governo Federal e o de Porto Alegre cederam quanto ao adiamento para Maio das eleições federais e à aplicação de medidas estritas garantidoras da limpeza dos alistamentos e da seriedade em geral do pleito. Foi abandonada — é verdade — a idéia da renúncia do vice-presidente; mas ninguém poderá vêr nisso alteração alguma substancial quanto à realidade e alcance da consulta ao povo. Para o caso provável de ser derrotada a situação estadual, não ficou expressamente estatuída a retirada do atual ocupante do poder, que inquinamos de usurpador; o procedimento a observar ficou confiado à dignidade e ao brio do interessado, a quem não queremos fazer a injúria de negar de antemão tais qualidades morais.

O povo tem agora a palavra. Os seus diretores legítimos têm o dever de o libertar de vãos temores e preconceitos, que seriam absurdos na vigência das garantias afiançadas pela honrada palavra do General Setembrino de Carvalho em nome do Governo Nacional. O povo nada tem a perder em passar da luta das armas para a das urnas. Ele está evidentemente, mais bem apercebido para estas que para aquelas. A guerra não pode ir, nunca poderá ir, mais do que um contingente reduzidíssimo da imensa falange libertadora. O armamento é privilégio dos que dispõem do tesouro público. Para as urnas, porém, estando elas garantidas contra as brutais violências que as tem desonrado, as únicas armas necessárias são coragem e civismo.

Bem prevejo que não faltarão objeções ao meu modo de pensar... Que deliberações desta ordem foram jamais tomadas por perfeita unanimidade? Espero, pois, de ânimo sereno as prováveis discordâncias. Para não referir senão uma, antecipo desde já que todos os espíritos temperados de intransigência partidária e otimismo absoluto não deixarão de afirmar — que a paz foi pactuada na véspera do triunfo, quando as nossas hostes só esperavam a voz de avançar para levarem de vencida todos os óbices. Sou também um grande crente na bravura e habilidade dos nossos chefes e dos seus destemidos comandados, admito que se achem agora em muito melhor situação material e moral do que em todo o passado, concedo mesmo que obteriam uma série ininterrupta de brilhantes e rápidas vitórias e que reduziriam o inimigo à impotência,

de que já não está longe. Penso, porém, com a mesma segurança, que tudo isso poderá obter-se sem os horrores da guerra civil, sem as devastações de vidas e bens, sem o recrudesimento dos ódios e das vinditas, sem a destruição da sociedade riograndense. Depois, a lealdade não me permite ocultar o que me ensina a experiência do mundo e dos negócios públicos : a liquidação de uma revolução triunfante, sempre desastrosa, oferecerá singulares complicações e perigos em se tratando de um Estado federado, de um Estado não soberano, como é o nosso, no qual será impossível transformar em governo legal um governo de fato, sem a intervenção do poder Central.

Meditem os riograndenses sobre o sem número de ilações que fluem desses conceitos, e reconhecerão comigo estas duas verdades:

1ª — que pela pacificação se chega mais depressa ao ideal da revolução do que pelo emprego da força ;

2ª — que a pacificação realiza melhor e mais definitivamente esse ideal.

Por último, quero deixar bem claro, para prevenir falsas apreciações e evitar que se dê à minha ação mais alcance do que ela tem, quero deixar bem claro, digo, — que, desde a minha primeira manifestação pública sobre este particular, a que consta da contra-mensagem de 18 de Novembro, não me arroguei o direito nem o poder de *decretar a paz* nas condições em que ela agora é proposta. Apenas prometi que *aconselharia aos meus correligionários a sua aceitação*. É, pois, um CONSELHO, não uma ORDEM o que lhes submeto neste documento.

Se o conselho fôr aceito e seguido, continuarei à disposição dos meus irmãos de luta para o complemento da nossa campanha santa, destinada a reavivar nos anais do Rio Grande as velhas tradições semi-apagadas pelo mergulho tristíssimo na noite do despotismo. Se o conselho fôr repellido, a dignidade só me apontará um caminho — o do regresso à antiga obscuridade, onde continuarei a cultivar, como indivíduo, o ideal que nunca me abandonou, que eu nunca abandonarei.

A perda de um homem, um homem a menos, nada será para os destinos da Pátria. Sejam quais forem as peripécias deste momento singular, a minha confiança é completa na aptidão do Rio Grande para se salvar por si próprio. Foi a minha frase de início ; será a minha convicção derradeira.

Para terminar, vejo com clareza a situação que me espera. A escolha seria fácil entre o Capitólio e a Rocha Tarpeia. Com uma palavra, com um aceno, atearia provavelmente o incêndio que iluminasse uma celebridade de ocasião; com o conselho da prudência atrairei — quem sabe! — a execração sincera, bem que injusta, do maior número. Seria fácil escolher entre as duas perspectivas — a das ovações e aplausos e da reprovação e repúdio.

A glória está sobre uma das eminências, o dever sobre a outra. Não vacilo — sacrificio no altar da Pátria, pelo bem da comunidade, a insignificância do indivíduo.

Pedras Altas, 14 de Dezembro de 1923. — *J. F. de Assis Brasil.*

MANIFESTO DO GENERAL SETEMBRINO DE CARVALHO AO RIO GRANDE

Meus caros conterrâneos.

Não nos deixemos exceder por ninguém no amor que votamos ao Rio Grande.

Não nos era lícito cerrar os ouvidos ao clamor de paz que, no Rio Grande e fora dêle, através da vastidão do Brasil, irrompia de todas as almas generosas.

Quando os homens calam, clamam as pedras, consoante a advertência do Evangelho.

Não houve, porém, mister, entre nós, mercê de Deus, mover à piedade o coração das pedras para levar ao convencimento de todos os bons riograndenses que a cessação dessa luta fratricida era uma exigência impreterível de nossa cultura moral, política e patriótica.

Bastou, por fortuna nossa, o apêlo dos homens para fazer pulsar com o mesmo ritmo todos os corações que amam, deveras, o Rio Grande.

Tanto é certo que devemos ceder aos impulsos das nobres sugestões do patriotismo, e não ao estímulo desvairado de velhos ódios recalcados.

Tanto é certo que devemos abrir os olhos à luz viva da razão, e não nos lampejos da oratória incendiária.

Tanto é certo que devemos poupar ao Rio Grande a dôr pungente de perder irremediavelmente os mais bravos dos gauchos, porque são estes os que fazem a guerra, não por palavras, senão por atos, isto é, a ferro e fogo, para usar da velha e enérgica expressão portuguesa.

Cometeríamos um crime execrando perante a história, se não nos soubéssemos entender para pôr termo a essa horrenda luta que aí estava a sacrificar inclemente a *elite* dos nossos bravos.

Seria, em verdade, uma guerra de morte êsse monstruoso duelo.

Porque numa terra onde a honra é uma planta nativa das coxilhas, ninguém perde por amor da vida a razão de viver.

A bravura dos gaúchos não pode, não deve ser posta sacrilegamente ao serviço de rancuras pessoais.

Não nos deixemos iludir pelo conhecido recurso de pôr em brios os heróis de raça para lhes tolher a liberdade de descontinuar êsse doloroso fratricídio, receiosos de serem havidos por fracos no juízo severo daqueles que, sem braço às armas feito, pregam, inflamados, a guerra a todo o transe.

Está feito o acôrdo de paz entre todos os riograndenses que amam sinceramente o Rio Grande, e sentem bem quão necessário era encerrar, de todo e de vez, êsse estado revolucionário que se agravava dia a dia, com prejuízo sempre maior do nosso nome de povo politicamente organizado, e, por isso mesmo, dos créditos de que tanto precisamos no interêsse das nossas relações no exterior.

Relações de ordem financeira não só, já agora, senão ainda, e sobretudo, jurídica. Tantas são as justas reclamações que os ilustres representantes diplomáticos têm feito ao Governo Federal na legítima defesa dos interêsses de seus compatriotas lesados no torvelinho da guerra civil.

Cumpre que subamos acima do horizonte visual dos partidos locais, para descortinar as medidas de primeira necessidade da grande comunidade brasileira.

Conheço e admiro o esclarecido patriotismo dos cultos jornalistas do Rio Grande.

Conto, por isso mesmo, com a sua insuprível colaboração nessa grande obra humana a que releva servir com a linguagem eloquente e persuasiva da fraternidade. Tanto é necessário o concurso da imprensa para dissipar entre os nossos dignos patrícios quaisquer prevenções de uns contra os outros, a fim de que possam todos cumprir os seus sagrados deveres para com o Rio Grande.

Sirvamos à Pátria sem restrições nem reservas, abrindo decididamente mão de quaisquer condições que, tendo inequivocamente um caráter personalíssimo, alienam as simpatias que soem inspirar, por tôda a

parte, aquêles que lutam rasgadamente, não contra os homens, senão contra os costumes.

No seria uma paz digna dêsse nome a que fôsse feita com uma comoção que dividisse os riograndenses entre vencedores exaltados e vencidos humilhados.

Seria êste um quadro lúgubre que não haveríamos nunca de mol-durar com a verdura das nossas coxilhas que tem o destino sagrado de esmaltar de esperança a fraternidade riograndense.

Seria uma obra de louco continuar essa guerra de extermínio do Rio Grande para fazê-lo, ao depois, renascer de suas próprias cinzas.

Impõem-me os meus sentimentos de justiça o grato dever de declarar que, no desempenho da missão que me trouxe ao Rio Grande, contei sempre, no sentido da paz, com o mais decidido empenho, e serenidade de espírito do ilustre Dr. A. A. Borges de Medeiros, que reuniu ao seu ativo de serviços os atos que lhe ditou a sua dedicação à causa pública, para atender aos reclamos da concórdia riograndense.

Rendo, por igual, a homenagem de minha admiração ao Dr. J. F. de Assis Brasil que esteve à altura de seu grande nome nacional, fazendo ao Brasil o patriótico serviço que representa a lição de esmerada cultura democrática contida na solução que devemos à sua fecunda inspiração de semeador de idéias.

Praz-me dizer, em público, que, no decurso de nossas conferências, manteve o Dr. Assis Brasil, como era de esperar de sua rara cultura mental e moral, uma nobilíssima atitude, cujos traços mais vivos foram a vibrante defesa dos ideais políticos de que era o órgão acima de todos autorizado, e a correção de maneiras no exame, feito de boa fé, de tantas e tão variadas questões sobre as quais versaram os nossos entendimentos.

Acabais, meus caros contrerrâneos, de provar que as reservas de energia nunca se esgotam na grande alma forte dos gaúchos.

Amemòs o nosso Rio Grande.

O Rio Grande é a nossa terra e a nossa gente.

A terra são as nossas coxilhas sempre verdes em cujo dorso os denodados gauchos de todos os tempos afrontam de pé os temporais da existência dos povos que não vivem anônimos na história. A terra são as nossas serras cujos montes são os cofres que a mão provida da natureza semeou para guardar as joias de heroísmo de que temos feito uma derrama perdulária. A terra são as nossas árvores que o inverno não ousa desfolhar para atestar o viço perene de nossas esperanças.

A gente somos os que guardamos em nossos corações os ecos do tropel homérico dessa cavalaria cujas virtudes admiráveis venceram a dura sobriedade de louvores do Duque de Caxias. A gente somos nós mesmos, como depositários das brilhantes tradições que nos herdaram os nossos avós. A gente somos, em suma, os que não nos poupamos nunca sacrifícios para conduzir o nosso Rio Grande aos seus gloriosos destinos.

Está finda a luta que, deslaçando os nossos vínculos de fraternidade, dilacerava tão cruelmente o coração da mulher riograndense, como mãe, como espôsa, como filha, como irmã.

E eu nunca tive, nunca, mais nítida a visão dessa dor do que quando, numa modesta estação ferroviária da região serrana, deserta de povo, à hora calma do meio dia, me procurou uma mulher humilde, trajada pobremente de luto, entre duas criancinhas comovedoramente tristes, para me pedir súplice, de voz trêmula, a decretação da paz.

A paz, meus caros conterrâneos, ei-la aí está.

A uma sangrenta luta material armada, com todos os horrores que lhe são próprios, substituímos uma grande luta moral na qual o voto livre interpretará iniludivelmente as mais caras aspirações da maioria dos riograndenses.

E nessa luta de consciência, sem efusão do sangue generoso dos nossos irmãos, servem os riograndenses ao Rio Grande com a plena eficácia inerente às vitórias decisivas da opinião.

A execução leal do acôrdo de que acabo de ter a honra de ser o mediador, reclama da parte do Governo do Estado o cumprimento exato de obrigações contraídas solenemente, não só, portas a dentro, para com os riograndenses, senão ainda para com o Governo da União, que não pode evidentemente desinteressar-se da sorte daqueles que confiaram na sinceridade de seus intuitos patrióticos.

De modo que o Governo Federal é indubitavelmente o fiador da perfeita execução dêsse acôrdo que êle promoveu no exercício de uma alta função política.

Não há, porém, razões, ao invés do que poderá parecer aos céticos irredutíveis, para duvidar da honestidade dos propósitos do Governo do Estado, cuja fé não será traída numa falência que desonraria irremediavelmente o caráter riograndense.

Devemos todos esperar que o cumprimento de um acôrdo de honra entre riograndenses que se prezam de o ser, não precisará da interposição da autoridade para os advertir de que não lhes é lícito nodoar

o patrimônio moral que lhes incumbe guardar dignamente, e acrescer, inspirando-se nos exemplos dos nossos maiores.

Ainda uma vez : a paz, meus caros conterrâneos, ei-la aí está.

Fecundemos unidos a terra que nos serviu de berço, regando-a com o suor do nosso rôsto no seio amigo da paz.

Esperemos que cada um cumpra todo o seu dever.

Confiemos como homens de honra na honra alheia.

Pôrto Alegre, 17 de Dezembro de 1923. — *General Setembrino de Carvalho.*

MINHA MORTE (*)

23 de Setembro de 1939

Pressinto que se aproxima a hora derradeira de minha vida. A voz secreta de minha alma anuncia o triunfo das forças destruidoras do organismo físico na luta com as energias vitais.

Há muito me ferveilha na mente idéia de registrar no papel, para serem lidas e executadas no momento oportuno, minhas últimas palavras neste mundo.

Pelos motivos acima referidos resolvi fazê-lo hoje, e ainda porque neste instante toda minha sensibilidade acha-se sob a influência da música, pelo rádio. A música sempre exerceu um grande poder sobre meus generosos sentimentos. teve sempre um grande império em minha alma e coração.

Este último periodo de minha existência se caracteriza por acerbos dôres morais, ainda que aparentemente tal pareça não suceder. Pura ilusão! Efeito de uma dissimulação imposta pela mais elevada e necessária discreção a que conveniências de naturezas várias me obrigam. Intimamente, porém, sofro muito. A música, hoje, não sei porque, deu um impulso de tal ordem aos meus sofrimentos que fui levado a pensar na morte, e mesmo a desejá-la, resolvendo, por isso, não mais adiar aquilo que, como disse, desejava, há mais tempo, fazê-lo.

Rogo, pois, aos meus amados filhos e filhas, ou às pessoas presentes, se porventura meu passamento ocorrer na ausência dêles, que sejam cumpridas à risca as seguintes instruções :

1 — O enterramento deverá ser o mais simples possível ;

2 — A comunicação à Repartição competente militar deverá ser após o sepultamento, a fim de evitar pronunciamentos oficiais de qualquer ordem, e esta comunicação somente porque é necessária a fins ulteriores;

(*) O original desta carta encontra-se em poder de uma filha do Marechal (Snra. Lafayette Cruz), em Pôrto Alegre.

3 — Não haverá convites por meio algum, nem aviso a parentes e amigos ;

4 — Os filhos presentes e alguns amigos poderão ser auxiliados por Praças do Exército para conduzirem o féretro para o carro e dêste para o cemitério ;

5 — Na sala mortuária, isto é, naquela em que o corpo fôr depositado, aguardando o tempo legal para o saimento, não deverá haver preparativos ou modificação de espécie alguma ;

6 — Numa simples mesa o caixão deverá ser colocado ;

7 — Não haverá tochas ou velas ;

8 — Um simples crucifixo como continuação ou demonstração derradeira da profunda veneração que sempre tributei a Cristo, grande Redentor da Humanidade ;

9 — Não haverá absolutamente flores. Estas só devem aparecer onde há alegria, e embora não haja grande pesar é de justiça esperar que alegria também não haja ;

10 — Ninguém absolutamente deverá ver meu corpo ;

11 — Logo depois de expirar deverei ser coberto, inteiramente, dos pés à cabeça. Provisoriamente, com uma colcha ou lençol, depois enrolado dos pés à cabeça em um pano de veludo rôxo ou azul marinho, de maneira que ninguém me veja o rosto, vedando-o assim a todos os olhares ;

12 — Com estas disposições não haverá na sala, além das pessoas que, apesar de não anunciado o passamento, comparecerem, mais que uma mesa, sobre a qual estará o caixão. Tudo muito simples de modo a não impressionar a ninguém ;

13 — Por mim não haverá encomendação. Mas, não devo privar as pessoas da família, religiosas, dessa parte do ritual das cerimônias do seu culto ;

14 — A sepultura será perpétua, podendo ser utilizada por outros da família. Fica isto à deliberação dos sobreviventes ;

15 — Não deverá haver luto. Fui sempre contrário a exteriorização de pesar sincero ou convencional ;

16 — Supondo que aos reformados, hoje, não cabem honras fúnebres militares. De qualquer maneira eu não as quero o que, aliás, se depreende do item nº 2 ;

17 — *A Mutualidade do Clube Militar e o Circulo dos Reformados fornecerão um conto e tanto cada um para o entêrro, no mesmo dia em que ocorrer o óbito. Basta telefonar. O Govêrno concorre, segundo a última tabela, se me não falha a mente, com 2 contos de réis, assim disporão com cêrca de 5 contos para o enterramento ;*

18 — *Se alguém, por espirito religioso, ao qual me não posso contrapôr, por não dever tentar influir em crença alheia, lembrar-se da celebração de missas, poderá realizar a idéia, mas sem convites. Sômente para as pessoas da família que revelarem interêsse em comparecer ;*

19 — *Morro com a consciência tranquila, com sincera paz de espirito e até mesmo satisfeito, porque já vivi além do que era necessário. Nada mais tenho a realizar neste mundo. Servi com dedicação esmerada à Pátria, à Família e à Sociedade.*

20 — *Levo para o túmulo o grande amor que sempre consagrei aos meus extremados filhos, a quem procurei ser útil em tôda a minha vida.*

Marechal SETEMBRINO DE CARVALHO

ÍNDICE

MOTIVOS DESTA PUBLICAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
NOTAS BIOGRAFICAS	13
Naturalidade	13
Filiação	13
Data de praça	14
Promoções militares	14
Comissões militares	14
Serviço arregimentado	15
Comissões civis e mandatos politicos	15
Condecorações	16
Habilitações científicas	16
Serviços de Guerra	16
Diplomas diversos	16
Moções honrosas	17
Elogios	17
Infância- Primeiros estudos	20
Porque me fiz militar	22

I CAPITULO

Início da prestação de serviços	27
Ordem do dia n.º 22	30
Promoção a Capitão de Estado Maior.....	32
Atividade politica — 1891	32
Atividade Guerreira	46
Promoção à Major	63
Regresso ao serviço arregimentado	63
Louvor	75
Transferência para o Rio de Janeiro	87
Chefe do Gabinete da Guerra	90
Ministério Vespasiano D'Albuquerque	101

II CAPÍTULO

Interventoria do Ceará	104
Promoção a General de Brigada.....	126

III CAPÍTULO

Pacificação dos Estados do Paraná e Santa Catarina — Campanha do Contestado	127
Operações militares no Contestado.....	131
Aos meus patrícios revoltosos.....	148

IV CAPÍTULO

Inspetor dos serviços administrativos do Exército	174
Diretor de Administração da Guerra	174
Promoção a General de Divisão	176
Organização da nova 4. ^a Região Militar e 4. ^a Divisão de Exército.....	177

V CAPÍTULO

Chefe do Estado Maior do Exército	182
Revolta da Escola Militar 1922	182

VI CAPÍTULO

O Ministro da Guerra na Presidência Arthur Bernardes	188
--	-----

VII CAPÍTULO

Pacificação do Rio Grande do Sul em 1923	206
--	-----

VIII CAPÍTULO

Sucessão presidencial	224
Quatro anos de Ministério	235

INDÚSTRIAS MILITARES

Fábricas e Arsenais	242
Fábricas de cartuchos e artefatos de guerra	244
Fábrica de pólvora sem fumaça	246
Sob a Administração Calogeras	248
Sob a Administração Setembrino	250
Em Piquete	251
Em Itajubá	252
Fábrica de pólvora de Estrela	253

Arsenais de Guerra

Fábricas de espoletas e estopilhas de artilharia	258
Programa de Administração	259

Â N E X O S

A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	266
Minha Morte — Carta	298